



TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!

Trajetórias e Vivências de Pessoas com
Deficiência da Justiça do Trabalho



Este documento foi otimizado para oferecer a melhor experiência acessível quando visualizado em Adobe Reader versão 23 ou no navegador Google Chrome versão 128, ambos com o uso do leitor de telas NVDA versão 2024.3. Caso esteja utilizando outro software ou tecnologia assistiva, a experiência pode variar, embora o uso do app Livros na plataforma iOS e Adobe Reader na plataforma Android traga resultados satisfatórios.

**Tribunal Superior do Trabalho
Conselho Superior da Justiça do Trabalho**

TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!

**Trajetórias e Vivências de Pessoas com
Deficiência da Justiça do Trabalho**



**Brasília, DF
Setembro de 2024**

©2024 BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho.
Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT)
Permitida a reprodução de qualquer parte, desde que citada a fonte.

Coordenação, organização e revisão técnica:

Alexandre de Souza Agra Belmonte
Ricardo Tadeu Marques da Fonseca
Gabriela Lenz de Lacerda
Ekaterini Sofoulis Hadjirallis Morita
Priscila Andrade Sousa

Capa:

Secretaria de Comunicação Social do TST (SECOM)

Diagramação:

Impressoart Gráfica - Fernando Sikora

Revisão:

Daniela Arias

Edição das entrevistas:

Caroline Joanello, Fred Linardi e Nathallia Protazio

Impressão e Acabamento:

Impressoart Gráfica

Trabalho de Configuração de Acessibilidade para Leitores de Tela em PDF:

Equipe Maria Inclusiva

Elza Maria Albuquerque
Henry Szames

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Tudo sobre nós, por nós! : trajetórias e vivências de pessoas com deficiência da
Justiça do Trabalho / organização Tribunal Superior do Trabalho. -- Curitiba, PR :
Impressoart Gráfica e Editora, 2024. / Coordenação, organização e revisão
técnica: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Ricardo Tadeu Marques da Fonseca,
Gabriela Lenz de Lacerda, Ekaterini Sofoulis Hadjirallis Morita, Priscila Andrade
Sousa. Brasília - DF: Setembro, 2024.

ISBN 978-65-984462-0-8

1. Acessibilidade e Inclusão. 2. Pessoas com Deficiência. 3. Depoimentos. 4. Justiça
do Trabalho – Brasil. I. Título.

24-223835

CDU-347.998:331

Índices para catálogo sistemático:

1. Justiça do Trabalho: Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência. 347.998:331
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (biênio 2022/2024)

Presidente Ministro Lelio Bentes Corrêa

Vice-Presidente Ministro Aloysio Corrêa da Veiga

Corregedora-Geral Ministra Dora Maria da Costa

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO (CSJT)

Ministro Lelio Bentes Corrêa

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga

Ministra Dora Maria da Costa

Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte

Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão

Ministro Douglas Alencar Rodrigues

Conselheiro da Região Centro-Oeste Paulo Roberto Ramos Barrionuevo

Conselheiro da Região Norte Marcus Augusto Losada Maia

Conselheiro da Região Sudeste Cesar Marques Carvalho

Conselheira da Região Nordeste Márcia Andrea Farias da Silva

Conselheiro da Região Sul Ricardo Martins Costa

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO (TST)

Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte - Presidente

Ministro Douglas Alencar Rodrigues

Ministro Luiz José Dezena da Silva

Ministro Amaury Rodrigues Pinto Junio - Suplente

PROGRAMA DE EQUIDADE DE RAÇA, GÊNERO E DIVERSIDADE (CSJT)

Ministra Kátia Magalhães Arruda, Coordenadora-Geral

Ministra Maria Helena Mallmann, Vice-Coordenadora-Geral

Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca

Desembargadora Eleonora Bordini Coca

Juíza do Trabalho Elinay Almeida Ferreira

Juíza do Trabalho Noêmia Aparecida Garcia Porto

Juiz do Trabalho André Machado Cavalcanti

Servidora Helena Martins Carvalho

Servidora Raquel Leite da Silva Santana

ASSESSORIA DE ACESSIBILIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO (ASDIN)

Assessora-Chefe Ekaterini Sofoulis Hadjirallis Morita

Assessora-Chefe Substituta Priscila Andrade Sousa

Servidora Amelia Luana da Silva Rodrigues

Servidora Carmen Verônica Brito Galvão

Servidora Raissa Lage Avelar Torres

Estagiária Ellen Cristina Antunes Ferreira

Estagiária Mariane da Silva Magalhães

Estagiária Manuela Nascimento Camargo da Silva

GRUPO DE TRABALHO DO PROJETO “MEMÓRIAS, VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO”

Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca - Coordenador

Assessora-Chefe Ekaterini Sofoulis Hadjirallis Morita - Vice-Coordenadora

Servidora Daniela Ferrari Kovacs - Vice-Coordenadora

Juíza Adriana Meireles Melonio

Juíza Gabriela Lenz de Lacerda

Juíza Patrícia Maeda

Servidora Fernanda de Almeida Santana

Servidora Luisa de Souza Leão Almeida

Servidor Márcio Meireles Martins

Servidora Maria Cristina Barbosa Mendes

Servidora Maria Villela de Souza Ferreira

Assessora Maíra de Oliveira Carneiro

**ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS
DO TRABALHO ENAMAT (Biênio 2022/2024)**

Diretor Ministro Mauricio José Godinho Delgado

Vice-Diretor Ministro Augusto César Leite de Carvalho

CONSELHO CONSULTIVO

Ministro José Roberto Freire Pimenta

Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes

Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte

Desembargadora Ana Paola Machado Diniz

Desembargadora Ana Paula Tauceda Branco

Juíza Maria Beatriz Viera da Silva Gubert

JUIZ AUXILIAR DA DIREÇÃO

Juiz Bruno Alves Rodrigues

PRODUÇÃO E REVISÃO EDITORIAL

Fernanda Paixão Araujo Pinto

Anamaria Montini de Castro

Marcos Augusto Willmann Saar de Carvalho

Márcio Antonio Silveira Furtado

Camila Viana Amorim - Estagiária

Suzana Correia Dias dos Santos - Estagiária

*A todas as pessoas com deficiência que
vieram antes e abriram caminhos para que
nossas vozes fossem ouvidas*

*A todas as gerações futuras de pessoas
com deficiência que crescerão embaladas
pelas nossas vozes que ecoam
“nada sobre nós, sem nós”*

SUMÁRIO

- 10 Apresentação
- 16 Mensagem da Comissão Permanente de
Acessibilidade, Diversidade e Inclusão
- 19 Prefácio
- 22 Introdução

- 33 Depoimentos
- 34 Ricardo Tadeu Marques da Fonseca
- 53 Ekaterini Sofoulis Hadjirallis Morita
- 74 Daniela Ferrari Kovacs
- 86 Maria Villela de Souza Ferreira
- 105 Maria Cristina Barbosa Mendes
- 116 Fernanda de Almeida Santana
- 128 Luisa de Souza Leão Almeida
- 144 Nelbo Rocha
- 150 Jorge Pires Neves
- 158 Celia Rosane Dias Azambuja
- 171 Elton Luiz Decker
- 189 Gladis Carita Marques
- 204 Ari Antonio Heck
- 220 Luciana Gonçalves de Oliveira Pereira das Neves

- 231 Carlos Alberto Crispim
241 Marcos César dos Santos
249 Genival Barbosa da Silva Cabo
264 João Carlos Baptista Junior
276 Glaciane Maria Gomes
287 Adriano Celestino Ribeiro Barros
292 Débora Pereira dos Santos Lopes
302 Silvio Henrique Lemos
315 Ivo Cleiton de Oliveira Ramalho
332 Edroaldo Fernandes Aquino
342 Jackson Galvão Batista Danieli Bonato Haloten
369 Joana Duhá Guerreiro
487 Lindice Cristina Prata de Oliveira
396 Rodolfo Jose Andrello
408 Renata Covalski Geraldo
422 Elis Mainardi de Medeiros
434 Flávia Pinheiro Guimarães
445 Robson Fernandes Athanásio de Aguiar
457 Rafaela de Almeida Menezes
467 Marcelo Santos da Silva
477 Maria Eduarda Hojnacki Kologeski

488 Posfácio

APRESENTAÇÃO

Ministro Lelio Bentes Corrêa

Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do
Conselho Superior da Justiça do Trabalho

“Histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espolar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada”.

Chimamanda Ngozi Adiche

É com imensa alegria que apresentamos ao público a obra “Tudo sobre nós, por nós! Trajetórias e Vivências de Pessoas com Deficiência da Justiça do Trabalho”.

Coordenada pelo Ministro Alexandre Agra Belmonte, presidente da Comissão de Acessibilidade, Diversidade e Inclusão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), pelo Gestor Nacional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade do CSJT, Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, e pela Assessora-Chefe de Acessibilidade, Diversidade e Inclusão (ASDIN) do TST, Ekaterini Sofoulis Hadjirallis Morita, trata-se de projeto voltado a retratar as memórias e percursos de magistradas, magistrados, servidoras e servidores com deficiência da Justiça do Trabalho.

O projeto nos mostra que o grupo de pessoas com deficiência não é uniforme. Existe uma imensa diversidade não apenas nos tipos de deficiência apresentados mas, principalmente, nas trajetórias de cada uma das pessoas entrevistadas. Diferentes

gêneros, raças, idades, orientações sexuais, origens socioeconômicas e regionais fazem deste trabalho um mosaico único, composto por distintas experiências de vida e saberes generosamente compartilhados. Em comum, está o fato de que contribuíram e contribuem para que a Justiça do Trabalho seja o que ela é hoje: a Justiça Social.

Por meio das 36 entrevistas, temos a oportunidade de compreender a instituição sob uma perspectiva, não raro, invisibilizada: a perspectiva de pessoas com deficiência que integram o seu quadro. Pelas narrativas, podemos perceber a importância de ações afirmativas voltadas a viabilizar o ingresso no mundo do trabalho e nas carreiras públicas de pessoas com deficiência, assim como a necessidade de políticas públicas de permanência, capazes de evitar as práticas discriminatórias no ambiente laboral.

Nesse sentido, para além da reserva de vagas para ingresso por concursos públicos, foi instituída pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) a Política de Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência, no âmbito da Justiça do Trabalho, com o objetivo de estabelecer práticas, iniciativas e condutas capazes de promover, proteger e assegurar os direitos das pessoas com deficiência e de enfrentar o capacitismo. Também foi realizado o 1º Censo de Inclusão e de Acessibilidade da Justiça do Trabalho, voltado a melhor conhecer as reais condições de trabalho de magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doenças graves

ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nestas condições no âmbito da Justiça do Trabalho. Trata-se de iniciativa inédita em âmbito nacional, desenvolvida a partir de Grupo de Trabalho coordenado pelo Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão.

Somado a estas iniciativas temos, também, como um dos pilares da Política Nacional de Promoção do Trabalho Decente, o Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, que tem por objetivo a promoção da equidade de raça, gênero, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, etária e de pessoas com deficiência, bem como das demais dimensões da diversidade nas relações sociais e de trabalho, no âmbito da Justiça do Trabalho. Sob a coordenação da Ministra Kátia Magalhães Arruda e tendo como Gestor Nacional da Região Sul um dos coordenadores desta obra, o Desembargador Ricardo Tadeu, o Programa dialoga com a Política de Acessibilidade, por estimular que o marcador deficiência seja sempre analisado em intersecção com outras categorias, como gênero e raça, por exemplo.

No âmbito do Tribunal Superior do Trabalho (TST), como parte do Projeto “Sinta-se parte”, foi lançado, em dezembro de 2022, o Guia Digital “É capacitismo, e você deve saber – Um miniguia para atitudes que incluem pessoas com deficiência”. Com a finalidade de contribuir para a diminuição das barreiras atitudinais, a Cartilha convida a refletir sobre atitudes e expressões capacitistas que, mesmo que de forma inconsciente, muitas vezes são reproduzidas em nosso dia-a-dia.

Estas iniciativas, assim como seminários e eventos formativos que têm sido realizados em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) e com o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Assessores e Servidores do TST (CEFAST), apostam que a mudança de cultura somente é possível com a educação. Apenas com o acesso ao conhecimento e com a desnaturalização de práticas capacitistas serão superadas as barreiras atitudinais, determinantes para a manutenção de todas as demais barreiras (urbanísticas, arquitetônicas, comunicacionais, etc).

Todas estas ações estão alinhadas à determinação da Organização das Nações Unidas (ONU), que prevê como princípios gerais da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a “participação e inclusão plena e efetiva na sociedade”.

Ademais, no âmbito da Agenda 2030, a ONU estabelece a meta 8.5, no sentido de “até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente a todas as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor”. Como parte deste compromisso assumido internacionalmente pelo Estado Brasileiro, o Protocolo para Julgamento com Perspectiva Antidiscriminatória, Interseccional e Inclusiva traz a importância de uma atuação institucional comprometida com a redução das desigualdades sociais.

Sabemos que a acessibilidade e inclusão plena de pessoas com deficiência no mundo do trabalho

e dentro da própria Justiça do Trabalho ainda é uma longa caminhada. A obra ora apresentada, ao ecoar as vozes das pessoas com deficiência que fazem parte desta instituição, dá importantes passos nesta trajetória rumo ao reconhecimento da dignidade de todas as pessoas. Uma boa leitura a todos e todas!

MENSAGEM DA COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte

Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade,
Diversidade e Inclusão

Sinto-me honrado em fazer parte e apoiar, enquanto Presidente da Comissão de Acessibilidade, Diversidade e Inclusão do TST, este glorioso projeto, o qual visibiliza, muito mais do que a presença e a participação, a potência da contribuição de pessoas com deficiência que integram a Justiça do Trabalho.

Nas páginas deste autêntico livro, estão caminhos percorridos, momentos vivenciados, reflexões sobre a condição da deficiência, além de desafios, barreiras e conquistas de servidores e magistrados que abriram suas almas para compartilhar conosco suas vidas, a sua essência e as suas perspectivas únicas e inestimáveis.

Neste livro, são desvelados ainda sonhos, esperanças, buscas de sentido, pertencimento e reconhecimento confiados ao trabalho e à Justiça do Trabalho. Considero esses registros ainda mais valiosos, pois respeitam, além da deficiência, a representatividade de outros marcadores da diversidade humana, como gênero, raça, origem.

Como Presidente da Comissão de Acessibilidade, Diversidade e Inclusão, gostaria de expressar minha profunda admiração aos protagonistas deste livro e meu reconhecimento à contribuição intangível de sua atuação para uma sociedade mais justa e equitativa. A presença e atuação das pessoas com deficiência enriquecem nosso ambiente de trabalho e fortalecem nossa missão de garantir direitos trabalhistas de forma justa e imparcial.

Destaco, ainda, o meu agradecimento ao empenho do Ex.mo Desembargador Ricardo Tadeu da Fonseca,

que, além de coordenar a equipe de organização desta obra, partilhou conosco sua história e trajetória pessoal e profissional, com uma riqueza profunda e transformadora.

Agradeço de forma afetuosa às integrantes da equipe técnica e organizadora que, incansavelmente, dedicaram seu tempo, conhecimento e habilidades únicas a este projeto. O trabalho árduo de cada uma não passou despercebido, houve espírito de equipe, colaboração genuína e determinação admirável em face aos desafios e eventos não planejados que exigiram maleabilidade, sensibilidade e uma entrega excepcional.

Estou certo de que, inspirados nesta obra e nos resultados alcançados, que são imateriais, continuaremos a avançar, com a mesma determinação, na garantia do direito à inclusão, em todas as esferas de nossa atuação, comprometendo-nos em ser um espaço de visibilidade às pessoas com deficiência, em que suas contribuições são reconhecidas e valorizadas e suas vozes são ouvidas. Em outras palavras, que o nosso compromisso seja o de ser, exatamente, o espaço que este livro representa!

PREFÁCIO

Ricardo Tadeu Marques da Fonseca

Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª
Região

Esta obra muito me orgulha, como membro da Justiça do Trabalho e cidadão com deficiência. A missão precípua da Justiça do Trabalho é a de implementar o princípio da igualdade real ínsito ao próprio direito material que define a competência desta Justiça. Certamente por isso, a Instituição acolhe número expressivo de servidores, servidoras, juízes e juízas com deficiência.

Trinta e quatro anos depois da recusa formal da Justiça para que fosse aceito o primeiro magistrado cego do país, quando almejei ocupar esse honroso cargo, verifica-se que esse tabu foi finalmente desmistificado com a aprovação do Dr. Márcio Aparecido da Cruz Germano da Silva, com quem trabalho há cerca de doze anos, fato que me alegra especialmente. Em 2009, tive a honra de ser nomeado desembargador do trabalho, pelo Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, em vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho, sendo o primeiro magistrado cego do Brasil.

Em 2006, quando tive o privilégio de atuar junto à Delegação Brasileira na Organização das Nações Unidas (ONU) para a conclusão do texto da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, testemunhei o fato de que a grandeza daquele tratado internacional reside, precipuamente, na participação direta de pessoas com deficiência de todo o globo, representadas por suas instituições, a partir do princípio “nada sobre nós, sem nós mesmos”, que guarda um profundo significado, uma vez que

rompe com a invisibilização cultural e institucional das pessoas que apresentam impedimentos físicos, mentais, intelectuais e sensoriais. Mais do que aceitar as pessoas com deficiência, é fundamental dar-lhes voz e vez. É o que a obra, realmente, propicia, porque os depoimentos aqui colhidos são importantíssimos para a fixação da Política de Inclusão da Justiça do Trabalho, cujo conteúdo está sendo apresentado ao Ministro Lelio Bentes Corrêa, para que se cumpra a firme convicção de Sua Excelência de viabilizar em concreto, substancialmente, a participação plena de nossos servidores e juízes com deficiência.

Segundo a Juíza Gabriela Lenz de Lacerda, idealizadora da obra, “o Projeto Memórias, Vivências e Experiências de Pessoas com Deficiência no âmbito da Justiça do Trabalho foi criado com o intuito de visibilizar trajetórias de vida de magistrados, magistradas, servidores e servidoras com deficiência, por meio da publicação de livro que destacará suas infinitas possibilidades de existência, seu imenso potencial e contribuições no ambiente de trabalho e, por meio desse compartilhamento, reconhecer o impacto positivo da sua presença e participação na Justiça Trabalhista e na sociedade”.

Desse modo, os trinta e seis depoimentos que são aqui colhidos revelam a gratidão dos servidores e magistrados com deficiência e demonstram o profundo acerto da nossa querida Justiça do Trabalho em abrir-se de forma pioneira para receber pessoas com deficiência e enaltecem a importância desta obra.

INTRODUÇÃO

Ekaterini Sofoulis Hadjirallis Morita

Daniela Ferrari Kovacs

Maria Villela de Souza Ferreira

Maria Cristina Barbosa Mendes

Fernanda de Almeida Santana

Luisa de Souza Leão Almeida

“Este livro não é sobre nós, somos nós”

As pessoas deixam marcas que ecoam para além do que imaginam em suas trajetórias. O mundo do trabalho também é impactado por essas marcas, pelas diversas contribuições que cada ser é capaz de imprimir nas instituições por onde passa. Essas contribuições podem ser reconhecidas como legado ou serem sutis, cotidianas, mas igualmente transformadoras. A verdade é que nenhum lugar é o mesmo após as digitais de alguém, é o efeito da identidade única de cada ser que provoca microrrevoluções naquele espaço e MEMÓRIAS nas pessoas.

Bom, memórias têm vida e podem ultrapassar gerações infinitas. E, quando falamos do mundo do trabalho, em que as capacidades são tão valorizadas, é necessário tornar memoráveis as impressões, as marcas e as contribuições das pessoas com deficiência para este universo. Neste livro, esse universo é a Justiça do Trabalho.

“Tudo sobre nós, por nós” é um livro de histórias contadas por seus próprios protagonistas. Sua proposta é colocar luz sobre memórias invisibilizadas ou acessadas por um pequeno grupo de pessoas. Memórias que não costumam entrar nas narrativas oficiais.

Trata-se do primeiro produto do Projeto “Memórias, vivências e experiências das pessoas com deficiência no âmbito da Justiça do Trabalho”, que tem por objetivo, justamente, visibilizar as trajetórias

de vida das pessoas com deficiência que compõem a Justiça Trabalhista, destacando suas potencialidades e contribuições no ambiente de trabalho.

O maior preconceito que pessoas com deficiência sofrem é em relação à sua capacidade, disto decorre o termo “capacitismo”, que nomeia a discriminação sofrida por elas. Os estigmas e estereótipos que derivam da construção social de um corpo padrão – sem deficiência – geram uma presunção de incapacidade e inaptidão de pessoas em virtude de suas deficiências. Este livro, em parte, é uma resposta ao questionamento constante quanto à contribuição destas pessoas, muitas vezes velada por uma estrutura dominante e excludente.

Ainda que as iniciativas legislativas em âmbito nacional e internacional tenham desempenhado um papel crucial ao longo da história, impulsionando a conquista de direitos e promovendo discussões sobre as pessoas com deficiência, sabemos que ainda existe um longo percurso até a concretização dos direitos previstos na Constituição Federal, na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Neste projeto, é pelo compartilhamento de histórias reais que se busca conscientizar a sociedade acerca da importância e dos impactos positivos do convívio com pessoas com deficiência, bem como da necessidade de enfrentamento ao capacitismo e às complexas barreiras a que elas estão sujeitas.

Nesse sentido, vale lembrar que a deficiência não é apenas uma lesão que impõe restrições à participação social de uma pessoa. Como ensina a antropóloga Débora Diniz (2012), “deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa com deficiência”. Portanto, pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

E veremos, ao longo do livro, que as barreiras que se apresentam, impedindo o acesso a direitos básicos das pessoas, são as mais variadas. Barreiras arquitetônicas e urbanísticas, que desafiam o convívio nos espaços públicos e privados; barreiras comunicacionais e nas informações, que dificultam ou até impedem o acesso a informações; barreiras tecnológicas que, em tempos de processos eletrônicos, não raro, inviabilizam o exercício de atividades laborais.

Contudo, a principal barreira que as 36 histórias contadas neste livro buscam atingir é, talvez, a das nossas atitudes e comportamentos. Quando nos aproximamos da realidade de um outro ser humano, quando nos propomos a exercer este potente ato de escuta, desenvolvemos o exercício da compaixão. Permitimos rever as nossas próprias certezas, nos abrimos a um processo de transformação – necessário

e urgente – capaz de nos mostrar que cada ser vivo é único no mundo e que a diversidade de experiências é a principal riqueza humana.

Mais do que um espaço para as memórias de pessoas com deficiência (no sentido de registro de suas trajetórias e vivências), esta obra é um espaço de memória às pessoas com deficiência, para que sejam vistas, para que seus direitos sejam lembrados, suas conquistas e realizações sejam contempladas, suas potencialidades e seus trabalhos sejam reconhecidos, e a sua voz, escutada. É um espaço de visibilidade!

O ditado popular “quem não é visto não é lembrado” pode parecer inofensivo, mas ele rege as dinâmicas sociais de poder mais do que podemos mensurar, e é difícil nadar contra ele. Isso explica por que a invisibilização imposta aos corpos atípicos é uma opressão que busca destiná-los ao esquecimento.

Diante da força desse ditado, pode-se imaginar o que é ter que se fazer ser lembrado, apesar de não ser visto? É por isso que esta obra, em alguma medida, é também um manifesto de antagonismo a esta invisibilidade social. E, ao percorrer as páginas deste livro, caro leitor, você se deparará com histórias de pessoas nem sempre vistas, porém lembradas, em um movimento de ruptura e inconformidade com essa estrutura dominante e opressora de poder.

Este livro é sobre direito, sem “citar leis”, é sobre letramento à diversidade e à dignidade humana, não por conteúdos abstratos, mas pelo poder de escutar quem vive o que se teoriza, e isso tem potencial de

atingir as nossas estruturas! São palavras orgânicas (aquelas que possuem vida) que conseguem encontrar aquilo que é orgânico também! Porque, para afetar algo estrutural como o preconceito, é necessário algo igualmente estruturante, ou seja, falas que alcancem as nossas estruturas, que sejam capazes de dialogar com elas e “desmoroná-las” para reconstruí-las.

Há relatos neste livro que encontrarão as suas células e, por que não, as células da sociedade. Não há como mensurar onde ecoará ou as barreiras que irá transpor! O potencial de transformação que tem algo vivo como este livro é assustadoramente maravilhoso, e fico muito feliz que tenha chegado a você!

No percurso de edição da obra, optamos por preservar a linguagem das pessoas entrevistadas, para que a sua história seja contada em primeira pessoa, a partir das palavras por elas próprias escolhidas, quando da entrevista, para nominar a sua trajetória. Foi utilizada a metodologia da história oral¹, caracterizada por entrevistas produzidas a partir de um estímulo inicial do entrevistador, mas que permitem ao entrevistado relatos espontâneos sobre a sua própria trajetória. As páginas a seguir trarão temas como infância, vida familiar e profissional, experiências de capacitismo e, principalmente, as vivências de cada uma das pessoas entrevistadas dentro da Justiça do Trabalho.

Ainda que tenha sido formulado um roteiro de

1 ALBERTI, Verena. Manual de história oral. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

entrevistas, este serviu apenas como um instrumento facilitador entre entrevistados e entrevistadoras, já que, após apresentada de forma sucinta a ideia do projeto, a proposta era que o diálogo caminhasse de acordo com o ritmo e nas direções propostas pela própria pessoa entrevistada. A intenção é precisamente que a trajetória dos entrevistados seja registrada espontaneamente, a partir da sua perspectiva, isto é, a partir do que esses(as) agentes consideram importante e relevante na construção da sua história de vida e de trabalho, enquanto pessoas com deficiência dentro da Justiça do Trabalho.

A inspiração para este Projeto e para a própria metodologia adotada surgiu do Projeto intitulado “A trajetória de magistrados e servidores negros na Justiça do Trabalho”, realizado no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. A proposta que ora se apresenta optou por focar as trajetórias e memórias de pessoas com deficiência da Justiça do Trabalho de todo o Brasil.

Para isso, no mês de abril de 2024, foi lançado edital convidando servidores(as) e magistrados(as), ativos e aposentados, a participarem do projeto, compartilhando as suas histórias. O principal critério de escolha foi a diversidade. Diversidade de tipos de deficiência, de gênero, raça, orientação sexual, tempo de serviço público, origens socioeconômicas e regionais. Infelizmente, nem todos os Tribunais apresentaram interessados em participar das entrevistas, isso explica o desejo da comissão organizadora de que este projeto seja replicado e ganhe novas edições, para que um

número maior de pessoas seja contemplado.

Foram selecionadas e entrevistadas, no total, 36 pessoas. A diversidade planejada se fez presente no perfil de nossos entrevistados: diversos tipos de deficiência, paridade de gênero e representatividade de raça. A maioria dos entrevistados ser de servidores, frente a apenas 3 magistrados, não surpreende, haja vista a sub-representatividade de pessoas com deficiência na magistratura brasileira.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de maio e junho de 2024, no formato virtual, já que envolviam pessoas entrevistadas de todo o Brasil. Após a gravação, os textos passaram por um cuidadoso processo de edição e revisão gramatical, mas com a manutenção, como dito, da linguagem das pessoas entrevistadas. No livro, a ordem dos depoimentos respeita o critério da data de nascimento das pessoas entrevistadas, sendo que os sete primeiros depoimentos são das pessoas com deficiência que integraram o Grupo de Trabalho do Projeto.

Em todas as entrevistas, estiveram presentes duas pessoas: uma entrevistadora principal e uma no apoio. Não por acaso, as entrevistadoras principais eram todas mulheres com deficiência. Como ensina a pesquisadora Grada Kilomba:

Fazer pesquisa entre iguais tem sido fortemente encorajado por feministas, por representar as condições ideais para relações não hierárquicas entre pesquisadora/es e informantes, ou seja, onde há experiências

TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

compartilhadas, igualdade social e envolvimento com a problemática. Por exemplo, foi mostrado repetidamente que informantes negras/os são reticentes em discutir suas experiências de racismo com uma/um entrevistadora/entrevistador branca/o (...). Ser uma pessoa 'de dentro' produz uma base rica, valiosa em pesquisas centradas em sujeitos².

Foram entrevistadoras principais as servidoras: Ekaterini Sofoulis Hadjirallis Morita (TST), Daniela Ferrari Kovacs (CSJT), Maria Villela de Souza Ferreira (TRT1), Maria Cristina Barbosa Mendes (TRT1), Fernanda de Almeida Santana (TRT9) e Luisa de Souza Leão Almeida (TRT8). E atuaram no apoio, acompanhando e dando suporte à entrevistadora principal: o servidor aposentado do TRT4 Márcio Meireles Martins, a assessora da Presidência do TST, Maíra Pankararu, as servidoras da ASDIN Amélia Luana da Silva Rodrigues, Priscila Andrade Sousa e Raissa Lage Avelar Torres e as estagiárias Ellen Cristina Antunes Ferreira, Manuela Nascimento Camargo da Silva e Mariane da Silva Magalhães.

Sem as pessoas com deficiência – principalmente, as mulheres com deficiência que integram a instituição – e as pessoas aliadas na luta anticapacitista, este Projeto não seria possível. Por isso, deixamos o

2 KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano, p. 82-83. Rio de Janeiro, Cobogó, 2019.

nosso agradecimento a todas as pessoas que, de alguma forma, se envolveram neste projeto coletivo, verdadeiramente abraçado por esta instituição.

Agradecemos especialmente ao Ministro Lelio Bentes Corrêa, Presidente do TST, que se mostrou um importante aliado na luta anticapacitista, propondo, ao longo de sua gestão, avanços importantíssimos na pauta. É preciso coragem para apostar em um Projeto como este, abrindo um espaço de escuta institucional para um grupo minoritário silenciado historicamente.

Agradecemos ao Ministro Alexandre Agra Belmonte, presidente da Comissão de Acessibilidade, Diversidade e Inclusão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), e ao Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, por aceitarem, com a Ekaterini, o desafio de coordenar esta obra.

Agradecemos também ao Ministro Mauricio Godinho Delgado e a toda a equipe da ENAMAT, assim como à editora Caroline Joanello, pela sensibilidade e carinho com que conduziram o processo de produção deste livro.

Agradecemos aos demais integrantes do Grupo de Trabalho e à incrível equipe da ASDIN, coordenada pela Ekaterini, pela parceria que vai para muito além deste projeto; e à Gabriela Lacerda, à Maíra Pankararu e – principalmente – à Priscila Andrade, por trabalharem duro para que este livro se concretizasse e por seguirem acreditando que ia dar certo, mesmo quando os prazos pareciam invencíveis.

Por fim, agradecemos às pessoas entrevistadas

TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

que, com muita coragem e generosidade, compartilharam as suas histórias, ecoando suas vozes e representando os 2,9% dos servidores(as) e magistrados(as) da Justiça do Trabalho que têm deficiência. Este dado, apresentado na Pesquisa Pessoas com Deficiência no Poder Judiciário do CNJ, mostra a urgência de ouvirmos as vozes das pessoas com deficiência - dentro e fora da instituição - como único modo de contribuirmos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que reconheça a dignidade de todas as pessoas. Esse é o nosso desejo mais profundo!

Tenham uma excelente leitura!

DEPOIMENTOS



RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA

Data de Nascimento: 14/05/1959

Naturalidade: São Paulo – SP

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – TRT9

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 07/08/2009

Cargo: Desembargador do Trabalho

Lotação: TRT 9ª Região

Eu sou Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, da 9ª região. Sou especialista e mestre em Direito do Trabalho pela Universidade de São Paulo, Doutor nas Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná, também fui, por muitos anos, servidor da Justiça do Trabalho, advogado, membro do Ministério Público do Trabalho e agora membro da magistratura trabalhista. Tenho dedicado a minha vida ao Direito do Trabalho. Eu sou um homem branco. Tenho 65 anos e uso óculos escuros porque sou cego, é uma questão estética, e para proteger os meus olhos da claridade, porque me incomoda.

Eu nasci em São Paulo, capital, em 14 de maio de 1959, tinha seis meses de gestação. Sobreviver naquelas circunstâncias, naquela época, foi uma benção, um milagre. Os médicos diziam para os meus pais que era muito difícil que eu vingasse. Mas graças a Deus eu vinguei, como uma planta viçosa, que teve lá os seus problemas, porque não havia mecanismo automático de controle do oxigênio por computador na incubadora, era tudo feito na intuição dos médicos. Então, por vezes, houve muito oxigênio, e esse excesso queimou o nervo ótico do meu olho direito. Eu nunca enxerguei com ele. E afetou o olho esquerdo parcialmente. E quando eles suprimiram abruptamente o oxigênio, isso causou uma paralisia cerebral que afetou os meus braços e as minhas pernas, não conseguia mover os braços, tampouco as pernas, quando era bebê.

Com muita fisioterapia consegui a recuperação de 99% dos movimentos dos braços. Eu tenho um pouco de dificuldade com movimentos de sintonia fina, mas acabei superando de certa forma isso porque toquei violão por muitos anos, e contrabaixo também. Eu só sou advogado porque não tive paciência para estudar música, eu adoro música. Se eu tivesse disciplina e se talvez não tivesse esse problema de coordenação fina, que me impõe um maior esforço para tocar, talvez tivesse sido músico. Eu tenho música em todo canto na minha vida, toquei em barzinho, ganhava dinheiro tocando em barzinho lá em São Paulo e em Campinas. A minha juventude foi sustentada pela música. A música é parte do meu ser.

Vivi em São Paulo até me mudar para Porto Alegre aos 4 anos. Fiquei em Porto Alegre até os 14. Em Porto Alegre, a escola que me acolheu era inclusiva, o que foi extremamente importante. Era o Instituto Educacional João XXIII, que funciona até hoje e que nos anos 1960 desenvolveu um método para um menino com baixa visão, porque eu tinha baixa visão monocular. As professoras ampliavam as letras à mão para eu poder aprender a escrever e a ler. Minha mãe ajudava nisso, ampliava os textos que eram datilografados, eu precisava tê-los em letra maior. E, para mim, o mundo era assim. Mas quando eu mudei para São Paulo, em 1973, as escolas não me aceitavam, eu não tinha o perfil da escola. Na verdade, elas não queriam se adaptar ao menino com baixa visão. Então me recomendavam estudar no Instituto Padre Chico, que é uma escola

para deficientes visuais. Mas eu não queria, nem minha mãe. Eu achava que eu tinha que estar numa escola comum, então, depois de uma luta grande, minha mãe conseguiu que eu fosse acolhido pela Escola Joana D'Arc, que me recebeu da mesma maneira que o João XXIII. Lá eu terminei o ensino médio.

Ainda existe muita resistência à educação inclusiva. Apesar da gente ter avançado muito, apesar da convenção da ONU, apesar de tudo, ainda existe muita resistência, ainda tem argumentos muito atrasados de que escola especial é gueto, ainda tem gente defendendo isso. E tenho certeza absoluta de que se não tivesse estudado em escola comum eu não teria seguido os caminhos que usei. Nas escolas especiais não havia muita perspectiva, por isso a minha mãe não queria que eu estudasse em escola para cegos.

Depois do ensino médio eu precisava de uma orientação, porque ninguém sabia, nem eu, como eu ia dar o próximo passo na vida. Como é que um menino com baixa visão ia fazer o vestibular? Porque o vestibular era uma prova que nivelava todos, a exigência era bastante rigorosa, e naquela época não havia cotas nas universidades para pessoas com deficiência. Então conheci o Chico Xavier. E tive uma experiência muito marcante. Eu recebi uma mensagem que dizia assim: "jamais se desvie do seu caminho, as respostas virão no momento oportuno". Eu fiquei uma semana na fila para receber essa mensagem psicografada pelo médium Chico Xavier. Confesso que quando eu li aquela mensagem eu fiquei bravo, porque

eu falei “pô, isso é mensagem de horóscopo, né? Isso é pra qualquer pessoa”. Mas eu olhei para o lado e vi uma mãe lendo uma carta que fora psicografada, em que o filho narrava circunstâncias da morte que ela não havia descrito ao Chico Xavier, porque eu estava do lado dela quando ela foi pedir também um apoio espiritual. Ela só disse que o filho havia morrido em circunstâncias muito tristes e queria uma mensagem. Mas a carta que o Chico Xavier psicografou para ela narrava todo o episódio de quando o menino desencarnou, um acidente em que o primo disparou uma arma e ele infelizmente morreu, e ele pedia para a mãe não chorar por sua morte, porque era o momento dele. Enfim, eu pude comparar a assinatura desse menino em vida com a assinatura dele psicografada. Foi chocante, do ponto de vista positivo, porque era igual. Para mim foi uma prova retumbante de que ali tinha alguma coisa séria. Então, resolvi levar a sério a mensagem e fui procurar a Fuvest. Nós combinamos que a minha prova seria lida e gravada, e eu responderia as alternativas a serem assinaladas, isso era gravado também, e alguém marcava as alternativas. Quando foi a segunda fase, que a prova era escrita, eu mesmo consegui escrever. Então as questões eram lidas por alguém e eu respondia por escrito no papel. Eu me inscrevi no Largo de São Francisco, que é a Faculdade de Direito da USP, me inscrevi na PUC e no Mackenzie. Mas eu tive o privilégio de ser aprovado na USP, então lá eu fiz a graduação. E para mim isso já foi um milagre, decorrente da mensagem do querido Chico Xavier.

Na faculdade de Direito eu acabei perdendo totalmente a visão, no terceiro ano. E precisei me adaptar. Um pouquinho antes de perder a visão eu havia trancado a matrícula para treinar com uma lente que me possibilitou ler livros pela primeira vez, até ali eu só tinha ouvido as leituras da minha mãe, das minhas irmãs, de amigos. Tranquei a matrícula da faculdade para poder treinar com essa lente, só que durante o treinamento eu perdi a visão totalmente. Um pouco antes disso, também, eu conheci o Cacique Raoni.

Eu morava num condomínio de classe média em São Paulo, aqueles que têm clube no meio do prédio, e uma vez um dos moradores convidou o Raoni para ir na casa dele e me convidou para almoçar. O Cacique Raoni já tinha uns 40 e poucos anos, eu tinha uns 19, era um moleque, eu nem me dirigia muito a ele porque ele era uma pessoa mais velha e um líder, um chefe de estado, na minha visão. Então eu ficava humildemente ali, quietinho e tal. E aí o dono da casa e me deixou sozinho com Raoni e com o assistente dele, aí eu comecei a conversar com o Raoni. Então ele falou: “— Conversa com ele, não se dirige a mim, vai falar com meu assistente primeiro, aqui do meu lado”. E o assistente se sentou de frente comigo e aí eu comecei a falar, eu olhava de rabo de olho, e comecei a falar assim: “Você não pode confiar em homem branco. Você tem que lutar pela demarcação das terras, você não pode acreditar na Funai, não pode acreditar na gente, não, porque nós não temos interesse nenhum em

ajudar vocês, vocês têm que se defender”. Daí ele pediu para o assistente dele sair, ele se sentou na minha frente, “Pode continuar”, aí eu continuei falando com ele “Se você não tomar a medida por você, você não vai conseguir a demarcação”. E, de fato, naquela época ele fez um auê, ele atacou os caras que estavam invadindo a terra deles e foi o primeiro grupo indígena que conseguiu a demarcação de terra. Então nós ficamos amigos, fomos andar pelo condomínio, ele começou a me respeitar. A gente andou pelo condomínio e todo mundo viu, porque ele era um cara grandão, fortão e com aquele super botoque, assim, imenso. Daí ele me explicou que quanto maior é o botoque que você vai pondo ao longo da vida, ampliando, mais sinal de coragem e força você mostra para a tribo, então mais respeitado você é. “Por isso que o meu é muito grande, porque eu sou Cacique, tem que mostrar”. Mas outra coisa que foi interessante é que, se vinha adulto, ele nem ligava, ele era um cara bem alto, nem olhava. Agora, se viesse uma criança, ele parava onde ele estivesse, agachava, olhava no olho, e a criança não tinha medo, apesar dele ter uma imagem diferente. Ele era um cara que olhava com tanto carinho para a criança, que a criança ficava ali e aí conversava com a criança e respondia tudo. “Mas por que isso que você não liga para os adultos e liga para as crianças?” Ele me falou uma coisa que fez eu trabalhar, inclusive, com a questão do combate ao trabalho infantil: “Porque na tribo as crianças são filhas de todos, a criança é da tribo, não de cada pai e mãe só, todos nós somos

responsáveis pelas crianças e nós temos que cuidar muito bem das crianças, porque elas são as sementes da tribo”. Olha que coisa linda que ele me ensinou! A partir disso, eu comecei a me dedicar à questão do combate ao trabalho infantil. Então foi uma coisa que marcou minha vida. Ele me mandou um cocar de onde ele estava lá no Xingu, só que o cidadão que intermediou a nossa amizade acabou ficando com o cocar, não me deu. E eu tinha ficado de visitá-lo, mas eu tinha acabado de perder a visão logo depois, então fiquei com medo, foi um momento de adaptação, e depois o tempo passou, acabei perdendo o contato com o Raoni. Eu nem sei se ele vai lembrar de mim hoje, porque afinal isso já faz 44 anos, 46 anos. É muito tempo, mas para mim foi marcante.

Naquela época, eu estava começando a vida, e a namorar a mãe das minhas filhas, a Suzana, que é uma mulher maravilhosa, minha grande parceira por 31 anos. A Suzana é uma mulher muito bonita e amputada da perna esquerda, nós éramos dois heróis solitários, pessoas com deficiência tentando se encontrar. Quando eu perdi a visão, ela não foi embora, ficou comigo, foi muito importante naquele momento. Tivemos a Maíra, tivemos também a Iara. E depois nós nos separamos, o casamento acabou se desgastando. Mas nós somos muito amigos. E aí eu conheci a Ana Maria, que é uma mulher aqui de Curitiba, que tem estado comigo há 8 anos, casados há 7.

Eu voltei para faculdade, depois de perder a visão, em outra turma, a turma de 1984, que foi a turma com

a qual me formei. E eles foram muito legais, porque se uniam para gravar livros para eu ouvir. Eu tinha acesso aos livros das meninas que anotavam tudo, e elas davam para mim as anotações. Eu não faltava às aulas, não era aquele cara folgado que pedia o caderno das meninas para poder fazer a prova. Eu ia na aula, e as meninas tinham a maior alegria em me ajudar. Me formei, depois fiz a especialização em nível de pós, também no Largo de São Francisco, fiz um mestrado, tudo em Direito do Trabalho.

Sempre tive uma tendência a não tolerar a injustiça. E como eu era um moleque muito franzino, com deficiência física, muitas vezes eu me impunha na palavra, no grito, no palavrão, eu aprendi a me defender no argumento. Aprendi que esse era o caminho, o argumento. Eu nunca tive dúvida de que queria estudar Direito. Nunca tive aquela coisa de “ah, que que eu vou fazer na vida?”, sabia que eu queria estudar Direito. E o Direito do Trabalho é o primeiro ramo do Direito que aplica a igualdade real, tratar desigualmente os desiguais na justa medida da desigualdade. Ele busca compensar a desigualdade econômica dos mais pobres em relação aos mais ricos, e isso me fascinou. O Direito do Trabalho quebra a bobagem da igualdade formal, traz a dignidade daquele que só tem a força do corpo, da mente, para poder ter o seu sustento.

Porque o Direito do Trabalho é um instrumento democrático, você não pode falar em Direito do Trabalho sem falar em democracia, é claro que, muito

da raiz do Direito de Trabalho brasileiro é inspirado na Carta del Lavoro, principalmente a organização sindical que viveu no Brasil e que ainda deixa algumas marcas. Esse é o lado do direito coletivo que já se democratizou muito, mas todo o direito do trabalho em si, não a parte coletiva exclusivamente, mas o direito trabalhista em si, do trabalho individual, é democrático, foi forjado pelos trabalhadores do mundo inteiro. Não dá para ser devoto ao Direito do Trabalho e não crer e ser devoto também à democracia, não dá!

Nessa época da faculdade, eu não conseguia trabalho, porque era cego, então eu comecei a estagiar na assistência jurídica do Largo de São Francisco, que começou por iniciativa dos alunos. Além de não ganhar nada, eu ainda pagava uma mensalidade para poder trabalhar lá. Mas eu aprendi muito, tive a melhor nota da OAB na minha turma, porque a gente advogava para os pobres e tinha que advogar mesmo. Tinha apoio de pessoas mais velhas e acabei me valendo muito do que eu aprendi lá na assistência jurídica do 11 de Agosto.

Depois, mesmo já formado, não conseguia trabalho, também por ser cego. Inclusive ouvi de um advogado do Sindicato dos Bancários da CUT, lá de São Paulo: "Você tem que entender que eu não posso colocar uma pessoa cega para proteger a categoria". Daí eu falei: "Se você não vai me contratar, você tá me discriminando, você vai me ter como inimigo, azar seu". É claro que isso me machucou muito, porque eu não imaginava que viria uma discriminação aberta de uma Central Sindical que se dizia de vanguarda, mas

naquele momento eu tive apoio de um velho comunista que trabalhava lá no sindicato. Ele se indignou, foi para imprensa e denunciou o sindicato, porque ele era estável e ninguém podia mexer com ele. Então se criou uma situação feia lá para os bancários de São Paulo.

Mas eu já estava fazendo o mestrado e fui contratado pelo Dr. Oswaldo Preuss, que era Desembargador da 15ª Região. Então eu passei a ser seu assessor. E aí minha carreira alavancou muito. Eu redigia os votos e aprendi muito com ele. O Dr. Preuss era um procurador do trabalho e depois se tornou Desembargador, pelo quinto constitucional, como eu, então ele é exatamente como eu fiz. E depois de cinco anos, eu fiz um concurso para magistratura estimulado pelo Dr. Preuss: “Ah, você faz meus votos, você tem que assinar agora”. Eu fiz o concurso lá no Tribunal de São Paulo, na 2ª Região. Fiz a primeira prova, a segunda prova e na hora de fazer a prova de sentença, que era o que eu fazia diuturnamente, o Tribunal cismou de me cortar. Eles anteciparam meu exame médico, e eu fui cortado do concurso. Se dizia então, em 1990, que uma pessoa cega não poderia ser juíza, isso estava num precedente do Supremo Tribunal Federal, mas era um precedente de 1981, anterior à Constituição de 1988, e por mais que eu dissesse que a Constituição de 1988 não autorizava mais isso, não foi possível, não teve apelação.

Em 2002 eu acabei vindo para Curitiba para fazer o doutorado aqui na Federal, fui aprovado no concurso que tinha 60 candidatos, em primeiro lugar. Então achei

que era um sinal de Deus. Era uma coisa circunstancial, eu simplesmente vim fazer o doutorado, era para ser provisória a estada aqui. Mas a gente se encantou com a cidade e decidiu morar aqui.

Então, eu fiz o concurso para o Ministério Público do Trabalho. Tinha que criar a Maíra, minha filha mais velha, que tinha recém nascido. E não teve jeito de ficar brigando, tinha que cuidar da vida, ser prático. Fiz o concurso para o Ministério Público e, graças a Deus, fui aprovado em sexto lugar. Havia 4.500 candidatos. Fiquei no Ministério Público uns 18 anos. E me tornei então o primeiro magistrado cego do Brasil, pelo quinto constitucional, em 2009. Fui o mais votado na lista sêxtupla para a vaga do Ministério Público neste tribunal. Eu tive a honra de ter a visita do presidente da República na minha posse! Fui nomeado pelo presidente Lula! E ele veio pessoalmente ao Tribunal para minha posse, esse foi um dos momentos mais emocionantes da minha vida. O presidente da República estava prestigiando uma quebra de tabu que tinha marcado a minha vivência até aquele momento. Hoje eu sou ainda Desembargador, fui professor de Direito do Trabalho por 28 anos, mas agora só dou palestra e aula de vez em quando. A coisa que mais marca para um professor é quando você vê um aluno vocacionado se tornar um advogado bom, um juiz bom, um promotor bom, eu tive vários alunos ao longo da vida e vários deles mergulharam muito. Quando você sabe que semeia em solo fértil, é muito gratificante. O magistério propicia isso e também me propiciou o

aperfeiçoamento acadêmico, então eu fiz mestrado e doutorado.

Ai abriu uma vaga neste Tribunal para o quinto constitucional do Ministério Público. Em todos os tribunais, um quinto das vagas vem da OAB e do Ministério Público. Você submete teu nome à votação, o Ministério Público escolhe seis nomes. Eu fui o mais votado, estourei em primeiro lugar na lista. Daí o Tribunal escolhe 3 entre os 6, e essa lista tríplice é mandada para o presidente da República. Eu era o mais votado, então isso pesou para o presidente Lula, que me escolheu, me nomeou.

O pessoal teve muita dificuldade de entender como é que eu ia trabalhar nas questões, porque eles trabalham lendo os processos na tela dos computadores, e eu decoro palavras-chave de cada processo, preparando a pauta, o que dá muito trabalho. Também se sentam ao meu lado a minha assessora e meus assessores durante a sessão, eles vão me dizendo “ah, esse é o caso tal” com a palavra-chave que eu havia combinado. Com isso eu consigo discutir com os meus colegas de igual para igual, então a minha atuação nas sessões é normal, mas eu precisei desenvolver esse método. Ou seja, eu tenho que ter um preparo mais detalhado da pauta na véspera.

Eu defendo a causa da pessoa com deficiência e outros grupos vulnerabilizados, não é possível defender a causa da pessoa com deficiência sem pensar em todos que compõem a diversidade humana. Estou engajado firmemente no que é o Programa de

Diversidade da Justiça do Trabalho, que eu tenho a honra de coordenar aqui no sul. Quando o protocolo estiver pronto, nós vamos começar um movimento de divulgação desse protocolo para a sociedade. Meu Tribunal aceitou a ideia de ter uma Comissão de Acessibilidade desde logo. Foi o primeiro Tribunal, já em 2010, que criou uma Comissão Permanente de Acessibilidade por deliberação dos pares. Eu propus e o Tribunal topou.

E daí eu trabalhei com a Ministra Nancy Andrichi no CNJ para redigirmos juntos a Recomendação 27, que dizia que era obrigatória a criação da Comissão em todos os tribunais. E depois que nós fizemos a recomendação, o CNJ acabou votando a Resolução 230, que decorreu daquela recomendação. Eu componho também o grupo do CNJ que trata do processo judicial acessível. Então é um grupo que se volta à acessibilidade no judiciário. Ninguém conhece a legislação, mas o que é mais chocante é que nos encadernamentos das Constituições, sejam digitais ou impressos, o texto da Convenção da ONU não está, embora a Convenção da ONU tenha sido aprovada com *status* constitucional. Então grande parte dos juízes desconhece que ela é uma norma constitucional. E não só a Convenção da Pessoa com Deficiência, mas a Convenção de Marrakech também foi ratificada com *status* constitucional, e recentemente a Convenção Antidiscriminação Racial da Corte Interamericana. Então nós estamos propondo por intermédio desse grupo do CNJ que o Ministério da Justiça determine que todas as

encadernações da Constituição, em qualquer versão, contemplem todas essas normas ratificadas com *status* constitucional.

Eu trabalhei na ONU, na elaboração dessa Convenção, dando apoio à delegação brasileira, em 2006. Eu tinha acabado de defender a minha tese aqui na Federal, que era sobre o trabalho da pessoa com deficiência e por isso eu dei apoio técnico à nossa delegação na ONU. Foi uma experiência marcante trabalhar lá. Era um tratado subscrito por diplomatas, mas elaborado por pessoas com deficiência do mundo inteiro. Os diplomatas nada alteraram do que as organizações de pessoas com deficiência propuseram. Então é um instrumento, na visão do professor da UnB, José Geraldo, chamado de O Direito Achado na Rua. O Tratado da Pessoa com Deficiência foi Achado na Rua, ele foi elaborado pela sociedade civil. Eu tive o privilégio de trabalhar nisso, então depois trouxemos esse tratado para o Brasil e o fizemos ratificar com *status* constitucional, foi o primeiro tratado que foi ratificado com *status* constitucional no Brasil. Também trabalhei no Congresso para que isso acontecesse. Foi um episódio bonito da minha vida.

Também redigi a Lei do Jovem Aprendiz há 20 anos. Na verdade, fiz uma criação jurídica a partir da Lei Brasileira de Diretrizes Básicas da Educação. Porque eu ajudei a Mara Gabrielli a elaborar a LBI, e a gente foi adaptando o contrato de aprendizagem para pessoas com deficiência progressivamente. Por exemplo, não há teto etário para a pessoa com deficiência que for

aprendiz, e pode acumular o Benefício de Prestação Continuada com salário de aprendiz. Se a pessoa com deficiência perdeu o emprego, não perde o BPC. Fiz uma série de adaptações para utilizar o contrato de aprendizagem como uma forma de qualificação das empresas e das pessoas com deficiência para cumprir a cota. Até pouco tempo estava tendo uma discussão se o deficiente aprendiz valia para as duas cotas, eu não concordo com isso, por uma série de razões. E aí eu ajudei a colocar isso na LBI, então a LBI já deixa claro que, enquanto a pessoa for aprendiz, não vale para cota de pessoa com deficiência. Essas coisas parecem pequenas, mas são muito importantes.

Então eu estou sempre tentando me manter em harmonia com a energia do universo, a energia criadora do universo, que é Deus na minha concepção. Acho que sempre me coloquei como instrumento da vontade do Senhor com todo o meu coração. E, graças a Deus, as coisas têm se operado. Eu tenho aberto caminhos para que a vontade de Deus em prol da Justiça se perfaça. Tenho sido um mensageiro disso. Sei lá, Deus me coloca nos lugares, eu vou e faço o que eu tenho que fazer. Às vezes eu não consigo, às vezes eu consigo, mas eu me coloco de coração. Fazer um instrumento de Vossa paz, como diria São Francisco.

Ainda existe na sociedade uma tendência de diminuição e invisibilização da pessoa com deficiência. Isso é algo que cansa. Espero que, para a geração que me sucede, isso termine. Mas até hoje ainda tem essa questão. Eu vou comprar um carro e digo: “eu

vou pagar o carro”, a pessoa fala: “mas o senhor vai financiar?”, “não, vou pagar à vista”, “mas como é que o senhor quer financiar?”. Eu preciso dizer 10 vezes a mesma coisa, porque não passa pela cabeça dela, mesmo que eu diga, que eu sou Desembargador. Esse véu da invisibilidade é muito pesado. É desgastante, cansativo, tão cansativo, que eu evito ir em restaurantes novos, vamos a lugares em que já me conhecem. Se eu vou num novo, já fica uma tensão, o cara fala só com a minha esposa, acontece muito isso, e eu já combinei com ela uma brincadeira. “Que que ele vai comer?”, o garçom pergunta, aí minha esposa fala para mim: “Ah, que que você vai comer?”, “Fala para ele que eu vou comer arroz, feijão e batata frita e bife”, aí ela fala: “Ah, ele disse que ele quer comer arroz, feijão e batata frita e bife”. O cara fica perdido, demora para entender que a gente está brincando. É tão hipnotizante essa coisa da invisibilidade, ou menosprezo, ou, sei lá, perplexidade, que se dá à pessoa com deficiência, que cansa um pouco. Não é todo dia que eu estou muito bem-humorado para lidar com isso, não. Tem dia que eu já xingo logo, não é sempre que eu estou com paciência. Nem para falar isso.

Eu acho que com esse trabalho que o ministro Lelio está fazendo de lidar com Direitos Humanos em concreto, organizando o Protocolo de Julgamento Antidiscriminatório, Protocolo para o Combate ao Trabalho Infantil e Aprendizagem, Protocolo Contra o Trabalho Escravo, Protocolo de Medicina e Segurança do Trabalho, Trabalho Seguro e também os vários

programas, como o Programa de Combate ao Trabalho Infantil, agora, então, a Justiça do Trabalho, se Deus quiser, vai começar uma atuação proativa, tendo os juízes como aplicadores da lei, mas também como cidadãos mobilizando a sociedade. Espero que isso não pare, que isso não termine, porque a Justiça do Trabalho vai cumprir a sua missão de ser a justiça do povo, a justiça social. Essa é a missão do Direito do Trabalho. Uma coisa é você aplicar a lei, a atividade jurisdicional tem que ser imparcial, mas a atividade de cidadania, que é inerente a qualquer juiz ou a qualquer cidadão, se a gente exercer aqui na Justiça do Trabalho, pode dar referência para todos na sociedade civil brasileira, porque ela lida com a desigualdade como matéria-prima, buscando a igualdade substancial. É um dom, é um talento que a Justiça do Trabalho tem.

E, na minha idade, é uma tendência buscar objetivos. E eu devo dizer que alcancei aqueles que eu almejava ao longo da vida. Chegar a essa idade é difícil se você não tem perspectivas de novos desafios, mas eu estou agora trabalhando na elaboração do Protocolo de Atuação e Julgamento com Perspectiva Antidiscriminatória e Inclusiva, que está tratando de orientar a magistratura trabalhista acerca de como decidir questões referentes a gênero, sexualidade, etnia, raça, deficiência, idade. Então nós estamos lidando de forma bastante cuidadosa com grupos vulneráveis, que precisam de atenção peculiar. Porque a vulnerabilidade desses grupos não se deve à condição deles, mas sim à forma como a sociedade reluta em

TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

acolhê-los. Os indígenas do Brasil não são vulneráveis porque são pessoas vulneráveis. São vulneráveis porque nós, brancos, os vulnerabilizamos. E assim também se pode falar da questão de gênero, de sexualidade, de raça, de etnia. Na verdade, as pessoas que precisam de atenção especial assim o são porque a nossa sociedade não os acolhe. Então eu digo para as pessoas com deficiência: jamais acreditem nos limites que querem te impor. Acreditem nos seus sonhos. Para os colegas, para os pais, eu diria: pessoal, estamos juntos.



EKATERINI SOFOULIS HADJIRALLIS MORITA

Data de Nascimento: 10/03/1976

Naturalidade: Montevideu – Uruguai

Tribunal Superior do Trabalho – TST

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 14/04/1997

Cargo: Técnica Judiciária

Lotação: Assessoria de Acessibilidade, Diversidade e Inclusão

Sou Ekaterini Sofoulis Hadjirallis, uma mulher branca, cadeirante, tenho cabelos castanhos com mechas loiras, olhos castanhos, uso óculos. Eu sempre gosto de falar que, enquanto característica, minha marca pessoal é a alegria.

Tenho 48 anos. Nasci no Uruguai, em Montevidéu. Sou filha de gregos. Os meus pais moraram no Uruguai e se conheceram lá.

Aos onze meses de idade, eu sofri um acidente de carro. Eu estava com eles no carro e as minhas duas irmãs. Uma irmã de nove anos e a outra de treze. Eu estava no colo da minha mãe, no banco da frente. Na época não se usava cadeirinha, não tinha nenhum tipo de proteção para as crianças. O carro capotou e a gente estava numa estrada, voltando de Punta Del Este para a nossa cidade, uma cidade pequena chamada Colônia Suíça.

Quando o carro capotou, eu fui jogada para fora do carro pelo vidro da frente. Naquele momento, minha mãe saiu do carro para me procurar e eu não estava. Então, ela não me achava. Ela procurava na estrada, no acostamento, e não me encontrava em lugar nenhum. E ela desesperada, tentando pedir ajuda para os carros pararem. Os carros não paravam, não prestavam socorro. E tinha umas casas na estrada, mas as pessoas não saíam. Elas tinham medo, sabe? Meio que já estavam acostumadas com acidentes e elas não queriam se envolver.

Depois de um tempo, eu chorei, e minha mãe me encontrou embaixo do carro. O carro parou na

posição normal, e eu estava embaixo, sendo queimada pela água do radiador. Então, além da lesão medular, em virtude da queda, eu tive graves queimaduras nas pernas. Neste momento, eu sempre gosto de falar que eu acredito em milagre. Eu acho que aconteceram dois: estar viva naquele momento e ter chorado, ter falado “mãe, tô aqui, debaixo do carro!” de alguma forma. E o outro foi porque, naquele momento, naquela estrada, naquele horário, no caminho inverso, estava vindo um médico que atendia a gente na nossa cidade, era tipo um médico de família. Porque a cidade era muito pequena, então tinham aqueles médicos mais próximos às famílias. Ele estava viajando naquele mesmo instante, naquela mesma estrada. O fato dele nos encontrar e prestar o socorro, ele e a esposa. Então, ele pegou da forma adequada. Nesse momento, sempre tem que ter bastante cuidado nessa remoção da pessoa que tem um acidente. E o meu pai também tinha sido jogado para fora do carro. E aí o médico conseguiu parar um outro carro, pediu ajuda, levaram meu pai, e ele mesmo me levou para o hospital.

Todo o primeiro ano foi mais complicado, de um pós-acidente, da família entender até que ponto o acidente vai afetar a vida... de tratamento, hospitalização, como é que vai ser? Acredito que minha mãe demorou a entender. Eles demoraram a dar um prognóstico. Será que ela vai andar, não vai andar? Isso tudo levou um tempo. E então meus pais, de alguma forma, tiveram que lidar com aquela nova situação, de ter uma filha com deficiência, e toda a novidade

que traz uma situação como essa. Quando você tem um filho, há uma expectativa do filho sem deficiência. E então, se algo acontece, você passa a não entender muito bem ainda como é, como vai ser essa nova configuração. O que ela vai ser capaz de fazer? Como vai ser esse futuro? O que a gente pode estimular para poder talvez reabilitar?

Ainda existe muito essa concepção da reabilitação, mas na época acho que era bem, bem marcante. Eu fui tentando entender essa fase da infância e da adolescência. Me entender enquanto o que eu podia, o que eu não podia. Mas muito nesse meu princípio da minha personalidade, que é assim: eu sou sempre muito alegre. Então, eu não entendia muito bem se havia alguma diferença, e a minha família também tinha uma forma de tratar a deficiência com muita naturalidade.

Então, meus pais buscavam me desenvolver para que eu fizesse as coisas por mim, do meu jeito... Em alguns momentos era até exigida demais. Depois você fica: "Poxa, mas podia ter sido um pouquinho menos exigida!". Eles favoreciam uma aprendizagem para que eu desse conta do máximo possível, para ter uma vida autônoma, independente, para cuidar de mim mesma. E meus pais tinham como base o estímulo ao estudo. Minha mãe sempre acreditou assim: "Ah, estuda que vai dar certo", "Estuda, porque isso vai te levar longe.". Isso porque ela não teve oportunidade, os pais dela não deixaram ela estudar.

Os meus pais trabalhavam juntos, no comércio,

no ramo de calçados. Tinham uma fábrica pequena de sapatos e uma loja, e minha mãe teve que parar de trabalhar para cuidar de mim. Pouco tempo depois, teve uma grande recessão no Uruguai e a empresa do meu pai acabou falindo. Meu pai, em seguida, decidiu se dedicar à igreja ortodoxa e nós tivemos que nos mudar para o Brasil, onde meu pai ficou responsável pela igreja de Brasília.

No Brasil, eu comecei a entender um pouco mais a questão da deficiência, porque eu comecei a frequentar o Hospital Sarah enquanto uma possibilidade de acompanhamento. Era acompanhamento porque, a partir do momento em que eu fui atendida, eles deixaram muito claro que não havia recuperação ou reabilitação. A lesão medular era isso. Eu não ia andar mesmo e enquanto eu conseguisse andar de andador forçando os ombros, os braços, seria assim. Mas em algum momento eu teria que ficar exclusivamente na cadeira de rodas.

E no hospital, como havia casos muito graves, eu entrava num choque de realidade, as pessoas tinham condições muito graves. Então, quando eu vi os outros casos, eu falava: “Meu Deus, será que eu sou assim, será que eu não estou me enxergando?” Enfim, por muitos anos, eu tinha dificuldade de reconhecer minha deficiência.

Outra situação que me deu um choque de realidade foi que eu fui “convidada” a sair da escola no quarto ano, uma escola de freiras, pois a partir do quinto ano, as salas passavam do térreo para o

segundo andar e elas não iriam mudar as salas por minha causa. Só avisaram para os meus pais para que me tirassem de lá.

Talvez este tenha sido o primeiro contato com uma situação de discriminação, mas meus pais e eu não soubemos nos indignar na época, achamos que era simplesmente assim. Eles simplesmente aceitaram porque tinha muito disso: a conjuntura que se apresentava. É como se você que se vire com a acessibilidade... a tragédia, ela é pessoal. E meus pais não sabiam que deveriam exigir melhores condições. Não era algo da sociedade ou da educação, condições serem dadas pelas políticas ou pelas instituições. Era uma coisa meio que cada um que se vire com o seu. Eu tô falando de 1986.

As crianças eram muito rudes, nessa época, com outras crianças com deficiência. Então, ninguém queria muito fazer amizade comigo. Era uma ou outra criança que se aproximava. Eu lembro que os momentos mais felizes eram as férias, porque eu não tinha que lidar com o olhar de ninguém estranho para mim, as crianças fazendo algum tipo de comentário desagradável, de aleijada, ou coisas do gênero. Mas eu fui crescendo e cada vez mais eu fui me tornando mais sociável. Eu fui entendendo mais daquilo que eu podia. Comecei a me destacar pela minha capacidade acadêmica, minha possibilidade de ser a estudiosa da sala. Isso me deu destaque e fui me aproximando cada vez mais das pessoas, fazendo amizades.

Até que cheguei à universidade, a Universidade

de Brasília, uma universidade pública. Decidi fazer psicologia. Em 1994, ainda não havia cotas para pessoas com deficiência. Então, eu passei na lista geral mesmo. E eu me deparei com uma universidade extremamente inacessível arquitetonicamente falando, mas com pessoas com uma atitude muito favorável à inclusão. O meu departamento era muito assim: a coordenação e as pessoas eram muito sensíveis às minhas necessidades.

No início foi bem complicado. Tinha matérias em auditórios que era impossível chegar. Eu tinha que ficar na última fileira, lá em cima, sozinha. Aqueles auditórios com uma escadaria gigante. E aí, toda turma lá embaixo e eu só, lá em cima. Tinha que contar com um colega ou outro que me carregasse e me levasse lá embaixo para poder ouvir mais de perto. Ou laboratórios que tinham um lugar horrível para chegar, e aí o meu pai me acompanhava. Eu lembro na época que levava umas muletas para que pudesse tentar subir, e às vezes eu subia sentada na escada. Imagina, o lugar todo sujo e eu tendo que sentar e subir degrau por degrau, sentada. Enfim, eu passei por uns perrengues. A pessoa que tem lesão medular não tem controle esfinteriano, ela tem dificuldade ou nenhum controle das necessidades, então o banheiro é uma urgência imediata. Era um problema achar um acessível.

A partir do momento em que eu não precisei mais estar em matérias de auditório ou de laboratório, eles alocaram todas as minhas disciplinas em uma sala única. Assim, quem mudava de sala não eram as

turmas, os professores e eu permanecíamos na mesma sala a depender do meu interesse de currículo.

A UnB te permite escolhas de temáticas e eu escolhi a psicologia organizacional. Me identifiquei muito com gestão de pessoas, de pesquisas de clima, de seleção, de capacitação. Fui fazendo todas as matérias nessa linha, nesse espaço. Mas era muito cansativo ainda assim... Então em 1996, eu tinha 20 anos, a minha irmã estava estudando para concurso e ela falou: “Estuda para concurso. Vai ser a oportunidade para você ter um trabalho com estabilidade, você precisa de um espaço seguro”. Ela começou a estudar e me levou para estudar com ela e a gente passava as tardes e os fins de semana estudando na biblioteca da UnB. Passei para o TST com 21 anos, em primeiro lugar nas vagas reservadas para pessoas com deficiência, no nível médio técnico, porque ainda não era formada. Segui fazendo psicologia de manhã e trabalhando à tarde. Quando eu fui fazer a perícia do concurso do TST, me lembro que eu falei: “é aqui que eu quero trabalhar”. E assim aconteceu...

No TST eu encontrei um ambiente muito diferente da UnB. No TST, parecia que estava vivendo um outro universo de sociedade. Num primeiro momento, me alocaram para uma atividade bem básica de digitação. Era difícil por causa da atividade rotineira e sem desafios intelectuais, mas eu dei meu jeito de sair dessa lotação.

Desde o início todas as chefias foram extremamente acolhedoras, desde Ministros, chefes de

TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

gabinete. Extremamente! Me acolheram muito bem. Me incluíram muito nas equipes. Mas eu estava fazendo psicologia, queria trabalhar na área de gestão de pessoas e, no ano 2000, eu consegui ir para essa área propriamente. Trabalhei lá por 22 anos e eu amava, também sempre me senti muito parte da equipe e muito incluída pelas chefias, de uma forma muito natural, aproveitando meu potencial e capacidade de desenvolvimento. E cheguei a fazer de tudo por lá. Fui desde assistente até coordenadora e supervisora. Então eu pude experienciar as várias funções e atividades lá, inclusive gerenciais. Não era uma novidade para pessoas com deficiência ocupar papéis gerenciais, mesmo aqui no TST. Então, acho que fui uma das poucas que fui trilhando rapidamente esses postos. Eu tive oportunidade de ser vista pela minha qualificação, pela minha capacidade, pela minha entrega, capacidade de produção e de agregar enquanto equipe. Eu sou muito alegre, eu tento ser uma pessoa colaborativa, modéstia à parte, isso é uma das minhas grandes qualidades, de querer fazer, de fazer junto e de “contem comigo”.

Conheci meu esposo depois de voltar de uma viagem à Austrália, onde uma das minhas irmãs morava, à época. Ele é de origem japonesa. E aí, juntou uma grega com um japonês. A diferenciação de culturas é bem drástica mesmo. Uma aprendizagem que é constante. Mundos, são duas culturas, dois universos totalmente opostos, mas que estão nessa trajetória de estar juntos, formando e mantendo nossa família.

E eu sempre quis ser mãe, e eu sabia que ia ser mãe de menina. E quando a gente decidiu que era o momento de engravidar, não esperávamos que o presente ia vir duplo. Engravidei naturalmente de gêmeas, duas meninas, Manuela e Luiza. Greconipônicas! Esse sim era meu maior desafio. Porque eu já tinha sido gestora no trabalho, feito grandes ações aqui, já tinha tido uma juventude intensa, porque eu sempre quis viver as coisas. Eu já fiz quase de tudo. *Rafting*, tirolesa, rapel, já fiz um monte de coisa, mas a maternidade era realmente o maior, o maior desafio. Para uma mulher com deficiência, ser mãe de gêmeas... Primeiro, já essa quebra de paradigma até familiar, porque as pessoas não imaginavam: “gêmeas?”.

Eu tive logo no início as complicações da gestação de uma mulher com lesão medular. O problema não é engravidar, o problema é você manter a gestação. Do quarto mês até o sétimo, eu precisei ficar em repouso absoluto. E neste momento sim, eu precisei ser cuidada de verdade. Eu precisei, porque eu não podia nem me virar na cama sozinha, eu não podia fazer esforço nenhum, porque tinha uma abertura no colo do útero. Eu falava e pensava: “Vai dar certo, eu vou conseguir ser uma incubadora e eu vou ficar aqui quietinha para que as meninas cresçam. Tá tudo bem”.

E daí as meninas nasceram prematuras de sete meses e meio, precisaram de cuidados de UTI e depois de um mês se recuperaram e fomos para casa... Me senti muito vulnerável e impotente na fase inicial da maternidade. Pela primeira vez, percebi os outros

querendo fazer por mim, algo como “tirando de mim esse direito de gerir a minha maternidade”, ou duvidando da minha capacidade de dar conta daquelas duas crianças, sabe? E isso eu percebi de todos. Ali, para mim, era um choque de realidade com a minha deficiência, do tipo: meu Deus, agora será que eu não dou conta mesmo? Será que tudo que eu dei conta até hoje, de dirigir, de aprender a tirar a cadeira sozinha do carro, de estudar, trabalhar, cuidar da minha casa, de aprender isso e aquilo outro, fazer tudo sozinha. E agora, eu não posso sozinha?”. Às vezes eu acho que tinha um quê de não poder mesmo, até porque eram duas crianças, mas tinha um quê também dessa fragilidade, que era esse momento, e de todo mundo estar tentando se ajustar. Com isso, a gente adaptava algumas coisas para dar certo, para eu participar. Então o banho, por exemplo, era na minha cama. A gente colocava a banheirinha delas na minha cama, para que eu pudesse sentar na cama e dar banho. A gente achava uma estratégia para que eu pudesse cuidar. E para que eu pudesse participar de todas as coisas.

E daí, elas foram crescendo. A Manu aprendeu a andar segurando na minha cadeira, atrás. Ela começava, segurava na minha cadeira, a gente andando devagarinho, até que um dia soltou. E aí foi mágico! Porque eu não tive esse momento, eu não andei. No momento em que eu comecei a aprender a andar, aos 11 meses (eu vou chorar) eu tive um acidente. Então, eu não andei. Eu não andei da forma esperada. Esse caminhar, essa aprendizagem dos passinhos, a minha

mãe não teve essa experiência comigo, mas eu tive com elas. A Lulu foi se soltando e pronto... Achei muito mágico quando eu vi as duas, aos poucos, aprendendo a andar. Com o ganhar de independência das próprias crianças. Elas começam a saber pedir e tudo mais, isso ficou mais leve para mim, mais fluido. Então eu comecei a fazer esse papel da maternidade mais independente.

As etapas foram passando e agora elas têm 14 anos e eu sou a mãe mais feliz do mundo. A gente vai vendo o quanto, por eu ser uma pessoa com deficiência, eu também dou para elas muita autonomia, mais independência para fazer as coisas. Desde pequenas, elas aprenderam a fazer as coisas sozinhas. A minha filha, com doze anos, cozinhava, e eu não falava “não, não mexe em faca”. Eu sempre fui muito: “Olha! Com cuidado, você consegue”. Dando a elas a possibilidade de que são capazes de fazer, desde que elas tenham interesse.

Eu sinto que eu tenho o dever de viver. É como se essa oportunidade que me foi dada, eu sentisse diariamente. Às vezes eu até extrapolo, porque eu me envolvo em muita coisa, eu chego, às vezes, a testar o meu limite. Também acho que tem um pouco da questão da deficiência, da gente querer provar que dá conta, que a gente pode. Estou o tempo todo testando esse limite, concretizando coisas, estando em lugares, fazendo... para viver intensamente. Mas tem o outro lado também. É viver intensamente, mas tem também a questão: a de ocupar espaços. Eu me recuso, às vezes, a não aceitar determinados trabalhos simplesmente

porque eu acho que eu tenho que ocupar, eu tenho que experienciar, eu tenho que fazer, que provar. E às vezes as pessoas falam: “mas você já provou que é capaz”. As pessoas costumam me falar isso. E aí eu penso: “Será que eu tô querendo provar para mim mesma o tempo todo também?” Enfim, eu acho que é um dilema da pessoa com deficiência. Mas eu tenho uma vida que pulsa por experiências das mais variadas. De viagens a desafios, a trabalhos, a aprender mais e mais.

Quando eu ganhei as meninas e voltei ao trabalho, depois da licença maternidade, deixei o posto de chefia em que eu era coordenadora, porque eu não tinha mais disponibilidade de trabalhar o dia todo no Tribunal. Era realmente uma incompatibilidade, que eu acho que é uma questão de gênero. Eu não tinha como compatibilizar, por motivos óbvios. Eu tinha duas bebês e as instituições não estavam preparadas naquela época para isso, para ter uma jornada diferenciada por um tempo, ou você ter outras modalidades de trabalho. Hoje, eu acho que até existem mais alternativas. O trabalho híbrido e teletrabalho não existiam na minha época para mães lactantes.

Mas eu não deixei de ser gestora, muito porque eu gosto de estar à frente. Sou uma pessoa que está atenta aos detalhes, que quer fazer, produzir, que tem ideias. Eu gosto de lidar com pessoas e de ter ideias, de concretizar. Então, o posto gerencial me dá essa oportunidade. E aí, em 2011, eu estava ainda na gestão de pessoas e me chamaram para compor a Comissão de Acessibilidade que estava sendo formada. Na época

eu ainda não atuava nem pensava nessa temática. Eu nem tinha muito interesse. Pensava que eu era só mais uma pessoa com deficiência na instituição. E aí, quando me chamaram, comecei a achar extremamente necessário aquele lugar. Comecei a entender coisas que eu não entendia sobre a deficiência. Eu comecei a ver não só posturas, mas também a questão de não haver acessibilidade em alguns postos, em alguns lugares, em alguns contextos. A ausência de alguns recursos e tudo mais para outras deficiências que não só a minha.

Passei a ouvir mais as pessoas, e aí, por ser psicóloga, eu adorava ouvir. Então, a atividade que eu mais gostava era a de entrevistar as pessoas para poder ouvir como eram as condições de trabalho delas.

Antes eu nunca me achava capaz, por exemplo, de falar em público, de poder transmitir conhecimentos. Hoje em dia eu me vejo fazendo palestras, dando cursos. Desenvolvi esse lado também... eu sou espontânea, então, assim, a partir da minha espontaneidade, eu acho que chega a mensagem para as pessoas. Eu tenho de contar minha história e trazer os conceitos que precisam ser trabalhados. E aí, nisso também eu entendi que podia ser potência. Nessa oportunidade de falar para pessoas sem deficiência, pessoas com deficiência. Enfim, e eu sinto pelo olhar das pessoas, quando elas me veem falando, o quanto aquela mensagem e aquela história toca em algum lugar e deixa, de alguma forma, uma semente ali plantadinha.

Eu acabei me apaixonando pelo tema da

inclusão da pessoa com deficiência, muito também pelo amadurecimento enquanto reconhecimento da minha própria deficiência. Fui uma pessoa com deficiência durante todas as etapas da minha vida, mas esse reconhecimento não é tão imediato. Ele vai acontecendo em cada fase da vida de uma forma diferente para cada pessoa. Então, por muito tempo, até comentando a minha trajetória na adolescência e na juventude, por muito tempo eu fingia não ter deficiência. Eu queria ter uma performance de tal maneira que eu não demonstrasse limitações. As pessoas falavam: “Nossa! Eu nem lembro que você é uma pessoa com deficiência”. E hoje eu já penso assim, eu quero que a pessoa lembre que ser cadeirante é uma característica, sim! Talvez durante 80% do dia eu não precise de outra pessoa. Mas, talvez, nos outros 20%, em algum momento, eu precise de algum suporte, e tudo bem! É uma característica minha, reconhecer isso. Eu não imaginava trabalhar com essa temática e, ao longo do tempo, fui me apaixonando e entendendo que a luta era minha. Entendendo que na instituição mesmo era esse papel, que estava sendo muito validado. Que as pessoas reconheciam como meu trabalho e o meu saber, e também o impacto do que eu fazia na vida das pessoas. Eu fui me apaixonando mais ainda por esse tema.

Ao longo da minha trajetória, eu achava um exercício meio que diário você manter sua autoestima elevada. Talvez agora adulta eu tenha um outro nível de consciência, mas, enquanto indivíduo, a gente

é formado a partir do olhar do outro. E o olhar do outro para a deficiência é sempre muito negativo. Confesso que, por várias etapas da vida, eu tinha muita dificuldade de sentir a potência que eu deveria ser, e que sou, porque sob o olhar do outro, oscilava muito. Em geral, o olhar do outro não era legal. É “você é esquisita”, “você está numa cadeira de rodas”, “você é um ET”. Então, a sensação de que você é um ET era meio que diária, e talvez o TST tenha sido o lugar onde eu tenha recebido um olhar mais real do que eu sou, da minha capacidade, sem esse julgamento que te torna menos.

Essa foi a sensação mesmo, de ser vista como uma pessoa como as outras. Porque, tirando alguns grupos, alguns nichos como a família e amigos próximos, estar na rua é desafiador para uma pessoa com deficiência. Não só pela acessibilidade, mas pelo olhar das pessoas. E a maternidade, então, é muito mais julgada. Como uma cadeirante tem dois filhos?. Primeiro pensam: “Não são dela”. O primeiro olhar é tipo assim “são suas?”, “você é capaz?” Até porque tudo é questionado: se a gente tem sexualidade, se a gente pode engravidar, gestar, se a gente... enfim, se a gente pode viver a vida em todas as suas esferas.

Quando a gente saía, desde pequenas as minhas filhas foram percebendo o olhar dos outros sobre mim, e eu tinha muito medo delas terem vergonha da mãe. Será que elas vão ter vergonha de dizer para os amigos que a mãe é cadeirante? Eu tinha muito esse receio. Hoje em dia, eu vejo a leveza delas em relação a mim,

TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

sabe? Elas falam “mãe, a gente tem tanto orgulho de você” e tudo mais... Nossa, isso também é muito bom!

No trabalho o que eu sinto é que a gente precisa lutar ainda para as situações que poderiam ser óbvias. Que são óbvias para nós, sabe? A gente ainda precisa fundamentar demais, justificar demais direitos que, por exemplo, na própria LBI [Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência] já está escrito. As leis já estão, mas na prática, a gente precisa estar ainda fazendo alianças, argumentar... Você tem que falar com um, para falar com outro, para usar de alguma forma aquele papel ocupacional daquela pessoa para interferir por aquilo. Tem uma exaustão, olhando para papéis de gênero e de liderança. Há uma exaustão no sentido de que a deficiência impacta esses outros papéis, mas eu acho que a gente ainda está nesse provar o tempo todo que merece, que a gente faz, que a gente precisa ser visto, que os nossos direitos precisam ser colocados em prática, que a gente pode, que somos bons o suficiente. Que não é modismo, que a nossa temática ela é essencial para as instituições. Porque a gente vem de históricos de não inclusão, de exclusão mesmo, de não participação. E quando você é percebido, é visto – porque é assim que eu me sinto, me sinto vista – isso é muito potente. E nisso eu me sinto muito orgulhosa desse lugar, de ser vista de alguma forma, mexer as bases. De alguma forma poder ser instrumento de mudança, de melhoria... Mesmo que seja a passos bem lentos e aos poucos, mas poder estar ali.

Acho que isso impacta outras pessoas com deficiência, principalmente porque eu percebo no *feedback*, o tanto que elas me dizem que foram acolhidas pelo nosso atendimento, que elas se sentiram respeitadas e vistas quando a gente defende um recurso de acessibilidade que elas precisam. Eu tenho um relacionamento fácil com gestores, por ser até da área de gestão de pessoas durante anos, eu lidava muito com gestores. Isso facilita a comunicação. Quando um servidor ingressa numa área e ele é uma pessoa com deficiência, eu tenho a abertura com esse gestor para tratar sobre quais são as necessidades do servidor, o que que a gente precisa. Tudo isso eu percebo que impacta na vida de quem vem trabalhar no Tribunal. Isso no nível micro e no macro, na medida em que a gente propõe ações de sensibilização, de capacitação, ações de melhorias, tanto arquitetônica, comunicacional, tecnológica...

Uma barreira que percebo é, ainda, as áreas entenderem que acessibilidade é um tema transversal. Ainda ter que convencer as áreas de que a temática é institucional e é de todos, é um desafio. Eu ainda me deparo com resistências. A gente sabe que não é fácil mudar esse paradigma e, quando você cria uma área de acessibilidade, as pessoas acham que é você agora o responsável por fazer a obra, por melhorar o portal, por mudar sistemas. Não é, não é isso! Então, a gente é instrumento, mas as áreas são corresponsáveis... tem esse impacto.

Acho que o lugar do trabalho para as pessoas

com deficiência ainda é muito coadjuvante. Eu ainda acho que, em que pesem algumas exceções, no geral as pessoas se habituam a papéis em que não têm um destaque, por exemplo. De verdade, eu percebo que quebrei alguns paradigmas, na medida em que eu me fiz ser vista.

A mensagem que eu deixo, individualmente, é: Acredite no seu potencial. Corra atrás dos seus objetivos. Busque alternativas. Denuncie discriminações. Busque seus direitos. De alguma forma, não se omita desse lugar de busca de espaço mesmo. Você não tem que se adequar a espaços que, às vezes, não estão preparados para você. Tem que entender que o espaço é que tem que nos acolher. Os espaços têm que ser acessíveis e inclusivos. Mas, de alguma forma, coloque à vista dos outros o que acontece nesse dia a dia de trabalho.

De forma coletiva e institucional, eu acho que as pessoas com deficiência precisam se engajar mais com a temática da acessibilidade, da inclusão. Falar sobre aspectos de toda a existência da deficiência, desde temas como violência, sexualidade, cultura, acesso à educação, inclusão no trabalho. As pessoas têm que se engajar. Não precisa ser a atividade principal delas, mas que, de alguma forma, elas dialoguem com esses temas, porque fortalecem o nosso trabalho. Assim, a gente se sente menos solitário, quando a gente pode discutir com outra pessoa, tê-las junto na luta, as pessoas podem ir juntas no lugar de influência para garantir os mesmos direitos. Isso é visto. Porque

TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

se você ficar realmente recluso no seu cantinho, a gente não vai ser visto, não vai ser percebido, não vai conseguir interferir na cultura organizacional.





DANIELA FERRARI KOVACS

Data de Nascimento: 30/11/1979

Naturalidade: São Paulo – SP

Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 24/09/1999

Cargo: Analista Judiciária – Área Judiciária

Lotação: Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT

Meu nome é Daniela Kovacs, sou servidora originária do TRT2, Tribunal do Trabalho de São Paulo, sou cedida para o TST e lotada no Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Eu sou uma mulher branca de cabelo castanho com mechas loiras, mais ou menos na altura do ombro, levemente ondulado. Tenho os olhos cor de mel. À minha esquerda, que não aparece, está o Ollie, o meu cão-guia, que é um golden caramelo, a coisa mais linda do mundo.

Eu nasci em São Paulo, em 1979, tenho 44 anos. Morei no Recife quando eu era criança, voltei para São Paulo ainda criança. Vivi com os meus pais e os meus dois irmãos. Sou a irmã do meio. Estudei numa escola regular, ou seja, não era uma escola específica para pessoas com deficiência. Tive uma infância relativamente tranquila, eu acho que eu fui uma criança calma.

Eu tenho baixa visão desde criança, deficiência visual congênita – que é desde o nascimento. Quando eu era muito pequena, eu enganava minha mãe até a perua passar. A perua passava e eu me escondia, e só depois que eu aparecia, porque eu não queria ir para escola. Eu acho que isso era receio de estar longe dela, ou talvez até tivesse a ver com a questão relacionada à deficiência visual e como eu me sentia em lugares diferentes.

Na escola regular, há 40 anos, pessoas com e sem deficiência eram tratadas da mesma forma. A gente não tinha o processo de inclusão que tem hoje, com todas as adaptações que a pessoa precisa, mas sim,

uma integração. Ou seja, você, criança com deficiência, precisava se adaptar ao meio e não o meio a você. Era assim: sentou na primeira fileira, não conseguiu copiar? Problema seu. Era meio por aí. Não tinha material ampliado, não tinha adaptação se não enxergasse a lousa.

Foi um processo bem difícil, porque eu, enquanto criança, não entendia o que estava acontecendo. Eu não tinha consciência da minha condição de pessoa com deficiência. E vivia um processo de negação muito grande, ou seja, se eu não enxergasse aquilo que estava sendo passado, eu simplesmente não copiava e isso, com certeza, prejudicou meu rendimento escolar. Se eu perguntasse as horas para uma criança na escola e ela me apontasse o relógio, eu fingia que estava vendo. Falar sobre isso não era algo natural.

Eu conseguia ler só letras maiores, não conseguia enxergar letra de dicionário ou de enciclopédia. A gente não tinha Google e pesquisava na enciclopédia de papel, e ela tinha a letra bem pequenininha.

Minha família também não conhecia muito sobre o que acontecia. Havia dificuldade de acesso à informação e também de aceitação dessa condição. O que acontece muito até hoje, os pais não aceitam a condição de pessoa com deficiência dos seus próprios filhos e acabam os tratando como se a deficiência não existisse. Foi um pouco disso que eu vivenciei, tanto na minha família, quanto na escola e na sociedade, algo natural para aquela época.

Mas lembro de ficar depois lendo em casa a

matéria que eu não conseguia acompanhar na hora. Lembro que eu tirava cópia do caderno de outras crianças, quando precisava entender o que foi passado na lousa.

Baixa visão é como a gente chama quando a pessoa enxerga pouco, quando os óculos não corrigem. Então a pessoa que tem miopia e fala: “ah, eu sei como que é”, na verdade não sabe, porque você põe os óculos, corrige, e tá tudo certo.

Para quem é antigo, eu falo que é tipo aquela época que a gente botava Bombril na ponta da televisão quando a imagem não estava muito boa. Então, eu enxergava meio turvo, embaçado, fora de foco, borrado, sem muita noção de profundidade, o que faz a gente não perceber objetos em movimento também.

Eu não enxergava tudo ao mesmo tempo. Ou seja, como se você estivesse olhando através de um rolo de papel toalha. E aos poucos, a doença vai evoluindo. Então, mesmo esse campo de visão que eu tinha foi diminuindo, diminuindo, até ficar do tamanho de um canudinho, ou do olho mágico de uma porta, e a qualidade de visão também foi piorando. Tinha também a questão da cegueira noturna: não enxergava em ambientes que estivessem muito escuros. E é uma doença degenerativa, então eu fui piorando até chegar à cegueira.

Sempre foi uma questão de muito sofrimento para mim por conta de toda essa falta de aceitação de todos os lados, tanto na escola, quanto na sociedade

e na família. Eu percebia que tinha algo diferente, mas não sabia dizer exatamente o que era. Percebia que as outras pessoas não estavam com dificuldade, mas eu estava e eu guardava muito para mim, porque era uma espécie de tabu, não se podia falar a respeito.

Eu lembro, quando eu li o edital do concurso do Tribunal, de ter visto ali que existiam vagas reservadas para pessoas com deficiência. Para se ter uma ideia de como essa consciência chegou tardiamente para mim, já era adulta e entrei em contato com meu oftalmologista para perguntar para ele se o fato de eu não enxergar era considerado deficiência, se eu podia concorrer àquelas vagas ou não. Eu entrei no TRT com 19 anos, então foi um pouco antes disso.

Meu pai faleceu muito cedo, isso fez com que a gente precisasse se virar.

Eu tinha dúvida se conseguiria trabalhar. Por mais que eu não tivesse essa consciência exata de ser pessoa com deficiência, eu pensava sobre o que eu conseguiria fazer. Eu procurei emprego em vários lugares, shoppings, perto de casa, e eu não conseguia. Muito provavelmente porque eu era pessoa com deficiência, não passava nos testes. Não era algo claro para mim, tampouco algo que eu falasse abertamente.

E ver que existiam essas vagas reservadas me trouxe esperança. O primeiro concurso que eu prestei foi no TRT e acabei passando. Minha experiência de trabalho aconteceu antes da formação acadêmica. Estava prestando vestibular e não sabia se eu queria fazer Direito ou História.

Lembro de ter perguntado ao meu pai: “Pai, eu devo fazer Direito ou devo fazer História?” Ele falou: “Filha, você tem que escolher algo que você goste, porque você vai trabalhar com isso a sua vida inteira e escolher algo que você não goste vai te trazer muito sofrimento”. Eu fiz Direito e a minha postura na faculdade foi bem parecida com aquela que eu tinha na escola. Eu tinha bastante dificuldade de falar sobre o fato de não enxergar. Copiava só aquilo que eu conseguisse.

Me lembro de quando estava na faculdade, de uma prova que foi passada na lousa ao invés de impressa e eu fui falar quase chorando pra professora, já adulta, que eu não conseguia ler aquilo que estava na lousa. Isso sempre foi uma causa de bastante sofrimento para mim. Mas nessa época eu já falava, porque senão ia perder a prova e ia reprovar. Mas minha postura foi bem parecida mesmo.

Isso prejudicou tanto o meu rendimento escolar e acadêmico, quanto as relações que eu tinha. Porque todo mundo achava que eu era metida, antipática, porque passava e não cumprimentava. Ninguém sabia direito que eu não falava com as pessoas porque, na verdade, eu não as estava vendo.

Meu primeiro cargo no Tribunal foi de nível médio. Quando eu entrei em exercício, eles não sabiam muito bem onde me lotar, porque a gente está falando de 1999 (as vagas reservadas em concurso vieram com a Constituição em 1988). Era tudo muito recente ainda. No quadro de pessoal do TRT não tinha outra pessoa

com deficiência visual mais severa (embora ainda não fosse cegueira), com limitação mais significativa, como eu tinha. Quando eu entrei eles ficaram um pouco confusos, me colocaram provisoriamente na diretoria geral. Fiquei lá seis anos. O provisório acabou virando definitivo.

Eu ainda enxergava as letras maiores. Já o número do protocolo, que era batido por uma maquininha no cantinho do expediente, isso eu não enxergava. Usava a lupa, que ficava na gaveta para algumas coisas menores. Aos poucos foram chegando os computadores – era um por unidade. Mas a nossa tinha dois, porque o meu já ficava com uma configuração maior.

Como eu fiz Direito, acabei indo trabalhar num gabinete de Desembargador. E eu fazia minuta de votos.

Foi nessa época que eu tive uma baixa significativa de visão. Eu estava trabalhando, era umas 11:30 da noite de sexta-feira. Estava fazendo um agravo de petição. Eu sempre li mais devagar, mesmo quando enxergava mais, precisava de muito esforço para leitura. No sábado, quando acordei, a minha visão estava totalmente embaçada. Hoje eu brinco, falo que não se deve levar serviço para casa e trabalhar até às 11:30 da noite de sexta-feira, senão no outro dia você acorda sem enxergar. Mas a brincadeira mostra que o tempo modifica tudo. Por mais que tenha sido muito difícil passar por esse período de perda severa da visão, hoje eu tenho plena consciência de que ele foi muito

bom para mim, me ensinou a lidar com questões que sempre estiveram ali e que eu tinha muita dificuldade para aceitar.

A partir daí eu precisei efetivamente de recursos de tecnologia assistiva. Aprendi depois que, na verdade, eu já precisava deles antes, mas eu não os conhecia, nem tinha essa consciência de que eles poderiam me auxiliar. Fui conhecer lupas eletrônicas e lupas manuais que aumentavam mais o texto.

Demorei quase um ano para aceitá-las. Porque, no fundo, eu precisava entender que eu tinha que ler mais devagar, que não dava mais para olhar uma folha inteira de uma vez só, que eu tinha que aumentar, fosse no computador, fosse no documento físico, eu ia ver um pedacinho da tela de cada vez.

Tinha também o telescópio para olhar o nome do ônibus. Confesso que eu tive vergonha num primeiro momento. Mas aos poucos eu fui me acostumando.

Além da tecnologia assistiva, também comecei a usar bengala. Ela mostra para as pessoas que a gente não está vendo. Isso é muito importante. Quando eu comecei a usar bengala algumas pessoas no Tribunal vieram falar comigo chorando, porque eu já estava ali há sete anos, e elas não sabiam que eu não enxergava. Elas achavam que eu era sem educação ou metida, porque passava e não as cumprimentava. Usei a bengala por uns dois anos até chegar no cão-guia, que foi um verdadeiro divisor de águas na minha vida, em autonomia, independência e inclusão social.

Meu primeiro cão-guia foi o Basher, um labrador

amarelo. Ele trouxe muita alegria para minha vida. Quando fui perdendo a visão, eu fui fazendo cada vez menos coisas. Um dia eu estava andando ali perto do Tribunal, quando não usava bengala ainda. Era durante o dia, fizeram um buraco no chão e ele não estava identificado, não estava isolado, e eu caí dentro dele, na altura do meu peito. Bem perigoso. Me lembro de uma outra vez em que eu estava chegando de ônibus no Tribunal e tinha um outro buraco e eu tropecei nele, caí de cabeça no chão. Coisas difíceis.

Outras engraçadíssimas também. Quando eu comecei a usar o Gianecchini – a minha bengala – eu treinava para descer a rua do Tribunal até a pós-graduação com a bengala. Tinha um moço do estacionamento que segurou a ponta da minha bengala e saiu me puxando e eu pensei “ai, meu Deus, vai me derrubar”. Acho que ele queria me ajudar a passar porque tinha um carro ali. As pessoas não sabem como ajudar. Dão cada susto na gente.

O cachorro ajuda a desviar do obstáculo. Muitas vezes o Basher (e hoje o Ollie, que é o meu segundo cão-guia) achava o melhor caminho para mim. Com ele, eu nem sei que o obstáculo tá ali. Um dia, o Ollie não estava muito bem de saúde, eu fui fazer um caminho perto de casa que ele costuma fazer comigo. Foi aí que eu percebi que tinha poste, mesa, cadeira, tudo ali no meio do caminho, coisas que eu nem percebo no meu dia a dia, porque ele já desvia para mim. Além de desviar de obstáculos aéreos, muita coisa que pode estar no alto e que você não vai pegar com a bengala.

E também ajuda atravessar a rua, e não é uma ordem para ele atravessar, é um pedido, e se ele achar que não é seguro, a gente não atravessa. Eu escuto trânsito e quando acho que é seguro, eu peço para ele ir, ele olha e a decisão é dele. É uma responsabilidade muito grande, e por isso que a gente não pode mexer com o cão-guia quando ele está trabalhando. A minha vida está nas mãos dele, ou melhor: nas patas.

O Basher foi tão importante na minha vida que eu escrevi um livro, chama-se *Cão-guia anjo de patas*.

O livro é resultado do meu processo de reabilitação. O processo de aceitação da minha condição de pessoa com deficiência me trouxe muito sofrimento, eu tive que reaprender a fazer coisas que eu conseguia fazer antes, após perder a visão. E tomar conta disso tudo me fez querer escrever e vencer o medo da exposição, ou de achar que nunca estava bom o suficiente, e publicar com o objetivo de ajudar outras pessoas, tenham deficiência ou não.

Como o Basher teve um papel tão transformador na minha vida, o livro conta toda a história.

Mas voltando a falar da minha baixa visão e do trabalho, não tinha muita possibilidade de adaptação naquela época. Eu tinha muita flutuação de visão, ou seja, cada dia eu enxergava de uma forma – um dia estava bem embaçado, outro dia estava um pouco melhor. E a gente tinha cotas de processos para analisar no Gabinete. Eu estava no processo de conhecer os recursos de tecnologia assistiva que poderiam me auxiliar (lupas, leitores, ampliadores) e a

gente propôs, na época, uma adaptação da quantidade de servidores do Gabinete, e eu ficaria como excedente. Mas não tinha essa possibilidade de adaptação naquele período, e eu acabei indo trabalhar em outro lugar, porque a minha flutuação de visão não era compatível com a meta. Uma antiga gestora me chamou para voltar a trabalhar com ela. Eu fiquei muito feliz, porque tive muito medo de ninguém mais querer trabalhar comigo. Ela sugeriu que eu pedisse redução de jornada e essa foi a primeira adaptação que eu solicitei.

Depois, um antigo colega de trabalho também me chamou para voltar a trabalhar com ele. Mais uma vez foi importante esse novo convite que eu recebi, porque eu cheguei a pensar, novamente, que ninguém mais ia querer trabalhar comigo, porque eu havia pedido redução de jornada.

Eu trabalhava na assessoria jurídica, em 2009, quando passei a integrar a Comissão de Acessibilidade do Tribunal. Em 2010, foi criada uma unidade específica para tratar desse tema e eu fui convidada para integrá-la.

E eu creio que tenha sido a primeira unidade de acessibilidade e a ser criada no Brasil e eu fiquei responsável por ela desde o início, durante muito tempo sozinha, inclusive. Aos poucos a área foi se estruturando e o tema foi ganhando corpo dentro do Tribunal.

Hoje, muitos anos depois, quando eu olho para trás, vejo que muito provavelmente foi para que outras pessoas não passassem pelo que eu tinha passado,

que eu passei a trabalhar com este assunto. Naquela semana em que eu tive a baixa de visão, eu estava começando a pós em Direito do Trabalho. Eu fiz da minha dor a minha missão de vida e decidi trabalhar para que outras pessoas não tivessem de passar por isso.

Hoje, graças ao Ministro Lelio Bentes Corrêa, Presidente do TST e do CSJT, a quem agradeço muito, eu tenho a oportunidade de trabalhar com acessibilidade e inclusão no Conselho Superior da Justiça do Trabalho, desde 2023. É um privilégio pensar nos desafios que se tem no âmbito de todos os tribunais para que se tenha, efetivamente, a prestação jurisdicional acessível a todas as pessoas, e também acesso a emprego e cargos públicos a todos e todas, com oportunidade de trazer melhores condições de trabalho.

Não imaginava que eu ia ter essa trajetória toda que o trabalho me trouxe. Não é à toa que a gente chama o direito ao trabalho de direito fundamental. Ele faz parte da nossa cidadania.

O que eu deixaria de mensagem para as pessoas, é para que elas não acreditem se alguém disser que elas não conseguem.



MARIA VILLELA DE SOUZA FERREIRA

Data de Nascimento: 01/12/1983

Naturalidade: Rio de Janeiro - RJ

Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT1

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 26/01/2009, como Técnica Judiciária, e 15/09/2023, como Analista Judiciária.

Cargo: Analista Judiciária - Área Judiciária

Lotação: Seção Especializada em Dissídios Individuais

Sou Maria Villela, sou uma mulher branca, tenho cabelos castanhos bem escuros, ondulados. Eu nasci com baixa visão, numa família quase sem pessoas com deficiência, apenas uma prima.

Na década de 1980, ninguém nem imaginava falar em educação inclusiva, então eu sempre fiz escola regular por uma forçação de barra da minha família. Eu acho que eles nunca reconheceram, nunca quiseram me ver como uma pessoa com deficiência. Era isso de ter que dar meus pulos para estudar, para fazer as coisas da escola, fazer uma prova no tempo, pegar o que o professor estava falando sem enxergar o quadro, participar da aula de educação física. Aqueles exercícios em que a gente tinha que ler em voz alta eram um sofrimento. Eu aproximava o livro do olho, e conseguia ler, só que o meu tempo de leitura era inferior ao das outras pessoas. E a professora nunca falou nada ou propôs outro exercício ou, de alguma forma, me protegeu. Eu tinha a seguinte estratégia: ao invés de prestar atenção na aula, eu ficava decorando o meu parágrafo, contava quantas pessoas tinham na minha frente para descobrir qual ia ser o meu parágrafo. E quando eu errava? “Ai, meu Deus, tinha que ter decorado o próximo”. Era o momento do desespero. Também enfrentava muito *bullying* na escola, mas naquela época, não se falava nisso, e eu via um pouco como se o problema fosse meu.

Tenho muita convicção de que eu tive uma infância feliz: vivia na casa da minha avó com muitos primos, brincava na rua, conseguia, mesmo com algumas

dificuldades, ser boa aluna. Eu acho que o que tem de mais marcante nesse período é a deficiência da minha mãe. Ela tinha esquizofrenia. Em muitos momentos de crise, eu me vi cuidando dela, mesmo ainda pequena. Eu tive que amadurecer muito cedo por conta de ambas as deficiências, eu diria. Ficávamos muito em torno da doença dela e não tínhamos nem consciência para perceber os cuidados que a minha deficiência pedia. Por exemplo, diziam: “Não. Tal coisa é muito perigosa para você. Então, não pode fazer.” Nunca: “Vamos aprender uma forma de você fazer isso”. Mas eu fui aprendendo, sou persistente, nunca aceitei não fazer uma coisa que eu queria fazer. E para eu fazer tudo que eu queria, precisou sempre de muita briga, de muita luta. Para mim é difícil não brigar, não lutar, ser leve.

Hoje eu sou uma mulher cega. Legalmente cega, apesar de ainda ter algum estímulo visual. Eu nasci com glaucoma congênito. Fui operada com 24 horas de vida e, por conta dessa cirurgia, conseguimos preservar parte da minha visão, mesmo com um campo visual muito restrito. Depois, aos 13 anos, o glaucoma descontrolou, e eu perdi mais um pouquinho.

Na minha adolescência, eu não tinha nem um centésimo do esclarecimento que eu tenho hoje. A gente pensava que eu tinha dificuldade para enxergar e pronto. Minha família nunca me incentivou a me locomover utilizando a bengala ou a aprender o uso do braile, isso não existiu. “Ah! Se ela consegue ler a tinta, ela não precisa do braile”. A mesma coisa com a bengala. Eu conseguia me locomover. Tinha que

tomar mais cuidado e atenção. Fiz aulas de orientação e mobilidade só depois de adulta. Mas eu tive também muito acesso, eu acho que a gente tem que dizer isso. Eu tive muita oportunidade. Talvez até pela condição econômica da minha família. Por mais que eu não tive acesso a uma educação inclusiva, eu tive educação de qualidade, sempre estudei nos melhores colégios da cidade. Na questão acadêmica, eu sempre fiz o que eu quis. Fui estudar na faculdade que eu quis. E tudo foi se ajustando assim.

Eu sou Bacharel em Direito. Estudei numa universidade privada, mas com bolsa por merecimento durante o curso inteiro. Hoje, que eu conheço a tecnologia assistiva, que eu conheço o que é acessibilidade, quando eu olho para o meu curso (e olha que eu fui bem! Eu fui o terceiro maior Coeficiente de Rendimento da turma), quando eu olho para trás, eu falo: “Gente, tudo teria sido tão mais fácil. Por que eu não conheci isso antes?”. A minha vida teria sido mais leve. Eu teria sofrido muito menos”. Me lembro um dia que, no nono período, a professora mandou um trabalho, uma coisa normal, mas eu acho que eu estava tão cansada e eu estava tão estressada, na época eu já trabalhava, eu tive uma crise de choro no meio da sala de aula. Imagina! Adulta já. Eu falava: “Eu não aguento mais. Eu tô muito cansada”. Mas eu não tinha a dimensão que hoje eu tenho de que estudar exigia muito mais de mim do que dos outros alunos. Eu tinha a cobrança da bolsa de estudos, de Coeficiente de Rendimento mínimo. Não podia ser reprovada em

matéria nenhuma. No final da faculdade eu tive uma grande piora, mas ainda conseguia ler bem.

Em 2011, eu já era servidora do Tribunal, e o glaucoma descontrolou. A gente sempre evitou ao máximo fazer cirurgia, porque era muito arriscado perder o resíduo visual. Mas quando chegou naquele ponto, não tinha mais medicação que controlasse. Eu estava perdendo muita visão e o médico falou: “Agora chegou a hora, ou a gente opera, ou a gente não vai salvar nada da sua visão”.

Nesse momento foi quando eu fiquei, digamos, legalmente cega. Que eu deixei de ser uma pessoa com baixa visão e passei a ser uma pessoa cega. Eu ainda tenho alguns estímulos visuais que me ajudam muito. Eu consigo identificar alguns vultos, consigo ver claridade, vejo cores em algum grau... Consigo, por exemplo, identificar uma faixa de pedestre, uma porta. Se estiver de noite, eu consigo ainda ver o sinal luminoso de trânsito.

Hoje, eu utilizo muitos recursos de tecnologia assistiva. Entrei no Tribunal em 2009, e já era servidora do Tribunal quando comecei a usar tecnologia assistiva. Eu comecei a usar quando já era inviável não usar. Eu utilizo software leitor de telas. Eu não conseguiria trabalhar se eu não usasse recurso de tecnologia assistiva, eu simplesmente não ia conseguir fazer mais nada. O mesmo com a bengala, se eu não usasse a bengala eu não ia mais me locomover, eu não ia mais conseguir andar com o mínimo de segurança.

Fiz aula particular para aprender orientação e

mobilidade. Acho que eu fiz umas duas ou três aulas para aprender a usar o NVDA, software leitor de telas que utilizo, que é um software que lê as informações da tela para mim. Existem leitores de telas em computador, em celular, em tablet. Você vai navegando com gestos ou com o teclado, no caso do computador, para acessar as informações. Onde estiver o foco, o leitor de telas vai ler a informação para você.

Na locomoção, a bengala veio primeiro, mas eu não gostava. Eu acho que porque não me reconhecia como uma pessoa com deficiência, e, também, pela forma como as pessoas tratam a pessoa cega andando de bengala por aí. Eu comecei a correr muito atrás de ter um cão-guia. Eu amo cachorro! Sempre tive cachorro. Comecei a correr atrás disso, mas eu não tinha dimensão do que seria um cão-guia na minha vida. A minha vida pode se dividir em antes e depois do meu primeiro cão-guia, que foi o Spirit. Descobri que caminhar poderia ser muito mais fácil e leve. E eu passei a ter mais coragem para fazer as coisas. Porque, por mais que antes eu fizesse, e eu fazia, era um conflito interno gigantesco. Spirit me mostrou que eu não precisava ter medo e que teria alguém comigo o tempo todo.

Ele me foi doado, em 2016, por uma organização não governamental norte-americana. Então eu fui para a Califórnia buscá-lo. Aí, eu pensei: “Nossa! Eu estou na Califórnia. Eu estou há duas horas de Los Angeles, eu vou embora sem nem passear em Los Angeles? Claro que não”. Com o Spirit, eu me propus a dormir

uma noite em Los Angeles sozinha para conhecer um pouquinho. E eu fui para Santa Mônica, conheci o Píer. Foi maravilhoso. Foi uma experiência incrível. Depois de um mês juntos, eu fui para Salvador com o Spirit, a trabalho, também sozinha. Como eu cheguei um pouco antes do horário do encontro, eu consegui fazer um passeio pelo Pelourinho. Daí em diante, eu voei. O mundo era o limite, porque eu podia fazer tudo. Eu sempre disse que o meu cachorro não me trouxe autonomia, eu já tinha autonomia, já morava sozinha há muitos anos, quando ele veio para mim. O que ele me trouxe foi paz, tranquilidade, autoconfiança e ele também me mostrou que estava tudo bem ser uma pessoa com deficiência. E as pessoas, quando você está com cachorro, elas têm um outro olhar para você. “Nossa! Que incrível esse cachorro”. Ele me ajudou a aceitar a minha deficiência e a ter orgulho de mim enquanto pessoa com deficiência. Paralelo a isso, eu comecei a querer conhecer todo mundo que tinha cão-guia. Fiz grandes amigos, pessoas que eu amo, pessoas que eu admiro demais. Hoje, eu sou presidente da União Nacional de Usuários de Cão-Guia. Sou da Comissão de Acessibilidade do Tribunal. Eu falo em todos os eventos, estou em todas as *lives*. Tenho muito orgulho de ser quem eu sou.

No final de 2022, a gente descobriu que o Spirit tinha uma doença degenerativa, chamada mielopatia, que fez ele perder força e movimento, da cauda para cima. Um pouco antes do diagnóstico, eu percebi que ele estava tendo algumas dificuldades que antes não

tinha. Comecei a diminuir as caminhadas, mas depois veio o diagnóstico. Não existe nenhum tratamento. Tem veterinários que recomendam a eutanásia. Eu optei por não deixar que ele entrasse em agonia respiratória, que é como os cães falecem com essa doença, mas não adiantei em absolutamente nada o processo. Eu entendi que eu devia isso para ele, ele não queria ir antes. Ele deixou muito claro isso para mim. E então chegou o momento e eu aposentei ele definitivamente. Foi novembro de 2022. Ele faleceu em julho de 2023.

Eu fiquei três meses praticamente sem sair de casa, foi quando eu dei entrada no teletrabalho integral. Para mim era muito difícil, eu não usei bengala nenhuma vez enquanto eu estava com Spirit. Foi difícil retomar, me sentir segura. Em paralelo a isso, eu estava vivendo o luto, que iniciou lá na descoberta da doença. E então eu vivi essas duas coisas juntas, o que torna tudo muito mais difícil: o luto e “cara, eu preciso andar de bengala”. Em janeiro, quando virou o ano, com aquela força que só o réveillon traz para gente, eu saí de bengala pela primeira vez. Eu fui ao salão que é uma coisa que eu amo fazer e tinha parado, e cheguei chorando. Foi muito ruim. Mas eu tinha que seguir com a vida, retomar as sessões de julgamento, que eu também amo e eram presenciais. Então eu comecei a me forçar e, aos poucos, eu fui me adaptando de novo e me sentindo confiante com a bengala. Não voltei a ser a Maria que eu era com o cachorro, com a segurança e a autonomia que tinha, mas as coisas foram se ajustando.

Aí, veio o Venom. O início da adaptação com o segundo cão é muito difícil, porque tudo que você sabe é com base no que o seu primeiro cão fazia. Quando você recebe o segundo cão, você descobre que tudo pode ser feito diferente, tudo que você sabia de como é ser guiado por um cão, você descobre que você não sabe mais. E aí você precisa se adaptar. Foi um processo difícil. Eu lembro que eu tive várias crises assim de “ele não é o cachorro para mim”, “eu não gosto de ser guiada por ele”. Mas as coisas se ajustam. Nada como o tempo. Hoje, a gente é uma dupla bem bacana, eu gosto de quem a gente é. Há dois meses fizemos nossa primeira viagem de férias juntos e foi maravilhoso. Voltei a sentir a paz e felicidade que sentia com o Spirit.

Minha vida profissional começou cedo. Meu pai ficou desempregado no começo da minha faculdade. Comecei a procurar estágio logo no primeiro ano, porque precisava de dinheiro. Graças às cotas, no início do segundo período, fui estagiar na Corregedoria da Receita Federal, onde fiquei por dois anos. Quando o estágio estava acabando, comecei a procurar outro estágio. Eu já tinha alguma experiência, era uma ótima aluna de quinto período, com dois anos já de estágio, tinha pegado com a minha chefe da Receita uma carta de recomendação. Fiz processo seletivo de empresa, mandei currículo para um monte de escritório, fiz muita coisa e nada. Foi quando eu percebi que minha deficiência me prejudicaria a ingressar no mercado de trabalho.

Só que tem horas que chega uma força divina, eu acredito. Eu recebi uma carta de convocação de um concurso que eu tinha feito quase que de brincadeira, no início da faculdade, para ser técnico judiciário no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, concurso de nível médio. Eu quase perdi o prazo. Só me dei conta, porque recebi um Sedex de convocação. Entrei no serviço público, dentro da Justiça Estadual, ainda no quinto período da faculdade de Direito. E foi meu primeiro emprego de verdade. Foi quando eu tive certeza de que a deficiência seria um problema na minha vida profissional. Tomei posse e fui me apresentar na vara para a qual eu fui lotada. A juíza me recebeu e foi muito educada comigo. Mas, com toda educação possível, ela falou que não tinha como eu trabalhar lá, que não teria o que eu fazer. E olha que eu tinha baixa visão, eu lia, não usava nenhuma tecnologia assistiva. Ela pediu para eu voltar para a Corregedoria (no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, quem designa a lotação é a Corregedoria), que ela ligaria para lá e conversaria com eles. E aí eles pediram para eu voltar para casa, que eles pensariam numa lotação para mim, e que era para eu voltar lá no dia seguinte. Olha a situação. Me senti muito mal, muito. No dia seguinte, a corregedoria já tinha entrado em contato com a vara e a escritã já sabia que vinha uma pessoa cega, o juiz já sabia. Eu fui lotada na vara mais caótica do Estado do Rio de Janeiro. Na época, era a vara que tinha o maior número de processos do Estado, era uma vara de fazenda pública – a vara

responsável pela dívida ativa no município. Tínhamos inventariado mais de um milhão de processos. Era uma aberração. Mas como tudo era meio caótico, ninguém ia dizer que não queria um servidor. Foi assim que eu tive a primeira oportunidade e consegui mostrar meu trabalho.

Óbvio que enfrentei muito capacitismo, muito. Eu lembro de uma reunião em que a escritã (lá, a gente chama a diretora de escritã), para chamar atenção do pessoal, dar bronca mesmo, começou o discurso falando “a melhor servidora da vara é a Maria”. Como assim a melhor servidora da vara é a Maria? Todo mundo tinha que ser muito melhor do que eu. Como assim, ela não enxerga e ela é melhor que vocês? Apesar de todas essas coisas, foi um lugar em que eu gostei de trabalhar. Fiquei lá três anos e pouquinho. Terminei a faculdade. Passei para o TRT da 1ª Região, como técnico primeiro. A posse como analista foi em 2023. Então, digamos assim, o TRT é meu segundo emprego. Se contar o estágio, aí é meu terceiro.

A reserva de vagas é fundamental para garantir que as pessoas com deficiência ocupem os espaços. A gente precisa disso. E na minha vida ela foi muito importante. Os três concursos em que eu fui aprovada, foi dentro das cotas de pessoas com deficiência. E isso não tornou a aprovação mais simples, muito pelo contrário. O nível de dificuldade é muito alto, inclusive dentro da vaga reservada. E a gente tem que ter em mente que as nossas condições para fazer a prova não são as mesmas condições do que as das pessoas sem

deficiência. Eu tive muita dificuldade, principalmente no concurso de analista. Muitos problemas de acessibilidade na prova. Ao ponto de, no final, a pessoa que transcreveu a minha prova para o cartão de resposta errar duas questões e eu perdi o recurso para a banca, porque eles não gravaram a prova. Eu ter passado nessa prova foi, realmente, porque eu estudei muito. Essas duas questões fizeram muita diferença na minha ordem de convocação. Era para ter sido chamada muito antes.

Então, eu entrei no Tribunal em 2009. Tinha recém terminado a faculdade, em 2008. Passei por dois setores só durante todo esse tempo. Desde julho de 2010, estou lotada na Sessão Especializada em Dissídios Individuais, que é o órgão que julga ação rescisória e mandado de segurança, basicamente. Tem alguns *habeas corpus* também. São todas ações originárias de segundo grau. É um órgão colegiado. A minha trajetória na SEDI é bem legal.

Comecei na SEDI em julho de 2010 e perdi a visão em 2011. Também foi quando a minha mãe faleceu. Então, a minha entrada na SEDI foi bem conturbada.

Eu tive muita sorte com o meu gestor (que é meu gestor até hoje). Ele era uma pessoa que sim, tinha capacitismo, como todas as pessoas que fazem parte dessa nossa sociedade estruturalmente capacitista. Mas era uma pessoa que não queria ser capacitista. Isso, por si só, já é muito importante. Eu não me lembro dessa história, mas ele conta que, quando tomei posse, foi uma posse coletiva bem grande, ele

estava na Secretaria de Gestão de Pessoas pedindo servidor e a diretora falou “Olha, tem uma servidora com uma deficiência visual bem grave”. E aí ele diz que respondeu: “Se quiser lotar na SEDI, não tem problema não. Porque lá eu arrumo trabalho para todo mundo”. Acabei não sendo lotada na SEDI, na época, vim parar aqui quase dois anos depois, por indicação de uma colega. Mas ele conta que queria que eu trabalhasse na SEDI desde o começo.

No início, como todo novo servidor, comecei a fazer coisas bem básicas. Só que a perda visual começou a ficar mais severa. Aí, eu tive um afastamento de dois meses para fazer a cirurgia, que foi bem complicada, e me recuperar. Quando voltei, já não conseguia mais ler papel. Na época, no Tribunal, nem se pensava em processo eletrônico. Só que tive sorte: meu gestor teve uma sacada incrível, tinha uma servidora que estava voltando de uma longa licença psiquiátrica, e tinha muita dificuldade de concentração. Ele falou: “Vou botar vocês duas para trabalhar em dupla, porque você vai ajudar ela a se manter concentrada”. Na época, a gente não tinha Comissão de Acessibilidade, não se falava nada sobre isso. Então, fomos nós duas trabalhar juntas. Ela lia o processo para mim e eu manteria ela concentrada. No início, deu muito certo. Só que os meses foram se passando e ela melhorou. Comecei a entender que aquela situação não seria para sempre, eu não ia ter uma servidora para ler processo para mim por toda minha vida profissional. Então, a gente começou a correr atrás de um estagiário.

Foi quando, mais uma vez, tive muita sorte – a gente precisa de sorte nesse mundo capacitista. Começou a ser implantado o PJe no tribunal. Eu pensei: “No computador eu vou conseguir, no computador eu vou conseguir. Eu vou conseguir fazer!”. Estava começando a aprender a usar leitor de telas. E aí eu falei: “Cara, é oportunidade que eu tenho. Aqui eu consigo. Eu vou aprender isso aqui”. Foi tão marcante na minha vida, que eu lembro até o dia em que foi implantado o PJe na SEDI: três de junho de 2012.

No início do PJe, todo mundo tinha muita resistência. “ai, é complicado”, “Ai, não, processo físico é muito melhor, ai é mais difícil no PJe”. Só que não para mim, porque no computador era possível. Eu me dediquei. Comecei a conhecer as pessoas do PJe. Hoje eu conheço todo mundo, o pessoal da informática, o pessoal que é multiplicador. Eu comecei a ser multiplicadora do PJe, primeiro informalmente, por telefone. Lembro várias vezes das pessoas tomarem susto, quando me conheciam pessoalmente, porque ligavam para tirar dúvida e tal e eu explicava pelo telefone, mas as pessoas não sabiam que eu era eu. E quando as pessoas descobriam que eu era a cega, que andava pelo tribunal – e nessa altura do campeonato já com o cachorro – as pessoas ficavam muito chocadas. Eu percebi várias vezes a reação de choque das pessoas comigo: “Como assim? Você é você?”.

Acho que em 2016, nem lembro mais, uma das duas assistentes do diretor se aposentou. Na época, eu já era a pessoa que fazia todos os despachos para

o presidente. Eu era a pessoa que mais assumia responsabilidade ali. Era uma situação óbvia, de que era para mim que ele daria a assistência. Mas como, na cabeça dele, eu não podia participar da sessão de julgamento, eu não podia ser assistente, porque assistente tinha que fazer sessão de julgamento quando ele não estivesse. Então, o que ele fez? Ele conversou com os outros servidores, pelo menos aqueles que poderiam fazer a sessão no meu lugar, falando “olha, eu gostaria que fosse a Maria minha assistente, mas eu preciso que, se eu não estiver, nem o meu outro assistente, que você faça a sessão de julgamento”. No final das contas todo mundo aceitou. Eu passei a ser também assistente. Passei a ter uma função comissionada, que foi meu primeiro grande reconhecimento profissional. E foi bem legal. As coisas aconteceram bem organicamente.

Foi tudo bem devagar. Eu lembro muito dessa história de “Maria não faz sessão de julgamento”. E aí eu falava “Gente, mas por que você acha que eu não consigo fazer? Eu quero tentar”. Ele falava: “Porque é muito rápido”, “Porque às vezes eles sinalizam e não falam”, “Porque a gente tem que anotar no papel, não dá tempo de anotar no computador”. Segui fazendo despachos e montando as sessões dos processos eletrônicos, a gente continuava tendo passivo grande de físico. Depois, cada vez mais o passivo de físico foi diminuindo e a sessão do PJe foi aumentando, até que fiquei responsável por todas as sessões de julgamento. E aí ficou aquela coisa muito paradoxal, eu fazia tudo,

o diretor só entrava para fazer a sessão. Quem sabia tudo, quem via qual eram os processos a serem pautados era eu, anotava a votação antecipada, resolvia todos os problemas. Eu só não conseguia ler a papeleta e fazer a sessão de julgamento propriamente dita. Todo o resto era eu. E aí, como foi orgânico, com o passar do tempo, todo mundo sabia que era eu a responsável, mas “a Maria não faz a sessão”. Para mim, era uma questão simples: eu queria fazer essa sessão.

Aí veio 2020, a pandemia. Como que a gente vai fazer por videoconferência com a papeleta impressa? Cada um na sua casa. Tinha que adaptar. E na época foi um caos. A nossa distribuição triplicou. A gente tinha pessoas afastadas por doença. Então, eu comecei a fazer. Eu disse: “eu faço, eu vou fazer do computador”. Desse jeito. Foi quando comecei a fazer sessão de julgamento e nunca mais parei. Eu lembro a primeira sessão presencial que eu fiz, para mim, foi uma emoção, porque foi estar fazendo uma coisa que sempre me disseram que era impossível. É engraçado que entraram algumas servidoras na secretaria depois e elas falaram: “Ninguém consegue fazer isso aí que você faz não”, “Nossa, quando você tá de férias a gente fica louco aqui”.

Teve uma reestruturação do Tribunal no final de 2022, fiquei como supervisora da SEDI e, hoje, recebo CJ. O crescimento foi vindo organicamente, com muito capacitismo atravancando, mas muita dedicação minha. Ele foi acontecendo. Hoje, eu tenho muito orgulho de fazer o que eu faço, de ocupar mesmo o

espaço que eu ocupo, de ter o respeito que tenho dos colegas, dos desembargadores.

Eu tenho orgulho dessa história, porque acho que mostra muito também do que a gente é capaz, desde que sejam feitas adaptações, desde que seja garantida a acessibilidade e as pessoas estejam abertas a fazer diferente. Que coisas podem ser feitas de formas diferentes e as pessoas com deficiência podem contribuir muito para o Tribunal. Hoje, eu tenho muita convicção de que eu tenho um trabalho relevante, de que eu sou importante para o Tribunal. Eu sei que eu ainda tenho muito para caminhar e espero conseguir. Eu sei que ainda vai ter muito capacitismo pela frente – vivemos num mundo estruturalmente capacitista. Mas também nossa Comissão de Acessibilidade está cada vez mais forte. A gente está trabalhando muito com conscientização anticapacitista.

Eu faço parte da Comissão de Acessibilidade desde o início, em 2016, porque eu quero, porque eu sou militante. Eu acho que a gente precisa ainda brigar muito por acessibilidade, por inclusão. Hoje eu tenho uma visão muito clara, bem diferente de quando eu era criança, de que eu não tenho que dar meu jeito, eu tenho que exigir acessibilidade. As pessoas têm que adequar. Então, é uma paixão que eu tenho. Fico muito feliz em poder dizer, para outras pessoas com deficiência, que, hoje, elas podem ir longe, tudo está muito melhor do que era na minha época.

Hoje, existe, no CSJT, um comitê formado por pessoas com deficiência visual, que não cuida apenas

do PJe, mas também dos outros sistemas nacionais da Justiça do Trabalho. Eu tô coordenando esse grupo. Continuo a chata do PJe. Não existe ainda uma consciência por parte dos tribunais de que a acessibilidade tem que ser uma condição *sine qua non* e tem que ser uma acessibilidade real. Não tem que ser acessibilidade 'para inglês ver', como é em muitas ferramentas. Então, essa é uma briga eterna que eu tenho. Mas é uma briga não só porque eu quero, é porque eu tenho medo, medo por mim, de não poder continuar fazendo o que hoje eu faço. E eu acho muito importante a gente dizer isso, porque eu cheguei até aqui, mas eu não tenho segurança, eu não tenho estabilidade, eu tenho medo. Ainda não consegui me livrar daquele pensamento que persegue pessoas com deficiência, de que preciso mostrar muito mais trabalho do que as outras pessoas para ter uma oportunidade. De que não posso errar. Então, eu sou muito perfeccionista. Eu trabalho muito mais do que precisava trabalhar. Eu quero abraçar o mundo. E eu não vejo isso exatamente como uma coisa positiva.

Como servidores, acho que temos um papel muito relevante para a Justiça do Trabalho. Eu acredito de verdade nisso. Tenho plena consciência de que se não fosse o meu trabalho, por exemplo, todos aqueles processos não poderiam ser julgados. Que todo mundo tem um papel muito relevante. E que eu tenho o meu. Gosto muito de fazer o que eu faço, sou muito feliz e não tenho a menor vontade de sair. Eu gosto dos projetos em que me envolvo. Eu me encontrei na Justiça

TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

do Trabalho. Quero me aposentar por aqui.





MARIA CRISTINA BARBOSA MENDES

Data de Nascimento: 02/04/1984

Naturalidade: Juiz de Fora – MG

Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – TRT1

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 23/01/2009

Cargo: Oficiala de Justiça

Lotação: Cabo Frio – RJ

Eu sou a Maria Cristina, sou uma mulher de 40 anos, com cabelos, olhos e sobrancelhas castanhas, os meus cabelos são cacheados e vão até um pouco abaixo dos ombros. Eu uso óculos de grau de armação preta. Nasci em Juiz de Fora e sou muito feliz por ser mineira. Estudei a vida inteira em escola pública e quando decidi fazer Direito, acho que já tinha um pouco a ver com a questão de estar lutando por justiça.

Sou uma mulher surda, nasci ouvinte, mas perdi a audição bem pequenininha, por volta dos 5, 6 anos, sem nenhum motivo aparente. Eu notei que não estava mais escutando porque na minha casa tinha muito bambu no quintal e quando o vento passa ele faz um barulho, e eu sabia que aquele som existia, mas não conseguia mais escutar. Assim como não ouvia mais o sino da igreja. Mas eu não conseguia falar para a minha família o que estava acontecendo, porque na minha mentalidade de criança eu não entendia esse processo. Mas logo a família notou que eu não atendia mais e minha voz estava diferente. Fomos ao médico e o diagnóstico foi fechado.

Eu sempre fui uma pessoa muito feliz, sorridente, brincalhona, meu irmão mais velho e eu, a gente brincava muito na rua, tinha um grupo de amigos muito grande. Fui uma aluna muito dedicada, esforçada. Quando eu era criança, eu tinha uma estratégia muito engraçada, estava sempre com um bolso cheio de bala. Se queria chamar alguém eu jogava uma, na expectativa de que quando a pessoa fosse me chamar ela também me jogaria alguma coisa, porque se gritasse meu nome

eu não ia ouvir. Isso acabou virando uma brincadeira entre muitos colegas. Não tenho nenhuma memória de infância de estar alijada socialmente, eu estava sempre de alguma forma participando.

Mas eu lembro que me magoava muito ouvir a constatação do meu problema, alguém falando “você é surda” ou “ah, você não tá escutando”. Parecia que eu era só aquilo, uma pessoa que não escuta. Sou tantas coisas. Na minha família, no início, ficou todo mundo muito preocupado, porque como eu não escutava, eu respondia coisas sem sentido. Aí meu tio, que é médico, me levou para o Rio de Janeiro para investigar o que é que estava acontecendo.

Eu ficava bem focada na boca das pessoas, até aprender a ler todo mundo e isso foi muito interessante. As outras pessoas começaram a perceber isso, e aí pediam para eu contar o que as outras estavam falando, virou um mecanismo de fofoca, era engraçado.

Eu também criava contextos para aquilo que eu não ouvia. Então, às vezes, numa frase de dez palavras, eu pegava duas, três, e aí eu ia tentando agregar aquilo que não tinha pegado. Antes mesmo do ensino médio eu já praticava a leitura labial e a leitura dinâmica, como estratégias para preencher esses buracos de comunicação, sem nenhuma tecnologia assistiva de apoio. Uma outra estratégia que usei foi começar a falar abertamente sobre isso com meus amigos, pedir para falar de frente para mim, ter paciência de repetir, porque a maioria das pessoas não tem paciência.

Eu fui nessas gambiarras até terminar a escola. O que eu fazia era, quando terminava a aula, eu ia para a biblioteca, pegava vários livros do mesmo assunto da aula e lia tudo de novo. Eu tinha a sensação de que eu tinha perdido informação.

Quando fui para a universidade e comecei a trabalhar, foi um desafio. Eu não conseguia fazer anotações no caderno enquanto tentava acompanhar quem estava falando. Eu tive amigos maravilhosos que escreviam tudo e eu tirava xerox do caderno, como a minha amiga Luana. Às vezes eu almoçava na biblioteca, para continuar lendo os livros.

Hoje eu uso aparelhos auditivos nos dois ouvidos. Esses aparelhos auditivos são top de linha e têm conexão *bluetooth* com meu celular. Tudo que eu uso de aplicativos de transcrição, de apoio, se tiver uma criança chorando, um cachorro latindo, tudo isso é reconhecido pelo celular e a informação é transmitida por escrito. Também uso fones por cima do meu aparelho auditivo, quando estou usando o computador, porque não tenho sensação de espaço. Eles me dão equilíbrio e a sensação de como estou falando no ambiente, para regular a altura da minha voz.

No computador eu uso transcrição, e comecei a usar a transcrição no celular também, principalmente na pandemia, porque estava todo mundo de máscara e, como eu não conseguia fazer leitura labial, eu precisei recorrer mais a essas tecnologias. E em casa praticamente tudo é conectado no *bluetooth* para poder ter essa resposta no celular.

Toda esta tecnologia causa sobrecarga de leitura, visual. E acabo criando mecanismos de compensação. Eu permaneço num estado de alerta muito grande, pela ausência de resposta do que tá acontecendo ao meu redor. Já passei por situações graves em que não reconheci o perigo, com troca de tiros, gritos. Sendo oficial de justiça, isso é muito grave para a minha segurança.

É importante perceber a necessidade de pausa, para restaurar a energia. Mas tenho muita dificuldade com isso, porque dentro de mim parece que existe uma obrigação de estar ligada em tudo o tempo todo, principalmente depois que eu virei mãe. Acho fundamental falar de sobrecarga por conta do cansaço que a gente fica, pelo desgaste físico que temos. É uma demanda enorme.

Minha formação foi toda em escola pública, tenho gratidão por tudo que recebi e isso formou muito minha personalidade. O tempo todo eu estava consciente de estar fazendo uma universidade pública e que eu tinha o compromisso de dar uma resposta social. Isso se refletiu nas escolhas por participar de uma justiça social e estar na Justiça do Trabalho. Foram escolhas muito caras para mim. Quando eu vi que eu poderia ser uma agente de transformação como retribuição do que recebi pelo coletivo, eu fiz o concurso para oficial de justiça na Justiça do Trabalho, com essa perspectiva.

Entre na Justiça do Trabalho em 2009, como oficial de justiça, a minha primeira lotação foi Cabo

Frio e estou aqui até hoje. Tenho um amor imenso por essa cidade, pela região. Como oficial de justiça, eu me realizei na rua, encontrando com as pessoas. Acho que, talvez, eu não tenha reconhecimento da minha atividade dentro da estrutura do Tribunal, mas eu tenho um reconhecimento da minha atividade com cada pessoa que eu encontro na rua. Isso me deixa muito, muito, muito feliz!

Enquanto oficial de justiça, a gente vive uma situação de risco permanente. Eu acho que, talvez, eu saiba lidar com essa situação por estar sempre em atenção por não ouvir, mas já passei por muitas situações de risco à minha integridade física, de assédio...

Uma vez, era só um mandado de notificação, seria só entregar a notificação, sem maiores problemas. E aí a pessoa me trancou dentro do escritório dela. Outra vez, eu estava grávida cumprindo mandado, fui só entregar também um mandado de notificação de uma audiência, e o sujeito soltou dois rottweiler em cima de mim. Corri pra dentro do carro, mas os cachorros chegaram a bater e arranhar meu carro.

No meu dia a dia eu tenho que organizar meu plantão numa linha de ação, porque moro muito longe da área que eu atendo. Qual o trajeto que eu vou percorrer, os lugares de risco que tenho, quais os pontos de suporte no meu caminho, como polícia, hospital e como conciliar com as minhas demandas familiares, porque eu geralmente me adequo aos horários em que vou encontrar os executados.

Muitos executados eu só encontro à noite, há alguns estabelecimentos que só funcionam no final de semana. O meu carro é bastante antigo, eu não troco porque ele já é meio que conhecido da região e, como eu entro em alguns lugares que não são tão tranquilos, eu até prefiro que eu seja identificada, também pelo meu carro. Quero que saibam que eu sou uma oficial de justiça, estou trabalhando. Às vezes as pessoas acham que isso é um risco a mais, mas para mim, aqui na região, tem sido um risco a menos o fato de já me conhecerem, já saberem que eu trabalho na Justiça do Trabalho ou, talvez, até já saberem como eu trabalho. Facilita bastante!

E eu vou em estado de alerta, mas também vou com o coração muito aberto. Eu gosto muito de resolver todos os processos, ajudar a chegar numa solução. E uma coisa que eu vejo é que às vezes as pessoas têm problemas de comunicação, elas não se escutam. Muitas vezes, o que os reclamantes querem, verdadeiramente, é um pedido de desculpas. Então eu acho que oficial de justiça também tem que ser essa pessoa que consegue atingir o objetivo do processo e resolver isso da melhor maneira. Acho que hoje o que me deixa feliz é tentar acompanhar as partes no processo e tentar fazer com que aquilo tenha um fim justo.

Já encontrei pessoas que eram usuárias de língua de sinais e o fato de eu também ter domínio de Libras fez muita diferença. Ainda que houvesse apenas um usuário de Libras no Brasil inteiro, a gente teria que

saber como se comunicar com essa pessoa. Nos preocupamos tanto em aprender inglês e espanhol e não nos preocupamos em aprender Libras. É uma língua nossa. Passei por uma situação absurda no mercado: uma pessoa virou para mim e disse que “a única pessoa que pode te dar a resposta que você precisa é aquela menina ali, mas ela não escuta, então você não vai conseguir saber a resposta”. Aí, eu fui até a garota, me apresentei, conversei com ela em Libras, peguei a informação que eu precisava e tal, me despedi, fui embora e o cara ficou lá com cara de bobo. Aí, a gente começa a ver o “pré-conceito” que as pessoas têm.

A preocupação com a acessibilidade também me ajudou na forma de esquematizar o meu próprio trabalho. Eu não faço uma certidão, não coloco uma foto no processo, não faço um auto que não seja acessível, que não tem uma descrição daquilo que eu estou colocando porque eu sei que existem recursos que são úteis para todo mundo, não só para as pessoas com deficiência.

Eu estou muito feliz de estar realmente sendo parte de algo. Acho que ser parte do TRT é algo muito importante, muito significativo. Qualquer ação que a gente faz tem uma repercussão muito grande na vida da outra pessoa, na vida daquela pessoa que a gente está encontrando. Se você não é diligente com seu trabalho, você não está sendo diligente com a vida de uma outra pessoa. Então, eu acho que esse é o compromisso, a luta do meu coração.

Mas em relação ao capacitismo, uma vez trabalhei com uma outra oficial de justiça que também não escutava, que não está mais aqui. E algumas situações que eu percebi de capacitismo eram colocar em dúvida se o que a gente falava era realmente o que tinha acontecido, se a gente tinha escutado certo. Isso para mim foi bastante dolorido. Eu sempre procuro evitar ao máximo qualquer ruído de comunicação para a gente não ter nenhuma informação errada. A insinuação de que a gente poderia estar entendendo mal uma situação, isso para mim é muito complicado.

E eu acho também que eu posso não perceber uma situação de ironia no trabalho. Talvez situações de capacitismo que eu não tenha percebido por não ter tido essa maldade do tom da voz. Que é uma coisa que eu não percebo. Acho que às vezes a pessoa fala uma coisa com determinado tom que eu posso até não ter percebido, mas depois, conversando com outra pessoa, descubro que foi uma situação relacionada à minha deficiência, sim.

A Comissão de Acessibilidade do TRT é um lugar que muito me motiva, porque a gente viu o quanto crescemos nesses anos. São sete anos de muita luta, mas de muito aprendizado também. A minha militância é no sentido de que temos de reconhecer que a gente tem muitas coisas que precisam ser mudadas, mas também ter maturidade, reconhecer os processos, o tempo de cada um. E também o próprio tempo da militância, porque ela não é uma soma de concordâncias, temos muitas divergências.

O primeiro concurso que eu fiz foi fora da reserva de vagas. Ampla concorrência. Quando eu fui tomar posse no exame médico, o médico pegou uma folha de papel, colocou na frente da boca dele e falou que eu teria que conversar com ele com o papel ali na frente da boca dele. Sem isso, eu não poderia tomar posse. Expliquei para ele que primeiro não precisava fazer isso e segundo que o que ele estava fazendo comigo era uma ofensa. Se ele achava que eu não era capaz para o trabalho que ele me desse uma declaração de que eu precisava ser aposentada por invalidez. Foi um momento muito triste na minha vida, porque eu precisava desse concurso até por uma questão financeira. Eu não tinha como me manter, eu venho de uma família simples e, para mim, foi uma afronta. Nessa época eu não usava aparelho auditivo, não tinha nenhuma outra tecnologia de apoio. Eu fiquei em Belo Horizonte para tentar resolver e foi chamada depois uma junta, uma assistente social veio conversar comigo e depois disso a gente teve que pedir um outro médico para eu ser periciada de novo.

Depois disso eu fiz o concurso do TRT com a reserva de vagas, já concorri na vaga reservada. Foi uma tranquilidade chegar no exame médico, na hora que eu cheguei, eu já entreguei um laudo, expliquei que eu sou surda. “E como vai ser exercer a função de oficial de justiça?”, foi a primeira pergunta que me fizeram. “Você vai bater uma campainha, vai bater no interfone e não vai escutar a pessoa te responder”. Aí eu falei que o jeito era experimentar. Porque se isso acontecesse,

se realmente eu não conseguisse exercer a função, eu seria a primeira pessoa a pedir para sair. Eu não vou ter coragem de receber um salário sem ter conseguido cumprir o trabalho. Então, nós descobrimos que existem outras tecnologias e a realidade das pessoas não é só o interfone, ainda mais aqui no interior. Acho que é essencial equalizar as oportunidades.

Li num texto da Rosa Luxemburgo em que ela falava que você só percebe as correntes que te prendem quando você se movimenta. Então todos os movimentos de que participo no Conselho Municipal, na universidade, na sociedade civil, em outros projetos, me fazem perceber. Quais são as necessidades? Qual é a minha possibilidade de participação ali? E isso para mim tem sido libertador. Acredito que é esse o caminho, nos sentirmos úteis e envolvidas com as coisas que realmente nos motivam.



FERNANDA DE ALMEIDA SANTANA

Data de Nascimento: 24/07/1989

Naturalidade: Imbituva – PR

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – TRT9

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 13/05/2019

Cargo: Técnica Judiciária

Lotação: Coordenadoria de Gestão de Terceiros

Meu nome é Fernanda Santana, eu sou do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª região. Estou em Curitiba, nasci no interior do Paraná, e quando era bem pequena, minha família se mudou para cá. Eu sou uma mulher branca de cabelo castanho de comprimento médio. Eu sou uma mulher autista.

Eu demorei muito para descobrir que era autista porque ninguém sabia o que era autista, a gente não tinha um nome para isso. Mas aí comparava uma pessoa com a outra, minha irmã também é autista, e parecia tudo igual, então era normal, né? Estava tudo certo, muitas das coisas que eram diferentes em mim quando eu era criança foram tratadas com naturalidade por conta disso. Mais ou menos na adolescência eu comecei a ter um monte de problemas de ordem de saúde mental, depressão, ansiedade e outras questões, que escalaram rapidamente para um problema muito grande.

Eu me via como uma pessoa diferente e me culpava pelas situações em que eu não conseguia participar, em que eu não conseguia ter o mesmo resultado que as outras pessoas da minha idade. Para mim era tudo minha culpa, eu era errada, eu era diferente, eu não estava me esforçando o suficiente. Porque era isso que a sociedade me dizia em todos os ambientes que eu ia. Era atribuído a mim o dever de me encaixar nos espaços. Então, se eu sentia dor porque tinha muito ruído no espaço, eu tinha que ficar quieta e aguentar, até o momento que eu não aguentava mais, e aí também era minha culpa. Eu internalizei isso de uma

forma muito pejorativa e muito negativa.

A depressão e a ansiedade são questões muito complicadas de lidar, para mim. Hoje eu entendo também como deficiência psicossocial. E que é uma coisa de longo prazo, crônica, eu vou ter para sempre. Eu não sei se isso foi adquirido em consequência de eu não ter tido meu autismo identificado na infância ou de não ter tido acesso a ferramentas para lidar com as barreiras atitudinais. Porque é muito pesado lidar com capacitismo, especialmente se você é uma criança, especialmente se você não entende o que está acontecendo.

Quando eu descobri meu autismo, ele já era amplamente reconhecido como uma deficiência. Foi um momento em que eu parei para pensar, “poxa, será que eu sou uma pessoa com deficiência?”, e começar a analisar o que isso significava na minha vida. Percebi que sim, eu tinha impedimentos que eram muito claros para mim, barreiras que também eram muito claras para mim. E entender como as relações sociais se dão numa sociedade capacitista mudou a questão da culpabilização. Eu entendi algumas coisas como “poxa, isso não é minha culpa, isso é falta de acessibilidade. Essa outra coisa que eu não entendi, não é porque eu sou burra, é porque não está no formato acessível para mim”.

Isso mudou tudo, me permitiu acessar muitas coisas que antes eu não acessava, como apoio, serviços, tecnologia assistiva. Como fone com cancelamento anti-ruído, uma coisa muito simples que me permitiu estar

e fazer muitas coisas que eu não conseguia antes, tipo ir ao supermercado. Eu não sei pegar o ônibus e chegar no trabalho sem estar absolutamente exausta. São coisas pequenas assim. Foi muito transformador para mim e para minha família. Eu tinha mais ou menos uns 20 anos quando eu descobri. A minha irmã tem 7 anos a menos que eu, então ela era uma adolescente de 14, 15 anos.

Foi desafiador, mas é muito legal ter pessoas por perto que entendem do que você está falando, mesmo sem um nome para isso. Que conseguem saber como você está se sentindo. E que vão entender que aquilo é sério. Porque tem algumas coisas que são difíceis para quem não tem contato entender logo de cara, e ter essa proximidade com outra pessoa autista foi importante para mim.

O ensino médio foi um momento bastante desafiador em relação à saúde mental. E a escola me acolheu, foi uma experiência muito legal no ensino médio. Eu queria aproveitar para registrar oficialmente o quanto foi importante para mim ter tido acesso à educação inclusiva. E o quanto foi fundamental para eu conseguir chegar onde eu estou hoje. Por mais que a gente tenha muitos desafios, foi essencial eu ter conseguido frequentar uma escola regular. Eu não teria conseguido chegar tão longe sem a oportunidade de passar pela educação inclusiva.

Aí eu entrei na Escola de Belas Artes do Paraná, aqui em Curitiba, assim que terminei a escola. E foi um desastre. Logo em seguida desisti, fiquei sem fazer

nada por um tempo, aí fiz vestibular de novo, entrei num segundo curso, que era uma licenciatura, então foi também por conta da faculdade que eu descobri meu autismo. Principalmente porque eu tinha uma colega na minha turma que tinha uma criança autista.

Num determinado momento ela levou a criança dela para a aula para mostrar para a galera, “olha, o autismo é assim”, e eu me identifiquei demais. Era isso que eu estava procurando, essa resposta. Então foi porque eu estava na universidade já. O que também foi uma experiência complicadíssima para mim, porque não tive nenhum apoio institucional, nem no primeiro curso universitário que eu entrei, nem no segundo. Então eu também não concluí o segundo e abandonei de novo. Mas aí já no processo de entender várias coisas e várias relações.

Então eu entrei na universidade de novo, eu sou teimosa, para fazer um terceiro curso, arquitetura. Entrei em 2013, mas aí já sabendo que eu era autista e já tendo acesso a alguns serviços. Eu tive a experiência de chegar na universidade e falar “olha, eu sou autista, me ajuda. Eu preciso de alguma adaptação aqui”. Eu peguei bem o processo logo antes da criação das cotas nas universidades para pessoa com deficiência, eu sou cotista de escola pública.

Logo depois que eu entrei foi criada a cota para pessoa com deficiência, então quando eu entrei quase não tinha pessoas com deficiência dentro da universidade, uma universidade federal, e eu acompanhei o processo de estabelecimento das cotas

e da criação e estruturação de um serviço de apoio aos estudantes com deficiência que foi muito legal de ver acontecendo. Esse processo dentro da universidade mudou muita coisa, foi fundamental para a minha permanência, eu não teria conseguido permanecer na universidade sem isso.

Para mim, seguir o cronograma formal da universidade é muito difícil, saber que dia que tem prova, que dia eu tenho que entregar o trabalho, fazer as coisas na ordem que as outras pessoas estão fazendo, saber que dia é hoje, porque às vezes eu não sei que dia é hoje. Eu não tenho a noção de tempo que as outras pessoas têm, de perceber o tempo passando, então, às vezes eu me perco completamente.

Algumas estratégias muito simples e práticas do dia a dia, por exemplo, escrever as coisas e compartilhar informação escrita, me ajudam muito. Nesse caso a gente sai um pouco da tecnologia assistiva e entra um pouco em adaptação razoável. Mas eu acho que, de certa forma, elas se misturam. Por exemplo, eu combinei com meu chefe, “olha, eu preciso que você escreva para mim o que você quer que eu faça, porque se você me falar 10 coisas eu vou virar e vou sentar na minha mesa, eu não vou lembrar nem da primeira. Então eu preciso que você escreva”. E aí ele senta no Zoom e escreve ali rapidinho. É uma coisa muito, muito simples, mas para mim é a diferença entre eu conseguir executar minha tarefa no trabalho, ou acompanhar as aulas na universidade, ou manter a minha casa minimamente habitável, ou não.

Mais ou menos quando eu estava na metade para o final da minha infância, meu pai entrou no serviço público. E aí a gente começou a ter acesso a um monte de coisa que não tinha antes. Por acaso meu pai era servidor do mesmo Tribunal onde eu trabalho hoje. Ele sempre falava “você tem que fazer concurso”. Eu acho que todo servidor público fala isso para os filhos, né? No começo eu dizia “não, nada a ver”. Até que eventualmente eu comecei a entrar em desespero achando que eu ia ter que depender dos meus pais para o resto da minha vida. Eu pareço muito independente, eu tenho noção que as pessoas têm essa percepção de mim. Mas não sou. Eu preciso do apoio de outras pessoas no meu dia a dia. E eu tinha uma relação com os meus pais que era muito de dependência. Eu me perguntava: “Será que eu vou precisar dos meus pais para sempre? Será que eu nunca vou conseguir morar sozinha? Será que eu nunca vou conseguir ter as minhas coisas? Será que eu nunca vou conseguir pagar as minhas contas?”. E por um bom tempo, eu achei que seria assim, e isso era uma coisa que me incomodava. Porque tinha um monte de coisa que eu queria que não era compatível com viver dessa forma. Então, eu comecei a fazer concurso público.

No fundo eu queria trabalhar onde eu estou trabalhando agora porque é onde meu pai trabalhava. E porque eu sabia que seria um ambiente seguro. Eu tive algumas experiências de trabalho antes, mas foram complicadas e eu não consegui me adaptar bem. Eu sabia que no tribunal onde meu pai trabalhava ia ser

legal, eu não sei como eu sabia, mas eu sabia que ia ser seguro e que eu conseguiria as adaptações de que eu precisava.

A equipe onde eu entrei é muito aberta, inclusiva. E foi muito legal ver também eles se adaptando à minha presença e passando a me entender melhor com o tempo. Eu tive uma experiência muito feliz, que eu acho que foi exceção, porque não se parece em nada com o que a maioria das pessoas relata do ingresso no mercado de trabalho, mas para mim foi muito legal essa entrada na Justiça do Trabalho e eu tenho gostado muito, muito, muito, muito, muito de trabalhar lá.

Eu entrei no Tribunal como cotista nas vagas reservadas para pessoas com deficiência, o que foi fundamental, de outra forma teria sido um processo muito mais complicado para acessar adaptações e apoio e tudo mais. Uma coisa que eu vejo muito é a experiência de outras pessoas que entram sem ser pela cota e não conseguem acessar esse reconhecimento enquanto pessoa com deficiência, não têm a mesma abertura em relação a adaptações, em relação à acessibilidade dentro do órgão público. Não estou falando do meu órgão, mas de histórias que a gente escuta no movimento. É bastante complicado para você ter o reconhecimento da deficiência depois que você entrou. Para mim era uma coisa importante entrar por cota porque eu sabia que era uma garantia de que eu teria as adaptações. Então, eu fiz questão de fazer.

Eu tenho a impressão que até mesmo o local em que eu fui lotada foi escolhido de forma muito

cuidadosa, levando em conta o que eu relatei como dificuldade, o que eu relatei como demanda. Uma coisa que me marcou muito, que eu achei que foi muito significativa, foi no meu primeiro dia de trabalho, que eu solicitei não falar ao telefone. Porque me causa muita ansiedade falar sem estar vendo a pessoa. Para mim é muito diferente eu fazer uma chamada de vídeo e eu falar no telefone sem ver a pessoa, me deixa muito nervosa. E às vezes me desregula um pouco e eu tenho que parar tudo que eu estou fazendo para me recuperar de ter falado no telefone. É um processo que tem impacto no meu dia a dia. Agora o WhatsApp está revolucionando tudo, a gente consegue ter conversas muito mais acessíveis.

E no primeiro dia que eu cheguei, a primeira coisa que eles fizeram foi tirar o telefone da mesa onde eu ia trabalhar. E para mim, isso é muito simbólico, porque é uma coisa que as pessoas normalmente não entendem. Foi muito impactante, acho que eu nunca vou esquecer desse gesto. Eu me senti respeitada nesse espaço, sendo ouvida, reconhecida. Então eu valorizo demais o lugar onde eu trabalho. Porque tiraram aquele telefone no primeiro dia.

Já me aconteceu, por exemplo, de viajar para um congresso, me identificar como uma pessoa autista e me perguntarem onde que está minha mãe. É extremamente constrangedor.

No que eu descobri meu autismo, eu comecei a atuar produzindo conteúdo na internet. Como um ativismo digital, mas de leve, e me convidaram para

uma associação que é associação da qual eu faço parte ainda até hoje, se chama Abraça – Associação Brasileira para Ação pelos Direitos das Pessoas Autistas, uma associação nacional do movimento formal organizado. E eu entrei, em 2016, de uma forma muito intensa, muito rápido, e pouco tempo depois eu virei presidente da associação. Eu acho que foi em 2017.

E também comecei a me envolver com movimento internacional. Aí, de repente, eu estava indo falar coisas na ONU. Foi muito doido, muito legal. Foram anos muito intensos em que eu aprendi muito e eu acho que eu contribuí bastante também.

Eu participo da Comissão de Acessibilidade e eu também participo da Comissão de Equidade. A gente está fazendo o que pode, e também dentro do meu próprio setor eu, de vez em quando, dou uns pitacos. Por exemplo, no meu trabalho com gestão de terceiros, pensar em como que a gente faz para esses contratos terceirizados também serem mais inclusivos. Então a gente criou um projeto lá no TRT 9 de cota de pessoas com deficiência dentro da terceirização que está funcionando muito bem. Eu propus, e foi super abraçado pela equipe. E assim a gente vai trazendo pequenas coisas das questões de deficiência sempre que dá.

Quando a gente pensa na obrigatoriedade das cotas para as empresas privadas, que é de cumprir uma cota no geral, as empresas têm a liberdade de colocar essas pessoas onde quer que elas queiram colocar. Não necessariamente no serviço que prestam para a gente.

Então o que a gente propôs foi colocar cota dentro dos nossos contratos. Aqui dentro do nosso órgão, onde a gente vê, hoje a gente pode conversar com as pessoas e checar se está tudo bem, se precisa adaptar alguma coisa. Isso nos deu muito mais controle para ter certeza de que está funcionando do que se a gente simplesmente pedisse aquela certidão para a empresa, e agregou muito no sentido de que, tendo pessoas com deficiência circulando dentro do Tribunal, isso faz o ambiente mais inclusivo. Hoje a gente tem alguns terceirizados com deficiência dentro da nossa equipe.

A gente também precisa discutir outras questões, como questões de gênero, questões de raça. O próximo passo é a gente começar a interseccionar. Porque é diferente ser uma mulher com deficiência ou um homem com deficiência. Ser uma pessoa branca com deficiência ou uma pessoa negra com deficiência.

Eu tenho visto de forma muito otimista o avanço do debate, e eu acho que a gente tem muito para avançar nos próximos anos em relação ao direito de minorias. Primeiro internamente e depois para fora, como no acesso à justiça. Para que a gente chegue no ponto que possamos dizer que hoje as pessoas com deficiência têm acesso à justiça. Com igualdade de oportunidades, porque a gente ainda não chegou lá.

A gente não fala o suficiente sobre o que as pessoas com deficiência fizeram e estão fazendo. Não é questão de abrir portas para pessoas com deficiência. A gente já está lá dentro, cara. E a gente já está construindo junto, então dar visibilidade para isso.

As pessoas com deficiência trabalham para a sociedade, a gente está aqui compondo a Justiça do Trabalho. Estar dentro dos espaços é fundamental. E trazendo mais gente com deficiência para dentro dos espaços, a gente vai mudar a mentalidade da galera que trabalha com a gente, vai mudar os sistemas, os protocolos.

Quando estou fazendo um documento, eu sempre me pergunto como eu posso deixar esse documento mais acessível. Isso vai ser consultado daqui a cinco, dez anos por outra pessoa, alguém vai fazer uma auditoria nisso aqui e pode ser uma pessoa com deficiência. Pequenas coisas para ir transformando por dentro um sistema mais inclusivo.

Aprender a me respeitar foi chave para mim, e ainda tem dias que é difícil. Tem dias que é difícil eu parar e dizer “calma, cara, você está pegando muito pesado com você mesma”. Eu espero que a Fernanda do futuro tenha um diploma universitário. E que consiga seguir forte no trabalho, seguir forte no movimento.



LUIZA DE SOUZA LEÃO ALMEIDA

Data de Nascimento: 14/10/1990

Naturalidade: Belém - PA

Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região - TRT8

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 19/12/2016

Cargo: Técnica Judiciária - Área Administrativa

Lotação: Divisão de Acessibilidade, Inclusão e Sustentabilidade

Sou Luisa de Souza Leão Almeida. Estou lotada no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª região, resido em Belém, na Capital do Pará e tenho deficiência visual. Eu sou uma mulher branca, tenho cabelos castanhos.

Nasci em Belém do Pará. Sou de uma família grande, muitas irmãs e um irmão. Na minha família de origem – meu pai, minha mãe – somos quatro filhas. Depois, mais um filho e uma filha do segundo casamento do meu pai. Então, nós somos seis irmãos, sendo cinco mulheres. Eu sou a caçula da primeira leva, digamos assim.

Tenho uma deficiência congênita. Nasci com retinopatia da prematuridade, nasci prematura. Aos poucos, com os meus primeiros anos, eles já foram identificando a deficiência visual, que eu tinha baixa visão, que eu enxergava pouco.

Desde sempre, eu ouvindo eles contando a minha história assim, eu sempre vi os meus pais no movimento muito ativo de compreender o processo da deficiência, de buscar recursos, de incentivar muito o meu desenvolvimento e de buscar elementos que ajudassem nesse desenvolvimento. O irmão do meu pai, meu tio, é oftalmologista, então ele sempre foi o meu oftalmologista e me acompanhou ao longo de toda a vida. Posteriormente, as filhas e os genros dele também se formaram oftalmologistas. Hoje eu tenho uma família de oftalmologistas, eu sempre digo que isso é muito significativo na minha história.

E consegui resguardar um resíduo visual que é muito importante também, que me dá muitas

possibilidades na minha vida cotidiana. Então, hoje eu tive várias intercorrências de descolamento de retina, glaucoma, enfim várias questões ao longo da vida, vários procedimentos, várias cirurgias. Mas de alguma forma é como se eu conseguisse sustentar esse resíduo visual graças a todo esse suporte tão de perto. Toda vez que eu sinto alguma coisa, que eu sinto alguma diferença na visão, alguma dor, tem quase um pronto-atendimento. Como se a gente tivesse um atendimento de urgência – porque a gente sabe que na oftalmologia não é muito comum – mas eu tenho esse acesso, esse privilégio. Eu tenho certeza que isso impacta muito a minha vida. É muito parte da minha história familiar.

A família foi uma base muito forte por olhar a deficiência com muita naturalidade, de ser algo que faz parte. Nunca foi colocado para mim como aquela ideia da tragédia. Demorou um pouco para eu me entender enquanto uma pessoa com deficiência, que eu tinha dificuldade visual e que isso impactava na minha vida. Acho que isso foi sempre conduzido pela minha família de uma forma muito tranquila.

A relação com os irmãos pode ser muito maravilhosa para nós, pessoas com deficiência. Minhas irmãs sempre assumiram um lugar de suporte, de suporte para fazer as coisas, uma posição muito de incentivo também, e muito esse papel para confrontar – às vezes junto comigo – os meus pais, que eu considero, inclusive, que não foram muito superprotetores. Acho que eles foram bem razoáveis dentro do contexto deles. Mas quando vinha um pouquinho dessa superproteção,

minhas irmãs sempre traziam muito isso: “Eu não faço tal coisa? Eu não fiz tal coisa nessa idade? Por que que a Luisa não pode fazer? Então ela vai, e se precisar eu vou com ela, e depois ela vai sozinha”. Então, sempre me confrontando de alguma forma ou mostrando, como eu disse, acho que um pouco desse senso de que nós somos iguais.

Hoje, boa parte da nossa família vive no mesmo prédio, em apartamentos diferentes, uma proximidade e uma rede de apoio mútua, de se ajudar nas coisas do dia a dia e de compartilhar muito da vida.

Eu tive a oportunidade de morar fora durante o mestrado, na Universidade Federal de São Carlos, e fez muita falta o convívio, o contato com a família. Então, eu tenho a minha família realmente como uma base muito importante de muito incentivo, pessoas que sempre acreditaram em mim.

Eu tenho algumas suspeitas do momento em que me percebi com deficiência. Eu acho que tudo é um processo, então acho que é difícil ser uma virada de chave de um dia para o outro. Acho que, quando criança, eu tinha noção de que tinha uma dificuldade visual. Que era diferente das outras pessoas. Acho que isso sempre foi muito claro para mim. Eu não tive, durante muitos anos, contato com ninguém que também tinha deficiência visual. Isso dá uma sensação meio esquisita de que você é diferente, de que você é a única diferente. Me incomodava na forma como as pessoas olhavam, na forma como as pessoas interagiam. Durante algum tempo foi algo que eu

tentava dar uma escondidinha.

Eu lembro bem, quando eu ia para faculdade, eu usava bengala. Pegava o ônibus e tal. Eu transitava muito nesse lugar 'eu não tenho deficiência'. Eu quero fingir que não tenho. A própria bengala – foi um desafio usar.

Mas a verdade é que eu tenho deficiência. E aí, eu lembro bem que, para mim, o grande divisor de águas foi quando eu decidi ter meu cão-guia. E quando eu peguei o cão-guia, eu sempre brinquei que não tinha mais como guardá-lo na bolsa, né? A bengala, eu guardava. Com o cão-guia, não dá mais. Então eu passei a ser uma pessoa com deficiência todas as horas do dia, sempre, e a enfrentar mesmo os limites, os desafios de uma pessoa usuária de cão-guia em Belém, no norte do Brasil. A Sheba, que é o meu cão-guia e que agora está aposentada, foi o primeiro cão-guia de Belém, e provavelmente do Norte, porque até hoje a gente não tem registro de outro cão-guia no norte do Brasil.

Então, eram muitas barreiras. Ninguém sabia o que era cão-guia. Eu não conseguia entrar nos lugares, eu não conseguia pegar transporte. Eu precisei me empoderar muito, dos meus direitos, de que eu era uma pessoa com deficiência, de que o cão-guia era meu direito, de que eu podia entrar... Então, eu precisei, de alguma forma, me afirmar muito nesse lugar.

A relação com um cão-guia é uma relação de muito cuidado. Ela cuida de mim, ela me dá suporte para realizar minhas atividades e, ao mesmo tempo, ela é um cachorro. Então ela precisa do meu cuidado. Eu

lembro muito de ter uma sensação de que eu estava protegendo ela. De que aquilo era contra ela – era contra mim, mas também era contra ela. Na medida em que a deficiência aparece mais, você enfrenta mais as discriminações e o capacitismo de um modo geral.

Todas as vezes que eu saía de casa, eu saía sabendo que eu ia ter problema. Na própria universidade eu tive muitos problemas, porque tinha muitos cachorros abandonados. Então, eu era perseguida com a Sheba. Enfrentei muitos desafios nesse sentido e mais uma vez tive que me fortalecer muito, para não desistir. Para não desistir do curso, para não desistir do meu cão-guia, porque chegavam pessoas para me dizer isso: “Por que você não deixa seu cão em casa, já que é ruim você vir para a universidade com ele?”.

Eu acho que isso me trouxe muito para a luta, para a luta da pessoa com deficiência. Foi aí que eu tive consciência de que eu era uma pessoa com deficiência, mas eu acho que deu uma virada muito nesse sentido do empoderamento mesmo, de dizer: essa é uma luta que eu quero lutar e que me afeta e que afeta muitas outras pessoas.

Acho que a escola que eu estudei no ensino fundamental, ela foi muito pioneira nesse princípio da inclusão. Era uma escola em que você via pessoas com deficiência. Eu não sofri muito *bullying* lá. Eu não sofri muita discriminação na escola, eu acho que eu tive um processo de me sentir pertencente, de construir redes realmente, de socialização, amizades mesmo muito

verdadeiras. Isso foi uma base super importante ao longo da escolarização.

Fui muito estudiosa e eu acho que muito por causa daquele lugar de que ‘eu preciso ser’, ‘eu preciso provar’, ‘eu preciso dar o meu melhor’. Eu sei que isso me acompanhou e me acompanha até hoje. Tipo, se eu errar, eu sei que vão dizer que é pela minha deficiência e não por qualquer outro motivo. Acho que eu sempre, de alguma forma, tive essa consciência, o peso disso, de que você precisa ser muito bom, sempre.

Eu me formei em História, daí nesse ínterim fui pegar a Sheba. Passei um mês em treinamento com ela, o que também foi outra experiência sensacional. E aí eu fiz uma segunda graduação, fiz Psicologia, já com a Sheba. Foram duas realidades bem diferentes, sem a Sheba e com a Sheba – com todos os prós e contras, e também com uma outra percepção da própria deficiência.

No meio do curso de Psicologia, eu ingressei aqui no Tribunal, então foi quando eu prestei concurso. Eu nunca me vi muito prestando concurso, eu ia para área acadêmica mesmo. Sempre foi uma coisa assim: deixa eu ir lá ver o que que vai acontecer.

Quando eu fui escolher o tema do meu TCC, eu escolhi pesquisar sobre barreiras atitudinais e foi um processo bem interessante. Porque eu tive que trabalhar uma coisa em mim que era aquela ideia de que nós, pessoas com deficiência, só podemos trabalhar sobre esse tema. E eu sabia que isso não era verdade. E eu sabia que eu gostava de muitas coisas,

que eu podia trabalhar com muitas coisas, eu gostava muito da clínica na área da Psicologia. Enfim, eu tinha muitos interesses.

Então, para mim, foi um processo de me permitir estudar, pesquisar sobre o tema, porque parecia que eu ia estar confirmando essa profecia social, de que a gente só pode atuar com pessoas com deficiência, de que a gente só pode discutir esse tema. E isso para mim era muito conflitante com quem eu me via, com quem eu queria ser, mas ao mesmo tempo, eu tinha muito interesse e eu sabia que eu tinha muita coisa para contribuir nessa área também.

Quando eu voltei do mestrado, eu recebi o convite para trabalhar aqui no Tribunal na área de acessibilidade, que, na época, ainda era junto da sustentabilidade. Defendi meu mestrado numa sexta-feira e na segunda-feira eu assumi meu novo posto de trabalho. Antes eu trabalhava na área fim e amava meu trabalho, pelas pessoas que tinha lá. Mas eu sabia que não era onde eu estava me desenvolvendo, onde eu estava botando todo o meu potencial. Então, depois de vir para a área realmente da unidade de acessibilidade foi muito bom. Foi uma conquista profissional. Realmente foi uma virada na minha vida. Desde 2022, então, eu já estou na Unidade de Acessibilidade e Inclusão.

Eu entrei em 2016, e isso era um tema absolutamente inexistente. Praticamente não encontrava, não conhecia pessoas com deficiência aqui dentro. Depois, veio a Comissão de Acessibilidade e

veio uma visibilidade maior quando a gente começou a fazer evento sobre o tema, quando começamos a trazer isso para a pauta. Eu sinto que, de lá para cá, a gente caminhou muito.

Fizemos um censo no ano passado. Não chamamos de censo, mas foi um questionário aplicado para pessoas com e sem deficiência aqui no Tribunal. Uma das perguntas era muito no sentido de que elas identificassem quais eram as barreiras existentes, e foi muito interessante ver as pessoas sem deficiência identificando barreiras, vendo que tem um monte de barreira que precisa mudar e dizendo que precisavam de capacitação, e dizendo daquilo que elas viam como demanda. Quando eu li isso, as pessoas já saíram daquele lugar de que 'eu nem sei que as pessoas com deficiência existem'.

Então, ao longo da nossa atuação, eu tenho visto cada vez mais as pessoas sem deficiência participando desse processo, compreendendo aquilo que precisa ser feito, eu acho que varia muito também com cada administração, com a abertura que a administração dá para o tema. Acho que a administração tem um papel fundamental nisso. E atualmente a gente tem uma administração que se implica no processo.

Ainda tem um caminho muito longo para que todo mundo entenda que a eliminação de barreiras é sua responsabilidade, que todo mundo contribua para isso. Porque eu acho que cada unidade, cada especialidade tem o seu papel. Eu não vou saber algo da engenharia, algo da tecnologia da informação, algo da gestão de

peças, que é competência daquelas pessoas que precisam colocar a lente da acessibilidade. Precisam realizar o seu trabalho com essa lente, com esse foco, com essa compreensão.

Sobre as vagas reservadas, elas são um direito fundamental, considerando toda a disparidade de oportunidades, toda a discriminação que a gente ainda sofre, todas as barreiras que a gente enfrenta para chegar onde a gente chega.

De alguma forma, à medida que a gente vivencia as barreiras, a gente provoca mais. Luta mais. Queria que não fosse assim, que a gente chegasse aqui dentro, já tivesse tudo pronto, lindo, perfeito, funcionando para que todos nós pudéssemos participar. Mas eu tenho visto que não vai ser assim, que a gente vai precisar por o pé na porta e tem que mudar porque eu preciso, porque eu tenho direito de participar, porque eu tenho direito de estar aqui e a gente precisa que alguma coisa mude, para que eu esteja aqui com qualidade. Então, eu acho que a nossa presença é fundamental. E quanto mais diversos nós formos, tanto em termos de deficiência, quanto de forma geral, a gente vai construir ambientes muito melhores. Muito melhor para todo mundo. O quanto também que a gente precisa trocar – entre pessoas com diferentes deficiências – o quanto que a gente precisa se ouvir, conhecer melhor as necessidades uns dos outros. E se aliar nessa luta, que não pode ser uma luta de cada deficiência. Imagina, se for assim, a gente vai demorar muito mais para conseguir construir um ambiente de trabalho acessível,

inclusivo e possível para todos nós. A gente precisa se fortalecer enquanto coletivo, enquanto movimento mesmo das pessoas com deficiência para fazer as nossas vozes serem ouvidas.

Enquanto servidores da Justiça do Trabalho, a gente já pode se considerar, de alguma forma, muito privilegiado. Eu acho que as condições de trabalho a que temos acesso, elas são muito diferentes, e não só as condições de trabalho, mas as condições de acessibilidade de um modo geral. Então, eu acho que a nossa presença nos tribunais é também para a promoção da acessibilidade para os usuários da Justiça, para quem vai acessar os serviços. Se eu fosse avaliar eu diria que a acessibilidade ainda é melhor para público interno do que para público externo.

Fora daqui, eu acho que estou mais integrada em movimentos nacionais do que aqui em Belém de fato. Participo da União Nacional de Usuários de Cão-guia e participo muito no mundo acadêmico. Com isso, acabo conseguindo circular um pouco, ter acesso ao que está sendo produzido, ao que está sendo discutido em outros espaços também.

Todo espaço que a gente ocupa de alguma forma, enquanto pessoa com deficiência, ele também é político. Depois de viver um pouco a minha fase de 'tenho vergonha de usar minha bengala' e guardar ela na bolsa, eu hoje penso: se eu for para academia de bengala, isso é político. Que as pessoas me vejam ocupando os espaços da padaria, da academia, do shopping, da viagem, do aeroporto, do tribunal,

da Assembleia Legislativa... Enfim, onde quer que eu esteja, eu sei que a minha presença, nesse sentido, representando uma pessoa com deficiência, representando as pessoas com deficiência, é um lugar político.

Eu sempre tive muito esse receio de ser colocada, e acho que até por ter sido colocada mesmo nesse lugar de exemplo de superação, até por compreender todos os privilégios que eu tive. Então, ao mesmo tempo que eu acho que é muito potente para pessoas com deficiência ver outras pessoas com deficiência ocupando espaços, a gente não pode perder de vista a diferença nas barreiras, a diferença nas oportunidades. Porque é muito fácil o discurso meritocrático, capitalista, se apropriar da minha participação para dizer para todas as pessoas com deficiência que basta elas quererem que elas vão conseguir ocupar o espaço que elas quiserem. Isso não é verdade. A gente sabe que as exclusões, as discriminações e a falta de oportunidade são a realidade da maioria das pessoas com deficiência.

Eu sempre digo que a maioria das barreiras atitudinais está pautada na ideia de se ver a pessoa unicamente pela lente da deficiência, então, de alguma forma, a gente acaba sendo restringido mesmo à nossa deficiência. Então, se esse livro puder contar da diversidade que somos, das potências, das realizações, dos sonhos, enfim, das histórias de cada um, a gente talvez consiga não só contar da contribuição que nós, pessoas com deficiência, damos, ao trabalho, que

é enorme, como a gente já discutiu. A importância da gente ocupar esse lugar, da gente estar aqui, é muito importante, mas também é da vida mesmo, da importância da vida. Eu acho que a gente ainda tá no lugar, enquanto sociedade, em que a gente não entende a vida da pessoa com deficiência como uma vida que vale a pena ser vivida.

A deficiência não vem acompanhada só de barreiras. Vem acompanhada de um monte de coisa que transforma a gente. Então, com certeza, eu seria outra Luisa se eu não fosse uma pessoa com deficiência. E isso não é nem bom, nem ruim, é só uma outra Luisa, uma outra pessoa. Ser uma pessoa com deficiência, inclusive, me formou uma pessoa com um olhar, com uma sensibilidade x , com uma capacidade de olhar para vulnerabilidades, para a diversidade que eu considero um valor. É algo que eu não queria deixar de ter. É algo que me acrescenta.

A gente aprende muito cedo a ser vulnerável. Precisar ser interdependente, a precisar da ajuda, do suporte. E com isso eu digo que não só eu aprendi a pedir ajuda, como eu aprendi a ajudar. Eu vejo o quanto eu sou um canal aberto para o suporte. O quanto que, muitas vezes, as pessoas me buscam, me procuram.

Isso é tão humano e tão potente e, ao mesmo tempo, às vezes é tão difícil para as pessoas, por exemplo, ao envelhecer, perceber que elas precisam de mais ajuda... É óbvio que a gente quer ter toda autonomia que a gente puder. Mas achar que a gente é totalmente independente de qualquer pessoa,

é uma ilusão. A gente é dependente, sim, um do outro. E por esse conceito, até maravilhoso, que é a interdependência. Então eu acho que a gente mostrar esse valor, mostrar essa vida que pulsa em nós – na vivência da deficiência e na vivência de uma forma geral –, eu acho que é uma potência maravilhosa.

Pensando sobre o capacitismo, que eu acho que é a nossa – é pelo menos a minha – bandeira de todos os dias: a luta anticapacitista. Trabalho todos os dias para vencer, para, de alguma forma, mostrar para as pessoas o quanto a nossa sociedade ainda é capacitista. Então, eu sempre digo o que é ser capacitista. Não é uma questão de ser uma pessoa ruim necessariamente. A gente às vezes coloca as discriminações nesse lugar de bem ou mal, nesse lugar de: “Eu sou uma pessoa boa. Então, eu não sou racista, capacitista, homofóbico etc...”. E não é verdade. A gente está numa sociedade estruturalmente discriminatória com todos esses grupos vulnerabilizados. A gente precisa se entender nesse lugar de que sim, nós somos capacitistas, e que a gente precisa o tempo todo rever as nossas práticas, a nossa forma de ver as pessoas, a nossa forma de interagir. Eu acho que é esse olhar de autorreflexão, de realmente se sentir convidado à mudança, não de um lugar de autojulgamento, mas de um lugar de agente, de ser ativo, de querer estudar, aprender sobre isso e fazer diferente.

A gente precisa de mais pessoas implicadas em produzir menos opressões. Me deixa muito triste quando as pessoas minimizam os sofrimentos, as

TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

discriminações que muitos grupos vulnerabilizados sofrem. Eu acho que só quem sofre, só quem sabe, é quem vive isso. Então, a gente precisa ouvir as pessoas e acreditar nelas, no que elas estão dizendo, que elas passam por aquilo que é ruim e, muitas vezes, nem a gente percebe. Como eu contei, algumas coisas que eu fui percebendo ao longo da vida, nem a gente percebe que aquilo está sendo de um lugar capacitista, e a gente precisa perceber para conseguir combater.





NELBO ROCHA

Data de Nascimento: 17/06/1957

Naturalidade: Gaurama – RS

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – TRT4

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 09/04/1984

Cargo: Técnico Judiciário Federal – Agente da Polícia Judiciária

Lotação: Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Erechim – RS

Eu sou o Nelbo, sou moreno, calvo, já tive um rasta enorme, mas agora tenho uns fiozinhos brancos que pinto de castanho, e tenho olhos castanhos, cor de mel, diz a minha filha. Tenho 4 filhos e estou com 67 anos, mas poderia passar por 28. Destes, 55 são de serviço público. Nasci em Vitória, Espírito Santo, e tenho cinco irmãos.

Meu pai ajudou na construção de Brasília, ele foi primeiro e depois fomos nós. Moramos lá por um tempo, depois voltamos para o Espírito Santo. Aí, quando eu fiz 12 anos, entrei na Marinha, no EAMES (Escola de Aprendizes-Marinheiros do Espírito Santo).

Tenho Espondilite Anquilosante. Acredito que foi piorando com o tempo. Eu tenho os nervos curtos na perna, mas como naquele tempo dos militares a gente era tratado acima das deficiências, então isso passou batido. Eu notava que eu tinha dificuldades, mas no serviço não reclamava, senão era entendido como se a pessoa não quisesse fazer o serviço ou aquele exercício.

Fiquei na Marinha, e então me mandaram junto com outros para o Rio Grande do Sul, montar o corredor de exportação. Embarquei num navio da Marinha de guerra, mas ele era de pesquisa, mais de gurizada, por isso que a gente podia andar com os cabelos como quisesse. A gente rodeava o Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, montando o corredor de exportação, que depois virou o Cone Sul e depois o Mercosul. Então os militares saíram do comando do país e eu pedi baixa. Foi difícil conseguir que eles me deixassem ir, porque já tinham investido em mim, mas

no fim consegui.

Fiquei trabalhando por Porto Alegre e passei em vários concursos, em alguns que não me chamaram, então veio o do TRT4 e me chamaram. Todos esses concursos eu fiz sem usar a reserva de vaga para PcD, porque eu era vítima de uma deficiência e não tinha consciência dela, por causa do próprio sistema que existia no Brasil. Eu consegui superar essa deficiência, mas sempre tive mais dificuldades. Até na coluna, ela doía de uma forma muito violenta, hoje eu dou risada, mas não sei como que eu aguentei aquelas dores. Eu não conseguia nem dormir.

Assumi no TRT4, passei por várias funções. Primeiro entrei como agente de segurança. Aí me encaminharam para um psiquiatra para tomar remédio para dormir, mas eu dizia que o problema não era a falta de sono, o problema era a dor. E nesse meio tempo eu fui descobrindo a minha deficiência. Até que decidi operar. Largar o remédio para dormir, que tinha um desmame difícil, mas eu me propus a fazer o desmame e assumir minha deficiência. Lógico que me apoiei na legislação, que foi mudando e foi me protegendo dentro dos serviços que a gente tinha que fazer no Tribunal. A legislação foi me protegendo, então eu já não precisava ser um dos primeiros, e fui me adaptando também. O mundo todo mudou. E no Tribunal também foi mudando a cultura do agente.

Antigamente, por exemplo, na Marinha, o oficial era aquela pessoa rude. Quando eu entrei, já tinha que ser pessoal da tecnologia. Quando entrei no Tribunal,

havia ainda a cultura do homem rude, mas a minha turma já era do pessoal que ia para faculdade. A gente deixava de ir para o bar para ir à faculdade, ou à igreja (eu já fui evangélico), imagino que chocava a cabeça dos antigos.

Eu sou muito do estudo. De faculdade eu comecei com a sociologia. Depois, fui dos estudos sociais para administração. Fiz psicanálise, fiz teologia. Me considero sociólogo e teólogo. Eu sempre estudei. Meus pais me cobravam leitura. E sou poeta também, já publiquei poesias e já ganhei o primeiro lugar em crônicas no judiciário brasileiro.

A minha deficiência é invisível, então muitas vezes eu não sofro capacitismo, mas racismo. Mas tem a questão do estacionamento. Quando eu estou sem dores, eu não uso a vaga em lugar nenhum, mas aqui no Tribunal eu coloco o carro para reservar a vaga para um colega, que esse sim, precisa, e volta e meia algum advogado aparece e ocupa. Então eu deixo o meu carro ali, porque eu chego mais cedo, aí o colega já sabe e me telefona, eu desço e tiro o carro. Tivemos que fazer isso para não criar atritos, porque se a pessoa não aprendeu até agora... Eu cheguei numa idade em que eu não quero mais educar ninguém, a pessoa não quis entender, então agora meu carro fica sempre ali.

Eu participei da criação do SINTRAJUFE, da Federação e depois da AGEPOLJUS. O nome já era pensando na polícia judicial. Trabalhei no sindicato, muito tempo como diretor. Como conselheiro também, por muitos anos. Fui a Brasília várias vezes, aprovar

projetos e verbas. Inclusive criamos os planos de cargos e salários. Hoje eu não participo mais, mas recebo ainda alguns convites.

A Justiça do Trabalho cresceu muito e foi crescendo aos poucos, ela faz esse lado social, e quando evita atrito social, ela está fazendo o papel moderador.

Eu acho que a Justiça do Trabalho é muito resiliente. Essa resiliência da Justiça do Trabalho tornou-a muito evoluída, às vezes nem entendida pelo próprio CNJ, pelo próprio supremo. Porque nós estamos fazendo essa revolução social de forma não agressiva, tem que continuar nesse caminho. A Justiça do Trabalho faz muito bem esse papel.

E ela tem que se conscientizar desse papel dela na sociedade. A gente tem que fazer a revolução na nossa aldeia, senão a gente não revoluciona o mundo. E nossa revolução está sendo bem feita aqui na Justiça do Trabalho.





JORGE PIRES NEVES

Data de Nascimento: 17/05/1964

Naturalidade: Moreira Sales - PR

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - TRT9

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 31/07/1987

como Agente de Portaria e 1989 como Técnico Judiciário

Cargo: Técnico Judiciário

Lotação: Coordenadoria de Arquivo e Gestão

Documental

Eu me chamo Jorge Pires Neves, sou negro e tenho deficiência de paralisia infantil no membro inferior direito e no membro superior esquerdo.

Nasci em Moreira Sales, no interior do Paraná, e vim para Curitiba em 1976. Vim de uma família pobre, humilde. Sou o sexto filho do total de nove. Meus pais eram da roça, agricultores. Viemos para Curitiba com o objetivo de alcançar algo melhor. Tivemos sofrimentos, passamos necessidades. Moramos por cerca de três meses embaixo da lona. Veio uma primeira chuva e levou boa parte das nossas roupas embora, mas nós levantamos a cabeça. Tanto papai como mamãe são muito trabalhadores. Meus irmãos também. Eu queria trabalhar assim, já desde pequeno, mas o pai falou: “Não, Jorge. É para você estudar”, e assim foi. Fiz o meu ensino técnico no CEFET Paraná.

Só quando cheguei em Curitiba que eu comecei a usar palmilha. Antes disso, no interior, eu usava chinelo e também Conga, que tinha naquela época, mas sempre com uma diferença ali no calcanhar. Fui tomar ciência mesmo de que era deficiente nos meus dez, doze anos. Porque até então, no começo, eu estava em fase de crescimento. Então, demorou um certo tempo para eu mesmo observar, tendo em vista a pólio, lá com um ano de idade.

Eu sempre fui tratado junto à família, sempre superando a deficiência. Os irmãos deram bastante apoio. Tivemos os momentos de brincadeira... E na escola, no início, quando eu comecei a estudar, usava um calção e as pessoas notavam a minha deficiência,

mas eu não sentia vergonha. A minha perna direita era fina; a mão esquerda e o braço são finos, têm atrofia. Andava mancando bastante e, mesmo assim, eu sempre fui de lutar, de batalhar, de não ficar me vitimando.

Em 1976, eu fiz uma correção no músculo, para esticar, mas ainda existe a diferença entre o calcanhar, e a parte frontal do pé, de quatro centímetros a menos. Mas eu me sinto como se fosse perfeito e isso fez com que eu objetivasse algo melhor na vida para proporcionar a mim mesmo e à minha família algo melhor. Entendo que a deficiência está em meu corpo, eu procuro torná-la não existente na mente, não existente no meu dia a dia e superá-la. Sempre superar, a cada dia tentando superar para que eu possa ser, na verdade, eficiente.

Minha mãe também falava que era para eu estudar, mas como eu queria trabalhar, comecei a vender doces na esquina. Era paçoquinha, pé de moleque. Mamãe fazia o pé de moleque à tarde. Eu ia vender os doces depois. Trabalhei por uns quatro anos vendendo doce. Daí, o primeiro serviço que surgiu foi de office boy, mas o pai não deixou e preferiu que eu estudasse. E quando eu estava fazendo o curso de eletrotécnica, no meio do curso, veio o edital do concurso do TRT, isso em 1984.

Eu vou completar 37 anos de TRT. Iniciei meu trabalho na portaria, na recepção do Tribunal. Já era estatutário, e daí fiz concurso interno, passei para técnico judiciário na época, e é o cargo que ocupo até

hoje. Estou há dois anos como coordenador do arquivo.

Eu queria um trabalho bom, um trabalho que fosse no setor público. Fiz concurso na prefeitura de Curitiba, fiz concurso para o estado do Paraná e até nesses outros concursos eu passei. Eu fiz também um concurso na Copel, em que era para eu ser eletricitista e trabalhar em redes de alta tensão. Aquilo marcou muito a minha vida, porque quando eu fui fazer o exame admissional para entrar na Copel como eletricitista, o médico olhou para minha perna e disse: “Não, você tem atrofia, você tem pólio, não tem como trabalhar na área de manutenção elétrica na alta tensão”. Mas esse mesmo médico, no laudo, colocou uma vírgula: “O candidato está inapto para a função proposta, mas poderá ser aproveitado na área administrativa”. Aquele laudo marcou muito a minha vida, porque o concurso que eu fiz na Copel – digamos que tenha sido lá em 83, 84 – eu fiquei com essa ressalva do médico, de que o candidato poderá ser aproveitado na área administrativa, e até hoje nunca me chamaram para assumir essa vaga.

Eu me dediquei, estudei forçosamente para passar no concurso e consegui passar no TRT. Não tinha a lei das cotas que nós temos hoje. Eu passei na raça mesmo. Não tenho vergonha de dizer que comecei na portaria do Tribunal, pelo contrário. Eu tenho muito orgulho de ter começado na portaria do Tribunal. Trabalhava como ascensorista, conhecia 100% dos funcionários do TRT da 9ª região. Hoje, com muito orgulho, eu sou técnico judiciário e coordenador da

gestão documental do TRT da 9ª região.

Aqui, eu sempre localizo diversos documentos antigos, ali de 1970, 80, 90. As sentenças são um tanto quanto difíceis de localizar, tendo em vista que é tudo manual. Então, a gente consegue registrar, digitalizar e disponibilizar para as pessoas. Muitas vezes a pessoa que vem aqui no nosso balcão, que está aqui atrás de mim, são as pessoas que vêm com um dinheirinho da passagem e com esse documento em mãos, ali ao Reconhecimento de Vínculo e, nesse reconhecimento, as pessoas conseguem, junto à Previdência Social, a aposentadoria. Então, são histórias de vidas que acabam saindo daqui felizes e realizadas, tendo em vista o documento encontrado no arquivo do TRT. Isso são inúmeros casos. Atendemos e as pessoas saem agradecidas. Às vezes, as pessoas querem até pagar, dar uma gorjeta, mas eu falo não. Isso faz parte do nosso trabalho, do meu trabalho, não há necessidade. A prestação jurisdicional faz parte do nosso trabalho, e eu faço isso com muito gosto, com muita alegria. Quando encontramos esses documentos – e 99% a gente acaba encontrando – então essas são histórias boas. Eu gosto de contar história bonita e boa, porque eu me realizo atendendo as pessoas em suas demandas, junto ao arquivo.

Como negro e como pessoa com deficiência, eu tenho uma grande sensibilidade em relação a ter muito respeito com as pessoas. Eu tenho aqui um rapaz terceirizado que é PcD, está na função de carregador e eu procuro tratar ele da melhor forma possível, não

diminuindo ele jamais, mas sim, contando com ele. Ele se sente bem aqui dentro da unidade e diz assim que eu sou o melhor chefe.

Eu entendo que existe, sim, na sociedade, o preconceito no sentido de eu ser negro. A sociedade tem o seu viés discriminatório. Eu vou contar um caso que aconteceu. Uma candidata veio para uma entrevista de estágio. Marcamos o horário, o dia, e daí ela veio toda arrumada. E quando tem entrevista, eu sempre chamo a minha substituta, Ana Rosa. Passados alguns dias da entrevista, em que foi admitida como estagiária de direito, ela relatou para mim, relatou para outras pessoas dentro da unidade, que ela ficou bastante surpresa em ter eu como entrevistador. Como negro entrevistando. Ela disse que tinha se arrumado para vir, vestido uma roupa diferente, que o cabelo dela é encaracolado, cacheado, que ela se preocupou com essas questões de estética, em fazer aquele penteado, em se arrumar tanto para vir fazer entrevista e chegar aqui, e se deparar comigo como chefe – uma pessoa negra, uma pessoa simples, humilde. Eu entendo que ela esperava que chegasse uma pessoa branca, quem sabe, de olhos azuis e que não fosse assim, um chefe, um gestor, um diretor. Essa é uma história real. O racismo, a discriminação, infelizmente, está impregnado na nossa sociedade. E os cargos de chefia, na sua grande maioria, não temos até mesmo ali uma pessoa negra. Aqui, por exemplo, nós temos no TRT da 9ª região, a Desembargadora Neide Alves. Ela é, mas você olha ali no meio de tantos, e existe uma pessoa só. No

meu caso, como coordenador, também. Na região são poucos os que têm cargo de chefia. Eu não conheço todos no interior, mas eu creio que são poucos.

A gente tem aí as cotas. Na minha época, não tinha. E sou a favor das cotas. Eu entendo que dentro da política de cotas para negros, tem que haver realmente, tendo em vista tudo que aconteceu, essas cotas possibilitam uma reparação de tudo aquilo que foi feito aos negros na época da escravidão. Ele ficou desamparado, sem casa, sem teto, sem trabalho e foi colocado na rua. Então, hoje nós temos um reflexo daquilo que aconteceu anteriormente, em que o negro busca os seus objetivos, mas encontra grandes diferenças na sociedade. Mas eu creio que a luta é de cada um, e cada um deve se dedicar, mas partindo do Estado. Nós devemos ter políticas públicas para que essas diferenças sejam amenizadas.

Eu participo, há cerca de três anos, da Comissão de Raça e Gênero. Nessa comissão, nós temos a diversidade dentro do Tribunal. A juíza presidente da comissão é negra, a Dra. Neide. Nós temos ali as pessoas da comunidade LGBTQIA+. Decidi participar tendo em vista querer contribuir para que, no dia a dia da minha estada dentro do meu trabalho, do Tribunal, eu possa contribuir para que isso seja melhorado, alcançando objetivos, onde o negro possa estar trabalhando, seja no cargo de chefia, seja como servidor. E que qualquer motivo de discriminação ou de diferenças, a gente possa analisar, estudar e decidir pela melhor forma de inclusão.

Eu vejo que houve uma valorização do meu trabalho, da minha história, por parte do Tribunal, por parte da administração. É bastante responsabilidade sobre meus ombros. Fizemos o levantamento patrimonial, ali no inventário do Arquivo. Ele tem mais de 3.600 itens, devido às estantes deslizantes. Aí, eu brinquei com o pessoal: olha, vocês estão observando o peso que está sobre mim? Claro, temos os estagiários, os terceirizados, todos trabalhando. Mas devido à experiência adquirida ao longo dos anos, eu me sinto assim, com facilidade em resolver as questões e solucionar todo e qualquer tipo de trabalho com muita cautela. Essa responsabilidade me traz forças para resolver qualquer questão. Eu sinto que é importante o meu trabalho como gestor, como coordenador.

Eu me sinto valorizado pela administração, por estar respondendo à altura às necessidades do Tribunal e também dos jurisdicionados. Há uma responsabilidade grande sob a minha coordenação, sobre a minha pessoa como gestor, e isso faz com que eu continue lutando, batalhando e não esmorecendo jamais.



CELIA ROSANE DIAS AZAMBUJA

Data de Nascimento: 21/07/1964

Naturalidade: Porto Alegre – RS

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – TRT4

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 08/01/2005

Cargo: Técnica Judiciária – Área Administrativa

Lotação: Seção de Benefícios e Vantagens – Secretaria de Gestão de Pessoas

Meu nome é Celia Rosane Dias Azambuja. Eu sou mulher, branca, com cabelos bem curtos, olhos castanho-claros, a minha deficiência é motora e eu tenho muitos movimentos involuntários. Não paro quieta.

Trabalho na 4ª Região, no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, e a minha deficiência foi diagnosticada como Síndrome Extrapiramidal Coreia e Atetose, com movimentos involuntários. E agora, em dezembro, eu tive uma dor muito forte na coluna, fui parar no hospital e fui diagnosticada com outra doença autoimune. Então, estou cadeirante também.

Eu nasci em 1964, aqui em Porto Alegre, somos nove irmãos. Eu sou a número sete. Desde pequena minha mãe se preocupava muito, porque com quatro meses, eu não sentava, e ela dizia para o médico, “ela tem problema”. Ele dizia que não, que ia levar um pouquinho de tempo. Eu fui me sentar com um ano e caminhar com quatro anos. Eu tinha dificuldade para comer, para fazer as coisas. Então, todo mundo me ajudava, minhas irmãs, minha mãe, minhas tias. Depois, eu brincava muito com as minhas amigas de infância na rua. Tinha duas que moravam na frente e outra que morava na rua de baixo, então a gente vivia brincando, correndo. Eu vivia com joelho ralado, mas nunca deixava de correr, de pular, de fazer peripécias. Eu só não subia em árvores. De resto, tudo. Até descia de carrinho de lomba na rua. Foi bem divertida a minha infância.

A minha mãe sempre foi preocupada. Aqui em

Porto Alegre tem uma instituição que cuidava de pessoas com poliomielite. Então, eles vinham, ficavam o ano todo aqui em Porto Alegre, a maioria era do interior. O meu pai gostava muito de ajudar essas pessoas, essas crianças. Teve uma vez que a gente conseguiu um ônibus e levou todo mundo na praia.

Eu comecei a consultar com neurologistas, com fisioterapeutas e continuei, mas eu comecei a estudar numa escola normal, não foi escola especial. Tanto que, quando eu fui para a primeira série, eles mandaram que eu aprendesse a ler antes de entrar, porque eles não iam se responsabilizar. A saúde além de física, era mental também.

Mas não havia aquele, “ah, a coitadinha”, “ah, a com problema”. Às vezes, quando queriam me identificar, diziam “a Célia Dias Azambuja, aquela com ‘probleminha’”. Então, mas na escola eu nunca senti isso, a diferença era tipo um cabelo comprido, cabelo curto, cabelo loiro, branca, negra.

Até a quarta série, eu respondia todas as provas. As provas eram feitas oralmente. Inclusive matemática, que tinha aquelas contas, eu sempre tirei nota 10. A partir da quinta série, eu comecei a escrever com a boca e eu fazia as provas escrevendo com a boca – pegava a caneta, colocava na boca e escrevia. No segundo grau, também na escola pública, todo mundo sempre me ajudou quando eu precisava ir ao banheiro. Às vezes eu teimava em usar uma calça com botão e eu não consigo com botão, mas todo mundo sempre me apoiou. Nunca tive alguém que não queria me ajudar,

as pessoas sempre estavam disponíveis. Eu fazia até um revezamento para não incomodar muito alguém.

Quando entrei na federal, em Ciências Sociais, eu tinha que todo semestre pedir para eles colocarem uma mesa com cadeira em cada sala que eu ia ter aula, porque eram aquelas cadeiras com braço. Só isso que eu pedia. Eu subia e descia escada normal, eu conseguia fazer todo o resto, só escrever que era com a boca. E quando precisava almoçar, que era no refeitório, eu pedia ajuda para os colegas. Eu entrava na fila e o primeiro que estava na fila, eu pedia ajuda. Não sei se deu para ver, mas eu sou uma mulher sem vergonha.

Na faculdade tinha gente que olhava meio estranho, como se nunca tivesse visto, mas com o tempo as pessoas se acostumam, vão conversando, vão descobrindo. E não são as mesmas pessoas em todas as aulas. Mas foi normal, ninguém me xingou, ninguém brigou, nem me ofendeu. E eu também gosto de conversar, então, eu mesma, já chegava conversando.

Sempre gostei de dar aula particular. Eu sempre dava aula particular e, às vezes, a pessoa não podia me pagar ou precisava pagar um pouco menos, mas eu não me importava, dava aula assim mesmo. Eram matérias de segundo grau. Eu dizia pra pessoa trazer o livro junto, então eu lia, lembrava e conseguia explicar de um outro jeito que a pessoa entendia.

Eu nunca fiquei parada, nunca precisei, nunca passei fome. Mas eu gostava do meu dinheiro, das

minhas coisas e comecei a fazer os concursos que podia. Passei para o da CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica). No momento da perícia médica, o médico recusou. Ele tirou um livro gigante com tarefas que eu teria que fazer e disse que a minha deficiência não era compatível com o que eu ia fazer. Aí, eu coloquei ele na justiça. Nesse meio tempo, eu fiz outro concurso para a Procuradoria Geral do Estado, passei e comecei a trabalhar. A advogada, que era do Estado, perguntou se eu queria a vaga. Eu disse que não queria vaga, só que ele sabia que errou comigo e aquilo tudo que ele viu naquele livro tinha que estar no edital.

Eu morava com meus pais, aí eu me casei, conheci meu amor. Agora estamos morando juntos, eu e ele só. O casamento foi antes de eu entrar no concurso. Foi em 98. A gente se conheceu em um show, na praia de Ipanema, perto do lago Guaíba. Volta e meia faziam shows, ali na beira da praia, quando eles queriam anunciar algum produto novo. Lá tinha muita gente, e eu fiquei olhando para aquele ser bonito. A gente se conheceu, só que ele não viu que eu tinha deficiência, ele não percebeu, porque era muita gente. Então, quando acabou o show, nós fomos embora a pé, porque eu moro perto. Aí, ele viu e travou. Depois ele me contou, que ficou com vergonha, achou que não era certo. Depois um amigo nosso, em comum, falou com ele e comigo, aí a gente puxou a ficha um do outro e marcamos de novo na praia de Ipanema, conversamos e começamos a namorar. Em dois anos a gente se casou e estamos juntos até agora.

Na graduação, eu queria fazer uma coisa que eu fosse conseguir exercer depois, eu sou muito consciente. Eu adoro, até hoje, matemática. Meu pai me chamava de calculadora ambulante, porque eu calculava rápido. Então, para ser professora, você tem que escrever no quadro, e várias coisas que eu não ia conseguir fazer. Aí, vendo o que eu podia fazer, escolhi Ciências Sociais. Podia ter escolhido História, Jornalismo. Mas eu gostei mais de Ciências Sociais. Fiz licenciatura e bacharelado, os dois cursos, para dar aula e para trabalhar em pesquisas.

Fiquei dois anos e meio trabalhando na Procuradoria do Estado, logo em seguida veio o concurso do Tribunal do Trabalho, que era federal, muito melhor. Mas no estadual eu só achei muito ruim por causa de uma chefe que eu tinha. Eles fizeram uma avaliação de desempenho ruim, para mudar de nível de desempenho. Ela não podia ter me avaliado. E essa avaliação ficou disponível – de todos os servidores, em todos os andares. O pessoal da associação que eu participava fez um processo, mas ficou em uma gaveta, arquivado. Ninguém nunca pegou e, graças a Deus, eu passei no concurso do TRT e saí com o maior prazer.

No TRT é outra *vibe*, porque na PGE eu falei o que eu precisava para trabalhar. Porque o mouse é diferente e o teclado eu peço que fique um velho, eu não necessito trocar porque um novo é muito difícil. Quando eu vou digitar, eu digito umas 3 ou 4 vezes cada letra ou pega junto. Então eu pedi, para deixar o meu teclado. Deixa o meu velhinho aqui, aí então eu

conseguia digitar, mas o mouse era aquela *trackball*, que a bolinha fica em cima da bola grande.

A única coisa que eu tenho, assim, de material, é aquele que eu falei, do mouse. E teve uma colega minha que sabia que eu escrevia com a boca e eu estava usando o celular com o nariz, ela me chamou e disse assim: “Celia, eu tenho uma ideia”. Aí ela me trouxe essa caneta, que é normal, mas ela colocou um bico de chupeta, bem na ponta. Mas foi uma invenção da minha amiga, eu nunca tinha imaginado. Ela me chamou e teve essa brilhante ideia. Porque ninguém tinha pensado nisso. Tem gente que usa essa caneta com a borrachinha na ponta. Eu comecei a usar celular quando entrou a pandemia, antes eu não tinha celular.

O chefe do RH, quando eu cheguei lá, estava com um problema no atendimento, no intervalo do almoço, porque só havia dois servidores naquela seção e quando não tinha era um horror. Era a seção de apoio ao RH, então era ao mesmo tempo recepção, atender telefone. Então eu pedi aquele telefone que a telefonista usa, que fica preso na orelha, e eu só precisava apertar um botão para atender. Ao mesmo tempo eu pensei “o que as pessoas vão achar...”, mas não foi tanto. Teve pessoas que chegaram e me olharam, porque a gente atendia também aos aposentados, as pessoas mais velhas têm mais dificuldade de não perguntar. As pessoas, aquelas que têm coragem, perguntam.

Teve uma vez em que eu estava na recepção e entrou uma senhora junto com uma colega. Aí, a

senhora perguntou para ela e a colega disse “Célia, ela quer saber o que você tem nas mãos”, aí eu olhei e falei: “Nada”. Eu não estava segurando nada, só que aí eu me dei conta, e falei que eu tenho um problema de nascença e expliquei para a senhora.

Eu estou em um setor que pede muita atenção e me chamam de olho de lince. Meus colegas pedem para eu dar uma olhada com olho de lince, então eu confiro muita coisa antes de sair. E, quando eu faço, alguém confere. Eu gosto do trabalho. Eu já poderia estar aposentada por ser deficiente. Pela minha deficiência, eu fiz o laudo em 2019. Quando eu fiz, deu que é grave o grau, e que poderia estar aposentada desde 2020. Aí, eu pedi abono e continuo, porque eu não quero me aposentar, por ainda conseguir trabalhar. O que eu vou fazer em casa, agora que nem caminhar eu consigo? Enquanto puder eu vou trabalhar, enquanto eu ainda estiver boa, vou trabalhar.

O benefício das cotas, muita gente que é deficiente nunca teve apoio para estudar. Uma vez eu vi no jornal, entrevista para trabalhar no correio para pessoa com deficiência. Eu fui, tinha umas 20 pessoas na sala e eles perguntaram “quem aqui tem o primeiro grau?” Um 15 pessoas levantaram a mão. Depois perguntaram “quem tem o segundo grau?”, 10 ou 8 pessoas levantaram a mão. Aí quando perguntaram “quem terminou a faculdade?” Só eu levantei a mão. Então, por esse motivo, eu acho que é um benefício. Não tem tanto recurso para segundo grau. Faculdade, então, é bem mais difícil.

E nos Correios, não fui contratada. Eles foram afunilando, eu participei da prova psicotécnica. Depois, no particular, eles disseram que, como o emprego era para atender no balcão, eu não iria conseguir. Até aí, eu não fiquei super magoada. Porque, como é que eu ia atender balcão? Mas poderiam me colocar em uma parte de conferência, poderiam ter sido maleáveis, flexíveis. Mas as vagas eram para atender ao público, porque eles queriam mostrar ao público que tinham deficientes também, um cadeirante, mas não alguém que não conseguiria fazer o que eles queriam.

Aqui no TRT, eu participei de um vídeo em 2019, “Quem Somos Nós – TRT 4”, que ganhou segundo lugar nacional, sobre ações que geram a inclusão no Tribunal. Eu e várias colegas, uma cadeirante, um surdo, uma cega, uma baixa visão. Então, pegaram o depoimento de vários servidores, pegaram a gente no trabalho.

O diretor da vara do trabalho estava reclamando porque ia receber um servidor com deficiência no lugar de um servidor que saiu. Ele disse que ia perder um e ia ganhar meio. Por isso que fizeram e tentaram divulgar esse vídeo, foi em 2019, antes da pandemia, e foi bem divulgado. Eu participei também de projetos que eram para ver fotografias, e a minha sorte é que eu mandei algumas, estão nesse projeto.

No TRT, eu nunca tive experiência de capacitismo. Fora daqui, na sociedade, acho que daria um livro. Uma boa: eu estava caminhando na praia e uma criança de quatro, cinco anos gritou: “Mãe, olha lá a moça, não tomou a gotinha”. Fazendo alusão à gotinha da

poliomielite, e a mãe dele gritou: “Cala boca, fica quieta” e eu disse: “Não, deixa ela falar”. Aí falei para ela que na minha época não tinha, mas tem que tomar.

Agora uma que eu não gostei muito. Eu e meu marido, a gente ia almoçar sempre no mesmo restaurante, que era perto da Procuradoria Geral do Estado. Teve um dia que eu ia demorar e eu só falei para ele ir indo e almoçando, quando eu chegasse ele me ajudava para não atrasar muito. Aí, quando eu cheguei, depois ele me contou que as moças do restaurante perguntaram: “A sua irmã não vem hoje?” e ele respondeu: “Ela não é minha irmã, é minha esposa”. Elas olharam surpresas, porque a gente não era muito de ficar se agarrando, se beijando na rua, e então elas achavam que ele era meu irmão. Depois, eu falei para ele que as moças estavam interessadas no cara que cuida da irmã. Não é por mal, mas a gente vê uma pitada de discriminação. Como se o deficiente não pudesse casar.

Eu gosto de ver filmes, de ler livros. Eu gosto do mar. Eu já me afoguei muitas vezes, mas eu vou, eu entro. Eu adoro o mar, qualquer água me diverte, mas o mar é melhor.

Acho que minha presença, enquanto mulher com deficiência, pode ter o significado numa palavra muito comum, que eu não queria dizer, mas vou ter que dizer: uma guerreira. Mas, ao mesmo tempo, uma pessoa simples que só quer fazer o que dá para fazer, pelo menos o que eu posso fazer, eu vou fazer.

Estou sem movimento firme nas pernas, então eu

não consigo mais caminhar. Não estou na cadeira de rodas, mas estou usando a cadeira quando eu vou sair, quando vou ao médico, quando vou à fisioterapia.

É a doença autoimune, MOGAD o nome. Pode causar cegueira ou mielite transversa. O meu caso começou com dor nas costas e nas pernas. Aí, eu fui parar no hospital, fizeram vários exames, tomografia, ressonância, me viraram do avesso e descobriram a MOGAD. A minha casa tem dois andares e eu adorava subir e descer a escada. O quarto fica em cima, o banheiro fica em cima. Tem um banheirinho embaixo, mas ultimamente eu fico só aqui no quarto. Meu marido trouxe para cá a estação de trabalho. Tem uma mesa. Quando é hora do café, ele traz aqui. Quando é hora do almoço, ele traz aqui e me ajuda a comer, na hora da janta também. Então eu como, trabalho e durmo no mesmo lugar.

É um pouco ruim ficar o dia todo no mesmo lugar. Eu gostava de sair. A gente tem um fogão a lenha muito show. E a gente gostava de ficar em volta do fogão, que faz muito tempo que não vejo. Eu tenho uma piscina lá embaixo também, e eu só fui lá duas vezes, porque a minha irmã e meu cunhado me levaram na cadeira, me carregaram, me seguraram e me botaram na água. Depois me tiraram e me colocaram na cadeira.

Para os meus colegas, os de agora e os que virão, a mensagem que deixo é para que acreditem em si. Não tenham vergonha de se apresentar, de dizer o que podem e o que não conseguem, para saber qual

TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

a melhor posição. Acreditar em si e não ter vergonha.
Vamos ser felizes.





ELTON LUIZ DECKER

Data de Nascimento: 26/09/1964

Naturalidade: Canguçu – RS

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – TRT4

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 08/01/1990

Cargo: Técnico Judiciário

Lotação: Divisão de Pesquisa Patrimonial – Juízo Auxiliar de Execução

Meu nome é Elton Luiz Becker, eu tenho 59 anos de idade, tenho sobrancelhas bem grossas. Uma pessoa surda descreveu que o sinal para me descrever seria o sorriso, porque eu tenho um sorriso grande, um sorriso largo. Eu tenho cabelos penteados para trás e meio grisalhos. Eu moro em Porto Alegre e, aqui no Rio Grande do Sul, a gente diz que, quando a pessoa está grisalha, é porque caiu a geada – então cai a geada no cabelo e a gente vai ficando com o cabelo esbranquiçado, que é fruto do tempo. Eu não escondo nem as rugas, nem os cabelos brancos. Sou moreno, tenho olhos castanho-escuros.

Nasci na região sul do Rio Grande do Sul, no município de Canguçu. Sou filho de um casal que eu admiro e amo muito. Meu pai, já falecido, é de origem alemã – Decker, que é de origem humilde. Teve formação de primeiro grau apenas. Ele trabalhava numa serralheria, como gestor. Conheceu a minha mãe em Canguçu. Ela também é de origem humilde, de etnia portuguesa, espanhola e indígena. Então, eu sou uma mistura dessas várias etnias, como o nosso povo brasileiro é feito, feito de uma mistura, uma integração de culturas.

Um ano e pouco depois do meu nascimento, em 1965, contraí a poliomielite. Na época, já acontecia a vacinação, mas não chegava em todos os recantos da mesma forma. Atingiu muitas pessoas daquela região, tanto os mais humildes como os mais abastados, porque a forma da transmissão da poliomielite é por contágio, transmite muito facilmente. A partir do

acontecimento da minha deficiência, meus pais viveram uma verdadeira saga na busca de melhores condições para minha recuperação, para mitigar um pouco os efeitos da paralisia infantil. Em busca de recurso para o tratamento numa cidade maior, viemos para Porto Alegre.

Meu pai conseguiu emprego no Hospital Parque Belém, trabalhando como vigilante noturno, para poder me carregar para lá e para cá. A minha mãe, primeiro, passava a roupa no próprio hospital. Depois, passou a ser cozinheira numa creche. Minha vida inicial foi bem dura, porque até os sete anos eu não caminhava, fiz várias cirurgias, umas doze, treze cirurgias corretivas.

A poliomielite tira a comunicação com os membros. No meu caso, centralizou mais nas pernas. A poliomielite atrofia, vai atrofiando. Vai também deixando a pessoa com uma dificuldade nervosa que, às vezes, o nervo tem que ser distensionado. Por isso eu fiz eletrochoques, fisioterapia e cirurgias vasculares, para vascularizar as áreas, para que a perna não ficasse tão pequena.

Uma coisa que acontece também com a poliomielite é que os membros ficam menores, porque aí a musculatura não se desenvolve e a pessoa fica com essa seqüela permanente. Nesse sentido, é muito triste ver a onda antivacina que assola o país onde a poliomielite foi considerada completamente erradicada. Os índices de erradicação estão baixando de forma muito significativa em função da onda de mentiras e de *fake news*, distribuídas por pessoas que não têm noção

do que significa ter sequela de poliomielite.

Consegui, com sete anos, caminhar, depois de ter passado por um caminhar com duas bengalas e usando órteses nas pernas. Primeiro, estudei numa escola direcionada para pessoas com deficiência, mas eu não me adaptei, porque o regime era interno. Eu tinha que ficar lá a semana toda e só voltava para casa no final de semana. Sofri muito ali, não me adaptei com o sistema. Sofri vários tipos de violência. A escola não foi uma experiência muito agradável.

Então, minha mãe e o meu pai se organizaram para eu estudar em uma escola de irmãs religiosas. Fui estudar nessa escola por dois anos. Logo depois, eu já comecei a estudar em escola pública, com as demais pessoas, porque eu consegui ter uma condição em que eu podia pegar o ônibus, mesmo com dificuldade. No começo, o hospital onde meu pai trabalhava me levava e me trazia. Mas à medida que eu fui ficando maior, fui conseguindo ter essa autonomia. Isso foi bem importante: conviver com pessoas sem nenhuma sequela de paralisia infantil.

Às vezes, tem outra situação, outra singularidade, e conviver com essas pessoas, a princípio, sempre é um pouco difícil. Tu escutas: “olha o aleijado”. Às vezes, brincam contigo e aprendes a resistir e sobreviver naquele ambiente ao mesmo tempo. Tu te superas, conquistas amizades, não és uma pessoa que fica indiferente aos outros e os outros também não ficam indiferentes a ti. Tem pessoas que se aproximam, que te oferecem a mão, te oferecem amizade. E tem as que

não se aproximam, e tudo bem. A gente tem que ir conquistando esses espaços do jeito que dá.

Ao mesmo tempo, mesmo sendo criança com deficiência, eu não deixava de brincar, de ter a minha vida fantasiosa do mesmo jeito das outras crianças. Eu lembro que eu admirava muito o Batman, e minha mãe me deu uma roupa de Batman. E aí, eu ia com aquela roupa de Batman, ia brincar com os coleguinhas, rolava por uma escadaria. A gente brincava e eu me sentia o máximo naquela situação. Mesmo com dificuldade, eu me sentia um super-herói. Então, não me impediu de sonhar. Tenho também uma irmã muito querida. Ela foi minha companheira, minha amiga. A vida inteira.

Terminando o segundo grau, fiz curso de contabilidade, de datilografia e datilografia elétrica – era o máximo na época. Foi fundamental para mim, ter feito esses cursos, porque me deram uma rapidez na digitação. Aí, eu fui procurar emprego.

Tenho duas, três histórias para contar. A primeira delas é que eu estava indo no centro para procurar emprego e um senhor, advogado, me viu caminhando. Talvez tenha ficado com pena de mim e me deu um cartão: “Se quiser, me procura”. Peguei o cartão e fui no escritório dele: “Olha, este senhor me deu o cartão”. O senhor então passou, saindo do escritório, indo na direção do elevador. Puxou a carteira e resolveu que queria me dar dinheiro. Eu disse “não quero dinheiro, vim procurar emprego”, e fui embora, muito irritado com aquela atitude.

A segunda história foi a de um anúncio de uma

vaga para escriturário no banco. Eu cheguei lá e a pessoa que estava fazendo a seleção disse: “Tu não tens boa aparência, tu não vais entrar, porque tu não tens boa aparência”.

Foram marcas meio fortes no começo da jornada de procurar emprego.

Depois, eu fui no Sistema Nacional de Emprego e consegui meu primeiro emprego por causa da intervenção de um senhor chamado Adão Alcides Zanandréa, um grande militante pela causa dos deficientes. Era cego, ou tinha uma limitação visual muito forte. Por conta dele, ingressei no primeiro emprego, numa imobiliária ligada a uma empresa pública.

Infelizmente, a imobiliária foi privatizada, aí eu perdi o emprego em seis meses. Depois, fui trabalhar numa empresa de administração de imóveis, por conta do meu conhecimento em contabilidade. Fiquei ali por uns dois ou três anos. Até que pedi um aumento, porque eu achava que eu estava ganhando muito pouco. Como não deram, eu me demiti. Foi uma atitude de orgulho e fiquei um período procurando emprego. Não conseguia, e foi bem triste a situação. Mas logo eu consegui um emprego muito bom, no grupo RBS, ligado à TV Globo. Trabalhei no financeiro por uns quatro ou cinco anos.

Como eu era uma pessoa que, afóra a vida profissional, tinha uma conexão bastante forte com tudo o que está acontecendo no país, desde o segundo grau eu participava do movimento estudantil, pela luta

pela Anistia, a luta pelas Diretas Já, eu participei, bem jovem e bem novo ainda, de todos esses momentos da nossa vida nacional.

E eu era um militante da Igreja Católica, ligado aos grupos de jovens da época. Então eu tive essa herança ligada a uma sensibilização, na Igreja Católica, que me acolheu, me acolheu do jeito que eu sou, com as minhas especificidades e meus problemas. Ali, eu encontrei espaço também para, com outros jovens, pensar um mundo diferente, um mundo que não excluísse, um mundo sem tanta desigualdade social, em que a pessoa não tivesse que sofrer tanto. Eu comecei a me engajar nessa luta por democracia, por igualdade, por uma vida boa, para mim e para todas as pessoas, porque o nosso país é um país maravilhoso, lindo, diverso e com tantos recursos e tantas riquezas, e eu não conseguia compreender por que tanta concentração, tanta desigualdade e sofrimento.

Por isso, a minha escolha para o nível superior foi Sociologia. Eu passei na Unisinos e fui fazer o curso de licenciatura em Ciências Sociais. Foi um curso muito importante para minha vida, porque me deu condições de desnudar toda essa situação da desigualdade da diversidade cultural do nosso país, e também me deu ferramentas para fazer pesquisa, ajudar as pessoas a se organizarem. Então, com a faculdade, eu sonhava ser professor, sonhava muito ser professor. Passei no concurso para professor do município, depois de ter passado no concurso do TRT.

Primeiro eu passei no concurso do TRT. Na época,

eu tinha saído da RBS. Por conta do meu engajamento, eu trabalhei um ano como assessor parlamentar de um vereador aqui em Porto Alegre. Eu era o chefe de gabinete, mas ele era um vereador suplente. Então, ele não tinha o cargo. Dentro daquele ano, ele perdeu a possibilidade de se eleger. Durante esse tempo em que eu estava no gabinete, eu prestei concurso no Banrisul, nos Correios e no TRT. Passei nos três, mas fui chamado primeiro pelo TRT. Com muita alegria, recebi essa notícia.

Na época o salário não era bom, mas um ano depois, 1990, milagrosamente, houve um salto gigantesco na nossa carreira, e passou a ser a melhor escolha. Não esqueço até hoje do dia em que eu recebi o primeiro salário, que era uma fábula de dinheiro na época. Eu não conseguia nem mensurar, para o padrão que eu estava acostumado. Eu ainda morava com os meus pais, e comecei a comprar coisas que não tínhamos em casa. Foi uma enorme alegria ter passado no concurso.

Eu fui nomeado para Novo Hamburgo. Outra situação bem real que acontecia na época é que não se falava em prédio adaptado para deficiente. Tinha que subir escadas, uma situação não adaptada à realidade de um cadeirante ou de uma pessoa idosa. Isso já mudou bastante, mudou sensivelmente. Era um pouquinho difícil, mas eu me adaptei e fui trabalhando ali.

Olha só como era a minha jornada diária: eu acordava muito cedo. Caminhava. Eu morava numa

zona rural. Nós não tínhamos carro, e o ônibus era a um quilômetro de distância. Então, caminhava um quilômetro para chegar na parada. Depois, pegava outro ônibus até o centro da cidade. Ali, pegava outro para Novo Hamburgo. De Novo Hamburgo, eu ia para a faculdade, que fica em outra cidade. Na volta, eu chegava à meia-noite em casa.

Eu fui o primeiro da minha família, por parte de pai e de mãe, a conseguir um curso superior. E consegui o curso superior com menção honrosa! Não imaginava que eu ia receber o título de menção honrosa ali, pelas notas, mas aconteceu, encheu meu pai e minha mãe de orgulho, de alegria, e eu também fiquei muito feliz com a distinção. Foi uma surpresa.

Segui no TRT aqui da 4ª região. A minha relação na Justiça do Trabalho foi muito boa, desde o começo. Saí de Novo Hamburgo e vim para Porto Alegre, quando consegui uma vaga na 8ª Vara de Porto Alegre. Pessoalmente, não sentia a situação da discriminação. Numa primeira fase, eu estava bastante envolvido no movimento geral dos servidores, na luta deles como um todo, pela jornada de 6 horas, que era uma luta que estava sendo um pouco questionada, porque nos editais dos concursos se dizia que eram 40 horas, mas se praticava outra situação. Então, houve bastante enfrentamento e, depois, outros direitos. Eu me engajei desde o começo na organização do sindicato. No sindicato, eu comecei a encontrar colegas deficientes físicos, com uma atuação destacada, também trabalhando pela conscientização dos colegas; na

importância deles em se manterem unidos, fazendo as lutas que eram importantes de se fazer, e que, infelizmente, no poder público, a gente foi amargando perdas.

No prosseguimento com o reconhecimento de outros colegas deficientes, a gente começou a ver que, entre os direitos sindicais que a gente deveria lutar, deveria ter também um segmento de luta para coisas que passávamos e que, depois da política de cotas, passou a acontecer como uma situação em que a cota não era respeitada, ou o critério para preencher a cota não era tão correto. Depois veio a questão da adaptação dos espaços para as diferentes especificidades de deficiência. Então, eu passei a conviver com colega cego, colega surdo, colega com deficiência motora severa, cada um com necessidades bem diferentes. Os seus espaços não eram adaptados. Às vezes, a pessoa tinha uma deficiência que exigia adaptação, mas não tinha essa adaptação, essa acessibilidade, nos locais de trabalho.

Depois a gente viu que era necessário reunir os deficientes para debater outras questões, porque o deficiente físico com sequela de pólio, por exemplo, não conhece o que é o problema do surdo. Ele não conhece o problema do cego, ele não sabe claramente qual é a necessidade de adaptação, de acessibilidade que essa pessoa precisa. Simultaneamente, passou a acontecer o processo de informatização, que também teve um impacto na vida e fez uma parte dos deficientes sofrer um pouco para se adaptar a algumas coisas. Então, a

gente criou, acho que em 2001, o Núcleo de Pessoas com Deficiência do Sintrajufe, nosso sindicato.

Coisa bem interessante é que alguns personagens centrais que impulsionaram esse núcleo eram pessoas não deficientes e tinham essa preocupação com os direitos humanos muito forte. Lembro de uma grande amiga, Silvana Klein, a quem eu faço referência como uma grande lutadora pela nossa categoria, que me fez também despertar o olhar para pensar em lutar por aqueles que sofrem na carne uma dor semelhante.

No sindicato, pude ouvir denúncias, como a do deficiente não conseguir acesso a cargo de chefia, ou do diretor de secretaria dizer: “Ah, tu vais mandar um deficiente?”; “Manda outro funcionário, porque esse é menos capaz...”, “Então, tu tens que me compensar. Se me botar um deficiente aqui, tens que botar um apoio também”. Tinha também o estranhamento de certos deficientes mais tímidos que sofrem e não falam. Por exemplo, um deficiente cego que entrou na carreira e tristemente saiu, se exonerou, porque deixavam ele sozinho num canto, sem função nenhuma, sem se sentir útil, sem ser valorizado naquilo que ele pode dar.

O que eu vejo no capacitismo, que provoca muita dor na gente, é esse olhar. Um olhar horrível para a pessoa. O gestor não perceber que cada pessoa tem muito para dar para a instituição. Bastaria que o gestor tivesse inteligência emocional, capacidade intelectual e preparo para harmonizar um grupo, fazer um grupo funcionar do outro jeito e até mesmo aproveitar o diferencial que é o deficiente físico numa equipe de

trabalho. Porque o deficiente, normalmente, é aquela pessoa que tem um pouquinho mais de sensibilidade à dor do outro, um olhar diferente que sente quando a pessoa está triste ou que alivia o ambiente – até já existe estudo sobre isso. E a gente tristemente verifica que ainda existe o capacitismo. Muito já melhorou, mas ainda há muito o que se superar.

No primeiro momento, os gestores se comportavam de um jeito deslavado: “Eu não quero deficiente aqui porque eu quero uma pessoa que trabalhe bastante, que renda bastante”, e não viam que um deficiente pode render muito se ele estiver na posição correta. No meu caso, por exemplo, eu tenho uma tenacidade, uma capacidade de concentração muito grande. Na função que eu desempenho atualmente, dificilmente outra pessoa consegue entregar um relatório com 300, 400 páginas de pesquisa patrimonial, com a tenacidade que eu tenho. O percurso que eu fiz buscando o estudo ou buscando as ferramentas intelectuais. Como eu não podia ir para as aulas de educação física na escola, correr, jogar bola da mesma forma que os meus colegas, eu fui desenvolvendo mais capacidade de leitura, eu li muito mais. Eu gastei mais tempo com esse tipo de coisa. Então, eu tenho mais tolerância para coisa chata, para coisa cansativa, que é ler os contratos sociais de uma empresa, todas as suas alterações, e então, pensar alguns elementos.

Essa incapacidade que o gestor tem de contar com múltiplas habilidades e ver na pessoa aquilo que

ela pode dar é uma perda imensa. Também provoca dor naquele que chegou ali. Não foi fácil o deficiente chegar até ali. Todo deficiente tem uma história de vida para contar com capítulos bem amargos, suados. E aí você chega, conquista aquele lugar. Você passou no concurso, a sociedade reconheceu que tem direito a uma cota, de vagas que deveriam ser muito mais, até pelo percentual de deficiência que nós temos no nosso país – pois a quantidade de deficientes contratados é muito menor, tanto nas empresas privadas como nas empresas públicas – e vergonhosamente, nas empresas públicas, que deveriam dar esse exemplo, às vezes a cota não é preenchida conforme regradada na lei. Então nós temos que ficar muito atentos. Eu escutei um relato de muito sofrimento, esse colega que se exonerou, foi muito triste a situação, porque o sindicato acompanhou a situação dele, mas não conseguiu resolver. Foi sendo colocado de lado, se sentiu moralmente atacado por passar seis horas sentado sem fazer nada, chegar no fim do mês e ganhar dinheiro para não fazer nada. Isso é uma vergonha que a gente passa.

Mas isso foi mudando de uma forma também institucional com o Núcleo e, depois, com o reconhecimento pelo próprio tribunal, pela administração do Tribunal, que foi criando um comitê de acompanhamento das pessoas com deficiência no nosso Tribunal. A ministra Rosa que, na época, era do TRT da 4ª Região, impulsionou a criação dessa comissão permanente.

Muitas vezes, eu vou dizer até a minha experiência

sindical, ela vai mostrando que o deficiente, às vezes, ele não quer ser notado. Ele quer estar adaptado ali no ambiente. Ele só quer ter ali as condições para poder trabalhar, no caso do cego, ter a ferramenta que leia o texto para ele e ele escute ali no áudio. Tem umas ferramentas próprias para isso. No caso do surdo, que tenha ali embaixo a legenda. São coisas bem possíveis de serem conseguidas. E, no caso das pessoas com outro tipo de deficiência física, fazer a adaptação ergonômica do espaço para que ela possa caminhar, acessar o espaço de trabalho de um jeito adequado. Então, isso foi evoluindo bem. Tem muito ainda para evoluir, principalmente no ponto do capacitismo. É o desafio atual, que é uma mudança cultural mais profunda. A gente precisa refletir sobre ela.

A minha experiência na Justiça do Trabalho foi crescente. Em um primeiro momento, eu achei que não ia permanecer, que eu ia seguir como professor. Acabei abandonando o caminho de professor e usando o conhecimento do sociólogo, da pessoa que tem uma formação acadêmica na área das Ciências Sociais. Me aproximei de determinadas coisas dentro da Justiça do Trabalho que poderiam aproveitar esse meu conhecimento.

A primeira coisa, que foi extremamente legal para mim, foi a experiência de ser secretário de audiência. Trabalhei na 24^a vara do trabalho. Hoje, nós temos um grupo do WhatsApp daquela época, incluindo as pessoas que não estão mais na 24^a. A experiência na sala de audiência me fez entrar em contato com

o conflito ali que se estabelecia entre as partes, e eu comecei a me ocupar muito com essa coisa do Direito do Trabalho mesmo, dentro do tema do papel dos servidores, o papel do servidor na construção dessa instituição. Porque, às vezes, há uma apropriação indébita do saber do servidor, do saber e do fazer do servidor, que é anonimizado. Quem mostra a sua face é sempre o desembargador, o ministro, o magistrado. Mas por trás daquele trabalho todo, tem horas e horas de trabalho do servidor.

Depois da vara, passei dez anos trabalhando no Memorial da Justiça do Trabalho, uma experiência muito rica, porque eu me deparei com toda a história da instituição. Como ela foi importante para fazer com que fossem reconhecidos os direitos dos trabalhadores, nesse país que é um fazendão. Um país onde a herança escravista ainda permanece. A gente tem muito para avançar nesse sentido e agora a gente está vivendo uma nova onda aqui bem forte de uberização, de empreendedorismo, que nada mais é do que o trabalhador seguir trabalhando, mas sem garantia nenhuma, sem nenhuma proteção social. Essa experiência no Memorial me possibilitou que eu usasse o conhecimento da sociologia, orientasse pesquisadores de diversas áreas a fazer pesquisas nos processos judiciais. Aqui, por conta da enchente, uma coisa muito lamentável, o arquivo histórico dos nossos processos trabalhistas, que ganharam o prêmio de memória do mundo – um dos únicos acervos no país que não foi queimado, incinerado, foi reconhecido

como memória do mundo – também sofreram. Agora, o Tribunal está vendo o que vai fazer para restaurá-los.

Por fim, eu saí do Memorial e fui para um outro setor altamente instigante, que é a Divisão de Pesquisa Patrimonial ligado à Corregedoria do Tribunal, que faz pesquisa daqueles grandes devedores trabalhistas, aquelas pessoas, aquelas empresas, grupos econômicos. A gente tenta desbaratar como é que fazem a blindagem patrimonial, como é que eles escondem o patrimônio, como é que eles vão falindo uma empresa e botando laranjas e abrindo outras e fazendo essas várias estratégias.

Fiz também o curso de conciliação, que é também um caminho bem interessante. Tenho muita honra em trabalhar no TRT da 4ª região, lutando para preservar direitos, honrando a carreira pública. Esse ano, vou fazer 60 anos e me orgulho muito de estar a serviço desse trabalho.

A gente está nessa caminhada a vida inteira querendo ser melhor todos os dias. Todos os dias a gente acorda e se percebe um pouco mais completo, mais maduro. Claro que as pernas nos faltam, para a gente ser exatamente tudo o que a gente gostaria de ser. Mas a gente – passo a passo – vai caminhando no sentido de ser uma pessoa melhor do que era antes. Mais tolerante, mais aberta.

O desafio que eu vejo importante para todos é isso, é pensar nos nossos filhos, nos nossos netos, e varrer essa onda de intolerância que a gente está vivendo aqui nesse tempo presente, marcado por

essas polarizações pouco racionais, que não discutem as ideias, que não discutem os temas e não discutem necessidades não atendidas, que não colocam as coisas com verdade. Eu vejo que é o desafio para todos nós.

Pessoas com deficiência carregam em si marcas, carregam em si uma bagagem que pode trazer muito avanço na compreensão do que é ser um ser humano. Um ser humano mais completo, ao perceber e ao acolher essas diferenças. A gente vai construir uma civilização nova, baseada no amor, baseada na solidariedade, na fraternidade, em valores que a nossa Justiça do Trabalho tanto preza. Acho que a gente tem muito a contribuir e a gente tem que tomar atitudes corajosas para barrar essas posições discriminatórias, capacitistas, que diminuem as pessoas enquanto seres humanos, que tornam as pessoas bárbaras e animais, e depõem contra todo o processo civilizatório que nós já vivenciamos até hoje.





GLADIS CARITA MARQUES

Data de nascimento: 23/01/1965

Natural de Santa Maria – RS

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – TRT4

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 11/12/1995

Cargo: Técnica Judiciária

Lotação: 18ª Vara de Porto Alegre – RS

Meu nome é Gladis Carita Marques. Sou servidora do TRT, 4ª região. Sou uma mulher negra não retinta, estou com cabelo em trança afro. Tenho sequelas de paralisia infantil.

Meu pai era ferroviário. Minha mãe, lavadeira. Nasci em Santa Maria, no interior do Rio Grande do Sul, em 1965, que foi bem na época do surto de poliomielite. No interior não tinha vacina e era uma doença nova, não se sabia como reagir. E eu fui afetada pelo vírus.

Sou a caçula de quatro irmãos, e me criei numa comunidade quilombola de Jacuí, uma comunidade originária de escravizados, que trabalhavam na lavoura. Como meu pai era ferroviário, ele ficava muito nessa linha de trem, a gente morava em container, esses vagões da Rede Ferroviária. Fui criada também tendo contato com minha avó, meus ancestrais. Minha avó era indígena. Então, me criei por ali. Mas o estudo e tratamento, essas coisas foram em Santa Maria.

Comecei a caminhar já com dois anos, quando achavam que eu nem ia caminhar. Aliás, o médico disse para minha mãe que eu não viveria nem até o sétimo ano. Mas comecei a caminhar com dois anos. Por causa de uma galinha. Eu saí correndo atrás da galinha, do meu jeito. Então, os médicos lá em Santa Maria começaram a ver que existia uma possibilidade de melhorar minha qualidade de vida.

Meus pais não me protegiam, no sentido de sempre estarem tentando me inserir na escola, junto das pessoas sem deficiência. No início eu caminhava

só no colo e depois consegui levar adiante, porque casualmente, perto de uma das pessoas para quem a minha mãe lavava roupa, tinha um ortopedista. E ele me fez aqueles aparelhos de ferro.

Eu estudei no colégio normal. Com todas as dificuldades. As professoras também tentavam me inserir. Mas era bem difícil porque eu já percebia, com sete, oito anos, que alguma coisa não era tão normal como com as outras crianças, né? Eu não tinha essa noção de que estava sendo discriminada. E daí eu tentava fazer sempre, participar de tudo. Se tinha festa no colégio, de dança gauchesca, eu tentava fazer. Na hora do recreio, tentava jogar bola. Eu sempre tentei fazer tudo. Essa determinação eu sempre tive. Eu ainda não sentia a discriminação e o preconceito. E eu sempre fui uma pessoa muito comunicativa, muito solícita, simpática. Então, as pessoas tinham uma atenção um pouco maior comigo, para me ajudar. E essa atenção me fez não ficar dentro de uma bolha, mas sim, sempre me desafiar.

Nessa época, pelos oito, nove anos, foi quando eu comecei a perceber que eu teria que me destacar de uma outra maneira. Então eu sempre tentava, eu sempre fui muito estudiosa, sempre fui muito inteligente, sempre fui uma das melhores alunas da sala. Eu percebia que eu teria que ser mais para poder chegar mais ou menos perto. Foi quando a gente veio morar em Porto Alegre. Foi quando também a gente achou um médico no hospital – pelo SUS, porque a gente não tinha convênio – onde eu comecei a fazer as

primeiras cirurgias.

As sequelas me deixaram com uma perna mais curta que a outra e uma mais grossa que a outra. Passei por quatro cirurgias, para dar o movimento da perna, para conseguir movimentar o pé e para conseguir firmar o joelho. Eu fiquei fazendo cirurgia por três anos. Cada ano fazia uma. Então, tinha todo aquele transtorno como criança. Ficar engessada... Teve uma vez que eu tive que engessar do peito até a perna esquerda. A sequela da minha pólio ficou na perna direita, então estava totalmente engessada. Eu tinha que ficar deitada, mas eu precisava estudar.

Nesse ponto eu vejo como é importante a família e os amigos. Eu tinha um vizinho que me trazia as lições. Tinha uma professora com quem a mãe ia conversar uma vez por semana, para pegar material e esclarecer minhas dúvidas. Eu tenho três irmãos e eles também tentavam me ensinar, não deixar que eu ficasse para trás. Então, continuei sempre estudando, sempre aprendendo, sempre tentando ser independente, apesar de todas as dificuldades.

E comecei a ficar adolescente, que foi a pior fase. Porque aí todos te tratam diferente, as pessoas ficam te olhando caminhar. Quando tu vais numa baladinha... Eu era sempre a que ficava cuidando das bolsas, ou então eu ficava com o amigo gay. Por muito tempo foi assim. Estava lembrando com a turma de amigas do colégio, já há 45 anos que a gente conversa e se reúne de vez em quando. Elas ficam falando: "Ah, mas ficastes com o beltrano", "Ficastes com o fulano...". Eu não tenho essas

histórias. Porque eu nunca fui a preferida.

Então o que me protegia? Sempre tinha aquele pessoal que queria meio que me segregar, me deixar de fora. Não só pela pólipo, mas também acabava fazendo um combo dos preconceitos. Eles iam jogar vôlei. E eu era queridinha da professora. Então, comecei a barganhar. Por exemplo, a professora me dizia: “Avisa que vai ter prova tal dia”. E eu não avisava, simplesmente não avisava, porque eles não me convidavam para jogar vôlei. Chegava o dia, eles não sabiam, me perguntavam. Eu respondia: “Eu botei no quadro, vocês não viram?”. E eles: “Ai, mas pede para professora, de repente ela pode mudar a prova”. “Depende... se eu entrar no time de vôlei para jogar... A gente até pode negociar, né?” Então, eu barganhava, era a minha defesa. Eu estava me defendendo, era como podia me defender, era o que eu tinha. Então, nesse momento de querer aprender mais, me destacar intelectualmente, socialmente, com simpatia, e me destacando sempre para propor ideias – nesse contexto, essas eram minhas armas.

Depois, veio a parte da faculdade. O que eu vou estudar? Eu sempre gostei muito de gente, sempre gostei de comunicação, gostava de viajar, gostava também de cozinhar. Aí comecei a fazer nutrição – passei de primeira – mas vi que não era aquilo... Daí, eu conheci hotelaria, só que era só no interior do estado. Eu teria que fazer no interior. Passei e fui para Caxias do Sul, onde as aulas eram ministradas num hotel-escola, no litoral. Aquilo, sim, para mim, foi uma

vivência, porque foi quando eu me separei de pai e de mãe. Eu não tinha ninguém por mim, eu tinha que fazer tudo, eu tinha que enfrentar todos os preconceitos, tinha até um coordenador de cursos que me olhava de um jeito “o que que tu queres aqui?”. Porque, na cabeça dele, como é que eu ia trabalhar numa recepção de hotel sendo preta e tendo deficiência? Ele disse assim: “como tu vais trabalhar?”. E eu ia mesmo assim. Aquilo me marcava muito, me magoava, me fazia chorar, mas eu arrumava forças, até nos próprios colegas, que diziam “vamos além!”.

A gente vê que a pessoa sem deficiência não tem a percepção daquilo que te agride. Eu percebo, às vezes, até olhando as fotos. Por que eu não estava nessa foto? Por que não me chamaram para isso? Onde eu estava nesse dia?

Logo no fim da faculdade, fui trabalhar numa pousada em Gramado. Aí, tu já entras de chefe e sentes todo aquele preconceito de uma comunidade alemã, italiana, tanto pela cor, por ser mulher e por ter uma deficiência. Então, eu percebo que o meu mecanismo de defesa esteve sempre muito ligado. Eu tinha que me defender, porque a menina da recepção queria colocar outra pessoa no meu lugar como a chefia e acabava boicotando.

Daí eu tinha que estar sempre um passo acima dela, eu tinha que fazer amizade com mensageiro, para ele me avisar quando ia entrar um hóspede. Porque ela, quando chegava o hóspede, mandava ele para um quarto que ela sabia que estava sujo, para me

prejudicar. Mas o mensageiro me avisava antes, eu ia até lá, limpava o quarto antes. Então, ela só achava que estava sujo. Eu sempre me cerquei de artifícios assim na vida, e de pessoas.

Eu acredito que às vezes a dificuldade está muito mais nas pessoas do que na vida, porque se fosse só a vida, eu tirava de letra. Mas a quantidade de gente que não te aceita, que quer te sabotar, que acha que aquele lugar ali não é teu, é muito grande. São olhares, atitudes... Sempre alguém vai dizer que tu não tens capacidade para fazer aquele serviço. Sempre alguém vai duvidar, se fizestes bem feito, sempre alguém vai duvidar se tens conhecimento... E eu tinha sempre que ficar me protegendo dessas pessoas. E para quem via meu trabalho feito certinho, não imaginava o que eu tinha que fazer para chegar até ali.

Fiz meus estágios, me formei, e comecei já na minha vida profissional indo trabalhar no ramo de alimentação. Sempre em cargo de chefia. Eu não aceitava menos que isso. Estudei para isso, tenho conhecimento. Trabalhei em restaurante, sempre como gerente, como organizadora – como se chamava naquela época, no objetivo de montar o restaurante, a equipe, dar treinamento. Então, era muito difícil, por exemplo, treinar garçom, dizer para eles quando estavam errados. Depois eu fui trabalhar em um hotel grande, cinco estrelas, aqui em Porto Alegre. Fui para o setor de reservas de evento, por conta da minha rede de relacionamentos. Eu conhecia a dona do hotel. Nos conhecemos – fiz ela me conhecer. E daí, ela me

ofereceu outras coisas, como o setor de controle. Então foi nessa circunstância, mas sempre me cuidando, sempre tendo aquele cuidado de fazer a coisa certa, porque sempre vai ter um que vai querer puxar meu tapete.

Depois, comecei a fazer os concursos. Passei na controladoria e, enquanto trabalhava no Ministério Público, continuei estudando. Foi quando passei no TRT e no TRE, aí eu optei pelo TRT. Eu sempre passava na frente do TRT e dizia: “Um dia eu vou trabalhar aí”. Daí, um dia, eu fui chamada. Passei no concurso e daí me chamaram.

Só que tem um detalhe. Quando eu comecei a fazer concurso, nesse meio tempo, eu engravidei. Porque até então eu não queria ter filhos (eu só fui ter filhos depois de 10 anos numa relação estável). Daí eu engravidei e pensei: se eu engravidar, eu vou precisar de um emprego estável para me dar um suporte, para criar meu filho. Enquanto era só eu, tudo bem. Agora, sou eu e mais uma criança. Daí me chamaram no Tribunal. Eu já entrei grávida no Tribunal.

Durante uns 10, 15 anos, a minha função foi atender balcão. Porque as pessoas às vezes não acreditavam no meu trabalho. Uma vez uma juíza chegou e disse assim para mim: “Fizeste determinado despacho? Ficou muito bom!”. Eu respondi: “Não tem muito mistério. Por que a senhora acha que eu não teria condições de fazer?”. Então, sempre fui me abrindo caminho, sempre fui buscando espaço, sempre fui tentando colocar da melhor maneira o meu serviço.

E todo mundo gostava, todo mundo confiava.

Mas isso nunca foi valorizado na hora de escolher alguém para a função ou o cargo. Dão para quem? Para a fulana que é nova... e normalmente branca, né? E que não tem nenhuma deficiência. Daí ficava a Gladis para trás. Eu sempre mostrei que tenho capacidade, que eu fazia, e eu sempre ficava para trás. E isso, por muito tempo. Digamos que foi até chegar na pandemia, né? A gente não estava mais trabalhando presencial, mas era necessária uma pessoa no presencial. Nesse momento, eu tinha a função de atender o balcão – por insistência minha, porque eu falei com o diretor: “E aí? Quando vai chegar a minha vez de ter uma função?”. Daí ele me deu aquela função.

Eu era a única pessoa no presencial durante a pandemia. Sempre tinha um processo para receber, tinha alguma coisa. Então, eu sempre estava tentando fazer mais, eu sempre fazia mais, eu sempre mostrava mais competência, meu serviço tinha que ser muito bem alinhado, tinha que ser muito bem amarrado. Eu não podia deixar nenhuma coisa para fora, para ninguém poder dizer: “Ah, eu sabia que a Gladis não ia conseguir fazer...”. Então, eu nunca me permitia dizer: “Ai, eu estou cansada...”, não.

Eu atendi o balcão grávida, carregava processo grávida, e a barriga pesava, a perna já não dava conta, e eu nunca me permiti dizer assim “ah, estou cansada”, “ai, eu estou com dor de cabeça”, “ai, eu estou com dor nas costas...”. Eu nunca podia me permitir fazer isso, porque seria um ponto negativo. Eu tinha que estar

sempre me superando, mostrando que eu conseguia fazer o melhor.

Isso é uma coisa que precisa melhorar. Eu não conheço nenhum diretor de secretaria ou chefe de gabinete aqui em Porto Alegre – não sei se tem no estado – que seja PcD. Não é falta de capacidade, é de oportunidade. As oportunidades surgem sempre para as pessoas brancas, cis, sem deficiência. Acho que o Tribunal ainda tem muito o que avançar nesse sentido. Em termos da negritude, a gente já vê. Nós somos oito por cento aqui no Tribunal do Trabalho. Tu já consegues ver negros dentro de gabinete, chefe de setor, tem diretor de secretaria. Juízes negros, tem também. Mas não vê um juiz que seja PcD.

Acho que a gente tem muito que avançar em cima disso, porque esse fato cria um estresse muito grande. O fato de chegar cedo de manhã, para fazer até café para todo mundo, e me fazer presente, me sentir representada dentro do setor, isso é muito desgastante. Tu ficas desgastada de ter que estar sempre provando que tens capacidade. Porque sempre vai ter alguém para dizer “Ah, mas coitadinha”, “Ah, mas será que ela vai poder fazer isso?” Esse termo, “coitada”, tu escutas assim várias, várias vezes. “Eu não vou querer sobrecarregar essa pessoa porque ela pode não conseguir fazer”, “Mas será que ela consegue dar conta de analisar os processos para mandar para o Tribunal?” É bem desgastante, tens que estar sempre correndo atrás, sempre provando que tu podes.

Eu acredito que com a união as coisas podem

melhorar. Aqui, a gente criou comitês. A gente tem comitê dos negros, comitê das pessoas com deficiência. Então, o ideal é se formarem coletivos. E, dentro desses coletivos, a gente discutir, tentar fazer ações dentro do Tribunal para destacar e para dar mais visibilidade e aceitação às pessoas com deficiência. Fazendo mais eventos, principalmente trazendo mais inclusão anticapacitista... A gente fazer fórum, a gente trazer palestrantes, promover políticas dentro do Tribunal. Ter livros na biblioteca sobre capacitismo, fazer uma feira do livro com escritores sobre o assunto. Fazer com que as pessoas que não têm nenhuma deficiência se atentem a isso. Experiências físicas até, como colocar peso nas pernas das pessoas, uma venda nos olhos dos diretores, um fone de ouvido e dizer: agora caminha até lá, tenta fazer... Fazer eles verem como a gente se sente.

Participo também de movimentos de apoio e movimentos sociais aqui no Rio Grande do Sul. A gente tem muita comunidade quilombola, né? Porque ser preto ainda é pior do que ser PcD. As pessoas te excluem muito mais pela tua cor do que pela deficiência. Porque, pela deficiência, acaba sendo "coitadinho", "ah, ele não tem culpa", como se ser preto fosse algo muito ruim.

Participo de algumas organizações nesse sentido. Eu faço também um trabalho com crianças numa creche, como contadora de história. Contando histórias e, às vezes, contando também da minha trajetória, tentando incentivar.

Na minha trajetória no Tribunal, por conta desses trabalhos que eu já fiz, eu recebi a comenda. Eu tenho muito orgulho de ser Comendadora do TRT4. Recebi pelos serviços prestados. Uma pessoa com deficiência, uma mulher preta, com mais de 50 anos. Alguém lá do Conselho lembrou “tem a Gladis!”. Isso é o reconhecimento de todas essas angústias que eu tenho passado por aqui. Eles lembrarem que é uma pessoa que presta um bom serviço. Que ajudou bastante no Tribunal durante esse tempo todo. Eu fiquei bem feliz!

Acho que a gente tem que se esforçar – quer dizer, eu já tenho defendido que a gente não tem que se esforçar, a gente tem que simplesmente fazer aquilo que tem que ser feito. As pessoas têm que aceitar que a gente faz bem-feito. A gente não tem que se cobrar e passar mal, porque isso faz muito mal mentalmente. A gente sofre, se angustia e se deprime tentando provar para os outros que é capaz.

Eu tenho dois filhos, o Mateus e o Henrique. O Mateus, quando joga futebol, chuta com a perna esquerda. Porque ele gostava de jogar e eu levava ele na pracinha e ensinava com a minha perna mais forte, que é a esquerda. Então, ele aprendeu a chutar com a esquerda. Ele não é canhoto, ele só chuta com a esquerda. Em função disso, eu vi a importância que seria criar pessoas, indivíduos, com outro pensamento. Ali, eu vi e pensei: um dia, eles vão ser pais. E um dia eles vão ter que ter essa visão – de que as pessoas têm capacidade, só que cada um do seu jeito.

Então, eu comecei a fazer mais coisas com eles. A

gente ia para a praia, para todos os lugares. E quando a gente encontrava uma pessoa com deficiência, eu via que aquilo ali para eles já estava sendo muito natural. Então, o que eu fizer vai refletir nesses dois indivíduos. E hoje eles são extremamente independentes e fazem as coisas deles. Sabem entender. Fazem ações também.

Agora eu estou partindo para uma outra fase, que é a aposentadoria. Então, eu já contribuí, digo para eles: “Olha, eu já trabalhei um tempo e já estou no abono permanência. Já trabalhei bastante. Eu já levantei cedo. Eu já mostrei que eu sei trabalhar”.

Agora eu vou aproveitar a vida. Então, já estou passando por uma outra fase, que é a terceira idade. É poder aproveitar os lugares – sem acessibilidade. Tem praias, por exemplo, que a areia é muito longe do mar. Ou então, tu vais num bar à noite, cheio de escadas e não tem garçom. Então, eu estou agora numa outra luta, outra batalha, outro esclarecimento. Como é que uma PcD é atendida? Por mais que eu diga: “Ah, vou dar meu jeito”. Mas eu fico pensando nos outros. O dono do bar e a pessoa da praia precisam ter esse letramento, saber que a gente é igual a todo mundo, só que tem coisas que podem nos facilitar.

A mensagem que eu tento sempre passar é: tu podes, tu és capaz. Não tenha o pensamento: “Ah, mas eu não sei se eu vou conseguir”. Consegue sim! Na verdade, se a gente chegou na Justiça do Trabalho, é porque realmente a gente tem capacidade. É isso que eu fico pensando.

Então, são duas coisas que eu queria deixar. Uma é

TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

que a gente pode tudo. A gente pode batalhar para que tenha cargos de comando com pessoas com deficiência, que tenha esse letramento dentro dos tribunais, que tenha esse espaço dentro dos tribunais, que tenha esse ensinamento. E, independente disso, eu acho que a gente tem que se juntar. Se nós fossemos quilombolas, eu diria que nós tínhamos que nos aquilombar. Mas como PcDs, eu acho que a gente tem, cada vez mais, que se especializar em estar junto. Porque vai ser junto que a gente vai conseguir alguma coisa dentro dos tribunais e em outros lugares também.





ARI ANTONIO HECK

Data de Nascimento: 25/03/1965

Naturalidade: Boa Vista do Buricá – RS

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – TRT4

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 18/11/1993

Cargo: Analista Judiciário – Assistente de Juiz

Lotação: Vara do Trabalho de Bento Gonçalves

Meu nome é Ari Antônio Hack, tenho 59 anos, cabelos grisalhos e poucos cabelos, não uso barba e tenho pele clara, sou cadeirante. Moro em Carlos Barbosa, na Serra Gaúcha. Eu ingressei no TRT4 no dia 18 de novembro de 1993. Trabalhei por 22 anos, ininterruptamente. Estou aposentado desde dezembro de 2015, por invalidez, decorrente de um acidente de trabalho. Sempre fui deficiente, mas eu caminhava de muletas e agora sou cadeirante.

Nasci em 1965, na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, em Boa Vista do Buricá. Lá nós não tínhamos hospital, só uma casa em que atendia um médico recém-formado. E quando eu estava com um ano e dois meses, exatamente no Dia das Mães, meu pai estranhou que eu não acordava, aí me pegou e viu que eu tinha feito as necessidades na caminha, mesmo já não usando fralda. E aí ele me colocou em pé e eu caí.

Aí minha mãe disse assim, sentimento de mãe: “o Ari está com febre gelada, nós temos que levar ele no médico”. E eu fiquei 28 dias em coma no hospital. Como o médico não conhecia a pólio, ele fez tratamento para meningite, para gripe, para tudo... Então talvez ele tenha me curado dando antibióticos.

Lá pelo vigésimo quinto dia, a minha mãe estava no hospital ao meio-dia, olhando para mim no bercinho, chorando e rezando, então entrou o médico e um outro rapaz, eles eram colegas da Faculdade de Santa Maria, e daí o médico disse: “esse é o menino que eu te falei no almoço”.

A mãe contava que ele tirou uma chave de carro

do bolso e apertou meu pezinho esquerdo, porque ele sentia que meu pezinho esquerdo estava sem movimentos, furou com a chave até sangrar e ficou me olhando, e eu não pisquei, mas correram lágrimas. Aí o rapaz disse assim: “Doutor Casarin, isso aí é poliomielite, paralisia infantil, eu tenho a vacina em Carazinho”.

Em Boa Vista não tinha a vacina, tanto que eu fui o primeiro caso, praticamente o único. Graças a mim e mais duas meninas, erradicamos a pólio em Boa Vista em 1967. O quanto a vacina é importante, né? Então ele mandou a vacina, só que ela já não fazia mais efeito em mim, mas deve ter me precavido de um vírus mais forte, e três dias depois eu acordei do coma.

Levei até os quatro anos para aprender a sentar. Meus irmãozinhos, nós éramos sete no total, minha irmã e meus irmãozinhos brincavam comigo, e eu ia me arrastando. Eu não sabia caminhar, aprendi a me arrastar, a engatinhar não, porque minhas perninhas eram muito fracas.

Minha mãe foi muito guerreira. Ela não tinha até o quarto ano, só que ela sabia ler e escrever em alemão, então ela lia e traduzia cartas para os moradores da região, os parentes da Alemanha mandavam cartas, ninguém sabia ler e a minha mãe fazia isso.

A prefeitura fez um documento autorizando minha mãe, explicando a minha situação, e ela pegava carona para Santa Rosa, uma cidadezinha próxima, e para outras cidades pequenas, e ficava o dia inteiro batendo de porta em porta, de comércio em comércio,

pedindo doações para comprar a cadeira de rodas, que era naquela época algo muito caro, importado, assim eu pude entrar para escola. Terminei a antiga quarta série lá na Rural e daí fui para a cidade. Sempre estudei escola pública.

Só que a cidade ficava a três quilômetros, não tinha condições de ir de cadeira de rodas, e não tinha transporte escolar. Então, com 15 anos eu fiz uma cirurgia e passei a usar muletas.

Quando me formei no segundo grau, eu pensei assim: “Minha mãe está envelhecendo, meu pai está envelhecendo. Daqui a pouco eu não tenho mais eles, então eu preciso procurar o meu chão”. Aí eu fiz vestibular para professor. Fiz o concurso no município e tirei o primeiro lugar. Então eu fazia faculdade no curso de férias da Unijuí e trabalhava na escola durante o ano.

Um dia eu estava no restaurante da Universidade e vi uma fila enorme, perguntei o que era e me disseram que ia abrir o curso de Direito na Unijuí. Eu disse: “todas essas pessoas vão fazer para Direito?”, então entrei na fila e me inscrevi, e tive a felicidade de ser um dos 60 aprovados. Comecei a fazer o curso de Direito e não parava o curso de férias, então estudava o ano inteiro.

Eu tive que pedir minhas contas na Prefeitura de Boa Vista do Buricá e morar em Ijuí, porque Direito era integral e era o ano todo. Mas o que eu ganhava não era muito, infelizmente professor até hoje não ganha muito e o dinheirinho que sobrava para mim dava para um mês de aluguel e mais um pouquinho de dinheiro. E

a minha mãe me mandou mantimentos para sobreviver um mês.

Aí eu conversei com meu pai, antes de ir, entreguei meu dinheiro e disse para ele comprar para mim uma máquina elétrica que um médico estava vendendo. O pai disse: “Filho, tu és louco. Tu vais com um mês de aluguel para Ijuí. Guarda esse dinheirinho, tu vais precisar”. Eu disse: “Pai, confia em mim. Eu preciso dessa máquina de escrever”. E a minha tia, minha madrinha, resolveu me dar de presente essa máquina. Eu fui para Ijuí com a roupa do corpo, duas muletas e a máquina de escrever. Durante cinco anos essa máquina de escrever me sustentou, eu e meu irmãozinho mais novo. Por três anos ele morou comigo e eu consegui dar a ele o curso de técnico agrícola. Tudo isso datilografando trabalhos.

Eu fiz isso porque lá eu sentia o preconceito, a discriminação de ser rejeitado pela condição física.

Eu ia para a biblioteca, era minha segunda casa, morava a uma quadra da biblioteca. Eu ia lá ler no sábado e no domingo, a biblioteca abria aos domingos. Então de manhã cedo eu fazia meu chimarrão e ia para a biblioteca. Eu lia todos os jornais da cidade e da capital, e copiava as oportunidades de emprego. Na segunda-feira eu saía a pedir emprego, chegava lá e o pessoal dizia: “Mas que pena, sábado eu contratei alguém”. No domingo seguinte eu voltava para biblioteca e o anúncio continuava no jornal. Então, acabei desistindo de pedir emprego no comércio e me dediquei aos concursos.

É por isso que veio a lei de cotas para pessoas deficientes, porque as pessoas entendiam que a capacidade era o porte físico e não a cabeça, a inteligência. Infelizmente a grande maioria dos empresários olhava para o deficiente, para o negro, para a mulher e diziam que não preenchia o perfil. Mas que perfil é esse? Tu tens que avaliar a inteligência, a capacidade da pessoa e não o físico.

Como eu sentia muito esse preconceito, eu fiquei pensando... Eu sabia que em Ijuí não tinha Associação de Deficientes. Aí eu coloquei um anúncio no jornal e escrevi para aquela Coluna do Leitor uma opinião, dizendo: "Quem é deficiente e tem interesse, me procure", e dei o meu endereço, porque não tinha telefone. Na segunda-feira eu recebi a visita do repórter da RBS. Ele disse que tinham visto o anúncio e gostariam de ajudar. Não deu 15 dias, fizemos a primeira reunião, criamos Associação dos Deficientes Físicos e a gente fez um trabalho fantástico. Nós descobrimos que muitos dos deficientes que estavam na APAE eram físicos. E aí nós começamos a trabalhar o outro lado. A APAE fazia trabalho de educação e de recreação, e a nossa associação fez o trabalho mais político. Nós fizemos reuniões com deputados constituintes, fizemos reuniões com vereadores, e conseguimos mais de 50 câmaras de vereadores da região. Eram muito progressistas nessa área para a época. Na área dos deficientes a Constituição do Estado é fantástica.

Eu fiquei militando com os deficientes, conhecendo

as famílias. Fiz o cadastro de 280 famílias de deficientes e visitava cada uma delas. A gente fazia reunião na casa das famílias, então elas começaram a falar que eu tinha que ser vereador.

Eu era do grêmio estudantil, da Central dos Estudantes, militava politicamente, mas eu nunca tinha pensado nisso, até que um dia uns amigos decidiram: “Tu vais ser nosso candidato”.

Nessa época eu já tinha entrado no Banrisul. Eu fiz o concurso para o Banrisul, em que passei em 146 no Estado, gabaritei a prova de datilografia, o que me deixou em quarto lugar entre os PcDs. Era o primeiro concurso com vagas para PcD, a lei de cotas já existia. Fiquei três anos, 11 meses e 15 dias no Banrisul. Assumi no dia 18 de novembro de 1993 no TRT, onde fiquei 22 anos em atividade.

Quando o TRT abriu as vagas, reservando no mínimo 10% para os PcDs, o concurso era por formulário, não tinha internet ainda. O formulário de PcD era de uma cor e o formulário de não deficiente era de outra. E a minha cidade, Ijuí, nas cidades vizinhas e em muitas do interior, não tinham formulário de cor específica, então a obrigatoriedade era juntar o laudo, a gente grampeava o laudo no formulário padrão. E fomos ver que no interior não tinha nenhum aprovado no concurso. Aí acionamos a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. A Comissão de Concurso teve que reavaliar todos os formulários e separar os que estavam grampeados com laudo médico. Ali já começava a dificuldade de acesso das

peessoas com deficiência.

Então meus amigos decidiram e eu tinha começado a militar no Sindicato dos Bancários, o presidente do sindicato também disse que eu tinha que ser o representante deles. Aí me candidatei em 1992. E fiz 598 votos. Só que o promotor local reduziu de 21 vereadores para 10. Pela proporção, pelo coeficiente eleitoral, eu seria o décimo nono eleito. Levei para os outros 10: “Nós temos direito, vamos entrar na justiça”. Cotizamos honorários, contratamos uma advogada que já tinha revertido uma decisão e no dia 22 de fevereiro, uma quarta-feira de Cinzas, tomamos posse no corredor do Ministério Público do fórum, sem a presença do representante do Ministério Público nem do juiz.

A secretária assistente entregou para nós os certificados e com eles, à noite, a câmara nos deu posse. Na época, eu participava do PT, fui um dos fundadores e um dos primeiros 77 vereadores do PT no Brasil e o primeiro parlamentar deficiente da história do PT. Em 1992, além de me eleger vereador, passei no concurso do TRT4. Em 1993 assumi como vereador, fui nomeado no TRT, e uns dias depois conheci a minha esposa, nos casamos no ano seguinte.

Me reelegi com o dobro de votos quatro anos depois. Nesses 8 anos, recebi sete prêmios de vereador destaque e fiz 64 projetos de lei, a maioria aprovados.

Eu continuo militando, mas em 2000, mais ou menos, eu saí da política. Em 1999 eu recebi uma menção honrosa do Ministério Público do Rio de

Janeiro, considerando que, das cidades interioranas, Ijuí tem a melhor legislação para PcDs do país. Nós temos leis muito boas, a lei do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, por exemplo, Porto Alegre copiou.

Em 1995 ou 1996, já tínhamos a Lei do Benefício da Prestação Continuada aprovada, mas não regulamentada. E o então Ministro da Previdência e Assistência Social, Antônio Brito, responsável pelo INSS foi pra Ijuí inaugurar uma ampliação do INSS. Nós fizemos um protesto, fechamos o INSS, e o Ministro não conseguiu fazer. Viramos notícia no Jornal Nacional. A primeira greve de deficientes nós fizemos em Ijuí, e graças à nossa mobilização conseguimos regulamentar o Benefício da Prestação Continuada. Ijuí foi o plano piloto, então os primeiros benefícios começaram ali.

Nós conseguimos mapear os deficientes e conseguimos descobrir que os dados do IBGE são bem abaixo do que realmente existe, a nossa sociedade tem muito mais deficientes do que se imagina. Eu ajudei a criar oito associações de deficientes no Rio Grande do Sul e criei a Federação Riograndense de Entidades de Deficientes Físicos, que funciona muito bem.

Mas lá em Triunfo, onde eu estava como assistente do juiz, nós éramos três deficientes no Tribunal da Justiça do Trabalho. A gente conversava, nós tínhamos muita preocupação em relação ao servidor deficiente e ao trabalhador deficiente da iniciativa privada, porque a Organização Mundial de Saúde, lá pelos anos 2000, fez uma pesquisa que diz que a expectativa de vida de um

deficiente é 10% menor que a expectativa de vida de um não deficiente. É justo nós termos a mesma regra de aposentadoria que um não deficiente?

Na época estava sendo discutida a reforma da previdência de 2003. Nós fizemos uma reunião com o então deputado Pompeo de Mattos para apresentar uma proposta de emenda na reforma que reduzisse em 10% o tempo de contribuição para os deficientes. Mas, infelizmente, na Câmara dos Deputados o projeto foi rejeitado.

Aí levamos para o senado, com o deputado Paim. Ajudamos a elaborar a proposta dos projetos tanto da iniciativa privada como de serviço público. E por incrível que pareça, depois de mais de uma década, foi aprovada na iniciativa privada muito antes que na iniciativa pública, onde ainda tem alguns impedimentos, mas acredito que vai ser aprovada ainda este ano.

Tanto no Banrisul como no TRT eu sentia muita dificuldade de acessibilidade física, arquitetônica e mobiliária. Mas eu posso dizer que no Banrisul a direção e os meus colegas foram bem mais acessíveis do que no TRT. Claro que a gente entende que tem todo um orçamento, mas a vara do trabalho de Ijuí não se adaptou para mim, eu tive que me adaptar a ela. Triunfo, a mesma coisa. Nos primeiros anos, eu trabalhava no segundo andar, e um dia eu caí da escada. Só não morri porque o aparelho ortopédico que uso na minha perna direita travou num pilar. Só a partir daí se cogitou dividir o gabinete com magistrado no primeiro andar.

Mas o acesso era pela rua, a minha função não tinha direito de usar a garagem, aí eu tinha que entrar pela rua. E não tinha rampa. Aí encaminhamos o projeto para fazer a rampa, eram dois degraus. Eu imaginei que o construtor iria desnivelar os dois degraus, mas ele simplesmente tapou os dois degraus e fez uma rampa íngreme. Eu reclamei, mas ele entregou assim, era sexta-feira. Na segunda-feira, deu uma chuvinha bem fininha e, quando cheguei ali na rampa, o guarda falou: “Seu Ari, vai com calma porque na sexta uma advogada resvalou”. Bom, me preparei e fui devagarinho, com passos pequenos, de muletas. Quando cheguei no topo, as duas muletas resvalaram. Escaparam debaixo do braço, porque eu usava muletas axilares. Então eu me agarrei no corrimão e, é óbvio, o corrimão quebrou, e eu caí e acabei quebrando a tíbia. Eu fiquei afastado por 7 meses.

Quando eu voltei à minha atividade normal, meu colega, que era o chefe, disse um dia: “Tem uma coisa errada contigo, não percebe que os processos caem da tua mão?”. E realmente, eu estava com dificuldade para folhear processos, eu tinha perdido o poder de pinça. Daí eu fiz cirurgia do túnel do carpo, fiquei afastado por mais um tempo, voltei ao trabalho. Trabalhei uns três ou quatro meses, piorou. Voltei ao médico e ele disse que não era mais o túnel do carpo. Aí o serviço médico disse: “Ari, olha, não sabemos mais o que fazer. Tu tens alguma ideia?”. Eu sugeri que fizéssemos o teste da síndrome pós-pólio. Consegui um acompanhamento médico na Unifesp e fiquei dois anos fazendo

tratamento. A Unifesp, em São Paulo, é o único lugar no Brasil onde o SUS atende aos vitimados da pólio. Em dezembro de 2014, eu fui diagnosticado com síndrome pós-pólio, e quando o laudo chegou no Tribunal me chamaram imediatamente e me aposentaram por invalidez.

A minha ideia era de que eu seria aposentado com integralidade, com qualidade. Com isenção de imposto. Mas não foi nada disso. Me aposentaram com 58% do meu salário. Perdi as gratificações e os “vales” que eu ganhava. E aí começou a luta judicial com o sindicato para conseguir integralidade e paridade, e graças a Deus, nós, através do jurídico do Sintrajufe, conseguimos incluir no rol das doenças passíveis de integralidade e paridade a síndrome pós-pólio. Pelo menos a minha aposentadoria precoce serviu para outras pessoas com deficiência, que vão poder aproveitar essa legislação e ter uma aposentadoria um pouco mais digna.

O TRT4 sempre foi vanguarda nas lutas dos PcDs, dos negros, dos homoafetivos. Sempre foi primeiro aqui. O TRT4 foi o primeiro Tribunal a criar comissão de acessibilidade. Em 2006 eu comecei a compor a comissão, e aí quando nós começamos a fazer esse trabalho, de buscar diretamente com o servidor as suas dificuldades, nós descobrimos servidores que estavam exercendo atividades incompatíveis. Servidores cegos que tinham que operar um computador e eles mesmos compravam o programa de voz para poder entender. Uma servidora que atendia uma vara do interior, que

tinha problema de audição para quem a voz normal do telefone causa um barulho ensurdecedor. E ela descobriu que tinha um aparelho com amplificador que a ajudava. Aí o diretor de RH me pediu para fazer uma visita, ver como é que funcionava, para disponibilizar para as demais.

Um pouco antes de eu sair nós tínhamos uma avaliação de que só sete varas do trabalho do interior ainda não tinham conseguido a acessibilidade plena. Então o Tribunal conseguiu, em 2016, atingir todas as unidades com acessibilidade arquitetônica plena. Isso é uma coisa maravilhosa!

E hoje eu sei que esses servidores estão felizes, atuando, trabalhando, produzindo para o nosso Tribunal, para o nosso país, para o nosso TRT. É como eu falei no início: valorizar a mente humana e não o físico.

Eu tinha uma vida profissional excelente, uma família bem estruturada, condição financeira, mesmo sendo deficiente, e dava palestra no país inteiro. Quando eu deixei de ser trabalhador, deixei de ser palestrante, de ser referência. Então uma sobrinha disse para eu voltar a escrever... tem que criar um personagem, mas o personagem eu já tinha: Arizinho. E aí nasceu o livro que eu mais amo: "Arizinho: Um jogador muito especial". Eu mudei o meu foco para os livros infantis, juvenis. Durante a pandemia minha filha me disse: "Pai, por que você não escreve algo sobre a pólio?". Ela me deu uma excelente ideia, eu resolvi fazer um comparativo da pandemia e da epidemia da pólio.

Nós tivemos que aprender um monte de coisas que respeitam o espaço do outro. Nós reaprendemos, como aprendemos na época da pólio, que a vacina é a melhor cura. A cadeira de rodas nasceu por causa de um pai que teve um filho vitimado pela pólio que colocou rodinhas numa cadeira para empurrar o filho de uma sala para outra, para o banheiro.

Tem um poema meu de que gosto muito, porque eu fiz na máquina de escrever. É assim:

*“Quando percorremos esse caminho,
sentimos que se rompe todo o preconceito”*

E se a gente lê de trás para frente ou de frente para trás, tem o mesmo significado:

*“Sentimos que se rompe todo o preconceito,
quando percorremos esse caminho”*

A Justiça do Trabalho é muito importante para a vida das pessoas. Ela é muito importante para a sociedade, para o ser humano. Nós temos que defender a Justiça do Trabalho, porque se não tivéssemos CLT, leis trabalhistas, o que seria do trabalhador brasileiro? Nós temos uma das melhores legislações do país. Então, se você tem sonho de ser servidor público, faça concurso para a Justiça do Trabalho. Divulgue as leis trabalhistas, proteja as leis trabalhistas.

Só tenho a agradecer a todos os meus colegas e aos juízes com quem eu trabalhei. Eu fui muito feliz

profissionalmente. Passei muita dificuldade no início, mas a vida me ensinou uma coisa: deficiência é não lutar, é não ter cabeça para lutar. Então meu lema de vida é assim: “A maior deficiência que existe é não ter coragem para lutar”. E eu fiz e faço da minha vida uma constante luta. Enquanto eu tiver vida, enquanto eu respirar eu vou seguir lutando.

lapelas largas e brilhantes, camisa branca e gravata vermelha com bolinhas brancas. Ari está segurando um microfone preto com a mão direita, próximo à boca, sugerindo que ele está falando. O fundo da imagem é escuro, com dois logotipos verdes que parecem ser cabeças de alienígenas estilizadas. O chão é de madeira, dando um toque elegante ao ambiente.



Lançamento Infantil



Infantil



Pré adolescente



Jovem e adulto



Adolescente, jovem e adulto



Mascotes Arizinho Colorado e Arizinho Gremista



Sem preconceito

Qu
n
d
o
preconceito
ocorre
as
mentes que
nada
são

10
Ari Heck

Livro: POEMAS SEM PRECONCIETO
Editora: Imprensa Livre
Autor: Ari Heck



**LUCIANA GONÇALVES DE OLIVEIRA PEREIRA
DAS NEVES**

Data de Nascimento: 31/10/1965

Naturalidade: Rio de Janeiro – RJ

Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – TRT1

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 01/02/1996

Cargo: Juíza do Trabalho

Lotação: 58ª Vara do Trabalho

Eu sou Luciana Gonçalves de Oliveira Pereira das Neves. Tenho 58 anos e, desde 1996, sou juíza do trabalho na 1ª Região. Meus olhos são castanho-escuros e tenho cabelo castanho-claro que é tinta, não é a cor original. Cresci em Lorena, interior de São Paulo, mas por conta de uma complicação na gravidez, minha mãe veio para o Rio e eu nasci carioca. Com 15 dias voltei para Lorena e fiquei lá até os seis anos de idade, quando, então, nos mudamos para o Rio de Janeiro de vez.

Sou a quinta filha mulher, a última das irmãs. Eu tive muitas mães, a mãe e mais quatro “irmãs”. Elas me cobravam muito, e isso me forjou uma pessoa forte e exigente comigo mesma. Por conta dessa família grande, a perda auditiva passou despercebida na minha infância. Eu cantava tudo trocado, na escola eu tinha muita dificuldade com inglês e, vou confessar, no dia do ditado eu tinha dor de barriga. Mas ninguém percebeu, eu mesma só me dei conta muito mais tarde, já com 23 anos.

Foi quando eu tive uma gripe muito forte e comecei a achar uma coisa esquisita: parecia que não estava ouvindo, o paladar não estava bom, tinha alguma coisa de errado. E aí eu fui falar com o otorrino e ele falou assim: “Você é surda, né?” Respondi: “Eu? Não!” Ele ficou desconfiado, disse que eu parecia ter alguma deficiência. Eu culpei a gripe, mas fiz audiometria e veio o diagnóstico: surdez bilateral neurossensorial, sem tratamento, sem cura. E sem aparelho, na época, porque eu tinha uma perda

significativa no agudo, mas no grave eu escutava mais, então eu fazia, na verdade, uma distorção auditiva.

Ao longo da vida eu fui me adaptando e não percebia. Acredito ser próprio do ser humano, em especial nós, pessoas com deficiência, criar métodos para sobreviver na sociedade. A sociedade dos ouvintes não consegue entender o surdo. E o surdo que fala, ela não entende de jeito nenhum. Depois desse processo, eu cometi o erro de abandonar a surdez, decidi só viver como se ela não existisse. Quando o médico disse para mim que não tinha saída, ele foi sério comigo, disse que era para acompanhar a evolução da medicina, que uma hora surgiria alguma coisa, mas eu me abandonei. No fundo eu tinha um preconceito, hoje eu vejo isso. A gente não pode ter medo de ter deficiência. Ser deficiente é normal. Não estou dizendo que é fácil, mas a gente tem que reagir. Eu acho que o meu medo, durante muito tempo, me prendeu. Mas hoje posso contar ao mundo que sou surda, eu tenho voz e posso dizer que tem saída.

Eu escolhi Direito por eliminação, porque eu só sabia o que eu não queria, e Direito tinha um pouco de tudo, até medicina. Comecei a fazer a faculdade, trabalhava e depois que me casei, resolvi que tinha que fazer estágio. Então apareceu uma vaga no sindicato e, pronto, me encontrei. O Direito do Trabalho veio ao encontro da minha personalidade, daquilo que sempre acreditei, das questões sociais, eu me senti fazendo alguma coisa. Eu advoguei por um tempo e, então, decidi fazer o concurso para magistratura. Passei, tomei

posse. Eu tinha acabado de fazer 30 anos e nasceu meu primeiro filho, eu fiz meu concurso todo grávida.

Aos 35 anos, eu fui trabalhar em Itaperuna, e um juiz classista de lá me perguntou: “Doutora, a senhora tem problema de audição?” Aquilo foi um marco, foi quando as pessoas começaram a perceber, porque até então não percebiam. Aos 40, eu dormi e acordei surda. Foi um processo que foi evoluindo até chegar ao ápice.

E nesse momento também fui presidente da Amatra, e aconteceu uma coisa interessante. Alguns colegas comentaram que eu deveria me apresentar. Mas eu tinha medo, mas era um medo, assim, de responsabilidade mesmo, porque você vai representar um grupo grande de colegas, mas acabei topando. Então a presidente na época falou para a diretoria que queria me indicar para sucessora. Aí um colega disse: “Eu não gostaria que a Luciana fosse presidente da Amatra. Ela não escuta. Ela vai nos prejudicar. Ela não vai conseguir interagir. Vai ser complicado para a gente”. Eu não fiquei aborrecida, porque ele verbalizou o que todo mundo no fundo sentia, mas não falava. A sinceridade dele foi importante. Eu respondi assim: “Eu não sou aposentada por invalidez. Se eu posso ser juíza, eu posso ser presidente da Amatra, eu não prejudico os meus jurisdicionados, eu não vou prejudicar os meus colegas. Tenha certeza que eu vou me cercar de todos os meios e modos para que ninguém seja prejudicado”. Então garanti que eu nunca estivesse em nenhuma reunião nacional sozinha. Eu sempre tinha uma colega comigo, as pessoas se revezavam para me acompanhar.

Com o tempo eu fui adotando métodos, a testemunha, as partes, todas dão depoimento olhando para mim, de frente para mim. Eu fiz também um curso de leitura corporal, o que ajuda muito. Uma vez eu estava interrogando uma pessoa, um problema de preconceito de religião, e perguntei se ele era católico. Aí ele disse “sim”, mas balançou a cabeça como se dissesse “não”. Eu não conseguia entender a voz, então falei para o secretário anotar que não era. Aí ele me corrigiu, mas de novo dizendo “sim” com a boca, mas “não” com a cabeça. Aí eu falei: “Já entendi, o senhor é aquele católico que não vai à missa, não vai à igreja, mas é católico”. Aí ele confirmou. O corpo dele não falava o que ele dizia, isso acontece muito, e eu acabo pegando um pouco dessa percepção. Às vezes eu volto numa pergunta, aí a pessoa fica assustada. Querendo ou não, eu acabo lendo muito o corpo, o olhar. Então dá uma boa independência.

Mas com os filhos, por exemplo, eles precisavam me ajudar, como eles até hoje precisam em algumas questões. Quando fiquei sem falar no telefone, meu filho caçula tinha 8 anos. Ele então passou a resolver tudo para mim, inclusive exames médicos. Agora temos internet, fica mais fácil.

Aos 45 anos uma irmã me falou do implante coclear, logo que surgiu. Eu tive medo, medo de descobrir mais uma vez que eu não poderia colocar. Porque eu já tinha tentado algumas vezes, e seria muito pesado passar por outra frustração. Mas aí eu conheci a Doutora Gisele, e ela insistiu para eu fazer.

Ela argumentou: “Ah, mas hoje temos aparelhos mais modernos”. Eu fui fazer os testes e realmente já tinha um aparelho que dava para mim. E botei o meu primeiro aparelho auditivo. Quando eu saio de lá... ela recomendou usar pouco, não dirigir, mas eu nem quis saber, eu queria usar, queria saber o que era aquilo. Eu só compraria se eu gostasse, se me adaptasse. Entrei no carro e, de repente, um barulho no meu carro. Era a seta, eu nunca tinha escutado. Aí eu fui botar água no copo e a água no copo tinha barulho, eu tinha esquecido! Meus filhos brigavam e eu nem sabia, aí me diziam: “Mas é todo dia assim!” Nem dois dias depois, eu já estava comprando o aparelho.

Enfim, a vida foi seguindo, até que numa consulta peguei uma revista e comecei a ler sobre senilidade por perda auditiva. E aquilo me preocupou bastante, eu comecei a ver que eu estava meio que naquele comportamento. Eu sempre fui super alegre, amo carnaval, amo conversar, sair de casa. Comecei a ficar muito mais em casa, porque me sentia muito cansada. A interação com as pessoas, numa festa, por exemplo, era bem complicada, eu ficava boiando nos assuntos. E isso me tirava o ânimo.

Então resolvi mudar para o Rio de Janeiro, pedi para mudar de vara. Todo mundo ficou espantado, porque em Caxias eu já era conhecida, já era respeitada. Mas eu falei: “Não quero saber, eu preciso me encontrar mais com as pessoas, eu preciso falar mais com as pessoas, eu preciso interagir mais”. Porque eu sentia que cada vez eu estava me isolando mais. Fiz

uma atualização do aparelho, aí botei um suprassumo que dava para controlar até por celular. Era fantástico, mas ainda assim tinha limitações, porque do lado direito eu ouço menos. A própria fono, que fez os testes comigo, falou para mim: “Olha, você vê se você quer comprar, porque a gente já está no máximo de decibéis, não tem mais, e eu acho que não vai te atender”. Mas comprei dois, porque um só fica ruim, mesmo o direito sendo de pouquíssimo auxílio.

Vim pro Rio de Janeiro, e conheci o Fábio, que foi meu secretário de audiência. Assim, eu tinha uma outra secretária também, a Lu, todos os secretários que eu já tive me ajudaram muito, foram maravilhosos. Mas o Fábio, ele cuidou de mim. Quando veio a pandemia e a gente precisou trabalhar na plataforma, eu botava o som do aparelho no 100, botava o fone de ouvido, e mesmo assim eu não ouvia nada. Quer dizer, o som eu ouvia, mas as palavras não se formavam. E ele percebeu meu olhar apavorado e começou a me escrever no chat o que as pessoas diziam. Ou seja, ele começou a fazer duas atas. Só que ele tinha um filho pequeno, estava todo mundo em casa, a esposa dele também era assistente de juiz de vara federal, todo mundo tentando se organizar e ele comigo naquele sufoco, fazendo duas atas, mas foi.

Aí um dia o Fábio tirou 10 dias de férias e a Lu tinha ido para a casa da mãe dela onde a internet não estava boa, as respostas dela demoravam para chegar e foi o caos. As pautas não acabavam, eu tinha dores de cabeça insuportáveis. E em determinado momento

eu tive uma crise de choro, chorei muito. Acho que eu nunca tinha chorado pela minha perda auditiva. Antes disso eu já tinha tentado fazer um curso de medicina do trabalho que virou online por causa da pandemia e eu também não conseguia entender nada do que os professores diziam, não conseguia interagir com a turma, enfim. Então, nesse dia eu falei: “Chega, vou tomar uma atitude, seja tudo que Deus quiser”.

E peguei uma indicação da Juliana, uma servidora com quem eu fiz uma fala junto sobre surdez, ela tinha me dado o telefone de um médico, o Dr. Luciano Moreira, e fui lá me consultar com ele. Nesse dia eu chorei muito também. Mas o doutor foi bem tranquilo, ele me disse que podia ser só uma questão de atualizar o aparelho, porque eu tinha uma boa articulação. Fiz todos os testes e descobri que eu era bem mais surda do que eu imaginava! Ele perguntou se eu queria fazer o implante e eu respondi na hora: “Eu não tenho dúvida”. Porque eu não tinha outra chance, nenhum aparelho funcionaria mais para mim. E eu quis muito operar pelo meu trabalho, hoje eu vejo que não devia ser só pelo trabalho, mas por mim mesmo, só que eu queria melhorar, eu achava que eu explorava demais meus secretários, eu me sentia mal com isso, eu achava que eu sugava muito deles.

Comecei todo o processo em outubro de 2021, coloquei o implante em fevereiro de 2022. E então eu renasci. Eu percebi que eu não ouvia nada havia muito tempo, eu ouvia fragmentos de palavras e deduzia o conteúdo. Foi o que eu fiz durante muitos anos. Hoje eu

consigo ouvir muito melhor as audiências. Elas acabam mais cedo. Eu durmo e acordo descansada. Porque antes eu dormia e acordava cansada e agora eu sei que aquele cansaço se devia à surdez. Voltei a ler literatura. Eu tinha parado de ler, porque toda minha informação era visual e isso me cansava bastante. Comecei a ler por prazer e não por necessidade.

Hoje eu faço minhas audiências de forma presencial, só que tenho de ser flexível. Às vezes fazemos audiências online, quando as pessoas pedem, por algum motivo pertinente. Já aconteceu de ter uma testemunha nos Estados Unidos. Fizemos um esforço, a secretária me ajudou. Se vou escutar uma única pessoa online, faço a chamada na vara, mas se for uma pauta inteira online, não consigo, a infraestrutura não permite. Tive que entrar com um pedido para fazer audiências completas online em casa. O serviço médico foi ótimo, aprovou e me deu essa restrição por um ano.

Aí o corregedor quis que eu fizesse uma revisão de seis em seis meses, porque eu já estava operada havia mais de um ano. Ele não tem noção do que é uma audição biônica, não tem capacidade técnica. Eu acho que foi uma das poucas vezes que me senti extremamente desrespeitada. Não sou criança. Eu sou uma juíza que só teve licença maternidade e umas duas outras licenças em função de morte e de doença na família. Com o meu histórico, 28 anos de serviço, não tem porque duvidar de mim. Ainda assim, eu passo de seis em seis meses por uma perícia na junta médica para manter a minha audiência online em casa.

Agora eu estudo Libras. Me inscrevi no curso do INES. Estou no terceiro período de Libras e totalmente descobrindo outro mundo. Libras é a nossa segunda língua pátria, depois do português. Por que a gente não aprende na escola? Quantas pessoas surdas são excluídas ou vivem socialmente apenas com surdos que falam Libras. Hoje o TRT tem um convênio de aulas de Libras e isso é fundamental para a integração, porque dessa forma todo mundo também passa a pertencer ao mundo do surdo.

Se eu pudesse voltar ao passado, falaria para mim mesma: “corra mais atrás do seu prejuízo, tente buscar sempre uma saída e não se acomode de jeito nenhum. A gente, como deficiente, precisa se impor muito. Nunca deixe que as pessoas ruins prevaleçam sobre as boas que você vai encontrar no seu caminho”. Eu sou surda e hoje digo isso tranquilamente. Mas essa conscientização foi um processo, para mim, para a minha família e para as pessoas com quem trabalho. Hoje eu diria para a eu do passado buscar mais, talvez eu tivesse feito o implante antes. Talvez tivesse feito Libras antes. Quero que as pessoas saibam a importância de elas saberem se comportar, tanto quem é deficiente como quem não é, ambos precisam carregar paciência e empatia.

E acho que isso se conecta muito com o Direito do Trabalho. Eu acredito na Justiça do Trabalho, ainda mais vendo as mudanças positivas nesses meus 28 anos de profissão. É uma intervenção estatal importante e necessária dentro de uma sociedade que não é

TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

preparada para esse mundo do capital, da exploração. Uma sociedade despreparada para, justamente, carregar paciência e empatia. Só quem não escuta sabe a importância de ouvir.



CARLOS ALBERTO CRISPIM

Data de Nascimento: 29/01/1969

Naturalidade: Imbituba – SC

Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região – TRT12

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 16/04/1997

Cargo: Analista Judiciário

Lotação: 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis

Meu nome é Carlos Crispim, cabelos curtos, pretos, tenho aproximadamente 1,70 de altura, pele clara, tenho deficiência física na perna esquerda.

Moro em Florianópolis, mas sou natural de Imbituba, a cem quilômetros daqui. Nós somos cinco irmãos. E eu tive seqüela de poliomielite com um ano e sete meses, assim que recém estava andando. Eu morava num bairro pequeno. Acho que isso facilitou muito o fato de me desenvolver, mesmo com essa deficiência, porque era uma comunidade que agregava muito. Por exemplo, eu jogava futebol. Eu cresci assim, nas brincadeiras de infância. Eu brincava com todas as crianças de carrinho, jogava futebol de muletas com as outras pessoas que não tinham deficiência, eu nadava com eles, subia em árvores... Era, para os meus amigos, como se não estivessem com uma pessoa com deficiência. Então, esse tratamento que foi dado no início da minha infância acho que foi muito importante para eu não me sentir excluído. E a minha família também, nunca me deixou sentir assim. Se eu dissesse que não ia à aula porque estava com dor, alguma coisa assim, meu pai e a minha mãe respondiam: "Pode ir de qualquer jeito, não tem como não ir!" Então, eu acho que isso foi importante.

Hoje eu tenho 55 anos de idade. Olha só a dificuldade: há quase cinquenta anos atrás, em Imbituba, por exemplo, não existia fisioterapeuta. O terapeuta era em Florianópolis, a cem quilômetros de distância. Então meus pais me traziam três vezes por semana para fazer tratamento em Florianópolis.

Quando não era meu pai, era minha mãe. Quando não era ela, era minha madrinha. E eu fiz esse tratamento até uns 8, 9 anos de idade. Eu tinha sequelas nas duas pernas. Uma melhorou, não precisei usar aparelho ortopédico. E na outra uso até hoje. E aí a minha vida nesse período era vir a Florianópolis e voltar. Ia para a escola e, quando não conseguia ir, ia para a casa de um amigo, pegava o caderno e ia estudar por conta própria em casa. Meu pai e minha mãe forçavam muito isso. “Se não estudar, vai ser difícil. Tem que estudar”.

Tem um fato engraçado nessa história, porque quando eu entrei no primeiro ano primário, eu já estava alfabetizado. Sabe como? Nessa viagem, que levava duas horas, eles me faziam ler as placas de publicidade. Então, eles me ensinavam a ler, olha a letra A, a letra B, até selecionar a palavra inteira. Quando entrei no primeiro ano, eu ficava chateado, porque eu sabia ler tudo. Os outros estavam começando.

Acho que a parte mais difícil é quando a gente vira adolescente. Aí, a gente vê os amigos todos saindo. Eu tinha muito receio... Como é que eu vou sair? Como é que eu vou me divertir? Todo mundo saía para dançar. E nisso a minha família também foi muito importante. Eu tenho um irmão mais velho, e ele disse para mim uma vez assim: “O que é dançar? É se mexer para um lado, para o outro. Você vai, brinca, se mexe. Conversa também, porque conversar vais conversar mesmo, tu falas bastante...” Na verdade, ele estava me encorajando a sair, a conversar.

E foi interessante, porque depois de um tempo,

aqui na Justiça do Trabalho, eu tive um estagiário que era paraplégico. Ele vinha para o serviço com cadeira de rodas e o pai dele acompanhando. Hoje ele é advogado. Mas aí, depois de um tempo, ele relatou essa dificuldade para mim. Aí eu conversei com ele: “Eu acho que a primeira coisa é tua independência. Tentar tirar o teu pai, ele não tem que te acompanhar direto. Imagina, daqui a pouco tu vais sair, vais num lugar onde tem teus amigos. Aí teu pai vai estar lá. Aí, quem vai vir conversar contigo? Vai conversar contigo ou com teu pai?” Aí, ele disse: “Ah, mas quem que vai vir conversar comigo?” Eu respondi: “Mas aí depende de ti. O que terá para falar com a pessoa”. Eu expliquei outras coisas, sobre cuidado. “Tu tens que te cuidar, que estar bem contigo mesmo. O que tu passas para a pessoa é o que ela vai procurar em ti”. E eu acho que aquilo ali fez a diferença na vida dele também. Aí, eu disse: “Olha, compra uma cadeira motorizada, com ela tu podes ir para qualquer lugar sem precisar do teu pai, vai encontrar outras pessoas”. Depois ele se formou em Direito.

E o meu mestrado e doutorado foi na área de inclusão, né? Eu faço palestras sobre isso. Eu tenho um livro, *Crianças com deficiência – A inclusão como direito*. Esse livro acabou sendo citado no STF em dezembro do ano passado. Eu até brinco com um pessoal que virei até um doutrinador agora – já fui citado pelo pessoal lá do STF...

A intenção de fazer o mestrado fora da área do Direito do Trabalho foi por causa da minha deficiência

mesmo. E a questão da criança, é porque temos que tratar essa questão da inclusão, e ela tem que ser tratada desde cedo.

Eu tenho algo que me marcou, de quando eu estudava, ainda da quinta à oitava série. Quando a gente ia fazer educação física, muitas vezes o professor jogava uma bola ou fazia corrida, coisa assim. Aí, eu ficava de fora, né? Aí, na época mudou de professor e chegou uma professora. E ela, sem saber que estava fazendo inclusão, fez. Ela me viu parado e perguntou: “Mas o que você tá fazendo aí?” – hoje eu fico pensando no tanto de crianças que foram tratadas assim. Ela perguntou o que é que você está fazendo parado? Não vai para a educação física? Era jogo de vôlei. Eu devia ter uns 10 anos de idade. Disse para ela que nunca tinha participado do jogo, não sabia como. Aí ela disse: “Nunca participaste jogando. Então tu vais participar de uma forma diferente. Vais ser o árbitro do jogo”. E aquilo me deu uma valorização, né? Eu era agora melhor do que os outros, porque eu era o juiz do jogo. E foi um fato que me marcou, hoje eu fico pensando: ela me incluiu.

E eu nem falei de quando eu jogava futebol de muleta, às vezes o time estava perdendo. Mas eu, na verdade, tinha vantagem. Em uma perna eu tinha deficiência, mas eu tinha duas muletas e outra perna. Então tinha três pernas, mais que os outros. De vez em quando eu fazia gol de muleta e era aquela discussão, se vale ou não vale o gol. Era uma festa! Por causa disso, acho que eu fui para o Direito, porque desde

pequeno já tinha que defender até se um gol valia.

Quando fui para o trabalho, as pessoas ainda não estavam muito preparadas, né? Por exemplo, eu quando entrei na Justiça do Trabalho, quase 30 anos atrás. Tinha um setor, o setor de protocolo, que recebia processo ou entregava processo para o advogado, e anotava. Tinha que procurar processo físico. Todo mundo que entrava para trabalhar ali, ia para a função do protocolo. Faltava um preparo para pessoas com deficiência. Pois olha só, eu fui para essa função, de procurar processo físico pela vara do trabalho ou entregar processo físico. Mas isso foi por pouco tempo. Depois veio uma outra chefia e disse não... E então eu fui para outros setores, passei por todos os setores da vara do trabalho. Essa pessoa que veio em seguida me tratou assim, numa inclusão interessante. Ela me colocou em todos os setores, primeiro eu passei pelo setor de contabilidade, pela sala de audiências, pela assessoria ou fazer ofício.

Então, eu conheci todos os serviços de uma secretaria. Isso contribuiu, pois quando eu voltei para Imbituba, logo em seguida eu acabei ganhando uma função comissionada e, depois, acabei virando diretor. Então, a minha deficiência não foi analisada como uma questão negativa. Ela não teve um impacto negativo. Na verdade, ela nem foi analisada. Fui visto como pessoa, né? Foi pelo meu grau de instrução. Depois, eu já na pós-graduação, acabei virando assessor de magistrado. De assessor de magistrado acabei virando diretor de secretaria. Então, acredito que a deficiência não foi um

empecilho para o meu desenvolvimento na carreira.

Quando eu passei, na época não tinham as questões da vaga da pessoa com deficiência. Não foi fácil para mim chegar ali para estudar. Imagina que todo o meu ensino, antes do ensino médio, o fundamental ali, enquanto os alunos estavam lá, ou brincando, ou estudando, eu tinha que vir a Florianópolis, voltar, ir para a aula ou pegar um caderno e escrever em casa. A dificuldade que isso traz.

Tem a dificuldade de locomoção... Infelizmente, ainda, ninguém respeita hoje uma vaga destinada à pessoa com deficiência, ninguém respeita. Eu costumo dizer: “Engraçado que as pessoas vão para academia, ficam uma, duas horas na academia, correndo, pulando, dançando, mas não querem ficar 100 metros longe do portão”. Aí, a pessoa com deficiência pode ficar? Atrapalham, dificultam para a pessoa alcançar o objetivo. Então, eu acredito que essas ações afirmativas, elas tendem a inserir. Em todos os setores, pessoas com deficiência, para pessoas com baixa renda. Dá uma oportunidade. E eu espero que essas pessoas valorizem. Quem entra, precisa entrar com essa consciência, para que essa questão afirmativa continue e possa ajudar outras pessoas. Por exemplo, estou num cargo de direção. A gente sabe como é raro os cargos de chefia serem ocupados por pessoas com deficiência. E tem que fazer bem feito, para que possa demonstrar que as PcDs podem chegar lá e desempenhar um bom trabalho.

Já tiveram algumas histórias na minha infância, na

minha adolescência, de utilizarem a deficiência como xingamento, para diminuir a pessoa. No trabalho, já teve caso de pessoas duvidarem da capacidade, ou achar que o funcionário, por ser PcD, vai faltar muito por causa da deficiência (e às vezes as pessoas mais faltam por gripe ou outras coisas do que pela deficiência). Acho que todos nós já sofremos alguma coisa nesse sentido.

Eu sou casado e tenho três filhos. E teve uma época, por exemplo, que me deu um baixo-astrol, eu fiquei pensando: não consigo andar de bicicleta com os meus filhos, não consigo correr com eles, não consigo fazer uma atividade. Aí, depois que passou, eu falei: “Pô, eu faço outras coisas que outros pais não fazem”. Eu senti que nem todo mundo é igual. E também: quantos pais podem fazer e não fazem? Tem pai que poderia estar andando de bicicleta e não anda, poderia estar correndo e não corre. E a gente pode fazer outras coisas, e faz outras coisas que suprem essas demandas, que eles adoram do mesmo jeito. Às vezes a neura está na gente, né? Aí, foi quando eu falei: “Deixa para lá e vamos para a frente”. E os meus filhos são bem cuidadosos com a questão da inclusão. Eu tenho um filho que se formou em Direito também, ele advoga, e até o trabalho dele de conclusão de curso foi na área de inclusão. Tenho um filho que faz Engenharia Mecânica. Ele queria fazer um projeto de uma prótese para eu andar melhor. E o outro é pequeno, ainda não pensa no assunto. Mas então eles são bem preocupados com essa questão e ficam indignados quando veem

desrespeito. Acho que eu consegui transmitir para eles esses valores.

Eu ainda sou poeta, escrevo poesia. Não sei para que o dia tem 24 horas, ele podia ter mais umas seis, para mim já estava tudo certo. Porque eu sou professor de Direito do Trabalho, faço doutorado. Aí, tem as palestras. Tem que escrever artigo e, quando eu vou parar, tem a família. Mas eu gosto dessa vida assim atribulada. É uma vida em movimento. Procuro fazer bastante coisa.

Sobre a inclusão, vou falar na próxima palestra sobre cidades inteligentes e a responsabilidade dos gestores públicos na inclusão. Acho um tema bem interessante e porque o evento é voltado aos novos gestores dessa questão de política que vem agora. Eu tento, na verdade, conscientizar que a acessibilidade, quando ela é criada para a criança ou para a criança com deficiência, elas conseguem acessar qualquer coisa. Todas as demais pessoas vão acessar. Porque ela fica acessível para todos: para quem não tem deficiência ou para outras pessoas. E que essa questão da acessibilidade, ela não é só para as pessoas com deficiência. Uma rampa para deficiente pode ajudar uma gestante que precisa carregar um carrinho de bebê, a pessoa que carrega um botijão de gás nas costas ou uma bombona de água. Eles têm que andar nessas calçadas e pisos, ou subir escadas.

Daqui a pouco eu estou quase me aposentando já. Mas eu leciono e gosto muito de lecionar, adoro estar em sala de aula com os alunos, compartilhar

TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

conhecimento, eles ensinam muito. Quero transmitir e propagar a inclusão. Que eles se tornem conscientes de que ninguém é super-homem nem super-mulher, nós temos é que ter as acessibilidades disponíveis para que a gente não tenha que fazer um esforço desmedido para poder alcançar as mesmas oportunidades.



MARCOS CÉSAR DOS SANTOS

Data de Nascimento: 28/03/1970

Naturalidade: Taquari - RS

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - TRT4

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 16/11/2009

Cargo: Analista Judiciário - Área Judiciária

Lotação: Posto Avançado de Taquari

Meu nome é Marcos, sou branco, calvo e utilizo óculos com armação azul. Eu tenho 54 anos. A minha infância foi nos anos 1970, nasci no interior da cidade de Taquari, numa localidade chamada Rincão São José. Era uma localidade rural na época, hoje em dia já não é mais. O melhor dali era a liberdade que tínhamos para tudo, liberdade de correr, ir no mato, pescar, jogar futebol. Sempre tudo na rua. Liberdade para brincar. Meu pai tinha um pequeno armazém e era agricultor, minha mãe era professora numa escola perto. Era praticamente do lado da minha casa, a escola. Eu sou o mais novo, tenho mais três irmãos, só homens.

Perdemos minha mãe no final do ano passado. Meu pai ainda é vivo, mas acamado, eu e meus irmãos estamos unidos para que ele tenha uma velhice tranquila, então todos se ajudam, da maneira que cada um pode.

No Ensino Médio, eu estudei para auxiliar de laboratório e análises químicas, e fiz um quarto ano para formação de técnico em química. Durante a minha formação eu tive apenas um episódio em que um vice-diretor foi um pouco reticente em relação a eu fazer as análises, porque a gente tinha que pegar em vidros, copo de Becker, tubo de ensaio, e ele achava que eu não teria condições. Mas eu conversei com ele e então pude fazer. De resto foi bem o contrário, eu recebia ajuda de colegas para descer e subir escadas, por exemplo, que em 1988 não existia essa questão da acessibilidade. Eu sempre tive ajuda, não impedimentos. Meu acidente foi em 1988, no dia 20 de

setembro. Era época de exército, eu tinha 18 anos. Os alistados aqui em Taquari, nós íamos ser dispensados se fizéssemos o juramento à bandeira na cidade de Triunfo. E na ida para lá sofremos um acidente. O pai de um colega meu estava na direção, esse colega estava do lado dele, e eu e mais um outro colega atrás. Batemos de frente com um caminhão. O motorista faleceu e eu sofri uma lesão medular no pescoço, na C4 e C5, pelo efeito chicote. Meus dois colegas se machucaram menos. Durante cinco dias eu fiquei totalmente imóvel, já com a tração na cabeça para colocar os ossos no lugar. Usava a tração deitado, aquilo aparafusado na cabeça, como se usa em fratura de perna. Em uma semana, o meu lado esquerdo começou a despertar, aos poucos. Mas o lado direito, mesmo com toda a fisioterapia na época, nunca mais voltou ao normal, e eu fiquei com hemiparesia do lado direito, nos membros inferior e superior. Continuo com movimentos, mas são limitados, motricidade fina eu não tenho. E tenho o que se chama vulgarmente de pé caído, tenho uma grande dificuldade de flexionar o pé direito. No andar é bem nítido.

Fiquei internado durante 45 dias com esse aparelho na cabeça, só deitado, sempre fazendo fisioterapia. Faço até hoje.

Meus pais não tinham muitas condições para o tratamento. Apesar da minha mãe ter o convênio do estado do Rio Grande do Sul, o Ipê, o tratamento era muito complexo. Então meus pais me deram em adoção para meu tio, irmão da minha mãe, ele era

do Banco do Brasil e tinha um convênio muito bom. Naquele tempo era possível fazer adoção para ter acesso ao plano de saúde. Até troquei de nome, meu nome original é Marcos César Pereira, passei a me chamar Marcos César dos Santos.

Em homenagem ao que ele fez, e com o apoio dos meus pais, eu permaneci filho dele. Só não vou requerer a herança, mas de resto permaneci com o nome dele e fiquei com dois pais e duas mães, e até hoje segue assim, meu filho é tratado como neto por eles. E esse meu tio é uma pessoa sensacional, ele mandou fazer uma cama regulável, de madeira, que tinha uns dentinhos pra ir subindo, na vertical. Aí quando eu voltei para casa, depois desse mês e meio internado, eu comecei, cada dia, a subir um degrau, até que eu fiquei totalmente em pé, amarrado. Coisa bem artesanal, mas foi importante. Depois fiquei mais ou menos um ano em cadeira de rodas, também sempre fazendo fisioterapia, e aos poucos voltei a andar. Hoje eu ando sem nenhum tipo de auxílio.

É coisa que a gente não consegue entender, a cabeça do ser humano é uma coisa muito complexa, mas eu nunca me culpei, nunca achei que tinha sido um castigo, eu simplesmente foquei no que eu tinha que fazer. Eu parti do seguinte princípio: este problema está posto. E sou assim para tudo na vida, vamos para a solução, não vamos ficar sapateando no problema. Acho que isso facilitou minha recuperação, porque o primeiro prognóstico era de que eu voltaria a andar em três anos, mas consegui voltar em menos de um ano.

Em 1993 fui para Porto Alegre. Pedi para meus dois irmãos mais velhos, que tinham emprego, me bancarem, mas em duas semanas consegui trabalho na minha área, numa empresa pequena em Gravataí, na Grande Porto Alegre. Em 1995 eu acabei trabalhando de vendedor numa empresa da minha cunhada, porque eu precisava de dinheiro. Mas sempre com uma ideia de estudar.

Com 30 anos eu fui aprovado na PUCRS. Direito é uma coisa que sempre me interessou, eu gosto de pessoas, gosto de argumentar, de saber o porquê das coisas, por que elas acontecem. E passei a estudar lá com o crédito estudantil, e um tempo depois, minha esposa passou a trabalhar na PUCRS e pude contar com o desconto para o titular e o cônjuge, isso me permitiu terminar a faculdade toda em cinco anos e meio. Fiz o concurso para o TRT em 2006, depois de formado. Eu fui nomeado em 2009, nesse meio tempo advoguei aqui em Taquari e fui também procurador da Câmara de Vereadores aqui da cidade.

Eu e minha ex-esposa viemos morar aqui quando nosso filho nasceu, em 2009 ou 2010. Nos divorciamos em 2015, mas a gente se dá muito bem e me dou bem com a família dela. Em 2017, me casei novamente com uma advogada aqui da cidade também. Em novembro de 2009, fui nomeado para Cachoeirinha, ao lado de Gravataí, na região metropolitana de Porto Alegre. Fui muito bem recebido. Eu não tinha a mínima noção do que era o trabalho, porque eu trabalhava do lado de lá do balcão. Fui muito bem acolhido, uma

colega me ensinou no início, agradeço muito a ela. E aí, conversando com a minha ex-esposa, nosso filho, Gabriel, tinha nascido em agosto, e os pais dela estavam sozinhos em Taquari, ela ponderou que seria melhor parar de trabalhar e criar o nosso filho aqui, uma cidade mais tranquila, dar um auxílio para os pais dela. Em março de 2010 pedi transferência. Em Cachoeirinha, eu fazia análise de processos. Aqui eu comecei a aprender a função de secretário de audiências. Somos sempre eu e mais dois colegas. A gente tem audiência 3 vezes por semana aqui, mas, sendo vinculados à vara de Triunfo, desde a pandemia muitas audiências são online. Então, eu fico na sala principal aqui em Taquari, e a minha colega Silvana, de Triunfo, que também é secretária de audiências, prepara as salas, recebe todas as partes, eu regulo som e imagem, e quando a gente puxa todos para a sala principal já está tudo pronto. E o inverso é assim também. Além disso, faço despachos, cuido de perícias, continuo na análise de processos.

Decidi fazer o concurso pela questão da estabilidade, o salário é bom, com filho pequeno é melhor. Eu vejo, pela minha esposa, que está cada vez mais difícil advogar hoje em dia. E o trabalho me deu possibilidade de ter uma casa própria, boa educação para o meu filho, mudou meu patamar de vida.

Por ser uma cidade do interior e ter, assim, um nível de renda e cultura não muito alto, o pessoal chega às vezes muito perdido, tem dificuldade de contato com advogados, vem pedir informação e é uma satisfação

atender ao público, explicar os pormenores. Eu, ainda, como ex-advogado, também consigo dar alguns detalhes a mais. Então eu fico satisfeito porque eles ficam satisfeitos, por poder ajudar as pessoas e atendê-las da melhor forma possível.

Pela lesão medular eu tinha uma baixa produção de espermatozoides, então tivemos que fazer uma reprodução assistida. E deu certo, tanto que nasceu o Gabriel, que hoje tem 14 anos. Mas fora isso eu levo uma vida totalmente independente, sem medicação, sem dor. A única coisa que eu solicitei, que o Tribunal disponibilizou de pronto, foi uma cadeira um pouco mais confortável, e eu utilizo também aquele descanso para os pés. Eu utilizo o mouse com a mão esquerda na sala de audiências, porque ali precisa de uma resposta rápida, mas no dia a dia, no trabalho, eu uso com a mão direita. Como eu não tenho os movimentos todos nesta mão, eu não consigo usar todos os dedos no teclado. Da esquerda, sim, uso todos os dedos, mas o juiz só percebe isso depois que eu falo.

Falo, pela minha experiência, que somos muito bem acolhidos no Tribunal. Imagina uma pessoa que tem, aqui no meu caso, que ser um secretário de audiência, digitar rápido e se apresenta sem os movimentos na mão. Tu já inicias com 50% a menos de eficiência. E desde o primeiro juiz que ficou sabendo da história, eu nunca tive nenhum tipo de delimitação, de crítica, de nada em relação à minha deficiência, simplesmente estou aqui como se fosse qualquer um. Isso representa muito a respeito da orientação do

próprio Tribunal para que nós, que temos as nossas limitações, maiores ou menores, sejamos acolhidos e sejamos tratados como qualquer servidor. Temos que ser exigidos? Temos. Mas fazemos isso tranquilamente, eu pelo menos nunca presenciei nenhum tipo de preconceito. A gente acaba se tornando uma família.

Não podemos nos deixar limitar pelos problemas da vida, a gente tem que enfrentá-los. Eu acho que fisicamente o acidente me prejudicou, mas me deixou mais forte. Eu sou meio prático, não me abalo muito com dificuldades, sempre procuro ver uma solução para qualquer coisa. E o que não tem remédio, remediado está. É uma tese que eu tenho, o ser humano cresce na dor. Não digo que só cresça na dor, mas ela ajuda muito mais a crescer.



GENIVAL BARBOSA DA SILVA CABO

Data de Nascimento: 25/08/1972

Naturalidade: Arapiraca - AL

Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - TRT23

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 19/07/2013

Cargo: Analista Judiciário

Lotação: Secretaria do Tribunal Pleno

Sou Genival Barbosa da Silva, natural de Arapiraca, Alagoas, e atualmente trabalho como analista judiciário da 23ª Região. Estou em teletrabalho, em Araguari, Minas Gerais. Sou cego total, uma cegueira contraída através de um glaucoma, e tive baixa visão, muito baixa mesmo, até quatro anos de idade mais ou menos.

Na minha família somos quatro filhos. O único com deficiência sou eu. Os meus pais já não estão mais aqui. Perdi meu pai aos 29 anos e minha mãe, aos 32.

Eu tive a minha formação também em Arapiraca. O meu primeiro ano de estudo foi no ano de 90. Eu tinha 17 anos quando fui alfabetizado. Porque na minha cidade não tinha escola. Teve uma escola que abriu, no final dos anos 70, mas não prosperou. Aí, nos anos 90, duas professoras de Arapiraca fizeram o curso de educação especial em Maceió e foram garimpar alunos. Eu lembro que, na primeira abordagem que a professora teve, para me levar para a escola, eu perguntei: "Mas essa escola vai funcionar ou não vai funcionar?"

E eu ia para a escola, meu irmão não queria entrar comigo, porque ele tinha vergonha, porque eu era cego e os outros colegas dele iam ver. Aí, eu ficava em um barzinho em frente à escola esperando a professora chegar para me buscar para entrar.

Tinha uma sala de recurso em um colégio particular que gentilmente foi cedida ao estado pelo proprietário da escola, e a gente estudava na sala especial. Eu fiz só até o terceiro ano. Eu estudava numa sala especial e, concomitantemente, fazia supletivo. Na

escola, não tinha o mínimo de interação com outras crianças sem deficiência. Na verdade, de todos que estavam ali – com exceção de dois, que eram crianças e que estudavam também conosco – o restante eram pessoas de 18, 20 anos. Essa questão é de doer o meu coração.

Era tudo assim muito difícil, porque a gente vivia num cenário totalmente desfavorável, cercado de muito preconceito e discriminação. Eu lembro muito bem que pessoas sempre me chamavam de ceguinho. Era uma coisa muito comum. A partir da quinta série eu comecei a estudar na sala regular. Lá, eu era o mais velho da turma, com 21 anos.

Se alguém perguntava: “Genival, quem é o Genival? O ceguinho...” E eu era visto pela família, pelos conhecidos, como uma pessoa inteligente, porque as pessoas partem do pressuposto que você não sabe nada. E o pouco que você faz é tido como uma coisa super.

Hoje, se fala muito de discriminação, de *bullying* e as pessoas se revoltam. Se elas passassem 10% do que eu passei, acho que ia ter muita gente aí com depressão, com coisas mais graves. Porque eu não podia nem sair da sala de aula, Porque todo mundo falava: “olha aí, abre espaço pro ceguinho passar!” Era uma coisa muito temerosa. Chegavam na sala de aula em que nós estávamos – eu e mais quatro, cinco cegos – e ficavam na porta olhando a gente estudar, fazendo comentários. Chegavam próximo a nós para olhar o braile, passavam o dedo no braile, achando que iam

entender da maneira que nós entendíamos.

Então, fui alfabetizado só aos 17 anos e fiz o supletivo junto para reparar o atraso. Utilizava um microgravador na sala de aula, gravava as aulas, depois ouvia. Também recebi uns livros da fundação Dorina Nowill, que foram minha salvação, porque aí eu estudava no braile, gravava as aulas e era assim, com muito esforço. Quando eu estava nos meados do ensino médio, eu desisti da escola e passei a estudar para passar na faculdade. Passei na terceira tentativa, no curso de História, que eu desisti. Depois, passei em Direito.

Até ir para escola, eu vivia no ambiente só da família e de conhecidos dos meus pais. E ali passei a conviver com o pessoal. Expliquei para eles que pessoas cegas eram pessoas comuns, muito embora tenham uma limitação. Aí eu falava, falava, falava... e assim começou a melhorar o ambiente nos corredores do colégio. Eu falei que a gente ouvia o que eles falavam, a gente tinha sentimentos. Quantas e quantas vezes a gente ouvia as pessoas falando sobre nós e achando que não estávamos ouvindo, né? Hoje está bem menor isso: povo sabe que cego também ouve. Uma vez chegaram e perguntaram para mim em qual série eu estava, e uma moça que estava do meu lado respondeu "Não, não tem série. Eles vêm aqui para se ocupar...", ou seja, as pessoas viam a escola para nós como enganação, um entretenimento.

Meus pais me apoiavam, mas não viam que os estudos para pessoas cegas fossem algo que tivesse

realmente importância. Não era por maldade, era falta de conhecimento mesmo.

Naquele tempo não existia a facilidade que tem hoje de agenda, né? Aí era aquela lista telefônica, mas eu era um livro ambulante. Eu guardava tudo na cabeça. Eu fiz uma vez uma estatística, nesse período meu, de que alimentava 532 telefones decorados. Todo mundo na rua, próximos a minha casa, queria saber o número de algum telefone, aí eu falava. Tudo de memória, mas sem nenhum recurso de alfabetização.

Sobre a cegueira, minha mãe percebeu que eu tinha algum problema de visão com uns 15 dias de nascido. Eu fui fazer tratamento em São Paulo quando eu tinha quatro anos. Foi um período traumático para mim, fiquei na casa de uns compadres do meu pai e da minha mãe e lá eu sofri muita tortura psicológica, tortura física. Foram oito meses que eu fiquei lá e foi muito difícil esse período, porque a senhora batia em mim. Lavava meu rosto, recém-operado, com sabão, até com urina. Falava que a minha mãe tinha mandado uma carta dizendo que não iria mais vir me buscar, que podia me jogar num buraco. Quando a minha mãe veio, eu nem acreditava que era ela. Já tinha perdido a esperança. E não contava para ela, porque ninguém ia acreditar numa criança de quatro anos. Outro dia, eu liguei para essa senhora – eu não tenho mágoas – e disse para ela que estava bem, que eu tinha me formado em Direito e que era servidor público. Ela está tranquila, porque ela nem imagina que eu lembro dessas coisas. Mas acho que ela nem lembra, acho que

ela nem imagina que eu lembro desse cenário. Meu objetivo foi passar para ela que eu dei certo, né? Eu prosperei diante de uma falta de sentido e diante das torturas que sofri.

Depois dos quatro anos, fui perdendo a vista aos pouquinhos, até zerar. Porque, na verdade, a cirurgia foi mais para conter a pressão do olho. Eu não sei se foi falta de recursos da medicina na época, mas não teve como recuperar a visão. Aí, eu tenho um pouco de percepção de claridade, onde eu vejo um pouco. Mas bem pouco.

Eu tive um desempenho bastante baixo na faculdade também. Eu gravava as aulas sem ter livros. Era muito difícil, eu pedia aos colegas para gravar para mim também. Era muito sacrifício e nesse período eu fui discriminado por um professor. Ele disse que eu não tinha condições de continuar no curso de Direito, que eu deveria desistir, que nenhum professor tinha coragem de falar isso para mim, que ele estava sendo para mim muito sincero. Que eu estava jogando dinheiro fora, porque eu era um rapaz pobre. Na verdade, ele nem conhecia minha família, mas ele falou pobre porque associou com a deficiência também, com toda certeza. Como se toda pessoa com deficiência fosse pobre.

Eu parei a faculdade por um ano mais ou menos. Foi uma soma do baixo desempenho devido à falta de material acessível, do falecimento do meu pai e da fala desse professor. Parei um ano para me organizar e para voltar mais fortalecido emocionalmente em 2003.

Aí, já usava o leitor de tela, ainda um pouco fraquinho, mas era o que eu tinha. E nesse período eu já estava trabalhando no Detran de Alagoas.

Eu passei no concurso do Detran em 2001. E lá, por ausência também de acessibilidade (eu poderia ter sido mais bem aproveitado), fiquei trabalhando na recepção, como telefonista, dando informação dos processos de veículos. Mas era muito sacrifício, trabalhando nisso por quase 8 anos. Depois de formado em Direito, seguia como recepcionista. Não teve nenhum recurso de adaptação. Nada, nada. O Detran ficava em outra cidade, a 21 quilômetros de Arapiraca. Eu ia para o Detran, trabalhava de manhã até 14:30, voltava para casa, estudava um pouquinho e voltava à noite para a faculdade. Depois começou a surgir a ideia de fazer concursos. Em 2004, comecei a estudar para concursos.

No primeiro, não passei, e continuei estudando e viajando sozinho para fazer concursos em outras cidades. O que eu recebia do Detran era só para me manter e pagar as viagens. Às vezes eu ia de ônibus, às vezes eu ia de avião. Em 2005, eu tinha feito um concurso do TRE do Pará, mas convocaram e não fui comunicado para fazer a perícia, e o sistema que eles utilizavam na época usava um formato de arquivo que não era acessível com o leitor de tela. Enfim, eu não tive acesso à comunicação e fui prejudicado de todo jeito. Em 2006, eu passei no concurso do TRT do Mato Grosso do Sul. Aí, em 2008 é que houve uma reversão do outro concurso, por medida judicial, e eu fiz a perícia. Em 2009, fui nomeado no TRE do Pará.

Trabalhei lá durante um ano. Sofri um acidente de carro em que quase morri. A gente foi trabalhar no interior, e o meu colega, que estava na direção, foi desviar de um porco do mato. O carro deu várias capotadas, mas não teve outras consequências.

Em 2010, eu fui nomeado em Mato Grosso do Sul, saí do Pará e fui para o Mato Grosso do Sul. E em 2013, eu fui nomeado para analista no TRT do Mato Grosso.

Durante esse período de concursero, eu fiz concurso em 14 estados. E uma viagem muito ousada da minha parte foi a de Alagoas até Santa Catarina. Passei 56 horas no ônibus para fazer o concurso.

Uma vez eu fui fazer um concurso do TRT do Espírito Santo e lá aconteceram dois fatos bem engraçados. O primeiro foi que, depois que eu fiz a prova, para economizar eu peguei um ônibus até o hotel, depois eu fui caminhando até encontrar alguém para me ajudar, para eu perguntar como fazia para chegar no endereço que eu ia. Aí, na rua não tinha ninguém, pelo menos eu não ouvia ninguém falar. Tinha muito barulho de carro e era perto de uma rodovia, e aí eu simulei atravessar aquela rodovia, ouvindo a carreta tudo... Quando eu fui querendo atravessar, um cara gritou: "Não vai atravessar aí, não, ceguinho!" Eu respondi: "Não! Me ajude aqui, amigo!" Ele me ajudou, mesmo me rotulando assim – não importa – eu consegui atravessar.

Nesse mesmo dia, eu fui para a rodoviária pegar um ônibus para voltar, apareceu uma senhora querendo ajuda para viajar para o interior do Espírito

Santo e disse para mim, e para todo mundo que estava lá: “Olha, eu preciso ir e bebi todo o dinheiro”. Ela chegou por trás de mim e tocou no meu ombro, para pedir ajuda. Eu virei para ajudar e, quando ela viu que eu era cego, disse: “Você não precisa me ajudar. É mais fácil para mim conseguir dinheiro do que pra você”.

Cheguei em Campo Grande para ficar no hotel. E o rapaz da recepção, quando me viu, falou que eu não tinha reserva para duas pessoas. Eu disse que era apenas eu mesmo, a reserva era a de uma pessoa. E ele: “Como assim, você não está acompanhado?”, achando que eu não conseguia não ter alguém do meu lado.

Em Aracaju, o dono do hotel não queria me receber. O rapaz que entrou comigo era o rapaz do Uber, a levar as malas e já ia embora. O atendente disse que sem acompanhante eu não podia ficar. E falou assim: “Porque uma vez a pessoa deixou outra pessoa cega aqui e depois o hóspede não saía do quarto... E então, a gente não pode receber o senhor”. Eu disse, “Eu sou independente. Quero que você me mostre onde é o quarto e me diga só alguns pontos de referência”. Ele me levou no quarto, me mostrou as coisas. Depois, eu fiquei no hotel normalmente. Ele não falou mais nada.

A minha principal motivação para estudar foi a deficiência. Foi o pilar para eu me fortalecer. Pelas coisas que eu já tinha passado, escolhi o Direito, primeiro porque eu ia ter conhecimento dos meus direitos, pelo menos saber onde buscar. Porque a

gente não tem conhecimento de tudo, tem que saber onde buscar. E segundo, o interesse em fazer concurso público. Eu achava que, com um bom trabalho, um bom emprego, eu ia conseguir superar a deficiência.

Quando eu comecei no Mato Grosso do Sul foi bem tranquilo em relação à acessibilidade. A pessoa que era chefe dos Recursos Humanos era uma pessoa com deficiência física, então isso facilitou. Cheguei num ambiente preparado para mim.

Já no TRT do Mato Grosso, tive muitas dificuldades, porque, no começo, o PJe não era acessível. Os servidores não sabiam, não tinham a menor noção do que eu poderia fazer, do que sabia fazer. Mas com o passar do tempo, teve colaboração. Um amigo meu me ajudou muito, pois tem conhecimento de informática. E a minha chefe imediata também deu uma contribuição muito grande. Ela me ensinou os caminhos – porque, quando se trata de PJe, você tem que mostrar para a pessoa cega o caminho. Para usar o sistema, é como se você aprendesse a andar na rua. Para ajudar, você tem que ser uma pessoa sensível, que te explique assim.

Todos os papéis que já tive ao longo da carreira, todos eles serviram como degraus, experiências, porque nem toda chefia quer receber uma pessoa cega. Isso é fato. Você pode ser bom como amigo, mas para o trabalho, a pessoa já fica pensando: “Poxa, ele não vai ter a mesma produtividade mesmo, agilidade de uma pessoa comum”. Sabe também que a rapidez não é igual a de uma pessoa comum.

Mas você produz também. Se me perguntarem a

palavra que define tudo isso que eu já vivi, essa palavra é resiliência.

Em 2019, lá no TRT, eu estava na Comissão de Acessibilidade e fiz palestras em praticamente todos os setores do TRT. Eu tentava mostrar para eles como você deve lidar com a pessoa cega, como se dirigir a ela. Sempre quando encontrar nos corredores, falar: “Sou o fulano”. E sempre quando sair do espaço, comunicar sua saída, para que a gente não fale sozinho. Falei também da questão de nos infantilizar, que muitas vezes a pessoa inconscientemente faz. E faço isso tudo da forma mais bem-humorada que você puder imaginar. Eu pegava alguém para fazer a demonstração de como era a coisa correta. Faz diferença você mostrando ali, tem que ser pessoalmente. Pegar a pessoa ali, fazer o que essas pessoas fazem com você, mostrar. Por exemplo, você está andando na rua e a pessoa vem te ajudar e te puxa pela bengala, ou fala gritando... Conto também que acontece muito com as mulheres cegas e gestantes, e perguntam “quem é que fez isso com você?”.

Um dia, eu estava no ônibus. Era bem mais jovem, malhado. Aí, eu percebi uma moça olhando para mim. Ela começou a me olhar e, de repente, ela encostou um pouco a perna na minha. Eu pensei: “opa, a coisa tá ficando boa”. Eu olhei para ela e ela falou assim: “É uma pena...” Eu perguntei: “O quê?” “Você é um rapaz bonito desse jeito, sem ver...” E eu: “Moça, como assim? A deficiência está só na visão. O resto está tudo normal”.

Sabe, uma coisa que me deixa muito triste é eu

saber que você tá falando a meu respeito ou falando alguma coisa através de gestos, numa situação que eu não posso ver. Eu consigo perceber, já aconteceu uma situação assim no Tribunal e me doeu muito, no fundo da alma, porque é uma situação em que eu não posso me defender. As pessoas vão perguntar como é que eu tenho tanta certeza disso. E eu não posso me defender.

Levo essas coisinhas assim. Conto também as minhas histórias, porque o pessoal me perguntava coisas como: como é que eu faço para conhecer alguém, uma pessoa para namorar (na época eu era solteiro, hoje eu sou casado). Perguntavam como é que eu sabia que uma mulher era bonita. Eu dizia, a gente vai conversando e, com intimidade, você vai conhecendo a pessoa, tocando. As pessoas diziam que eu não podia casar com outra cega, porque alguém teria que dirigir.

Eu conheci a minha esposa, e ela também é cega. Foi através de um grupo de acessibilidade. Nos casamos há dois anos. Ela é de Minas, por isso que eu vim morar em Araguari. Ela é nutricionista, mas não exerce, é servidora do INSS.

As comissões de acessibilidade são importantes. Elas têm que existir. É através delas que a gente vem conquistando o espaço e o respeito. Mas a partir do trabalho da comissão, tem que ter o corpo a corpo. Porque nada vai interessar se tiver "A semana do autismo...", "O dia da pessoa com deficiência...", se não tem uma atividade prática no dia a dia, se a pessoas não passarem pela experiência, pela ideia da

rejeição. Porque muitas das vezes você me conhece pelo computador, pelo telefone. Muitas pessoas que vêm falar comigo pela primeira vez têm receio desse primeiro contato. Depois que ela ouve você, uns dois ou três minutos, aí é que ela se aproxima. Então, a comissão precisa fazer mais o trabalho corpo a corpo, de como as coisas funcionam face a face, para que as pessoas se aproximem.

Na luta contra a discriminação, eu sempre estou envolvido com coisas sociais. Isso já faz parte da minha trajetória, depois de ter conseguido o cargo de analista. Eu sou membro do Rotary aqui em Araguari e, sempre que posso, eu estou fazendo algum tipo de palestra, mostrando aos companheiros como lidar comigo.

Também, depois de certa idade, descobri aptidão para o atletismo. E estou correndo, vou participar de uma meia-maratona em agosto, em Florianópolis. São 21 quilômetros, sei que é muito difícil, mas eu quero. Estou treinando na academia. No final de semana eu estou sempre correndo, arrumando algum guia para correr comigo. A convivência com o pessoal do esporte traz um tipo de manifestação, de conscientização, porque os professores nunca lidaram com pessoas cegas. Estão tendo essa experiência comigo, então achei muito, muito válida essa participação.

Tem cegos que ficam aceitando o que o pai, a mãe, irmão, parente, falam, o que deve usar ou que não deve usar... Para mim é muito claro isso, porque só eu sei as dificuldades que eu passei e as minhas necessidades. Então é eu que decido se quero usar uma bengala

naquele momento ou se não quero. As necessidades de uma pessoa com visão são diferentes das minhas. Isso tem que ficar muito claro, a PcD tem que se impor. Lembra daquela música do Djavan “só eu sei as esquinas que passei, só eu sei”.

Tem algumas situações que são complicadas. A gente vai na base da raça. Por exemplo, a igreja que eu frequento não é sinalizada, não tem piso tátil. Aí, às vezes eu perco a noção do espaço. Até falei para o pastor, para a próxima reforma contemplar essa questão do piso tátil. Você vai nos passeios públicos, como um parque aqui em Araguari, um local que tem várias árvores... E colocaram o piso tátil junto com outro piso, que é uma espécie de mosaico, que é todo marcado. Aí, ele se mistura com o piso tátil e você não sabe o que é o piso e o que não é. Ficou tudo igual.

Os recursos digitais, na internet, não são dos melhores. Passagem aérea, eu não consigo comprar sozinho. Tem que alguém fazer para mim. Então, perde-se até o consumidor, muitas vezes por coisas simples de resolver. Eu também tenho uma coisa minha: quando chego no estabelecimento, por exemplo, no restaurante, eu vou na recepção, chamo o garçom e peço alguém para me acompanhar, para eu me servir. E ele passa de vez em quando para saber se eu quero mais alguma coisa.

Quando eu chamo Uber, tenho uma mensagem já pronta no celular. “Estou em frente ao endereço, tenho uma deficiência visual e estou com bengala”. Também é outra forma de acesso, porque tem cegos que não

TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

avisam, que não querem dizer que são cegos. Aí é pior, passa um vexame maior ainda.

E a gente tem que levar as coisas de maneira leve. Eu não vou ter vergonha, eu vou ter orgulho de ser cego. Sabe, eu tenho orgulho de ser cego, porque eu conquistei o que eu tenho dentro de uma adversidade, dentro de um cenário totalmente desfavorável.

E muitas vezes a gente é estímulo para muita gente. Eu digo para outras PcDs, que não vejam a dificuldade, que encarem com seriedade tudo aquilo a que se pretende. Tenha foco, tenha fé. Agradeça pelo que você tem e faça com dedicação, com amor. Vai cair? Vai. Mas se levante e parta para cima!



JOÃO CARLOS BAPTISTA JUNIOR

Data de Nascimento: 27/06/1974

Naturalidade: Porto Alegre – RS

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – TRT4

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 28/09/2009

Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária

Lotação: Conciliador – CEJUSC 2º Grau

Meu nome é João Carlos Baptista Junior, eu tenho 50 anos de idade. Sou uma pessoa branca, de cabelo castanho-escuro curto. Fui criado dentro de uma adversidade muito grande, tanto econômica como social.

Perdi meu pai muito cedo, eu tinha cinco anos de idade. Ele faleceu num atropelamento que ocorreu na minha frente, no ano de 1979, para ser mais exato. E me disseram: “É o seguinte, a partir de agora, você é o homem da família, o responsável por cuidar da sua mãe e do seu irmão”, um pensamento social natural daquele momento. Então, com cinco anos de idade eu recebi essa informação e carreguei isso para o resto da minha vida como uma obrigação. As palavras que me foram ditas naquele momento eu não esqueço, me definiram para todo o sempre. Palavras bastante simples: a partir de agora você deixou de ser criança.

Eu comecei a trabalhar aos nove anos de idade, eu tinha atividades que me traziam uma remuneração e eram necessárias. Cuidava do meu irmão menor, que tem dois anos a menos do que eu. A minha primeira carteira de trabalho eu fiz quando tinha 11 anos de idade, era o ano de 1987, antes da Constituição de 1988. E naquele período havia uma divergência sobre a questão do trabalho do menor, que foi regulamentado posteriormente. Então eu tive minha carteira de trabalho assinada com 11 anos.

Aos 13 anos aconteceu a segunda situação extremamente marcante na minha vida, e que também modelou o conceito de como eu vivo hoje. Eu morava

num bairro muito pobre e com conflito social enorme, tinha toda uma situação de risco social e eu estava inserido naquele contexto. Por algum motivo eu caí “nas graças” do dono, do patrão do morro e ele queria cuidar de mim. A partir daí eu comecei a ter uma espécie de desafio diário, vamos dizer assim, todo dia quando eu ia sair para o colégio tinha alguém esperando para brigar comigo, fisicamente mesmo, me desafiavam querendo o agrado do patrão do morro também. Essa situação perdurou por dois anos, foi um momento muito difícil na minha vida, mas que também me colocou algumas ideias que eu viria a seguir posteriormente. Eu não queria aquilo para mim. Eu tinha 13 anos e eu não queria acabar como, por exemplo, um amigo que eu tinha na época, que morreu do meu lado com um tiro.

E a minha reação foi negativa, eu resolvi parar de estudar, eu só queria trabalhar, ter meu dinheiro, ir para casa e dormir. Nunca me envolvi com crimes, assalto, furto, roubo, drogas, felizmente nunca me envolvi com nada disso, mas, aos 17 anos de idade, eu tive o terceiro momento que me marcou e moldou forte também a minha vida.

Eu trabalhava, à época, num serviço muito pesado, numa oficina mecânica e de chapeação. Então, eu chegava em casa e só fazia um prato de comida, gigantão, colocava na frente de uma televisão pequenininha que tinha na casa da minha mãe, que era próximo ali de onde eu morava e ligava a televisão sem som, eu não queria escutar a televisão, eu só queria ver uma imagem para fins de distração. Só que

nesse dia eu vi que tinha um monte de gente dançando e brincando, era uma filmagem meio do alto, meio aérea, de uma população grande brincando, fazendo alguma coisa e resolvi aumentar o som da televisão. E aí eu descobri: era carnaval. As pessoas estavam comemorando o carnaval, era uma filmagem na Bahia onde as pessoas estavam ali se divertindo.

E aí eu olhei para as minhas mãos, olhei para aquele prato de comida, que era só um arroz carreteiro, e disse para mim mesmo: “Cara, isso eu não quero mais. Eu não quero mais viver assim”. Eu trabalhava sempre de segunda a segunda, nunca tinha folga, nunca tinha férias, nunca tinha feriado, não parava nunca.

Com isso, ao completar 18 anos, eu fiz um supletivo para terminar o segundo grau, o atual ensino médio. E resolvi que queria fazer uma faculdade, qual faculdade eu ainda não sabia, mas eu queria fazer uma faculdade, porque se eu queria sair daquela situação, só tinha um caminho, o caminho do estudo.

Só que eu não tinha dinheiro para fazer um cursinho pré-vestibular, nem estudo bom o suficiente para fazer um vestibular, eu não tinha preparo. E aí, ganhei a primeira oportunidade enorme na minha vida, que foi num curso de pré-vestibular aqui em Porto Alegre.

Eu cheguei no cursinho e disse assim: “Olha, gente, eu preciso fazer o cursinho, a minha situação é essa, eu ganho tanto, vivo com tanto e só tenho tanto para pagar, vocês podem me ajudar?” Na época,

o diretor do cursinho, que hoje, inclusive, é um juiz aposentado do Tribunal da 4ª Região, Carlos Alberto Zogbi Lontra, me escutou e, mais do que isso, me deu uma primeira oportunidade real de vida, me deu uma bolsa integral do curso extensivo, que tem duração de um ano, que é caríssimo, e me deu todo o material. Foi a oportunidade de ouro da minha vida. E, casualmente, nessa época a PUCRS estava trabalhando a questão da filantropia, estipularam bolsas para quem ficasse em primeiro, segundo e terceiro lugar. Eu peguei aquela oportunidade de ouro que o Lontra me deu e estudei muito. Eu trabalhava a noite inteira, virava a noite trabalhando, ia de manhã para o cursinho e estudava no cursinho, depois eu ia para casa, me alimentava, dormia um pouquinho e ia trabalhar de novo.

E eu acabei ficando em segundo lugar, eu conquistei uma bolsa, não foi nem desconto, foi uma bolsa mesmo, de 75% da mensalidade para o curso de Ciências Jurídicas e Sociais onde eu me formei.

No ano de 1999, passei no concurso da Caixa Econômica Federal, um excelente concurso, só que a minha lotação era na cidade de Novo Hamburgo, a uma distância relativamente grande de Porto Alegre. Então eu levantava às cinco horas da manhã, saía cinco e pouquinho de casa e ia até Novo Hamburgo, trabalhava, voltava e ia para a aula de noite. E assim eu fiz toda a graduação. Só que efetivamente eu não conseguia conciliar as duas coisas, eu chegava atrasado, muito cansado. Eu tinha todo um problema e pensei: “eu não vou cometer o mesmo erro que eu cometi lá,

quando eu tinha 13, 14 anos de idade”.

Decidi pedir demissão da Caixa Econômica Federal, que não conseguia me transferir, e priorizei o meu curso de formação em Direito. Mas eu tinha que pagar os outros 25% da mensalidade, então eu voltei a trabalhar em obras, fazia bicos em alguns escritórios como estagiário, trabalhava nas cafeterias aqui do centro de Porto Alegre, fazia limpeza etc. Eu trabalhava só para pagar a faculdade, não tinha nem dinheiro para o cafezinho. Eu saía do curso mais de onze da noite e ia à pé para casa, levava meia hora caminhando, nesse período eu fui várias vezes assaltado e, se estava chovendo ou frio, era irrelevante. O meu único objetivo era me formar. Eu me formei em 2005.

Nesse período eu já estava casado com minha esposa, nós tínhamos dinheiro só para fazer o pagamento daqueles 25% da última mensalidade. E desse dinheiro sobrou exatamente o valor para tomar um chopp, não dois, só um, era tudo que eu tinha. Aí levei minha esposa para um local ali que tinha um chopinho e pedi um. Aí o garçom perguntou: “Não quer dois?”, e eu disse: “Não, nós vamos dividir, só tem dinheiro para um”. Ele me olhou e disse: “Cara, eu vou te trazer dois chopes”. E trouxe mesmo, um para mim e um para minha esposa. Ela ficou no meu lado nesse momento difícil, ela era professora e segurava as pontas, conta de água, de luz.

Passar por algumas dificuldades, como as adaptações que eu estou passando hoje, sempre fez parte da minha vida.

No ano de 2006 minha mulher ficou grávida. Eu já estava advogando, mas não tinha uma prospecção de renda. Então fiz o concurso, levei uns dois aninhos para ser nomeado.

Com a nomeação, passei a ter uma tranquilidade muito maior, principalmente no aspecto econômico, eu devo muito ao Tribunal por isso, devo muito mesmo. Graças ao Tribunal hoje eu tenho uma vida boa, estável, o que foi fundamental quando tive meu problema.

Então, no ano de 2022 eu tive um AVC, uma embolia pulmonar, lesões nas Cs e nas Ls, tudo ao mesmo tempo. Quando eu entrei no hospital, eu já tinha perdido o movimento do braço direito, da perna direita, estava com uma dificuldade de visão muito grande, de audição também e não conseguia falar. Tudo isso foi ao mesmo tempo, no mesmo dia, no mesmo evento. Aí o médico chegou e disse para minha esposa: “Vamos entubar ele, mas eu não sei se ele acorda”. Ele falou bem assim. E eu olhei para ele, foi uma comunicação visual, e movimentei o braço dizendo “não”. Ele me olhou no fundo dos olhos e me disse: “João, se eu não te sedar, vai doer”. E eu pensei: “Olha, eu já superei muitas dores, essa eu vou aguentar também”. Então eu fiz um sinal de legal, dizendo “eu te entendi e aceito”. E de fato eu fiquei três dias acordado, porque eu não conseguia dormir de tão dolorosa que era a medicação, alguns remédios injetáveis que eram muito dolorosos, como, por exemplo, uma medicação que era feita na barriga. A dor é semelhante àquelas injeções de Benzetacil e essa injeção era de hora em

hora. A medicação era emergencial para tentar desfazer os coágulos que eu tinha.

Fiquei sete dias na UTI, depois fui para o quarto. Naquele momento eu perdi tudo, a fala, os movimentos, perdi capacidades, inclusive de raciocínio, porque eu estava com a oxigenação muito ruim, eu parecia embriagado. Eu tive 75% dos pulmões comprometidos.

Foi bem grave, a possibilidade de óbito era muito alta. Porém, mesmo não conseguindo falar ou me movimentar, eu ainda conseguia pensar e aí eu pensava no meu passado, nas dificuldades e dores do passado, para me convencer de que podia superar. A dor física nunca me preocupou, o que eu não queria era arriscar literalmente não acordar. Isso sim. Porque eu tinha minha filha, minha história, e não queria colocar isso em risco.

Com o AVC, eu passei a ter uma limitação muito grande. Foi difícil. Então, depois que eu vim para casa, e com o apoio dos maravilhosos colegas do Tribunal de Gramado, comecei a fazer fisioterapia. Em 2023, depois de alguns tratamentos com medicações mais intensas e de algumas fisioterapias, concluíram que algo não estava bem, porque eu não compreendia as pessoas à minha volta e tinha dores como se eu estivesse enfiando uma agulha dentro do ouvido, intensas. Me encaminharam para o otorrino e nós fizemos diversos exames. Foi constatado que eu fiquei com uma perda de 90% no ouvido direito e uma perda em torno de 60% no ouvido esquerdo, então eu escuto com aparelhos.

Mas o problema é que eu não consigo interpretar os sons, é uma dificuldade de interpretação.

Por conta disso tudo eu passei a ter uma vida quase antissocial, como eu costumo brincar com meus amigos. Coisas simples para mim, que antes eu fazia no meu cotidiano, como fazer uma trilha, hoje é impossível, também não consigo correr.

Hoje, após alguns tratamentos, eu tenho movimento na mão direita e consigo erguer o braço quase 90 graus. O movimento de pinça com o dedo fica um pouco prejudicado, mas eu tenho força, então eu consigo manusear o mouse, clicar, só que não uso o indicador. Na mão esquerda, eu tenho 100% do movimento, então ela vem me salvando de alguns acidentes, especialmente os domésticos.

Na minha residência, todos os utensílios de cozinha que antes estavam em prateleiras mais altas, a minha filha me ajudou a reorganizar para prateleiras baixas onde eu não preciso fazer movimentos superiores a 90 graus para pegar qualquer coisa, um prato, um copo.

Eu não consigo mais ir num barzinho com música ao vivo, não consigo diferenciar o que é uma conversa e o que é o som da música e tudo vira um barulho só na minha cabeça. Eu realmente não me sinto bem e, por vezes, tenho dores nos ouvidos.

O meu aparelho auditivo é uma espécie de tubo, às vezes também é dolorido, num dia de muito calor, a gente sua, mas o aparelho não é à prova d'água, ou seja, não é à prova de suor. O custo deste aparelho é

de 25 mil reais. E nós não temos nenhum tipo de apoio institucional, por exemplo, para a aquisição desses aparelhos. Então, para que eu pudesse ter uma melhor qualidade de vida, eu brinco que fiz um carnezinho, a longo prazo.

Teve um dia que eu quis fazer um café para mim, no fogão. Aqueci a água, fui me servir e virei aquela água quente, queimei os dedos, a mão, me machuquei feio, a ponto de levantar bolhas na pele. Esse dia foi muito difícil. Eu pensava: “eu não consigo pegar uma xícara de café, como é que eu vou operar um computador?” Hoje estou trabalhando, na verdade, para me reconectar comigo mesmo, para reaprender o que fazer a partir de agora, então eu ainda estou numa fase de aprendizado.

Acabei vindo para Porto Alegre mais por necessidade médica, eu ainda estava em tratamento. Um dos caminhos que eu descobri para fazer essa mudança foi um curso de atualização de conciliador e mediador, do Tribunal, foram nove meses de curso. Então, durante todo esse período, eu ia e vinha de Gramado, acompanhei a mudança da minha família para cá, e ainda fazendo exames e todos esses tratamentos, tudo junto ao mesmo tempo. Foi bem difícil, me exigiu muito fisicamente.

No Tribunal, eu tenho um apoio excepcional dos meus colegas, do meu atual diretor de secretaria. Eu coloquei para eles as minhas necessidades e, de pronto, todos me deram todas as condições que eu precisava e queria. O meu atual diretor, o Marcos, me disse: “João,

escolhe como quer fazer e eu te dou todos os recursos”. Mas justamente porque as audiências em que eu sou conciliador são virtuais, se fossem audiências presenciais, eu teria muito mais dificuldade.

Às vezes eu sinto vergonha de pedir ajuda, é um fato. No dia a dia eu tenho um desafio simples, que é botar a roupa. Então, eu coloco a roupa esticada na cama, me deito, e a partir dali eu me visto. Eu superei essa fase desta forma, não é impossível me vestir, mas demanda muito mais tempo. Cortar as unhas, fazer a barba.

A dor nasce a partir de excesso de movimento, então dependendo do dia, da situação, eu sinto mais dor ou menos dor, mas passei a conviver com ela como algo regular, ela me acompanha todos os dias em todos os momentos. Otite agora também é regular, eu tenho por conta do aparelho, porque eu ainda não me adaptei muito bem.

O objetivo é seguir minha vida o mais regularmente possível. Persistência é a alma da vida. A gente tem que insistir, tem que continuar. Eu tenho que continuar por mim, para minha autoestima, para minha saúde mental, para minha saúde física.

E viver em sociedade é isso, é nós todos nos abraçarmos, eu confio muito nesse conceito e, para fazer isso, nada é mais necessário do que a inclusão. Então, a reserva de vagas para PcDs, por exemplo, eu acho essencial, todo o sistema deveria ter essa visão e essa cooperação, e nada mais natural, nada mais importante do que o próprio sistema público

reconhecer isso na sua legislação, nos editais. Eu nem colocaria isso como uma faculdade, colocaria como uma obrigatoriedade.

Eu tive a oportunidade, por conta do meu mestrado, de estudar o conceito de inclusão social na Argentina, no Chile, na Bolívia, na Espanha, e fiz até algum estudo de Direito comparado de alguns países. E efetivamente a inclusão é obrigatória em todos os países que querem se integrar como sociedade e se desenvolver. A pessoa que tem algum tipo de deficiência ela pode ser produtiva, ser integrada. Isso é positivo para todo mundo.

A minha função é servir ao público, ou seja, quando me é dada uma demanda, um processo que eu tenho que estudar, eu não vejo aquilo como número, eu vejo como pessoas, como seres humanos, expectativas de vida. E na Justiça do Trabalho eu vejo muitos colegas com essa mesma visão. Fazer parte disso, por si só, eu já considero bastante positivo. Eu venho encontrando essa visão social na Justiça do Trabalho há bastante tempo, não só agora que eu precisei. Então, quem tiver interesse em ingressar no serviço público vai encontrar na Justiça do Trabalho um ambiente acolhedor.



GLACIANE MARIA GOMES

Data de Nascimento: 28/10/1975

Naturalidade: Porto Alegre

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – TRT4

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 11/10/2007

Cargo: Técnica Judiciária – Secretária de Audiência

Lotação: 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo

Eu sou a Glaciane. Tenho pele clara, olhos verdes, cabelo claro um pouco acima do ombro, ondulado e uso óculos de armação dourada.

Sou de Porto Alegre e fui para o TRT4 em 2017, inicialmente em Montenegro. Fiquei um ano lá na vara do trabalho de Montenegro, sempre trabalhando no primeiro grau, em secretarias em varas do trabalho. Depois eu vim para Canoas, trabalhei dez anos aqui pertinho de casa, no foro de Canoas. Mais tarde, desenvolvi outra atividade na terceira vara de Sapiranga.

Moro com os meus dois filhos, os dois estão na fase de faculdade. O meu filho está trabalhando presencialmente e a minha filha trabalha com mídias sociais, numa agência de publicidade. Ela está trabalhando em *home office* hoje. A gente se ajuda. O apartamento é pequeno, mas a gente consegue conviver juntos, trabalhar todos juntos, estudar juntos.

Embora eu tenha deficiência auditiva bilateral, otosclerose por condução (não é neurosensorial), eu desenvolvi a fala antes de perder a audição. Então muitas pessoas ficam surpresas ao saber que eu tenho perda profunda já. Porque a otosclerose é progressiva. Começa como uma deficiência leve. Eu tive essa deficiência diagnosticada quando eu tinha 14, 15 anos. Depois, passou a moderada, severa e, hoje, já está em profunda. Mas eu desenvolvi a fala antes de perder. Eu falo bastante, gosto da área da comunicação.

Eu percebo (e também lendo a respeito), que tem algumas palavras – que não são palavras lá da

infância, ou sentenças que a gente ouviu – que são coisas novas. Quando você não tem uma entrada perfeita, digo, em boas condições (perfeito nunca é) ou condições normais, você também não armazena esse som com a mesma qualidade. Então, embora eu fale sem dificuldade, eu percebo que tenho esquecido de algumas pronúncias, a escrita de algumas palavras. E daqui para frente eu sei que vai ser cada vez mais difícil. Então, às vezes eu tenho que pensar duas vezes para poder lembrar qual a palavra e como se escreve.

Eu tinha em torno de 14 anos quando caiu a ficha de que o problema era eu. Porque eu chegava em casa e dizia: “Como as pessoas falam baixo.... Por que as pessoas falam tão baixo?”.

Comecei a trabalhar muito cedo. Um pouquinho antes dos 15 anos, eu já trabalhava com atendimento ao público num cartório – o primeiro cartório aqui de Canoas. Eu chegava em casa sempre reclamando: “Mãe, eu não entendo, as pessoas falam baixo demais”. Eu reclamava inclusive para o oficial, para o gestor na época. Ele dizia: “Não, não é tanto assim...” Aí foi quando eu fiz a primeira audiometria, que já apresentou uma deficiência leve.

Mas até usar o primeiro par de aparelhos e ser diagnosticada com otosclerose, eu já tinha 19 anos. Foi quando eu consegui comprar – meus pais não tinham condições – um aparelho auditivo, já na época em que foi diagnosticada a perda da audição. Adquiri um e só depois de um tempo consegui adquirir o outro.

Sou defensora do uso da tecnologia. Como

avançou essa tecnologia nessa área! A ciência tem avançado, a medicina tem avançado muito de lá para cá. Eu procuro explorar ao máximo o uso do aparelho auditivo. Houve um período em que não era possível. Quando os aparelhos eram analógicos, não era possível nem o uso do telefone, porque não se entendia, porque ele simplesmente ampliava o som, só aumentava o som, então todos os outros sons também. A fala era muito difícil de entender. Hoje, esses novos aparelhos digitais estão sendo aprimorados a cada ano.

Não lembro de ter tido conflitos na adolescência, de alguma ocorrência de isolamento. Eu sempre fui muito de participar de esportes, de ir além. Até acho que essa é uma das características das pessoas que têm deficiências: procurar se superar.

Já no mercado de trabalho foi onde realmente eu percebi as dificuldades, as barreiras de comunicação. De relacionamento, também, porque você tem um *delay* para ouvir, interpretar. Porque você não está ouvindo a sentença completamente. Essas barreiras de comunicação eu fui perceber muito mais no mercado de trabalho e nas relações interpessoais, entre os amigos. A gente acaba evitando locais com muito ruído, grupos muito grandes, é natural que a gente acabe evitando. Porque você não consegue ouvir na mesma velocidade. Por mais que você tenha a tecnologia e o uso do aparelho.

Tento fazer leitura labial, mas confesso que sou muito dependente do aparelho auditivo. A minha leitura é muito deficiente, em razão de eu usar aparelho há

muito tempo. Mas eu fui perceber isso de fato na fase adulta. Eu trabalhava na área comercial de uma grande multinacional aqui no Sul, antes de optar por estudar para concurso público. Esta foi uma opção, na verdade, muito consciente, foi porque me vi perdendo trabalho na área comercial por não ouvir representantes comerciais, vendedores – todos muito ávidos com seus telefones, tratando com os clientes –, e eu fui ficando para trás. Eu já tinha os meus filhos quando comecei a estudar, a me dedicar para o concurso público. Foi assim que eu ingressei no TRT4.

Minha formação é em administração e iniciei uma pós em terapia familiar que acabei não concluindo, e um dos motivos foi a dificuldade auditiva. Mas acabei optando pelo concurso público, muito feliz e agradecida, porque eu entrei neste Tribunal que me apoiou, que me acolhe, que acolhe a minha deficiência. A gente consegue trabalhar numa sala de audiência, apesar de já estar numa fase de deficiência profunda.

A primeira juíza que aceitou trabalhar na sala de audiência comigo foi inesquecível, uma mulher de visão e que acreditou no meu potencial, na minha capacidade de desenvolver um bom trabalho na sala de audiência, que foi a Doutora Simone Oliveira Paes, aqui do nosso Tribunal. Quando me ofereci, eu já falei para ela: “Eu tenho deficiência e uso o aparelho, mas eu sou rápida, organizada, datilografo”, sou da época do curso de datilografia. Então, houve compensações. Ela ficava com a cadeira do meu lado, era incrível. As pessoas achavam estranho isso na sala de audiência. A

juíza não usava a tela dela, ela via a ata na tela do meu computador.

Ela tem uma dicção boa, falava alto. Eu não precisava nem do aparelho, do mini-mic, para ouvi-la. Então, como houve, e há, essas pessoas que incentivam, que acreditam que você pode desenvolver um trabalho satisfatório – porque esse é o nosso desejo como profissional – tem aquelas pessoas que acham que não é possível, que você não é capaz. Isso é natural do ser humano. O nosso Tribunal aqui, ele investe muito na conscientização. Eventualmente tem seminários, palestras, eventos, capacitação, para que haja essa conscientização.

Quando vi o edital do Projeto Memórias, foi com essa intenção de quebra de paradigma, de conscientização. Me inscrevi e vislumbrei a minha participação nesse projeto também, para que houvesse justamente essa conscientização, cada vez mais, que isso seja ampliado nos órgãos públicos e na esfera privada, de que o deficiente, assim como as pessoas atípicas, ou típicas, não há ninguém igual ao outro. Todos nós somos diferentes em muitos aspectos. Não é só a carga, não é só o teu aprendizado, o teu aprimoramento profissional, como você se capacitou... Nós somos muito diferentes. E trabalhar essas diferenças, saber aproveitar o potencial, a disponibilidade, o desejo das pessoas de desenvolverem um bom trabalho, foi por isso que eu resolvi participar deste projeto. Porque, normalmente, em sala de audiência, um dos primeiros quesitos para

ser secretário é ouvir.

Hoje melhorou muito a rapidez do nosso trabalho. Lá na minha secretaria, o juiz com quem eu trabalho aceita trabalhar com o Escriba. O Escriba foi desenvolvido pela TI aqui do nosso Tribunal para funcionar dentro do Aud, o sistema que a gente usa para audiência, que na verdade é uma extensão do Google Docs, que é a digitação por voz.

Além disso, a motivação. Primeiro, porque eu vejo que é na sala de audiência que o processo ganha vida. Você tem muito acesso ali a informações, a dados, a documentos. E, assim como a fala, o papel aceita tudo. Então, a prova oral, para mim, que gosto de comunicação, é de ver essa sensibilidade, essa percepção que, especialmente nós – que temos a surdez, que temos a deficiência auditiva – a gente tem o poder de percepção aguçado, porque a gente desenvolve exatamente outros sensores (a visão, a maneira como a pessoa está falando, a condução das perguntas da fala). Enfim, tudo isso ganha vida numa sala de audiência e eu gosto muito da comunicação. Eu gosto muito de sala de audiência por causa dessa interação.

Por mais que, quase sempre, eu tenha que explicar para alguém na sala de audiência: “Doutor, não se dirija a mim, fale com o juiz porque eu não vou lhe ouvir”, ou quando eles pedem algo de forma simultânea à fala das partes, ou quando o juiz está falando. Todas as vezes eu tenho que explicar. Apesar de tudo isso, eu gosto dessa interação da sala de audiência. Ela é muito

atrativa para mim, porque eu gosto de ver as pessoas se desenvolvendo, se comunicando, e ali vai ganhando vida algo que até então era só papel. Aliás, nem papel, porque hoje é tudo eletrônico, não tem a vida que tem a sala de audiência.

Então, foi isso que me permitiu o enfrentamento. E também – não vou negar – que eu vim da formação acadêmica da Administração e, por ter trabalhado em empresas muito preocupadas com a qualidade total, daquela época da implementação do ISO, de números, de questões relacionadas à produtividade, da administração mesmo. Eu não penso o Direito como um advogado, ou como pensam alguns colegas que são analistas, ou mesmo o juiz. Eu procuro desenvolver, dentro do Direito, todo o meu potencial administrativo. Então, eu via um potencial grande. É um orgulho para mim, mesmo com a perda auditiva, trabalhar, fazer o meu trabalho em dia, desde que entra o processo até quando sai a sentença.

Fora do ambiente de trabalho, eu lembro especialmente de uma situação. No trem, uma mulher de meia idade chegou para mim e disse: “Nossa, tão nova, que pena...” Ela falou assim, ficou impressionada de ver. Eu até acho bacana quando as pessoas vêm falar, porque é a oportunidade que você tem de tirar o aparelho, de mostrar e dizer: “Olha, assim como você usa os óculos, assim como você precisa dos óculos, outras pessoas precisam de um apoio, de algo que permita uma mobilidade”. Enfim, é um ajuste, eu preciso do aparelho auditivo para ouvir melhor. Porque

antigamente a perda auditiva estava associada à perda cognitiva, então, as pessoas tratavam o surdo como se o problema fosse unicamente neurológico.

Em família, vejo que os meus filhos, que são mais diretamente ligados a mim, no que diz respeito à deficiência e de como eu posso impactar outras pessoas, eles ficam orgulhosos por ver que a mãe tem a deficiência, mas não se limita e procura fazer sempre melhor. E eu sou muito incentivadora para que eles busquem também, que se desenvolvam nas suas áreas, fazendo aquilo que gostam.

As pessoas trazem, na sua bagagem cultural e na sua formação, muitos preconceitos. Então, no início, quando eu falei que ia trabalhar numa sala de audiência, as pessoas próximas da família não me incentivaram, não falaram assim: “Ah, que bacana!” Pelo contrário.

Porque é o que eu sempre falo: a nossa deficiência auditiva é invisível, ela não sangra, não é algo aparente. Eu tenho as orelhas. Então, é uma deficiência invisível, especialmente porque desenvolvi bem a fala. Por isso, as pessoas têm muita dificuldade de aceitar que eu tenho deficiência. E inúmeras vezes a gente vê que, em alguns ambientes – e eu passei por isso no início no meu trabalho – eu tive colegas que, sem querer, acabam fazendo “testes de audiometria” dentro do ambiente. Aquela coisa de “vou falar baixinho para ver se ela vai ouvir”, e diminuindo a voz. A gente percebe isso, você percebe quando a pessoa quer se fazer ouvir e quando ela, na verdade, está testando o quanto você

ouve.

Se eu pudesse dar um recado para a Glaciane lá da adolescência, que ouviu a notícia de que a deficiência que ela tinha seria progressiva, que iria piorar, eu diria: “Não tenha medo, siga em frente, siga buscando se desenvolver. Assim, sem ouvir o que as pessoas à volta estão desencorajando ou falando a respeito (você já não ouve mesmo...). Mas que continue buscando o teu crescimento, teu desenvolvimento, continue buscando”.

Eu fui muito confiante. A audição continua caindo. Eu fiz uma audiometria e vi que piorou um pouquinho – claro que numa escala muito menor do que antes, porque está relacionado à otosclerose e questões hormonais. E as oscilações hormonais estão muito mais presentes na vida das mulheres.

Mas eu sou muito confiante de que, assim como a audição vem caindo e a deficiência aumentando, a tecnologia vem melhorando, a ciência vai avançando. A medicina tem avançado nessa área. Hoje a gente ouve, sabe de outros meios que estão sendo implantados, de outros tipos de cirurgia... Quer dizer, ao mesmo tempo em que as coisas, que o futuro pode ser desanimador, ele não o é em razão dessas tecnologias. E também da consciência das pessoas, que tem avançado. As pessoas estão mais abertas. Hoje, há uma aceitação. Para várias outras síndromes, outras questões, outras deficiências, as pessoas estão mais abertas. As redes sociais contribuíram muito para isso, para que houvesse essa aceitação.

Então eu diria para a Glaciane do passado que

TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

não tenha medo. Segue firme buscando teus sonhos,
buscando o crescimento profissional e pessoal.



ADRIANO CELESTINO RIBEIRO BARROS

Data de Nascimento: 03/12/1976

Naturalidade: Salvador – BA

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – TRT15

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 25/05/2015

Cargo: Técnico Judiciário

Lotação: 1ª Seção de Apoio à Assessoria de Execução de
Campinas

Meu nome é Adriano Celestino Ribeiro Barros, eu sou de Salvador, sou branco e de cabelo curto. Passei no concurso aqui e tomei posse em 25 de maio de 2015. Já tem nove anos. E sou o primeiro autista diagnosticado e reconhecido no TRT15.

Fui advogado durante 9 anos e agora sou servidor, eu tenho essa visão dupla de como funciona o outro lado e como funciona dentro. Acho que é uma visão mais completa. Eu nunca fiz um curso de gestão, e estou contribuindo para mudar a gestão da Justiça em nível nacional, isso para mim é uma honra muito grande.

Minha paixão é o Direito. Eu fiz dois anos de Ciências Sociais antes de buscar o curso, queria um conhecimento com que eu pudesse mudar a realidade, e o Direito me fez mudar a vida de inúmeras pessoas nos casos que eu peguei no passado. Acho que é o que a pessoa nasceu para ser, o que ela quer e pode oferecer para a sociedade. É isso, eu estou oferecendo o meu melhor.

No início foi difícil para me adaptar, demorou, porque eu era muito criativo. Eu tive que mudar a minha forma de trabalhar para uma coisa mais padronizada, não criar tanto, as pessoas não entendiam as características do autismo, não me entendiam como pessoa, e por ser o primeiro autista tive mais dificuldade ainda. Só foram me compreender do meio do filme para o final, e eu só pude realmente mostrar meu talento quando vim para casa. Eu tive muita dificuldade no Tribunal quando entrei, eu nunca

tinha trabalhado no presencial, sofri muito, minha criatividade estava apagada. Aí veio a pandemia. Na pandemia, todo mundo foi para casa. Inclusive eu. E de lá para cá, nunca mais voltei.

Eu já tinha criado o ConJudEs, sobre conciliação, em 2017 para 2018, mas quando eu fui para casa é que minha criatividade voltou. O peixe não precisa da água? O autista precisa do teletrabalho, se você tirou o autista do teletrabalho, você simplesmente anulou a pessoa. Anulou a criatividade, anulou como ser humano, anulou tudo. A inteligência, a criatividade do ser humano é um tesouro, e se você tirar isso do ser humano... acabou. Quando a minha criatividade voltou, na realidade, desde o início de 2020, o meu trabalho se tornou um grande laboratório. Eu consegui fazer a gestão inteligente, que é um diferencial que está sendo materializado em parceria com o TRT23. O Marcelo Kobayashi abraçou meus projetos quando chegaram na mão dele, ele foi o primeiro para quem mostrei, e ele disse: "Adriano você fez a inovação".

Aquilo para mim... eu tinha sido validado por uma pessoa em quem eu confiava, que me entendia. Depois disso eu comecei a desenvolver, aí chegou nas Boas Práticas do TRT15. Ganhei até uma plaquinha de honra ao mérito funcional.

Eu não tenho dúvida que o autismo me ajudou a chegar nisso. Einstein fala assim: "Insanidade é querer resultados diferentes sempre fazendo a mesma coisa". E ele fez o conceito do efeito manada da Psicologia, de que todo mundo hoje em dia faz tudo igual. Sem

diversidade, a inovação é impossível. Todo mundo vai fazer sempre a mesma coisa, os resultados sempre são os mesmos, nunca vai ter um salto de evolução na sociedade, na humanidade.

E eu tô aqui para isso. Já teve artigo meu, como advogado, que escrevi em 2009 e acabou na universidade lá em Portugal. Em 2015, ele foi selecionado na revista do TST como essencial para a justiça brasileira, você se emociona com uma coisa dessa. Agora tô fazendo projetos em que a mudança é muito mais rápida, é um efeito muito mais profundo.

Uma coisa que eu acho que tenho talento é para o empirismo, que é você ver a prática. Você não inova no laboratório, dentro do laboratório de inovação, você não consegue. Inovar você só consegue dentro, olhando as pessoas de TI, o que é a dificuldade de uma secretaria. As pessoas de inovação têm que descer e olhar, não adianta ficar lá em cima. É importante montar uma equipe e ficar olhando o que é que está acontecendo. Você só muda o que você consegue enxergar.

Agora, por exemplo, eu dei uma sugestão e vão acatar aqui, que é a Linguagem Resumo. Logo na frente, em negrito, destacar o que é para a pessoa fazer. Às vezes tem que ler o processo, a minuta inteira, e interpretar para fazer o próximo passo. As pessoas fora da área jurídica não compreendem.

Os gestores que eu peguei são muito humanos agora. Também a equipe é tranquila. E eu acho que depois que você começa a se sobressair mais, facilita.

Ter pessoas boas do lado, ao seu redor, que acolhem, é a partir dessa base que você consegue ver o que é que você nasceu para ser. Qual o seu dom, com o que é que você pode contribuir para a sociedade, de melhor. E a partir daí o mundo, o universo, conspira tudo a favor, porque você se dedica. Pode demorar, como meu caso demorou, mas você vai chegar lá.

Eu tinha encontrado minha vocação na advocacia, mas eu não sabia cobrar as pessoas, eu tinha essa dificuldade, eu acho que é do autismo isso. Mas teve uma hora, quando o dinheiro pesou, que eu tive que fazer concurso. E aí eu me descobri, depois de que eu já estava atento no meio da estrada, aí eu pude criar e mostrar o meu talento. Se você não acreditar em você, ninguém vai acreditar.

Antigamente, quando eu fui o primeiro aqui, só tinha mato. Então imagina a dificuldade que foi, mas pela minha capacidade criativa, pela minha capacidade de resistência, hoje em dia tem estradas. Eu soube que vários já foram diagnosticados aqui. Ser o primeiro é um marco para mim. Agora a pujança está muito grande, graças a Deus. Então é uma luta em que eu não estou mais sozinho, agora tem muita gente nessa linha de frente. Uma sociedade mais diversa, mais inclusiva, mais humana. Com muito mais pertencimento também. Como as pessoas hoje em dia me entenderem, por exemplo, eu dar uma sugestão para o chefe e ele acatar. Estamos doando nosso talento para o mundo, é assim que eu me sinto.



DÉBORA PEREIRA DOS SANTOS

Data de nascimento: 14/03/1977

Naturalidade: Itabuna - BA

Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT5

Data de ingresso na Justiça do Trabalho: 04/02/2004

Cargo: Analista Judiciária - Assistente de Juiz

Lotação: 1ª Vara do Trabalho de Itabuna

Sou Débora Pereira dos Santos, uma mulher de 47 anos, branca, cabelos lisos castanho-escuros. Sou casada há 24 anos e tenho dois filhos, Afonso e Alice. Formada em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz, que fica aqui na cidade de Ilhéus, pertinho de Itabuna. Entrei no Tribunal Regional do Trabalho no mesmo ano em que me formei, 2004.

Colei grau no dia 31 de janeiro de 2004 e fui empossada no Tribunal Regional do Trabalho dia 9 de fevereiro de 2004. Costumo brincar que fiquei só nove dias desempregada. A melhor visão que tive na minha vida foi, na época da faculdade, já começar a fazer os concursos públicos que surgiam na minha frente. Não sabia nem o que significava TRT, saí fazendo concurso. Por conta da minha deficiência física, já sabia que eu ia ter muita dificuldade para advogar. Então, ou fazia um concurso, ou não saberia o que fazer depois de formada. No TRT da 5ª Região fui logo chamada como técnica. Em 2008, fiz para analista e, graças a Deus, passei e continuo na mesma cidade onde tomei posse.

Quando adolescente, morei por quatro anos no Amazonas, dos 11 aos 16 anos. Em razão do acidente automobilístico que sofri, tive que morar em São Paulo por dois anos. Depois, retornei para Itabuna, e foi então que entrei na faculdade e fiz o meu curso de Direito, e na Justiça.

Minha deficiência aconteceu em razão de um acidente automobilístico. Eu tinha 19 anos, ia de Porto Seguro para Itabuna, numa Quarta-Feira de Cinzas, eram mais ou menos nove horas da manhã. Estavam

meu padrasto, que era o motorista, minha mãe, eu, meu irmão e um ex-namorado meu — como eu já tinha 19 anos, ele foi nessa viagem com a gente. Na estrada, meu padrasto perdeu o controle do carro, nós rodopiamos na pista e batemos contra uma carreta. Com o impacto eu fui jogada para fora do carro. Meu padrasto faleceu no momento do acidente. Minha mãe ficou com algumas sequelas, meu irmão e meu ex-namorado também. Com esse acidente, fracturei a coluna na torácica 10 e 11. Perdi parte dos movimentos dos membros inferiores. Fiquei internada durante um mês no hospital aqui de Itabuna, aguardando uma vaga no Sarah Kubitschek de Brasília, porque, na época – isso foi em 1997 – minha cidade não tinha estrutura para fazer operação de fixação da coluna. Fui operada no Sarah Kubitschek. Fiquei internada durante oito meses, mais ou menos, para aguardar o tempo da cirurgia, as fisioterapias e todo aquele pós-cirúrgico, de adaptação de uma deficiência. Fiquei mais ou menos seis meses depois da operação na cadeira de rodas.

Conforme fui fazendo fisioterapias, eu insistentemente pedia ao meu fisioterapeuta que me desse um andador, uma muleta, porque eu não me via ali sentada, sempre tive uma vida muito ativa. Na época foi um sofrimento, mas com muita fisioterapia fui ganhando um pouquinho de movimento na parte inferior. Hoje, me locomovo com duas muletas canadenses. Não consigo me movimentar sem essas muletas porque, embora eu tenha ganhado um pouco de força nos membros inferiores, não tenho equilíbrio

suficiente para caminhar sem a ajuda delas. Mas, para mim, foi um grande avanço, me deu mobilidade, consegui com ajuda da minha mãe, principalmente, do meu pai e, depois, do meu marido. Eu consigo me locomover com veículo adaptado, fazer algumas coisas sozinha na minha cidade, levar meus filhos à escola e trabalhar. Então isso me deu uma liberdade nas minhas atividades diárias.

Minha mãe, com o acidente, teve muita dificuldade em prosseguir com a vida, no sentido mesmo de criar eu e meus dois irmãos. Por isso, a gente se mudou para São Paulo, porque lá tinha uma rede de família que deu um suporte para a gente depois que eu saí do Sara. Ela começou a trabalhar: fazer quentinha, marmitta para vender, para colaborar com o financeiro da família. Mas, como ela estava longe também de outra parte da família aqui de Itabuna, resolveu voltar e nesse retorno foi que eu entrei na faculdade, conheci meu atual esposo, casei e tive filhos. Com esse retorno eu consegui dar continuidade à minha vida e fazer um pouquinho da minha parte como família.

Na época em que eu estava em São Paulo foi muito difícil. Quando a gente sofre um acidente que deixa debilitado, fica sem poder fazer tudo que fazia antes. Eu estava terminando o terceiro ano e sempre vinha na cabeça: Como é que eu vou trabalhar? Como é que eu vou constituir família? Então lá mesmo, em São Paulo, eu falei para minha mãe: “Quero entrar numa faculdade.” Aí ela falou: “Mas como é que você vai para faculdade?” Eu disse: “Não sei, eu arranjo uma van, uma

amiga, nos primeiros dias a senhora me leva, ou algum amigo, enfim.” Resultado: entrei na UNIP, em Campinas, no curso de Direito. E consegui uma van que me levava todos os dias. Eu lembro que eu saía de Sumaré às seis horas da tarde e voltava à meia-noite. Fiquei fazendo isso mais ou menos um ano. Depois, já no segundo ano, minha mãe resolveu voltar para Itabuna. Aí foi aquele debate: “Mas mãe, eu tô na faculdade!” E ela me disse: “Lá tem faculdade também.” No fim, graças a Deus, a gente voltou. Eu atrasei um pouquinho, um ano, e entrei na UESC, a Estadual daqui de Itabuna.

E aqui também foi uma dificuldade: a universidade fica a 20 quilômetros e, para ir para o curso, eu subia dois lances imensos de escada. Na época, na faculdade não tinha elevador. Eu sempre fazia requerimentos e mais requerimentos, deixava lá no administrativo, para que eles colocassem um elevador, porque é cansativo para quem tem deficiência como a minha subir lances e mais lances de escada. Eu lembro que os colegas sempre perguntavam se eu queria ajuda, ajudavam. Enfim, consegui terminar o quinto ano da faculdade, não sei se hoje ainda são cinco anos. Consegui com muito esforço terminar essa faculdade. Quando saí e coleí grau, foi que a universidade inaugurou o elevador. Aí eu brinco: pronto! Vai ser para as futuras gerações de pessoas com mobilidade reduzida conseguirem fazer uma faculdade! Porque, na época, foi um desgaste. Isso me marcou muito, a faculdade não teve a sensibilidade de jogar o curso para o térreo. Lembro que eu pedia, conversava e eles diziam que no térreo não tinha sala.

Realmente, no térreo não tinha sala, mas que fizessem alguma coisa. E o que eles fizeram foi mudar para o primeiro andar. Então, no início eram dois lances de escada e, nos últimos anos, foi só um lance. Quando eu saí, ainda fui ao elevador para poder sentir o gostinho.

Entrei no Tribunal trabalhando já numa vara em que a juíza da época, uma juíza queridíssima daqui de Itabuna, hoje ela mora em Salvador, doutora Ana Paola, me recebeu muito bem, e os demais servidores também. Fiquei nessa vara durante uns 12 anos, trabalhei em várias funções. Dentre elas, fui assistente do diretor e, nos três últimos anos, cheguei à direção dessa vara. Hoje tenho 20 anos de Tribunal, trabalho numa outra vara da mesma cidade. Tenho uma função de assistente de Juiz. Meu juiz é Doutor Antônio Ricardo, uma pessoa maravilhosa também. Adoro minha função! Gosto muito do que faço. Dei muita sorte de ter saído da faculdade e já ter entrado num órgão que eu amo.

Na sede do Tribunal tem toda uma acessibilidade. Tem uns 10 anos mais ou menos que o Tribunal construiu um novo prédio com toda uma acessibilidade, elevador. Falo em relação à minha deficiência, porque não conheço todos os servidores. Sei dessa realidade aqui de Itabuna. Desde quando eu cheguei ao Tribunal, já tem 20 anos, nunca saí dessa lotação onde estou. Aqui sempre fui muito bem acolhida e reconhecida em relação ao trabalho que faço. Nunca tive nenhum tipo de obstáculo por conta da deficiência. Então, todas as oportunidades que me deram, eu agarrei. Hoje a gente tem um processo eletrônico, mas, na época em que eu

trabalhava na direção da vara, tinha aquelas pilhas de processos físicos, um mais pesado que o outro. Lembro que tinha até um carrinho de supermercado, eu colocava os processos dentro do carrinho e empurrava com uma mão só, colocava do lado da mesa do juiz, abria processo por processo, folha a folha para o juiz assinar com mais agilidade. Eu sentia dores nas mãos, porque, como os processos eram pesados, eu pegava com a muleta junto, com a minha força do braço. Mas não me deixava abater por conta disso. Por exemplo, se eu tinha um processo que tinha três volumes e eu precisava levar esse processo de uma prateleira para outra, nem que eu desse três viagens com um volume em cada viagem, mas eu levava o processo. Lembro que na época da direção eu ficava na vara até oito horas da noite, a gente trabalhava demais, ficava e terminava todo meu trabalho, tudo o que eu tinha para fazer.

Os colegas ofereciam ajuda, eram muitos processos, e eu também pedia. Mas, às vezes, chega determinada hora que o pessoal vai embora e quando a gente tá no cargo de direção a gente acaba ficando mais sobrecarregado, porque tem muito trabalho, a gente acaba ficando mais. Eu ficava, estendia meu horário.

Lá atrás, acho que sofri mais com essa questão na faculdade, que não estava pronta para receber pessoas com deficiência física. Não sei as outras, acho que também não. Lá atrás, realmente foi bem mais difícil. Questão do transporte público, para ir para a faculdade não tinha. Eu tinha que pegar carona com colegas para

ir e voltar todo dia da faculdade. Eu pegava carona com uma colega que chamo de “mãe”, foi quem me acolheu durante pelo menos três anos, até eu conseguir meu próprio veículo.

Dentro da minha cidade, como não é uma cidade tão grande, eu encontro barreiras arquitetônicas. Por exemplo, tem locais que não têm uma rampa e, quando têm, se a gente for subir, cai para trás de tão inclinada que é. Se a escada tem corrimão, prefiro ir pela escada. Segurando no corrimão eu me sinto mais segura do que numa rampa íngreme. Então a gente tem essas barreiras arquitetônicas dentro da cidade. A acessibilidade realmente é um ponto que precisa ser melhorado pelos gestores públicos. Os transportes não oferecem aqueles elevadores, e quando têm geralmente está estragado. Um ou outro órgão público oferece rampa de acesso ou um elevador. Chega à prefeitura da cidade, por exemplo, os elevadores nunca estão funcionando.

Em relação ao capacitismo, dentro do Tribunal teve só uma colega, a gente sente quando não é bem acolhida, mas aquilo era a minoria. Claro, depois que os meninos nasceram, teve uma determinada pessoa que perguntou: “Mas são seus filhos mesmo? Você pode ficar grávida?” Como se uma pessoa com deficiência não pudesse. Também ouvia: “Você vai conseguir caminhar com a barriga grande?”, mas é isso, só vou saber quando eu estiver com a barriga grande. A discriminação existe, isso é fato. As pessoas não achavam que eu iria conseguir chegar até o final de

uma gestação.

Mas, com os meus dois filhos, trabalhei até os nove meses. O pessoal falava: “Menina, pega uma licença médica!” Na gravidez de Afonso, só tinha quatro meses de licença. Tirei meus quatro meses e voltei a trabalhar. Trabalhei até os nove meses sem nenhuma intercorrência. Mas graças a Deus em relação a isso também sempre fui bem acolhida. E me impondo também, eu acho que a gente que tem a deficiência não deve dizer: “Ah, eu não posso fazer isso”. Bora, me dê que eu faço! Vou tentar fazer da melhor forma possível. Eu sempre pensei assim, muito positiva, nesse sentido. A deficiência não pode ser um limitador na minha vida.

E eu sou bem ativa. Acordo às 6 horas da manhã. Como meus filhos já estão crescidinhos, esse ano deleguei: cada um faz seu café da manhã, cada um se vira para ir para sua escola. Faço minha academia por conta da deficiência, não posso mais ficar sem fazer exercício físico. Sempre fiz fisioterapia, mas é uma coisa chata, então, com essa evolução que tive, faço fisioterapia dentro da academia. Hoje, a coisa que eu mais gosto de fazer, dentro das minhas limitações, é me exercitar. Gosto muito de ir à praia também, em Ilhéus tem um litoral maravilhoso. Sair com as amigas, conversar, barzinho, igreja — faço parte do Encontro de Casais com Cristo da Igreja Católica aqui da minha cidade. Não paro.

Eu tenho apoio, também, meu marido sempre foi os meus braços: o que eu não consigo fazer, ele me dá todo suporte. Quando os meninos eram pequenos

TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

foi barra, eu só pegava os meninos sentada, em pé não tinha como. Então, o impacto maior é o da busca, buscar meios para suprir a deficiência, seja com estudo, seja com o trabalho. A gente precisa se resolver primeiro dentro da gente, querer e fazer alguma coisa para suprir as nossas necessidades. Tem que ter força de vontade, ter amor naquilo que faz. Não deixar que a deficiência impeça você de fazer aquilo que deseja. Força de vontade, alegria, não se deixar abater, isso é mais importante.



SILVIO HENRIQUE LEMOS

Data de Nascimento: 26/07/1977

Naturalidade: Campo Grande – MS

Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região – TRT24

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 14/03/2004

Cargo: Analista judiciário

Lotação: CEJUSC 1º grau

Meu nome é Silvio Henrique Lemos. Sou analista judiciário do TRT da 24ª Região, em Mato Grosso do Sul, no Fórum Trabalhista de Campo Grande. Sou alto, tenho pele branca, calvo e de olhos castanhos.

Sou natural aqui do Mato Grosso do Sul, de Campo Grande mesmo. Eu nasci em 1977. Meu pai era de Minas Gerais e minha mãe era paulistana. Eles se conheceram no interior de São Paulo, mas vieram para cá para ela estudar na Universidade Federal, e acabei nascendo e crescendo aqui. Tenho uma irmã só um ano mais nova que eu.

Nasci com um problema na visão chamado glaucoma congênito, uma patologia que acontece na pressão dos olhos. Costumeiramente se dá em idosos e adultos, mas eu nasci com glaucoma, identificado com três meses de vida. Logo aos três meses, eu já fiz uma cirurgia.

Consegui controlar o glaucoma por um tempo. Enxergava com óculos meio que “fundo de garrafa”, como o pessoal dizia. Mas enxergava, andava de bicicleta, jogava bola. Uma vez por ano eu tinha que ir ao oftalmologista para fazer o controle da doença. Isso era em Belo Horizonte, não aqui. Os recursos da época eram mais desenvolvidos nos centros maiores.

Aos 12 anos de idade, minha doença descontrolou. Deu problema na retina. Os médicos dizem que pode ser por conta de pequenos acidentes, um dia eu caí de bicicleta, outro dia bateu o portão na minha cabeça... Então, fora o glaucoma, teve o problema da retina – dois complicadores.

Tentei fazer cirurgias para recuperar a visão. Fiquei um ano sem estudar, por conta das viagens com a questão médica, porque, num primeiro momento, a minha condição mostrava a possibilidade de reversibilidade. Mas não foi possível. No ano seguinte, quando tinha 13 anos, se consolidou a condição de não enxergar.

Eu agradeço muito a Deus pelo fato de eu ter enxergado, porque tenho essas recordações visuais todas na minha mente. Hoje, quando se faz uma descrição, eu tenho uma recordação visual meio que automática, se faz uma imagem virtual na minha cabeça, eu me pego enxergando toda aquela situação. Então, cores, paisagens, rostos dos meus familiares, da minha mãe, do meu pai, da minha irmã.

Aos 14 anos, eu voltei a estudar. Queria voltar, porque ficar parado não era minha praia. Aprendi o sistema braile para, no ano seguinte, retomar a escola regular. Ainda na sétima série, o que foi legal, porque a minha irmã me alcançou. Para mim, foi super importante, porque foi um apoio familiar, inclusive na sala de aula.

Ela me ajudou muito. Eu precisava do apoio dela para descer para o recreio e ficava meio constrangido, porque era a turma das meninas e eu tinha que ficar por perto, já que eu dependia dela para voltar para a sala.

Era a mesma escola, então as pessoas vinham perguntar o que tinha acontecido. Aquelas coisas, aquelas curiosidades de adolescente. Houve uma

adaptação, até certo ponto, tranquila, com o apoio do braile. Fazia algumas provas orais por questão de praticidade, porque o braile dependia do sistema, de levar para o Instituto dos Cegos para fazer a transcrição.

Nesse meu retorno, acredito que eu tenha quebrado paradigmas. Porque não se falava muito em educação especial, acessibilidade... Foi tudo muito novo, tanto que no primeiro momento queriam até dificultar a minha matrícula. Minha mãe teve que se impor para conseguir me matricular de novo regularmente. A escola foi improvisando as coisas, não sabiam como lidar comigo. Os professores foram aprendendo junto.

Um fato pitoresco foi a olimpíada de matemática da escola, de todas as sétimas séries, e eu fiquei em primeiro lugar. Aí houve aquele burburinho, "Poxa, mas o cego ficar em primeiro lugar de matemática?", "Ah, estão ajudando ele, os professores têm dó dele..." Alguns pais iam para a secretaria com essa desconfiança: "Nossa, mas meu filho enxerga e não tira nota boa, e o cego tira". Eram essas coisas com que a gente tinha que lidar, passar por cima. Eu nunca tive problema, eu sabia da minha capacidade, os professores sabiam também. Tanto que depois houve uma situação nas minhas provas, que colocaram fiscais, os próprios alunos, para me verem fazendo as provas. Chegou a esse ponto.

E eu sempre gostei de esporte, de futebol principalmente. Então descia para a aula de educação física e me incluía lá no meio do pessoal, jogando

alguma coisa, tentando fazer lance livre no basquete. O professor falava: “Se você acertar, vai ganhar 10!” Eu ficava lá, com os meus colegas me incentivando, brincando ali, tentando me incluir. A gente foi se adaptando, foi metendo o pé na porta.

No ano em que fiquei fora da escola, eu aprendi a tocar violão. Essa questão musical foi super importante na escola depois, nessa minha inclusão, porque eu participava dos eventos culturais. E nessa época, de 13 para 14 anos, começa a se ter as primeiras namoradinhas. A primeira coisa que vinha na minha cabeça: quem vai querer namorar com cego? Quem que vai querer ficar perto? A gente se inferioriza, um autopreconceito por desconhecimento, por imaturidade... E essa questão da música foi muito boa para mim, por me inserir de uma forma tranquila. As coisas aconteceram com muita naturalidade. Eu até tinha certa evidência na escola. “Ah, ele canta!” Então todo mundo queria ficar perto, porque era diferente. Graças a Deus, assim, de uma forma nada programada, sem metodologia, sem assistência, fomos acontecendo. Mas essa metodologia foi acontecendo de forma natural, ao ponto de eu ter uma adolescência bacana e sem maiores dificuldades.

Todo mundo fazia questão de ajudar. O apoio da minha irmã foi até uns seis meses, depois eu já estava com amizades, inserido com a galera, meus amigos. Não ficava mais só na turma das meninas. E a parte cultural me ajudou na integração, eu e uns amigos formamos um grupo de música, eu cantava, escrevia

poesia para os concursos, fazia teatro, ajudou a me incluir na turma da escola.

Já na época do vestibular, como eu gosto muito de esportes, futebol em especial, o meu sonho era fazer faculdade de Jornalismo. Para trabalhar como repórter esportivo, aquele sonho de adolescente. Eu era muito fã do Silvio Luiz, um locutor esportivo que inclusive faleceu recentemente, e quando saía um gol ele chamava o Flávio Prado, o repórter, e perguntava: “Ô, Flávio, o que é que só você viu?” E eu dizia que, um dia, o Silvio Luiz ia perguntar para mim: “Ô, Silvio, o que é que só você viu?”, aí eu ia passar minha visão ali da jogada. Meus colegas rachavam o bico de tanto rir. Então eu me inscrevi para Jornalismo, mas minha mãe me obrigou a me inscrever para Direito também. Ela dizia que ia ser bom pra mim, pra eu fazer concurso público depois. Quando eu preenchi o formulário do vestibular, falei para ela: “Hoje é um dos dias mais tristes da minha vida, porque eu estou fazendo inscrição para um curso que eu não quero”.

Ela falava que quando era pequena, lá em Araçatuba, na cidade dela, teve um senhor que perdeu a visão que era advogado. E que ele conseguiu ter sucesso profissional como advogado mesmo não enxergando. Então ela meio que me enxergou nesse senhor, viu a possibilidade de sucesso.

E olha que interessante, as universidades não tinham nem ideia de como fazer o vestibular. Perguntaram se eu queria fazer em braile, eu falei que em braile ia ser muito trabalhoso, porque uma página a

tinta corresponde a três páginas em braile. Então pedi, fiz um requerimento para fazer de forma oral. Isso foi em 1996.

A Universidade Federal designou professores de cada área como meus leitores, o professor da área de exatas para fazer prova de matemática, química e física. O professor de inglês, de português, enfim. Já a Universidade Católica falou para eu arrumar um leitor e eles colocariam um fiscal. Aí eu pedi aos meus próprios professores da época do cursinho e deu tudo certo. Eu passei nos dois cursos.

Mas como o resultado do curso de Direito saiu bem antes e as aulas começavam antes, eu decidi me matricular para ver como era. Aí, quando passei para Jornalismo, descobri que mais colegas do Direito tinham passado também e iam fazer os dois cursos.

Isso nunca tinha passado pela minha cabeça. Aí elas disseram: “Vamos, a gente te ajuda”. Eu levei essa ideia para casa e minha mãe adorou, porque ela não queria que eu largasse o Direito de jeito nenhum. E aí eu fui fazendo dois cursos ao mesmo tempo, um de manhã e outro de noite.

Meus colegas e minha irmã liam os textos que os professores disponibilizavam no xerox pra mim, eu usava o gravador de fita cassete, levava para a aula e gravava algumas coisas. Para estudar para as provas mesmo, os colegas liam as anotações do caderno e eu também gravava. E fazia as provas orais, em horários diferentes dos colegas. Então minha vida foi uma loucura nesses cinco anos de Direito e Jornalismo.

Aí, lá pelo meio dos cursos, comecei a ver que o Direito realmente era fascinante. As duas faculdades se completam, sabe, a técnica de escrita que eu aprendi lá no jornalismo foi importante e auxilia até hoje, na atividade como servidor público. E nas minhas primeiras experiências profissionais nos órgãos públicos, tanto na Justiça do Trabalho como no Tribunal de Justiça, eu fui trabalhar na assessoria de imprensa, por ter a formação em jornalismo. Então foi bacana.

Terminei as duas faculdades, passei na prova da OAB e comecei a fazer concursos. Nessa época, a internet já começou a ganhar corpo, e isso me ajudou, eu tinha acesso à legislação, a algumas aulas, então foi se criando ali um vasto campo de material. Eu comecei com a exploração do leitor de tela também.

E aí no primeiro concurso que eu passei, já fui convocado. Foi no Tribunal de Justiça aqui do Mato Grosso do Sul. Eu tinha 23 anos, foi logo que eu me formei. Fui trabalhar como técnico judiciário, o primeiro setor que eu fui trabalhar era o setor de taquigrafia. Trabalhei um tempo nessa função e depois eu fui convidado para a assessoria de imprensa e comunicação.

Então ali eu realmente me encontrei. Eu gostava de fazer cobertura de plenário, assistir aos julgamentos, e fazia matérias para o site do Tribunal que estava começando a se desenvolver. Eu tinha contato com a imprensa a nível nacional, mandava release para os primeiros portais de notícia e eu fui gostando disso.

Fiquei três anos na justiça comum. E quando

passei no concurso aqui na Justiça do Trabalho, me sugeriram ser lotado na assessoria de imprensa aqui também, para continuar fazendo o mesmo trabalho que eu desenvolvi lá na cobertura de plenário.

Eu entrei pelo sistema de cotas, fiquei em primeiro lugar na lista das PcDs. Acho fundamental esse sistema, porque os critérios de eficiência no serviço público são mais objetivos, enquanto que lá no setor privado são mais subjetivos. Então, embora tenha legislação para contrabalancear a questão da discriminação, é muito mais complicado da pessoa com deficiência se inserir no setor privado do que no serviço público.

Tomei posse em 2004, já fiz 20 anos de Justiça do Trabalho. Eu fiquei dois anos na assessoria de imprensa e depois vim trabalhar aqui no Fórum Trabalhista, no setor de atermação, que aqui no Juizado de Causas Especiais, o antigo Pequenas Causas, existe a possibilidade das partes atuarem em causas menos complexas perante o judiciário sem advogado. Quando isso acontece, eles passam por esse setor de atermação, que dá orientação jurídica ao trabalhador.

Eu fiquei 13 anos nesse setor, de 2006 a 2019, eu adorava esse trabalho de conversar com as partes. Atendimento ao público tem que ter perfil, tem gente que detesta, prefere fazer trabalho interno, mas eu sempre gostei de conversar com as pessoas, de orientar. Foi a experiência que me levou a fazer especialização em Direito Processual do Trabalho e Direito do Trabalho. Eu só saí de lá por questão de estresse, houve uma redução na quantidade de

servidores, meu chefe se aposentou e eu acabei acumulando serviço, ficou desgastante, desenvolvi uma gastrite nervosa. E me interessei por fazer um curso de conciliação e mediação.

Então pedi para ser lotado no CEJUSC, e comecei fazendo a parte de secretaria, conhecendo. Fui pegando prática com a parte das conciliações, fazendo audiências em dupla com os outros conciliadores.

A primeira dificuldade aqui no CEJUSC foi a questão de que o próprio conciliador é quem opera o Aud, que é o sistema de elaboração das atas das audiências. E o sistema não interagia muito bem com o leitor de telas. Então a juíza propôs chamar um estagiário para fazer esse registro das atas. E deu super certo. O estagiário até hoje me ajuda na confecção da ata por questão de comodidade, porque os sistemas evoluíram bastante, especialmente na época da pandemia. Eu acho que se eu me dedicasse mais eu conseguiria. Algumas atas eu já deixo pré-prontas, mando para o estagiário só para dar um ajuste de redação aqui ou acolá, subir no sistema, no PJe, no Aud, para eu me preocupar só com a parte técnica da conversa mesmo, da conciliação, de trazer para as partes essa percepção de quanto é importante elas participarem de uma solução do conflito, não deixar isso para que o judiciário se pronuncie.

Faz cinco anos que eu estou no CEJUSC como conciliador. Estou muito satisfeito com a atividade que a gente desempenha aqui, e acho que eu desempenho o meu trabalho na sua plenitude e com tranquilidade,

tenho a qualificação para isso, tenho vocação, gosto de conversar com as partes. E, até onde se tem notícia, eu sou o primeiro conciliador que não tem visão total dentro da Justiça do Trabalho.

O CEJUSC é um ambiente acolhedor. Tem esse braço da tecnologia assistiva que rompeu a maioria das barreiras. Tendo capacitação na área de conciliação e mediação, é uma atividade que a pessoa com deficiência visual, com a quebra de um obstáculo aqui ou ali, pode exercer. A tecnologia assistiva pode romper a maioria das barreiras.

Eu tenho bastante autonomia no meu dia a dia, não gosto muito de depender dos outros, mas também tenho limitações, como a questão do desgaste nas audiências virtuais. Eu me dedico mais à audição, e isso exige muita concentração, então com o serviço que eu faço, no final do dia, eu vou estar mais cansado do que o meu colega que enxerga. Eu consigo o mesmo resultado prático do outro, mas tive que me desgastar mais para chegar naquele resultado, e tem pessoas que às vezes não enxergam isso. Tanto na parte profissional como na parte do dia a dia.

Eu já perdi oportunidades, mesmo dentro da Justiça do Trabalho, pela minha deficiência. Quando entrei, fui lotado na assessoria de imprensa pela experiência profissional que eu tinha. E houve uma mudança de administração. Depois de um tempo eu soube que havia um colega do Tribunal, daqui do nosso TRT, que disse que gostaria de me nomear como diretor de comunicação, mas não faria isso porque eu era cego.

Isso em 2006. Essa pessoa se aposentou, já. Mas teve esse caso.

Quando cheguei na Justiça do Trabalho, comecei quebrando barreiras. Fui o primeiro cego do Tribunal. Às vezes as pessoas não tinham experiência ou informação, muito embora, a gente precise provar até hoje, na prática, a nossa capacidade, nós temos que provar dobrado no dia a dia, mas hoje as pessoas têm mais percepção.

Pelo fato da juíza Déa, a supervisora do CEJUSC aqui, ser presidente da Comissão de Acessibilidade, eu me aproximei e vi que a comissão realmente está atuando, com efetividade, não só com teoria. As coisas estão acontecendo na prática e isso me despertou. Sempre quando eu posso colaborar, gosto de colaborar.

Tivemos alguns projetos no cenário nacional, pensados pela Juíza Déa, e ela me convidou para participar. Foram treinamentos com estagiários e operadores do Direito com deficiência visual. A gente desenvolveu um pequeno curso de como distribuir uma petição inicial no PJe, como consultar o andamento de um processo. Fizemos aqui no TRT24, de forma presencial, antes da pandemia. Fomos convidados, depois, para fazer esse mesmo curso lá no TRT da Paraíba. Na pandemia, desenvolvemos um curso acessível de audiências telepresenciais, no qual a gente trouxe a nossa experiência de como explorar o Cisco Webex na audiência telepresencial e, depois, o Zoom. A acessibilidade da plataforma Zoom com leitor de tela

é fantástica, não dá nem para comparar com aquela primeira plataforma que foi disponibilizada pelo CNJ, de forma emergencial. Esse projeto foi até premiado pelo TST, como referência nessa área da acessibilidade, no ano de 2022. Eu pude conhecer inclusive outros colegas com deficiência que atuam nos outros ramos do Judiciário.

Então, o que eu posso dizer para os colegas com deficiência é que a Justiça do Trabalho, hoje, está bem mais preparada para receber as pessoas com deficiência, tanto o cidadão como o servidor. Com treinamentos e equipamentos, é possível fazer a inclusão, de forma a proporcionar que ele desempenhe o seu papel da melhor maneira.



IVO CLEITON DE OLIVEIRA RAMALHO

Data de Nascimento: 16/01/1978

Naturalidade: São Paulo – SP

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – TRT2

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 03/03/2010

Cargo: Analista Judiciário – Área Administrativa

Lotação: Divisão de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão

Meu nome é Ivo Ramalho. Eu sou um homem branco, de pele clara, tenho olhos castanhos, sou careca.

Sobre minha origem, meus pais são de uma cidade do norte de Minas Gerais. E têm uma origem bastante humilde, zona rural. Eles são primos e, em decorrência do laço sanguíneo, aconteceu a incompatibilidade genética que deu origem à minha deficiência visual. Quando era criança, meu pai foi criado por uma outra família, por dificuldades financeiras. Mais tarde, ele praticamente fugiu desse local e foi tentar a sorte. Então, desde criança enfrentou inúmeros desafios, para sobreviver mesmo. Para ter condições de se alimentar e se vestir, ele começou a trabalhar muito cedo. Quando era jovem, ele retornou à origem. Como as cidades eram próximas, ele conheceu minha mãe e começaram a namorar. Juntos, foram morar em São Paulo e foi lá que eu e meus irmãos nascemos.

Então, é uma história que começa com todos esses desafios. Por trás, as questões financeiras, a falta de oportunidade para estudar. Mas eles constituíram família e eu sou o segundo, de cinco filhos. Eu tenho um irmão mais velho, que é filho por parte da minha mãe. Antes de mim, minha mãe teve outros dois filhos, que vieram a óbito logo nos primeiros tempos de vida. Depois, eles tentaram novamente. E aí, eu nasci com deficiência visual. Os meus demais irmãos não nasceram com deficiência.

A gente teve uma infância muito alegre, apesar da luta. Meu pai sempre trabalhou na área da construção

civil, mais especificamente com a decoração de gesso. A minha mãe nessa época era do lar. Ela cuidava das atividades domésticas e dos filhos. Eu e meus irmãos tivemos uma infância muito feliz, mesmo sem uma condição financeira favorável. Nunca faltou para a gente o alimento, a dignidade, moradia, roupas... Graças a esse esforço do meu pai e da minha mãe. Batalharam bastante.

Eles notaram que eu tinha algo de diferente, porque eu não interagia com os estímulos visuais. No primeiro momento, na primeira consulta o médico falou que não tinha nada, mas eles persistiram e depois teve o diagnóstico da minha deficiência visual.

Algo que foi bastante interessante, acho que até por ter vindo ali dessa história dos meus pais, de desafios, de luta, os meus pais não eram superprotetores. Eu brincava muito com os meus irmãos. Naquela época, brincadeira de criança era na rua, correndo, andando de bicicleta, jogando futebol, brincando de esconde-esconde, pega-pega, e eu fazia tudo isso mesmo sem enxergar e muito motivado pelos meus irmãos. A gente se divertia bastante. Quando ainda era criança, meu pai me deu uma bicicleta. Eu ganhei uma bicicleta, tinha por volta de 5, 6 anos... Eu aprendi a andar, no primeiro momento, com rodinhas. Depois, no processo natural, foram tiradas as rodinhas da bicicleta. Eu consegui andar e andava na rua mesmo. Não tinha tanto movimento, eram lugares espaçosos, às vezes caía, levava uns tombos, mas levantava. Já fazia parte de um preparo para a vida. Hoje em dia eu vejo

que caí várias vezes durante a vida, mas sempre tive a força de levantar. Isso foi desde criança. Para enfrentar as barreiras, os desafios.

Tinha uma situação ou outra que, quando criança, eu não conseguia lidar muito bem, né? Às vezes uma brincadeira ou outra de um coleguinha em razão da deficiência visual, mas penso que isso não me marcou muito.

Teve um período em que a minha mãe começou a trabalhar fora. Como eu disse, meus pais eram pessoas bastante simples, não tiveram a oportunidade de estudar, mas era uma preocupação dos meus pais. Meu pai, mais à frente, compartilhou comigo que, quando eu era criança, eles tinham muito essa preocupação: “O que que a gente vai fazer com isso?”, “Como será a vida do Ivo?”, “Ele vai conseguir estudar, ele vai conseguir ter um relacionamento, vai conseguir trabalhar?” Estas eram grandes preocupações dos meus pais e, naquela época, estou falando ali de meados da década de 80, não tinha tanta informação como se tem hoje.

Aquela época era muito no boca a boca que apareciam as situações relacionadas com o seu interesse. Foi desta forma que meu pai tomou conhecimento da oportunidade de eu estudar. Meu pai estava no centro de São Paulo e observou uma moça com deficiência visual parada na frente da faixa de pedestre, aguardando o auxílio de alguém. Ela estava com a bengala branca. E meu pai foi oferecer ajuda. Ele conta que foi oferecer ajuda para aquela moça, e foi quando ele teve a maior ajuda da vida dele.

Porque ele comentou com ela: “Eu tenho um filho, ele tem seis anos e ele é cego. E eu não sei o que posso fazer, para ele estudar, para ele ter oportunidade de se desenvolver”. A moça falou que existia um colégio chamado Instituto de Cegos Padre Chico. Ela passou o endereço rapidamente ali. Nesta travessia da rua, ela passou para ele as informações sobre o instituto. Meu pai, fazendo um trocadilho com a travessia da rua, conta que acendeu um farol de oportunidades e ele foi atrás. E minha mãe também, nossa, quando recebeu a notícia ficou muito feliz e eles foram até esse colégio especializado na educação de cegos.

O instituto funcionava no regime de semi-internato. Entre a nossa casa e lá, era uma distância grande para que meus pais pudessem me levar todos os dias para escola. Eu tinha 7 anos quando comecei. Imaginem, aquela infância com os irmãos, as brincadeiras na rua, a diversão e o aconchego da mamãe. De repente é você, por uma razão muito nobre, mas você tem que cortar ali o cordão umbilical para ir para um colégio interno. E tendo que acreditar, com sete anos, que aquela era a melhor escolha dos meus pais.

Meu pai me levou até o colégio e uma das irmãs veio nos receber. Lembro como hoje. O meu pai me deu um beijinho na cabeça e aí ele falou: “Filho, o papai vai te deixar aqui, mas eu vou vir te buscar na sexta-feira. Fica bem, obedeça as irmãs, porque isso aqui vai ser muito bom para você, você vai ter coleguinhas, você vai aprender muitas coisas e, na sexta-feira, eu quero

saber como foi e você vai me contar tudo”. Aí o meu pai foi embora.

Lembro que, no primeiro momento, fiquei empolgado, mas logo foi me batendo uma angústia, uma tristeza por causa da separação. Saí andando, encontrei um banheiro ao lado, esses banheiros de escola mesmo, com várias repartições, e eu entrei numa das cabines, fechei a porta. E aí eu comecei a chorar. A irmã se deu conta, foi até lá me acalmar. E eu falava: “Chama a polícia para me levar para casa. Eu não quero ficar aqui. Eu moro na rua tal, número tal”.

Mas fui me acostumando e depois comecei a interagir com os demais colegas do colégio. A gente brincava. Tinha muitas atividades para fazer além da escola, que era no período da manhã. O colégio ofertava uma série de atividades físicas, culturais e de lazer.

Já no prézinho, com sete anos, eu consegui aprender o método braile. Inclusive, não foi nem na sala de aula. Eu aprendi com os colegas, perguntando, estava curioso. Eu tinha lá o material para escrita. E eu ficava perguntando para os coleguinhas, como que é a letra B? Quais são os pontos, como é a letra A? Até que um dia eu cheguei para a professora: “Olha eu aprendi a escrever algumas palavrinhas”.

Tinha boas notas. O colégio premiava os melhores alunos de cada série com medalhas. E teve um ano em que eu ganhei algumas, de melhor da série. Então, hoje em dia, eu me sinto uma pessoa privilegiada por ter, mesmo no cenário longe da família, conseguido

traduzir para a minha vida os valores dos meus pais, que também passaram por dificuldades na infância.

Lá no Padre Chico, tinha uma parte muito gostosa, que era o convívio com os colegas na adolescência. A gente jogava futebol adaptado para cegos. Fazia gincanas. Era uma irmandade. O convívio lá fazia laços mais fortes do que simples colegas de uma escola qualquer. Aquele elo é forte até hoje, quando a gente se encontra. Ainda tenho contato com muitos colegas do Instituto de Cegos Padre Chico. A gente se vê como uma grande família.

Fiquei no Instituto até 1993, com 15 anos. Tive aulas de orientação e mobilidade, que é quando você aprende a utilizar a bengala branca, fiz aula de datilografia, teatro, música, várias atividades físicas. Então, concluí a oitava série, e ao concluir o ensino fundamental vieram mais desafios. Porque até lá nós estávamos cercados não só pelos muros do colégio, mas de toda uma rede que a escola funcionava. O sistema braile que os professores conheciam, as atividades eram todas adaptadas. Eu comecei a pensar: “no ano que vem eu vou ter que estudar numa outra escola... como será?”.

Fui me informar e descobri que tinha um colégio chamado Caetano de Campos, no centro de São Paulo. Foi a oportunidade que eu vi e fui estudar nesse colégio, que era um colégio que não era específico nem para pessoas com deficiência visual, pelo contrário. Tinha uma sala de recurso para dar apoio para poucas pessoas que estudavam ali que também eram pessoas

com deficiência visual. E aí, a minha saída, aquela realidade do Padre Chico, foi para uma sala do Caetano de Campos com mais de 40 alunos. Um mundo muito diferente. Foi aí que eu comecei a experimentar uma série de barreiras. A vida, principalmente a questão do deslocamento, do transporte.

A interação com os colegas sem a deficiência visual também não é a mesma coisa. Tinha umas brincadeiras não tão legais, como piadas com a minha condição. Eu levava isso da melhor forma, não me abalava. E continuei indo bem nas matérias, apesar de ser um cenário diferente.

Por outro lado, desde cedo eu vi a importância da interação com as outras pessoas. Então, tinha um colega da sala que me ajudava bastante, que lia, ditava o conteúdo da lousa para mim. No segundo ano, eu resolvi fazer vestibulinho para escola técnica, seguindo os passos do meu irmão mais velho. Eu lembro que teve uma vez, ainda no Instituto, que eu escrevi que tinha o sonho de trabalhar com informática. Eu fui chamado na lista do vestibulinho e fiquei muito feliz. Nisso, eu tinha 16 anos.

Na matrícula, as pessoas da escola me questionaram bastante, se eu tinha certeza, porque naquela escola nunca tinha estudado uma pessoa cega. Ainda mais para fazer o curso técnico de processamento de dados. Os computadores da escola não eram adaptados. Eu lembro que uma pessoa, quando me perguntou se eu tinha certeza, eu fui até respondão. Eu disse: "Olha, o requisito para ingressar,

que é o vestibulinho, por este eu passei. Eu quero fazer esse curso”. Enfim, comecei a estudar e logo a escola percebeu que o que a gente precisa é de apoio. A escola começou ali num diálogo comigo a buscar formas de me apoiar. Concluído o primeiro bimestre, teve uma reunião de pais. E aí a própria diretora nesta reunião começou a mencionar o caso de um aluno cego, e que a escola estava muito entusiasmada, porque esse aluno tinha tirado excelentes notas no primeiro bimestre. E meu pai estava ali. Ela falou “Eu não sei se tem alguém aqui da família do Ivo”. Aí, meu pai levantou a mão, assim tímido, “Eu sou o pai dele.” Meu pai sentiu muito orgulho, como uma resposta a todas aquelas indagações lá da infância: “Será que ia dar certo?” Nessa altura, ele já estava percebendo que muitas coisas estavam dando certo.

A escola conseguiu uma máquina braile, emprestada de um Centro de Apoio Pedagógico. Para mim foi importante porque quebrou muito gelo. Eu era um adolescente assim, um rapaz muito sério e muito fechado, com medo de me desapontarem.

Durante meus anos ali, realmente evoluí bastante no aprendizado de programação. Em casa, a gente estava numa fase um pouco melhor, graças a Deus, ao esforço do meu pai e da minha mãe. Meu pai conseguiu comprar um computador. Eu descobri naquela época o projeto Dosvox. Foi meu primeiro contato com tecnologia assistiva para computadores.

Eu era todo empolgado com a tecnologia, já pensando que no futuro trabalharia com isso,

principalmente na área de desenvolvimento de sistemas. E então, um professor de contabilidade virou para mim e perguntou: “Por que você não faz faculdade de Direito?” Nossa, aquilo para mim foi um balde de água fria, porque eu tinha uma visão extremamente técnica para a informática. Será que ele percebe que eu não levo jeito para informática?

Soube que alunos com deficiência visual podiam pleitear bolsa numa universidade particular. Eu prestei acreditando, tinha que dar certo para mim também, porque meus pais não tinham condições de pagar. Passei e a faculdade me acolheu como bolsista. E eu fui cursar Ciência da Computação. E a faculdade também teve várias barreiras metodológicas. A forma dos professores explicarem... Só que para mim, foi fácil, por causa daquela bagagem lá do colegial técnico em processamento de dados.

Só que tem um fato curioso. No segundo ano da faculdade, um professor da matéria de computação gráfica duvidou que eu tivesse feito o trabalho que eu entreguei. E aí até fiquei constrangido perante meus colegas. Eles sabiam que o trabalho tinha sido feito por mim. Ele achou que os colegas tinham feito o trabalho por mim, quando na verdade, eu é que fazia o trabalho dos colegas, porque eu tinha facilidade com programação. O professor me constrangeu perante a sala, mas eu respondi para ele à altura. Eu falei: “Professor, se o senhor está com dúvida, se o senhor quiser sentar comigo em frente ao computador, eu faço um programa na sua frente.” Aí ele ainda brincou,

percebeu que eu não gostei muito do que ele falou. E ele soltou a frase: “A ciência acredita naquilo que ela mesmo nega”. Aí, eu falei: “Tudo bem, mas se o senhor quiser, eu estou à prova”.

Com 20 anos eu tive alegria de ensinar informática para pessoas de diferentes faixas etárias, inclusive dei aula de informática num projeto para pessoas idosas. Eu lembro como hoje a alegria que era ensinar pessoas com mais de 60 anos.

E 2001 foi um ano também muito importante da minha vida, que eu me casei e que nasceu o meu primeiro filho, Gabriel. Foi também o ano em que eu concluí a faculdade de Ciência da Computação e, voltando um pouquinho, o ano de 2000 foi o ano que a Fundação Bradesco, vendo ali o meu esforço e a minha dedicação, fez o convite para que eu fosse efetivado. Sair da empresa prestadora de serviço e passar a ser um funcionário da Fundação Bradesco. Fui trabalhar no departamento de Tecnologia da Fundação Bradesco, com o desenvolvimento de sistemas. Eu estava bem mais maduro na área, com o desenrolar da faculdade e na Fundação Bradesco. Continuei prestando auxílio ali ao curso para pessoas com deficiência visual, mas não era mais instrutor e atuei bastante no desenvolvimento de sistemas. E, no Bradesco, participei de alguns projetos de empregabilidade e inclusão profissional de pessoas com deficiência.

Naquele período começou a ser mais forte o movimento pela empregabilidade de pessoas com deficiência, o Decreto 3.298, de 1999. Com a edição

deste decreto, mais à frente, começou a fiscalização por parte do Ministério do Trabalho pelo cumprimento da chamada Lei de Cotas. Eu comecei a participar de eventos sobre empregabilidade de pessoas com deficiência visual. Em alguns desses eventos tinha a participação de procuradores do trabalho. E eu comecei a me encantar por esta parte também normativa, essa parte dos direitos das pessoas com deficiência, todo aquele movimento de empregabilidade. Comecei a achar incrível quando prestigiava as palestras de procuradores.

Até que um dia eu tive a honra de assistir a uma palestra do atual Desembargador, Doutor Ricardo Tadeu. Ela é fonte de inspiração para muitas pessoas e para mim também foi. Aí veio a memória, aquela sugestão do professor de contabilidade, e eu decidi me inscrever para o vestibular da faculdade de Direito, aqui em Osasco.

Comecei a faculdade de Direito em 2004. Com meu trabalho, lutei e, também em 2004, eu consegui dar entrada num apartamento em Osasco, até para facilitar minha vida, que eu ia de Carapicuíba até Osasco todos os dias. Eu tinha conseguido uma bolsa de 50%, né? Pagava só metade da faculdade, mas eles cortaram essa bolsa no segundo semestre e então ficou muito apertado para pagar. Depois, em 2005, após a conclusão do primeiro ano da faculdade, comecei a me interessar por um concurso público.

Na minha trajetória dentro da Fundação Bradesco, cada vez aprendendo mais, me desenvolvendo,

colaborando com a empresa, continuei ministrando palestras, participando de iniciativas relacionadas à empregabilidade de pessoas com deficiência e, no ano de 2008, eu estava no quarto ano da faculdade quando vi o edital do concurso para o TRT2. Eu esfreguei uma mão na outra, falei para minha esposa: uma vaga é minha! A gente já estava no nosso apartamento financiado. Isso não foi um sinal de prepotência e nem de arrogância. Foi de sonho, de querer, de acreditar.

Logo no início de 2010, no dia 2 de fevereiro de 2010, saiu a minha nomeação no Diário Oficial. Eu fiquei muito feliz, porque é a concretização de um sonho é poder participar da Justiça do Trabalho e poder contribuir com as questões ligadas a esse direito fundamental que é o trabalho, ainda mais na condição de pessoa com deficiência.

Eu cheguei aqui e fui lotado na 4ª Vara do Trabalho, trocou a diretora e aí veio a diretora chamada Ana Delgado. Ela foi incrível. Ela me deu tanto apoio. O sistema não era acessível, era um sistema chamado SAP. O Sistema de Acompanhamento Processual, mesmo com leitor de telas, não conseguia ler os campos, mas eu comecei a decorar passo a passo. E com ajuda da diretora, eu comecei a criar passos decorando. Comecei a fazer as notificações me valendo da memória. Então a diretora, Ana Delgado, começou a me ensinar uma série de tarefas, eu comecei a fazer as notificações iniciais, comecei a fazer intimações, ali, de andamento do processo, uma série de situações ordinatórias, comecei a preparar editais, tudo com

esse auxílio da Ana. Então, comecei a aprender as ferramentas.

Para implantação piloto do processo eletrônico, eu estava lá e comecei a trabalhar com o Processo Judicial Eletrônico em 2012. Era muito ruim esse sistema, do ponto de vista da acessibilidade, da usabilidade, da funcionalidade. O sistema caía toda hora. Nossa... celeridade, então. A gente imaginava que um dia ia chegar nessa fase dos processos, que para a gente ia ser bem melhor, que a gente ia conseguir ler as petições, as decisões, as sentenças, os acórdãos... Mas ainda em 2012, quando veio o PJe, foi muito complicado. Minha produtividade caiu, porque o sistema tinha tanto problema. Engraçado, né? Era para ser melhor, mas com toda aquela dificuldade...

Mas chegou ao conhecimento de alguns outros colegas de trabalho sobre a minha atuação com o Processo Judicial Eletrônico, então eu fui convidado para fazer parte de um primeiro grupo que começou a analisar as questões de acessibilidade e de usabilidade do processo eletrônico. Foi um grupo de trabalho instituído no âmbito do CSJT de 2012, sob a coordenação do hoje Ministro Cláudio Brandão. A gente começou a dar os primeiros passos ali para tornar o PJe mais acessível. A gente começou a levantar as barreiras. Participei depois de uma comissão voltada também para esse propósito de melhorar as condições do PJe, isso já em 2015, sob a coordenação do Desembargador Ricardo Tadeu. E olha que alegria. O menino lá em dois mil e pouquinho, que viu o Doutor Ricardo palestrando,

agora tendo a honra de trabalhar com Doutor Ricardo Tadeu nesse projeto. Para mim foi uma realização.

Mas chegou um momento em que ficou difícil para mim, pela questão do deslocamento. Isso acontecia em Itapevi. Eu estava com certa dificuldade de me locomover sozinho, estava com alguns traumas, alguns medos em razão de acidentes anteriores.

Então, eu tive que enfrentar mais uma vez dificuldade de lotação, para voltar para Osasco. Há muitas barreiras atitudinais a serem superadas. Então, tive dificuldade, esperando mais de ano a remoção para Osasco, para conseguir minimizar todo o impacto deste deslocamento. E olha que interessante: eu fui colaborar com uma nova unidade, chamada Unidade de Apoio Operacional, porque em 2014 foi implantado o Processo Judicial Eletrônico no fórum de Osasco, acabando a antiga distribuição dos processos físicos.

Ainda tinham barreiras no PJe. Eu não conseguia ter a mesma velocidade dos meus colegas, conseguia ter qualidade. Me lembro que os processos, até quando eu tinha que fazer as notificações iniciais, era preciso consultar um cadastro da corregedoria para ver se aquela empresa constava ou não no cadastro. E eu lembro que nunca teve uma audiência resignada por notificação minha por causa desse tipo de problema. Já presenciei acontecer em razão de notificações feitas por outros colegas. Isso é só para ilustrar, que eu não conseguia ter a mesma velocidade dos colegas com mouse operando no PJe, mas eu conseguia ter qualidade no meu trabalho e conseguia fazer coisas

diferentes.

Ainda tive muitas participações. Por exemplo, oportunidade de contribuir com muitas questões relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência enquanto integrante da comissão. E eu comecei a perceber: “Poxa, meu trabalho tem qualidade, não consigo ter a mesma velocidade dos meus colegas, eu acho que talvez tenha chegado o momento, após ter vivido tantas experiências dentro da Justiça do Trabalho, de tentar ajudar a melhorar essa condição de trabalho das pessoas com deficiência.” E aí um dia eu perguntei para a Daniela Kovacs – que era chefe da Seção de Acessibilidade e Inclusão e já tinha me convidado para trabalhar com ela – se ainda estava de pé a proposta de trabalhar com ela. Ela disse que sim.

Em 2015 nasceu meu segundo filho, Guilherme. E eu tive muita alegria com a minha família. Dá para ver todo apoio que a minha esposa me deu em todos esses deslocamentos, e não só isso... esse auxílio do dia a dia, desde que eu decidi deixar a Fundação Bradesco para tentar concurso público. Desde tudo, desde sempre. Isso é muito importante para a gente. Apoio da família, do meu pai, minha mãe, meus irmãos lá no início, dos colegas de trabalho, da diretora Ana. Então, por tudo isso, com toda essa bagagem, eu fui trabalhar na Seção de Acessibilidade e Inclusão e estou lá até hoje. Muito feliz.

A gente vê que, hoje em dia, essa caminhada, essa trajetória, essa experiência, que me traz excelentes memórias, faz com que, na seção de inclusão, eu

TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

perceba que todos aqueles sonhos, desde a infância, de trabalhar com tecnologia, depois de ouvir as brilhantes palestras sobre direitos humanos, e ouvir o Doutor Ricardo Tadeu, eu me sinto assim feliz e realizado por atuar nessa área de acessibilidade e inclusão. De conjugar a tecnologia, porque tenho a oportunidade de trabalhar com a aquisição, a oferta de tecnologias assistivas para pessoas com deficiência. Eu tive a oportunidade de atuar para tornar os sistemas, os portais, cada vez mais acessíveis.



EDROALDO FERNANDES AQUINO

Data de Nascimento: 27/11/1978

Naturalidade: Amambaí – MS

Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região – TRT24

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 24/06/2010

Cargo: Analista Judiciário – Contabilidade

Lotação: CCRP – Coordenadoria Cadastro e

Remuneração de Pessoal

Meu nome é Edroaldo, do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região. Sou branco, tenho cabelos pretos. Sou deficiente físico, de poliomielite.

Sou de Amambaí, interior do Mato Grosso do Sul. Sou um entre quatro irmãos. Quando eu tinha um ano de idade, meus pais se mudaram para o Mato Grosso e lá vivi até os 14 anos, numa cidade do interior, Pontes Lacerda. E quando acabaram os estudos para a gente no interior, com a dificuldade que eu tinha de locomoção, meus pais se mudaram para Campo Grande, de onde era a família da minha mãe. Pude continuar estudando, me casei bem jovem, aos 18 anos, e tenho dois filhos. Meus pais já são falecidos.

Passei no concurso do Tribunal em 2010. Antes, tinha trabalhado em escritório de contabilidade, na indústria também, por 7 anos. Sou contador de formação, pós-graduado em Controladoria Financeira.

A infância no interior é tranquila, né... Andei de aparelho ortopédico dos cinco aos catorze anos. E nisso eu ia para escola, meus irmãos me levavam de bicicleta. Acho que a deficiência nunca veio em primeiro lugar, pelo menos familiarmente dizendo. Meus pais sempre me incentivaram a estudar, apesar de eles não terem formação. Mas sempre teve esse incentivo para a gente estudar.

Como eu cresci no interior, eu percebi menos preconceito, acho que até por ser uma criança. Não tendo preconceito em casa, a gente não percebia fora, né? Porque é questão de percepção, não é que ele não existe, mas é você que não percebe. Às vezes a

gente bloqueia, como uma forma de se defender. Mas se a gente bloqueia, é porque ele existe, né? Mas eu nunca percebi um negócio agressivo. É meio velado o preconceito.

Aos 14 anos, quando a gente mudou para Campo Grande, eu deixei de usar o aparelho e passei a usar um skate. Quando eu entrei no ensino médio, numa escola particular que eu ganhei bolsa, no primeiro dia o professor escondeu o meu skate atrás da porta. Ele não percebeu minha deficiência, né? Ele falou que na sala dele não podia andar de skate. E aí, colocou o skate atrás da porta e ninguém falou nada. Todo mundo ficou de boa. Ninguém se pronunciou. Ninguém falou. Eu não falei nada e os colegas também não falaram nada. Eu morava perto da escola e, no dia seguinte, ele foi em casa pedir desculpas pela situação. É um exemplo de uma questão que ninguém falou nada. Colegas podiam ter explicado, eu mesmo me posicionado, mas é uma questão que, às vezes, por não querer aparentar a fragilidade, a gente acaba ficando em silêncio. Para se proteger, a gente acaba criando uma casca, né?

Até hoje faço uma locomoção de skate. Para andar de um lugar para o outro, sempre vou de skate. Até uso cadeira no Tribunal, mas a locomoção no dia a dia é de skate.

Me casei logo depois do ensino médio, aos 18, 19 anos. Minha esposa tinha 17. Aí, depois disso, fui fazer faculdade, já casado e com certa dificuldade. Principalmente dificuldade de locomoção. A faculdade era longe, mas consegui me formar em Contábeis.

Passei no concurso em 2006, mas não esperava ser chamado, o que aconteceu em 2010, no último dia de vencimento do concurso. Então, foi uma surpresa. Eu nem esperava mais, não acompanhava. Quando me ligaram para entrar no Tribunal, foi uma surpresa. Fiquei muito feliz em entrar, trabalhar na Justiça do Trabalho.

Eu tive várias oportunidades. Praticamente minha carreira foi quase toda na gestão de pessoas. Hoje eu sou Coordenador da folha de pagamentos. Tive oportunidade, aqui, de aprender com a pessoa que cuidava da folha desde 93, ano da fundação do Tribunal. Então era alguém com muita experiência que foi me passando as atividades. Quando ela se aposentou, assumi a posição dela. Também tive oportunidades em projetos nacionais por essa questão da folha. A gente tinha que construir uma folha nova junto com o pessoal da TI, quando veio a implantação do Sigepe, que é um sistema nacional. Aí foram apresentadas todas as folhas do Brasil, lá no Rio Grande do Sul, e a nossa folha foi escolhida para implantação nacional. Então, hoje, dos 27 tribunais com TST, acho que só um Tribunal ainda não implementou, mas está em vias de implantar. Foi uma grande experiência que a gente teve de compartilhar o nosso trabalho aqui com o Brasil.

Me considero uma pessoa bem humorada. E sempre tentei colocar a deficiência em segundo lugar, não em primeiro. Fora do Tribunal, já aconteceu situações do tipo, eu estar parado na frente de um

banco e a pessoa oferecer dinheiro, por achar que você não tem condição alguma. Dentro do Tribunal nunca tive nenhuma uma situação nesse sentido. Não identifico diferenças entre o tratamento comigo e com outras pessoas. A gente tem uma relação muito boa aqui no Tribunal.

Em relação à acessibilidade, hoje é tranquilo. No prédio antigo era um pouco mais complicado. Este novo já foi pensado na acessibilidade. Ainda tem pequenas falhas, mas estão melhorando, principalmente a parte de deficiência visual e auditiva. O pessoal tem melhorado. No ano retrasado começou essa questão do projeto do Sigesp de acessibilidade e foi montada a Comissão aqui no Tribunal, né? E eu vejo que a Comissão no nosso Tribunal é atuante. Apesar de a gente ter poucos servidores, o pessoal que tá na Comissão se divide entre sustentabilidade e acessibilidade. Não é uma comissão específica. A gente tem uma juíza que faz parte da Comissão. Realmente ela busca tentar entender a situação e realmente vai atrás de resolver as questões. Então, a gente tem uma situação que eu considero confortável nesse sentido, de que as demandas solicitadas pelas pessoas com deficiência, vemos que existe um interesse da comissão e da administração em resolver o mais rápido possível. Ou pelo menos dar uma destinação para que isso se torne possível no futuro.

Cheguei ao ápice da minha carreira, digamos assim, pelo menos daquilo que eu desejava. Após, a ideia é me aposentar e pescar com os netos. E ser

atuante na sociedade, de alguma forma, depois dessa aposentadoria. Ainda não decidi o que. Participar não só da Justiça do Trabalho, mas também da sociedade, nesse sentido de que a gente tem que empoderar as pessoas que fazem a diferença – eu tenho um chefe que sempre diz isso. Então, dar voz para os deficientes, para as pessoas, não para quem oprime. Não é favorecer, é questão de dar a mesma oportunidade. A partir disso, ver as pessoas que querem trabalhar, que querem produzir e ter essa consciência.

Vejo que o Ministério do Trabalho faz um trabalho muito bom, no sentido de fiscalização. Na empresa em que eu trabalhei, eu entrei em 2010, por cota, meu chefe me convidou para trabalhar e falou: “eu sei da sua capacidade, posso contratar uma pessoa, mas vou ter que contratar por cota, mas é para trabalhar como contador mesmo”. Aí a gente vê o preconceito que as pessoas têm, a ideia que a cota seria só para quem vai, por exemplo, trabalhar tirando cópia, atender um telefone...

Então eu tive, digamos, que ter um “QI – quem indicou”, uma pessoa conhecia o meu potencial, se formou junto comigo e já trabalhava na empresa, para eu poder entrar. E essa empresa também não conseguiu cumprir a cota. Muitas vezes por essa questão de qualificação mesmo. Então, tinha os dois lados: a empresa que, às vezes, só queria alguém para tirar cópias e realmente não estava preocupada, mas também tinha a questão da qualificação. Tinham poucos candidatos qualificados, que pudessem se

enquadrar no perfil da empresa. Temos que ocupar espaços. Não desmerecendo quem tira cópias, mas esses não são os únicos espaços profissionais que a gente deve poder ocupar. Cada um, se tiver oportunidade, vai ter espaço. Então tinha os dois lados complicados: a empresa tinha que cumprir cota, mas não encontrava as pessoas qualificadas, e também ela não procurava qualificar. Mas com essa entrada minha na empresa, eu trabalhei sete anos lá. Só saí por causa do Tribunal. E também quebrei alguns paradigmas nessa questão – em sete anos de empresa, eu cheguei lá como contador júnior e saí como coordenador da empresa, gerenciando uma equipe de 27 pessoas, demonstrando para a própria empresa que podia investir nos deficientes, que os deficientes são capazes.

É importante também tentar criar essa casca nas pessoas com deficiência, elas têm que ter força de vontade de se qualificar e ir atrás do mercado de trabalho. Eu quero dizer que realmente a gente é capaz, que a gente tem que procurar. Eu quero tentar mostrar para as pessoas que somos capazes e temos que ter voz na sociedade também.

Acho que o skate até foi uma forma de ser mais descolado do que o aparelho. É lógico que é uma questão de locomoção que me facilitou muito. Por exemplo, eu dirijo meu carro. Se eu fosse até ele de cadeira de rodas, provavelmente dependeria de alguém para ajudar a colocar e tirar a cadeira. O skate não: eu mesmo entro do carro, sento no carro, ponho o skate, ele ajuda na locomoção. Mas também é uma forma

também de ser mais descolado, a gente quer participar da sociedade como um todo.

Sou uma pessoa que gosta da convivência familiar, no caso eu, minha esposa e as crianças. Eu tenho dois filhos. Um já é casado há três anos. O outro, adolescente, entrou na faculdade agora. Além de ficar com a família, faço natação para a questão de exercício. Como *hobby*, eu gosto de pescar.

A base mesmo para mim é familiar. Essa preocupação de não deixar a diferença em primeiro lugar, eu também passei para os meus filhos. Em relação aos colegas de trabalho também. Eu me sinto feliz com essa situação. Consegui fazer a minha parte, por enquanto pelo menos, mas ainda acho que posso fazer mais. Minha presença nos espaços impacta as pessoas. No condomínio onde eu moro, às vezes, com o skate. as crianças vêm perguntar porque que você anda assim e tal... Eu expliquei que andava assim porque não tinha tomado vacina, tive poliomielite, então não consigo andar. Aí você vê as crianças comentando. Uma criança falou assim: "Ah, ele anda assim porque não tem dinheiro para comprar uma cadeira de rodas". Aí, eu expliquei para ela que não era, que era uma questão de opção...

Em breve, eu vou para Brasília novamente. A gente foi convidado pela Rosa, lá da JT. Fomos nomeados pelo Ministro para compor uma equipe, da qual eu vou fazer parte, para melhorar essa questão do sistema da Justiça do Trabalho, de cadastro de folha de pagamento. A gente vai analisar os sistemas, se é compatível ou não

com os que os tribunais utilizam e para continuar essa melhoria. Então, realmente a gente percebe que, de uma forma ou de outra, a gente está sendo visto como pessoa, a pessoa que vai contribuir com o projeto, não a “pessoa com deficiência”.

E para viagem eu tenho, por lei, direito a um acompanhante para algumas necessidades. Então tem essa questão de que, se não tivesse uma lei, talvez eu não conseguisse participar. Então a gente está contribuindo com a sociedade, e a sociedade, em contrapartida, promove os meios para eliminar as barreiras físicas, digamos assim, barreiras que não deveriam existir. Porque capacidade a gente tem sim, pelo menos a gente se esforça para atender à Justiça do Trabalho e aos projetos dos quais a gente faz parte.

É importante realmente poder mostrar para o maior número de pessoas o quanto os deficientes físicos fazem diferença na Justiça do Trabalho e o quanto eles podem fazer a diferença na sociedade, de quebrar essa barreira de comunicação e mostrar que o que precisamos é de oportunidades. Que a gente vai atrás de conseguir. Como já falei várias vezes, tanto no trabalho quanto em casa, eu gostaria que essa minha realidade fosse para o maior número de pessoas.





JACKSON GALVÃO BATISTA

Data de Nascimento: 12/12/1978

Naturalidade: Rio de Janeiro – RJ

Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – TRT1

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 26/01/2009

Cargo: Técnico Judiciário – Área Administrativa

Lotação: 2ª Vara do Trabalho de São João de Meriti

Sou Jackson Galvão, técnico judiciário, secretário de audiência na 2ª Vara do Trabalho de São João de Meriti, que faz parte do TRT da 1ª Região aqui no Rio de Janeiro. Eu tenho a pele clara, cabelo bem escuro, quase preto, mas é castanho-escuro.

O Jackson é uma pessoa que vem de origem humilde. Meu pai era servente de limpeza, depois ele passou para conferência de cargas. A minha mãe era dona de casa. Vão fazer 50 anos juntos no ano que vem. Eles tiveram quatro filhos juntos: dois meninos e duas meninas intercalados. E os dois últimos filhos, que somos eu e minha irmã mais nova, nasceram com predisposição sanguínea para uma bactéria chamada toxoplasmose. No meu caso, me afetou já na barriga da minha mãe, na gravidez. Acabou que eu nasci com uma deficiência devido à toxoplasmose. O meu olho tem uma cicatriz provocada por essas bactérias, que ocupa três partes – a retina, coróide e mácula. Ela também afetou a musculatura do olho. Por isso eu tenho um nistagmo horizontal, que é o movimento repetido do olho.

Por conta disso, eu acabei ficando baixa visão. Então eu consigo enxergar com nitidez até um metro, um metro e meio... dois metros no máximo. Depois disso não enxergo. Meu campo visual também ficou reduzido, eu só enxergo o que tá na minha frente. O que está do lado não enxergo muito bem. Minha família teve muita dificuldade para me criar. Teve ajuda do Silvio Santos, da equipe do programa Silvio Santos, que me encaminhou para um tratamento médico, o

que identificou a minha deficiência. Eu tinha de três para quatro anos de idade. Foi quando eu comecei a estudar no Instituto Benjamin Constant (IBC) e eu estudei no regime de semi-internato. Ou seja, eu ficava a semana toda lá. Na sexta-feira à noite eu ia para casa e voltava na segunda. Eu praticamente morava lá. O colégio fica na zona sul e os meus pais moravam no extremo norte do Rio de Janeiro, bem no finalzinho, na Pavuna, que é fronteira com o município de São João de Meriti. Na época ainda não tinha metrô, era ônibus. Foi bem simples minha infância, sem muito recurso, sem muito material. Tinha os problemas econômicos, era a época da inflação. A minha mãe meio que descontava em mim os problemas econômicos e familiares. A gente apanhava muito, eu sofria muito com briga, por exemplo, já apanhei só porque eu pedi uma bicicleta. Tive muitos problemas familiares. Hoje, a minha mãe reconheceu o erro. Ela é minha melhor amiga na família, ela é uma pessoa maravilhosa, é uma pessoa que cuida de mim, que faz o que for por mim. E ela é quem menos me trata como deficiente, porque ela realmente entendeu o significado e me admira por eu ter superado isso.

Minha família é muito grande, minha avó teve 12 filhos. Então, tive muitos primos, muitos tios. Eu era o único deficiente. A minha irmã só ficou deficiente depois, aos 19 anos, e monocular. A aceitação da minha família foi meio-termo. Uma parte me tratava de maneira excessivamente protetora, “nossa, vamos fazer tudo pra ele, vamos botar o prato de comida, levar até

ele...”, e outra parte era excludente, “não vamos chamar ele, não vamos chamar ele pra festa de aniversário, porque depois vai ter que levar ele pra casa...”.

A dificuldade de uma pessoa com baixa visão existe, em algum nível, de uma forma até maior do que a pessoa cega. Porque a baixa visão, muitas vezes, a pessoa acha que a gente está enxergando e entende que está mentindo, né? Pensam “ela enxerga sim, aí está fingindo que não está enxergando”. A gente passa por isso até dentro da família. Então, eu tive muita dificuldade. A baixa visão só foi reconhecida a partir de 1992. Então eu já ia fazer 14 anos quando a baixa visão foi reconhecida.

No IBC era muito bom. Tinha profissionais extremamente capacitados. Eu fiz o jardim de infância, a classe de alfabetização, tudo com o acompanhamento. Amigos e professores com quem até hoje eu tenho amizade. Dos quatro aos dezesseis anos eu estudei lá. Mas como eu tinha baixa visão e ainda não era reconhecido, eles entenderam, por um momento, que eu poderia estudar em colégio regular. E fui colocado numa escola lá na Pavuna. Só que não deu certo, porque eu era muito achincalhado. Criança é fogo, fala mesmo: “O olho dele é torto, ele é caolho”. Se fosse colocar nos dias de hoje, seria *bullying*. Eu sofri muito isso, sofri demais e acabou que não deu certo. Aí realmente eu acabei indo para o IBC no meio do ano. Lá a gente tinha aulas de manhã e esportes à tarde. Tinha momentos de lazer com os colegas, tinha o pátio do IBC, onde todo mundo se conhecia, todo mundo se

falava, para lá, para cá. E o mais legal é que todo mundo tinha deficiência. Então, a gente não era nem mais, nem menos. Ali, a gente era só mais um.

A convivência com a família diminuiu. No começo, eu achava que a minha família tinha me abandonado, mas conforme fui crescendo, fui entendendo diferente.

Com 14 anos, eu fui fazer o curso de coordenador no SENAI. Eu estudava de manhã e, quando era mais ou menos meio-dia, eu saía correndo para estudar no SENAI Artes Gráficas. E lá eu encontrei um professor muito bom, professor Mateus, que me acolheu e me ensinou muita coisa. Esse sim, não teve preconceito nenhum. Ele simplesmente perguntou o que eu enxergava, o que eu podia fazer... e eu fui.

Eu comecei também a praticar esporte. E começou a parada nessa época para os deficientes visuais. Eu comecei a fazer desporto, muito embrionário. O primeiro campeonato paradesporto foi de atletismo e natação lá em Campinas. Ganhei algumas medalhinhas, aquelas medalhinhas redondinhas pequenininhas, que você compra até na papelaria. Mas eu ganhei. Ganhei quatro medalhas de ouro. E o paradesporto foi muito bom para gente.

O professor Mateus me achava muito esperto. Muitas coisas eu enxergo por dedução. Fui desenvolvendo habilidades assim. Aí, ele me indicou para trabalhar numa empresa. E eu fui trabalhar, ganhar dinheiro com 15 anos de idade. Isso em 1994, ganhando um salário mínimo. Era 64 reais. Era na indústria gráfica, como encadernador. Fazia meus

trabalhinhos lá, eu sempre quis aprender desafios e meu primeiro desafio foi aprender a mexer na guilhotina.

Só que eu fiquei oito meses só na indústria gráfica. Era muito trabalho, muito pesado. E comecei a gostar de computador. Comecei a mexer e me juntei com a Beth Canejo, e nos juntamos ao Antonio Borges, que se juntou a outras pessoas. Ele fez uma lente de aumento no computador para mim, para todo mundo. Não foi especificamente para mim, mas ele pensou na baixa visão. E olhando para mim, digamos assim, ele me perguntava sobre os ajustes deste aplicativo. Eu comecei a usar o computador e a gente conseguiu montar o primeiro curso de informática, de Windows, para baixa visão. Fui o primeiro professor de baixa visão do Brasil. Eu comecei a ensinar baixa visão lá no IBC. Saí como aluno de lá e depois voltei como professor. Voltei com um projeto de aula para os professores, para os funcionários e, depois, ainda dei aula para a comunidade.

Mas antes ainda teve o ensino médio, no colégio estadual. Tinha um grupo de uns 10 amigos tentando passar na prova para o colégio, como acontecia na época. Combinamos de fazer a prova. “Vamos estudar no Colégio Estadual mesmo? Porque a gente se ajuda...”, lembrando que na época não existia acessibilidade, sala de apoio, inclusão, isso aí é coisa muito nova. Na época não existia nada disso, então a gente foi se inscrever no colégio, né? Fomos até o Centro do Rio. Chegamos lá no colégio e o diretor se

deparou com cinco deficientes visuais: “Meu pai do céu, não tem estrutura para receber esses deficientes, pelo amor de Deus”. Ele começou a falar que não tinha como, que não ia poder fazer nossa matrícula. E a gente resolveu se reunir. Resolveu bater perna: “A gente vai fazer matrícula aqui!” Ele cedeu. Fiz o primeiro ano lá, no segundo ano eu prestei um concurso. Passei em primeiro lugar do deficiente, na Secretaria de Trabalho do Estado. Já fui chamado logo. Aí, eu tive que parar de estudar nesse colégio estadual e comecei a fazer um colégio particular. Eu ganhava uns três salários mínimos. Tinha o luxo de estudar no colégio particular.

Quando eu completei 20 anos comecei a trabalhar na Secretaria de Estado de Trabalho. No RH a moça falou que eu ia começar a trabalhar na ouvidoria, atendendo o telefone. Eu falei: “Ah, poxa, pelo amor de Deus, faço tanta coisa legal, me coloca para trabalhar em algum lugar”. “Então tá, vou te mandar para Nilópolis”. “É perto”, falei, “pertíssimo, 15 minutos de ônibus”. Aí, chegando lá, tinha um deficiente físico cadeirante.

Pensei: “Opa, já não sou eu sozinho, tem outro deficiente aqui...” Eu praticamente não era tratado como deficiente visual, porque eu não tenho uma deficiência aparente. Comecei a trabalhar lá e o pessoal foi ganhando confiança. Eu aprendi a digitar rápido sem olhar. Então me colocaram para fazer cadastro de emprego. E aí eu cadastrava as pessoas e pegava minha lupa mesmo, a lupa física, para ler o documento das pessoas. Fiquei uns três, quatro anos assim. Até que

me chamaram para trabalhar numa central de captação de vagas, num local onde passavam todas as vagas oferecidas pela Secretaria de Trabalho. Eu comecei a trabalhar nessa central de captação de vagas e fiquei lá durante dois anos.

Depois fui para o Balcão de Emprego do Deficiente. Foi quando eu comecei a aprender Libras. Era com uma professora surda e ela teve muita paciência comigo, porque eu tenho deficiência visual. Eu e meus colegas que estavam aprendendo também fomos trocando experiências e um futuro de amizade e de muita luta, mas muito sucesso.

Fiquei na Secretaria de Trabalho, nesse balcão de empregos. Em dois anos, eu descobri uma falha no sistema de gestão de empregos do Ministério do Trabalho. Só que quem fazia o sistema era uma empresa de programação de software. Eu marquei uma reunião com a empresa, disse que consegui identificar uma falha e sugeri soluções para resolver o problema e aí eles fizeram uma versão nova, que foi apelidada com o meu nome. O sistema começou a separar as vagas para deficiente e as vagas para não deficiente. E aí, toda vez que tinha recrutamento dos dois casos, eles me chamavam. A Globo também me chamou para uma palestra do sistema Globosat.

Aí eu conheci o Valter, que trabalhava na captação de vagas, ele e a Julia me recomendaram para ser chefe em São João de Meriti, pois ia inaugurar uma agência de trabalho e renda lá. Falaram: "Você contribuiu tanto, já tem até versão de aplicativos no teu nome. A gente não

pode aumentar teu salário, porque o plano de cargos e salários não permite”, mas me deram um cargo de chefia da agência de trabalho em São João de Miriti por dois anos.

E daí, eu resolvi sair do Estado. Pedi exoneração e fui dar aula de informática. Fiquei dando aula no IBC e numa empresa de tecnologia. Enquanto isso, fazia faculdade. Entrava e saía de diferentes cursos, de acordo com o emprego que eu tinha. Depois de um ano dando aula de informática, em 2006, eu deixei um currículo na Oi, porque eu queria fazer engenharia de comunicações. Comecei a faculdade nesse curso e, essa sim, foi a que eu fui mais longe. Fui chamado na Oi, mas para uma vaga “normal”.

Me chamaram para a seleção. Tinha uma roda de pessoas. Já tínhamos passado por todos os processos que eles fizeram de seleção de currículo. Eu e mais 14, mais ou menos, eu estava bem no meio da roda e eles pediram para falar um defeito, uma qualidade, o que que você acha da empresa e porque quer trabalhar nela. Na minha vez, eu falei: “Olha eu acho que me colocaram no lugar errado, porque eu sou deficiente visual. Eu acho que eu tô disputando vagas aqui com pessoas ‘ditas’ normais, mas eu aceito o desafio”. Eu e mais três pessoas fomos selecionados. Entrei como dito “normal” e só depois de três meses descobriram que eu tinha deficiência. Aí pediram meu laudo para poder constar na lei da cota e trabalhei na Oi até passar no concurso do TRT. Passei no concurso do Tribunal e vou fazer 16 anos.

Eu tive um chefe maravilhoso. Todos os processos eram físicos. Ele falou: “Olha, tem esse negócio aqui na mesa. O que que você consegue fazer aqui?” Eu respondi: “Mas o senhor não vai passar nenhuma tarefa?”, “A tarefa é o que você consegue, o que você conseguir é o que você vai fazer”. Eu fui até lá, comecei a ler os negócios com a lupa. E falava o que eu conseguia e, com isso, ele foi designando, desenvolvendo. Eu falei que trabalho muito com dedução. E fui aprendendo o serviço do setor, aprendi tudo, desde a parte administrativa até a judicial.

Aí eu conheci o Dr. Eduardo Adamovich, que hoje é Desembargador, ele me perguntou o que eu estava estudando e eu respondi que era Engenharia. Ele disse: “Larga disso... o teto salarial do judiciário é muito maior que o de engenharia.” Eu fui pensando, pensando... E ele vivia me perguntando... e isso foi muito importante para mim, porque mudou a minha direção. Eu saí da área de tecnologia e comecei a me dedicar ao Direito.

Eu sonho pelo direito da pessoa com deficiência, de virar um direito autônomo ao ponto de a gente ter na grade curricular das escolas, das faculdades pelo menos, esse tipo de ensinamento, porque vai reduzir muitas barreiras atitudinais, muitas mesmo.

Continuo lotado em São João e tenho uma equipe maravilhosa, a chefe me acolheu de forma maravilhosa, os colegas também. Nunca teve algo do tipo “não dá isso para o Jackson não, porque ele não enxerga direito”, nunca fizeram isso. Minha chefe confia inteiramente no meu trabalho, pede um monte de

coisa, minha opinião, já fiz sentença, já fiz despacho, o tempo todo, o juiz confia em mim.

Eu era o único sem função na vara, quando abriu uma vaga para secretário de audiência, o Doutor Renato Vasco, que foi o juiz em exercício da titularidade e admira muito meu trabalho, me falou dessa vaga. Disse: “Você consegue ser secretário de audiência”. E ele tentou. Ele poderia ter falado: “Não... secretário de audiência precisa enxergar”. Ele disse: “Mas olha, não vou pegar leve contigo, não. Não é porque você é deficiente que eu vou pegar leve”. Eu falei: “Nem quero”. E assim foi. Ele me tratou bem na audiência. Ele é muito rápido, ele continua rápido. Não foi devagar comigo. Mas eu consegui acompanhar a audiência, tudo que aconteceu na audiência, fazia ata, tudo coerente, de maneira perfeita. E assumi o cargo de secretário de audiência. O Tribunal fez uma matéria na época. Acho que fui o primeiro secretário de audiência com baixa visão do Brasil. E o Tribunal me deu todo apoio, com computador, tela gigante... Todos me apoiaram muito e muito bem.

O meu recado é o seguinte, para todo mundo que trabalha com tecnologia da informação: pense no deficiente visual. Não só a tecnologia da informação do Tribunal. É para todo mundo. Existe a Lei Brasileira de Inclusão. É coisa do dia a dia. Por exemplo, a gente às vezes vai fazer um pagamento no cartão e a maquininha não tem teclas. O pessoal da engenharia que resolveu fazer uma maquininha sem teclas provavelmente não pensou no deficiente visual. Não dá

mais para não pensar no deficiente. Isso pode ser um ato discriminatório e ato discriminatório agora é punível por 2 a 5 anos de cadeia. Artigo 88 da Lei Brasileira de Inclusão.

Eu sempre falo: agora, a desculpa não pode ser mais falta de informação; a desculpa agora pode ser falta de pesquisa. Porque hoje em dia, você coloca até Inteligência Artificial e ela já te explica um monte de coisa. Esse argumento não dá mais.

Quando não tem audiência, eu trabalho fazendo expediente da secretaria, eu sou responsável pela expedição de RPV e precatórios. Hoje, eles colocaram uma supermáquina lá, com uma tela maravilhosa, muito boa. Parabéns ao pessoal que escolheu um hardware de qualidade. Eles colocaram NVDA para mim e eu uso também a ampliação. Então, nós temos duas telas, uma delas eu uso como ampliador, como se fosse CCTV, digamos assim, para quem conhece. Então, uma tela só serve como lupa. E onde eu passo o mouse, ela amplia; e onde eu passo mouse, ela também lê. Eu tenho um retorno visual e vou trabalhando assim.

Na sala de audiência é a mesma coisa, uma tela funciona como lupa e a outra funciona normal. Eu tive que trabalhar assim, porque a tela do secretário de audiência é replicada. A tela do secretário de audiência é replicada em mais duas telas. Então são três telas no total. Tudo o que eu faço aparece na tela do juiz e na tela das partes, virada para as partes.

E eu uso fone de ouvido para ouvir onde o mouse está passando e o que eu estou digitando.

Eu me encontrei como secretário, até porque aprendi técnicas, ainda no IBC, para evitar problemas de tendinite e de coluna, que são muito comuns em pessoas de baixa visão. A gente vive se inclinando para enxergar, por exemplo, ou virando muito o pescoço.

Na minha vida pessoal, continuo na área de tecnologia, como professor de informática voluntário numa associação de cegos e baixa visão.

Sobre as vagas de cotas, acho fundamental. Eu gosto de falar sobre isso numa linguagem para que as pessoas ditas normais entendam. Quando uma pessoa com baixa visão vai fazer um cursinho para concurso, parece que ele vai fazer o cursinho igual aos outros. Mas não é assim. Enquanto um vidente (como dizemos das pessoas que enxergam) está pensando em fazer o cursinho, ele já está pensando no conteúdo, no que o professor vai falar etc... Essa pessoa toma seu café tranquilo. A gente não. A gente tem que pensar já no caminho que vai fazer para chegar na aula. Qual o ônibus que eu vou pegar? Será que vai ter alguém para parar o ônibus para mim? A gente já está preocupado com a locomoção. Chegando lá, a gente tem que esperar um local acessível. Mas aí podem falar: o cego pode subir escada... Pode. Sentar onde ele quiser na sala, pode também. Mas será que o quadro ele vai ver? Provavelmente não. O professor não consegue passar de maneira sonora tudo que está aparecendo no quadro. Por mais qualificado que seja, o professor não consegue. Vou dar um exemplo bem prático. Como é que o deficiente estuda hoje? Com audiolivro.

Então, o deficiente visual vai estudar com audiolivro, que fala a palavra sessão (com dois “esses”), sem dizer “sessão com dois esses”. Ele não lê a ortografia. Então, a pessoa que enxerga já está estudando a palavra sessão já de olhar. A gente não. A gente não consegue estudar ortografia, por exemplo. A gente só consegue estudar ortografia se a gente estiver lendo sobre ortografia. A pessoa que enxerga, quando ela lê qualquer livro, de autoajuda, por exemplo, ela já está estudando ortografia. Ela já está levando vantagem ali no português.

Então, a lei da cota não vem para beneficiar, ela vem para diminuir os prejuízos que o deficiente tem.

Agradeço por ter nascido deficiente. Eu não tenho problema de deficiência, não tenho problema de visão, eu tenho uma baita solução porque, na minha vida, só mudou a perspectiva. Foi de uma pessoa com baixa visão, que tem outros desafios, diferentes de uma outra pessoa, por exemplo, obesa, ou uma pessoa magra demais, uma pessoa baixa demais... cada um tem as suas particularidades. Veja bem. Eu já vi um homem bonito falar que tem dificuldade porque as pessoas tratam ele diferente, ele não quer ser tratado diferente, ele vai numa fila do banco e uma gerente acha ele bonito. A sociedade está o tempo todo tratando pessoas pelas aparências.

Eu tenho os meus problemas de acessibilidade porque a sociedade me impõe isso, mas a minha deficiência não tem problema nenhum. Pelo contrário, tenho orgulho de ser deficiente, eu tenho orgulho de

TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

lutar pela minha causa, pela nossa causa. Eu tenho orgulho de aprender o quanto algumas pessoas são mesquinhas. A gente acaba enxergando esse tipo de gente. Então, eu tenho orgulho de poder enxergar um pouco mais isso. Talvez se eu tivesse visão normal, eu não enxergaria.



DANIELI BONATO HALOTEN

Data de Nascimento: 21/02/1980

Naturalidade: Curitiba – PR

Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região – TRT12

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 02/06/2023

Cargo: Analista Judiciária – Área administrativa

Lotação: CEJUSC 2º grau

Meu nome é Danieli Bonato Haloten, sou uma mulher branca, de cabelos castanhos e lisos, pelo ombro. Nasci em Curitiba, numa área ainda hoje considerada rural. A 200 metros da minha casa, tinha a olaria dos meus tios, do meu nono, e eu brincava lá por aqueles corredores, de esconder, de pega-pega, com os meus tios que eram mais ou menos da mesma faixa etária que eu. Também tenho uma irmã mais nova. Com certeza muitos tijolos de muitos prédios da cidade de Curitiba têm meu nome gravado, porque eu botava meu nomezinho antes de pôr os tijolos para secar.

Eu nasci com glaucoma, uma doença que altera a pressão do globo ocular. E depois de algumas cirurgias, digamos que eu passei a enxergar. Então, durante a infância, enxergava razoavelmente bem, eu tinha o que se chamaria hoje de baixa visão.

Como o glaucoma é uma doença que ainda não tem cura, com o tempo fui perdendo a visão. Aos 10 anos de idade, perdi a do olho esquerdo numa cirurgia para baixar a pressão do olho e já vinha perdendo a visão do olho direito de forma gradativa. Não sei dizer ao certo quando eu perdi totalmente, mas deve ter sido por volta dos 25 anos.

Ser uma pessoa com deficiência na década de 1980 não foi nada fácil. Porque na época os meus pais tinham que me colocar nas escolas meio a fórceps, eu tinha sempre que me sobressair às outras crianças, porque daí meus pais usavam de argumento, “veja bem ela só tira 10”, “veja bem, ela é ótima”. Então as escolas acabavam se obrigando a me manter, mas sem

adaptação, sem preparação nenhuma. Tinha que contar com a boa vontade dos professores que, para minha sorte, sempre foram muito colaborativos. Claro que sempre tem um ou outro que não quer entender, não quer ditar o que está no quadro, mas a grande maioria sempre me ajudou. Uma professora de desenho geométrico chegou a fazer as figuras com palito de sorvete para que eu pudesse entender um pouquinho da aula dela, e fazia as provas adaptadas para mim, mas acho que foi a primeira vez que fizeram prova adaptada para mim, já na oitava série.

Tem coisas que me marcaram e que ainda me machucam. Eu nunca esqueço, no jardim de infância, que uma das meninas disse: “Se ela participar da brincadeira, eu não brinco”. Eu entrei na escola com 3 anos de idade. Desde muito pequena, eu soube o que era o preconceito na pele.

Ainda criança eu tinha o sonho de ter um cão-guia. Eu tenho desde 2000, estou no meu quarto cão-guia. A de agora está aposentada, então estou esperando outro. E eu adoro ter cão-guia, não só pela independência que ele traz, mas pela companhia, ele é um suporte muito bom tanto para andar nas ruas quanto como suporte emocional.

Hoje a minha cachorra não está mais guiando, mas ela é meu suporte. Esse é um dos motivos por que eu quis ficar em Curitiba e o Tribunal permitiu o teletrabalho, porque eu estou sem cão-guia, então eles sabem que eu teria que ficar sozinha em Florianópolis. Eu fico bastante tempo sozinha em casa, já que meus

pais viajam muito e minha irmã trabalha fora o dia inteiro, então mesmo que não seja mais para guiar, ter minha cachorra comigo é muito bom para não estar sozinha, ela é uma grande companheira e está sempre em primeiro lugar.

Eu nunca deixei de me locomover, porque eu andava de bengala. A bengala é muito importante, a pessoa tem que ter orientação e mobilidade para poder usar o cão-guia, na orientação você vai aprender a usar os outros sentidos para poder se locomover, a cruzar a rua, aprender os pontos de referência, toda essa bagagem é importante na hora que você vai ter o cão-guia.

Desistir nunca foi uma opção para mim. Acho que eu nasci querendo trabalhar na televisão e sabia que ia enfrentar resistência. Mas eu pensava: “Eles vão ver que eu vou trabalhar lá, eu vou ser atriz e apresentadora de TV”. A Xuxa foi a minha grande inspiração.

Eu sempre participava das peças da escola, quando não me impediam. Com 14 anos, fiz o meu primeiro curso de teatro. Depois resolvi fazer um curso de modelo e manequim. Eu sabia que não ia ser modelo, mas eu via que era uma forma de entrar na televisão. E foi bem bacana, foi o primeiro contato que tive com o vídeo. Depois fiz mais cursos de teatro.

Para o vestibular eu decidi fazer Faculdade de Teatro, mas tive muita resistência da família. Então, passei em Jornalismo na PUCPR. Quando abriu, aqui na Universidade Federal do Paraná, um curso com o falecido Hugo Mengarelli, um diretor muito conceituado

aqui na cidade, me inscrevi para a seleção e passei. Me lembro que, na época, não tinha adaptação, eu fiz a redação no computador sem leitor de telas, sem nada. Literalmente às escuras. Então, levei esses dois cursos juntos.

Em 2000, quando ainda estava na faculdade, decidi ter um programa de TV. Fui atrás de patrocínio e consegui, mas não deu para levar por muito tempo. Ele ficou no ar na Band aqui de Curitiba, se chamava Danieli Multishow, e eu fazia entrevistas e musicais com as pessoas da cidade.

Uma coisa que me marcou naquela época, uma situação peculiar, foi que um dia me ligaram e falaram: “Ô, Daniele. Eu tô falando aqui da colônia penal agrícola”, nós temos uma colônia penal aqui em Piraquara, “e eu queria te dizer que todo mundo aqui assiste você, viu? Você é a alegria do povo aqui da prisão”. Eu fiquei tão feliz. Quem diria que um dia eu ia trabalhar com justiça.

Eu passei no Banco do Brasil logo que saí da faculdade, em 2004. Foi meu primeiro emprego oficial, com carteira assinada. Em 2005, fiz o “Profissão Repórter”, com Caco Barcelos, que, na época, ainda era vinculado ao Fantástico. E, em 2008, fui chamada para atuar na novela “Caras e Bocas”, como a personagem Anitta, e acabei me tornando a primeira atriz cega do mundo a atuar numa novela.

Quem viu a novela sabe que a Anitta não tem nada a ver comigo. E isso foi muito legal, porque é para isso que você faz faculdade de teatro, para viver uma

personagem que não tem nada a ver com você. E a Anitta era muito mais limitada que eu. Isso foi muito importante para mim, porque através da Anitta eu pude viver e entender um pouco a vida dessas pessoas. Depois da novela eu passei a ter muito mais empatia e entendimento em relação às pessoas que não tiveram as mesmas oportunidades que eu.

Eu recebia os textos das cenas da Anitta em braile e o resto do capítulo e os roteiros eu recebia em formato digital mesmo, como os outros atores. Mas como eu não tinha tempo de ensaiar a cena, porque em televisão é tudo muito rápido, eu não tinha tempo para fazer contagem de passos, por exemplo. Então o diretor fazia a marcação e dizia, “agora você levanta, quando você disser isso, você vira para direita, quando você disser aquilo, você anda não sei quantos passos”. Assim que a gente fazia, e dava certo. A adaptação é meio que uma característica, enfim, como Darwin dizia, a espécie que não se adapta acaba extinta, então a adaptação já é inerente ao ser humano, e à pessoa com deficiência muito mais.

Depois a gente tenta manter a vida de ator, mas não é uma vida fácil, toda hora tem que estar buscando, buscando, buscando, e eu vi que eu não tinha como. Eu até ministrei na época bastante palestra de motivação para pessoas com deficiência. Mas eu teria que morar no Rio de Janeiro ou em São Paulo para ter mais contato e não dava para bancar. Então voltei para Curitiba, voltei a estudar para concurso, porque eu tinha saído do Banco do Brasil para atuar na novela.

Enfim, comecei a fazer concurso e, nessa toada, acabei me apaixonando pelo Direito. Então eu fiz faculdade de Direito e logo me matriculei, entrei no meio de 2018. Quando eu decido alguma coisa é assim. À medida que fui estudando Direito, eu fui me apaixonando mais e mais. Nem pretendo voltar a atuar, não, eu quero trabalhar na área jurídica. Por isso que no meu canal no YouTube eu falo sobre Direito. Acabei vendo que os vídeos sobre direito da pessoa com deficiência tinham mais acessos e pensei: “vou explorar esse nicho que o pessoal tá querendo saber”. Isso foi em paralelo à faculdade.

É importante falar que eu tive a oportunidade de fazer faculdade no finalzinho dos anos 1990 e em 2018, vinte anos depois. Então, eu vi bem a mudança. Não vou dizer que hoje esteja 100%, as faculdades têm muito a melhorar em questão de acessibilidade, mas é bem diferente. Quando eu fiz Jornalismo e Artes Cênicas ainda era naquele esquema de ajuda dos colegas e dos professores e, principalmente no curso de Jornalismo, foi mais difícil. Eu não podia contar muito com os professores na faculdade de Jornalismo. E na época a questão do computador estava se iniciando, eu estava começando a aprender a usar o computador com leitor de telas. E tive que largar o braile, porque a partir do momento que você entrava na faculdade, as instituições de atendimento à pessoa com deficiência paravam de atender. Até então eu tinha um auxílio das instituições para fazer material em braile, e de uma hora para outra não tive mais. Porém, eu tinha muitos

colegas bacanas. Comecei até a sair, eu tive muito mais socialização na época da faculdade. E descobri que, às vezes, o preconceito que eu sofria na época de colégio era por questão de classe social, porque eu estudava sempre em colégios particulares. E quando entrei no cursinho pré-vestibular, conheci gente de todas as classes sociais, aí ainda no cursinho pré-vestibular eu comecei a me enturmar e ter mais amigas para sair.

Agora, a questão do preconceito em relação à profissão eu já sentia na época da faculdade, tanto na de Teatro quanto na de Jornalismo. Tinha colegas que tiravam sarro de mim, com frases do tipo, “ah, eu não sei o que ela tá fazendo aqui, todo mundo sabe que ela nunca vai conseguir trabalhar na área”. Eu sempre ficava sabendo de um comentário ou outro.

E tem um episódio até muito interessante da faculdade de Jornalismo. Eu tinha um projeto, o “Faro”, está até no meu canal no YouTube, eu e o meu cão-guia farejando notícia. Eu queria fazer esse projeto para um dos trabalhos da cadeira de televisão, só que as minhas colegas não concordaram porque acharam que eu queria falar de deficiência. Mas podia ser qualquer assunto, tanto que eu escolhi farejar como era a rádio CBN de Curitiba. Como elas não quiseram, eu fiz o trabalho oficial com elas, e, na surdina, peguei a assinatura da professora para usar o laboratório lá na PUC e fiz sozinha o projeto do Faro. Resumo da ópera: ganhei o primeiro lugar do prêmio Sangue Novo, um prêmio do sindicato dos jornalistas de Curitiba para estudantes.

A experiência na faculdade de Direito foi um pouco melhor no sentido da acessibilidade. Já tinha livros em formato digital. Ainda não é fácil conseguir livro em formato digital, mas pelo menos você tem essa possibilidade. Então era muito bom e prazeroso ter cinco, seis matérias, um livro para ler de cada matéria. Parece coisa de nerd, e eu sou nerd mesmo, assumo. A maioria dos professores estava engajada com a questão da inclusão, mas sempre tinha um ou outro que se negava.

Apesar da faculdade ter um núcleo de atendimento para a pessoa com deficiência, os materiais demoravam para vir, então não foi fácil também. Eu procurei uma faculdade que diziam que era boa em inclusão. Foi mais fácil que da primeira vez, mas não vou dizer que foi 100%. Não, não foi. Mas para quem gosta, né?

As reservas de vagas são necessárias porque faz pouco tempo que se começou a dar oportunidade para as pessoas com deficiência. A gente ainda enfrenta muito preconceito no mercado privado, e passar num concurso público não é fácil para ninguém, mas para nós é mais difícil ainda. Porque nem sempre as bancas dão as condições necessárias para a gente fazer uma prova, muitas vezes tem questão com figura, por exemplo, aí essa questão a gente tem que ir no chute. A prova de redação de uma pessoa com deficiência visual e auditiva não deveria ser analisada da mesma forma que a de uma pessoa que não tem essas deficiências. E a preparação em si é mais complicada.

Eu decidi em 2013 que ia trabalhar no Tribunal

e fui chamada em 2023, foram 10 anos. Então se você tem um sonho, persista, porque um dia ele acontece. Pode ser difícil, mas tem que persistir, tem que perseverar. Ter em mente que apenas nós somos capazes de matar os nossos próprios sonhos. Em 2017, antes mesmo de ter entrado na faculdade de Direito, eu tinha feito o concurso para o Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina. E só em 2023, quando eu estava acabando a faculdade, fui chamada para assumir a vaga.

Inicialmente, era para eu trabalhar na área administrativa, mas quando eles viram o meu interesse em trabalhar na área de Direito, muitas pessoas do Tribunal engendraram esforços para me colocar no CEJUSC, para trabalhar como conciliadora.

Desde o início eu me senti incluída, num ambiente de trabalho muito acolhedor, dos magistrados aos técnicos, foram todos orientados sobre como nos receber. Quando eu preciso aprender alguma coisa no sistema, a minha equipe é tão engajada que eles até instalaram o NVDA no computador deles para entender como eu trabalho, então, pelo menos até agora, eu não enfrentei nenhum tipo de preconceito no Tribunal. As partes também me respeitam, sabe, elas, às vezes, até me ajudam com a ata. O conciliador é aquele que vai intermediar a conversa entre as partes e, além disso, a gente tem que fazer a ata da audiência, que é o registro de tudo que aconteceu ou, se for o caso, até o registro do acordo em si, que as partes vão fazer. E esse foi até o maior desafio: como fazer a ata ouvindo o leitor de

tela e ouvindo as partes ao mesmo tempo? É muito bom quando você consegue superar um obstáculo, mas no começo tinha medo. Então foi muito bom para mim. E eu adoro falar com as pessoas, tenho que tomar cuidado para não fazer bagunça na recepção das audiências, porque eu amo encontrar minhas colegas. Adoro essa interação com os advogados, com as partes.

Eu adoro o Direito e agora estou fazendo pós-graduação e o atendimento à pessoa com deficiência está sendo maravilhoso. Estou fazendo na EMAP, que é a escola da magistratura aqui do Paraná. A aula é online e os professores no início da aula já fazem audiodescrição, mesmo que eu não esteja ali, ao vivo, eles se lembram de falar o que está na tela. Eu percebo que os juízes e os promotores que dão aula estão todos engajados em promover a nossa inclusão.

Somos uma minoria. Quer queira, quer não, um acaba representando o todo. Então, eu acredito que quando você tem uma pessoa atuando na televisão, uma pessoa atuando num Tribunal, principalmente no meu caso, que trabalho em audiências com pessoas de fora do Tribunal, mesmo sem querer você acaba contribuindo com o processo de inclusão, porque você acaba mostrando para aquelas pessoas, para aquela sociedade, que a pessoa com deficiência visual pode.

É claro que o Tribunal tem muita coisa a aperfeiçoar em questão de acessibilidade, principalmente nos sistemas. Mas é por isso que é importante uma política de acessibilidade desde o nascimento e que ela se multiplique para todos os setores. Mas a gente ainda chega lá.





JOANA DUHÁ GUERREIRO

Data de Nascimento: 21/05/1985

Naturalidade: Rio de Janeiro – RJ

Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – TRT1

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 11/12/2008

como servidora e 05/04/2019 como juíza

Cargo: Juíza do Trabalho Substituta

Lotação: TRT 1ª Região

Meu nome é Joana Duhá Guerreiro, eu sou juíza do trabalho substituta do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. Sou uma mulher branca de olhos castanhos bem escuros, com cabelo curto chanel castanho-claro e com luzes. Uso óculos meio quadrado/arredondado roxo, quase preto.

Sempre fui muito nerd no colégio, a primeira aluna. Eu sempre gostei mais dos livros do que das pessoas – e muito também dos animais. Era uma criança muito sensível, sempre fui muito sensível. Na verdade, de tudo na minha história, o que mais me marca é a dor. Sinto dor desde que eu me lembro e isso foi até um dos elementos-chave para o médico que fez o diagnóstico da minha doença, que é Síndrome de Ehlers-Danlos.

Tem um médico americano que diz que essa é provavelmente a síndrome mais negligenciada da história da medicina. São dores que sentimos todos os dias, desde que nascemos até o dia em que vamos morrer, mas, apesar disso, todos os exames que você faz dão normais. Então o paciente acaba sendo considerado paciente psiquiátrico. Eu mesma, só tive esse diagnóstico no ano passado.

A síndrome é um conjunto de doenças do colágeno. Há mutação nos genes responsáveis pela sintetização do colágeno, que é um tecido conjuntivo presente em todas as estruturas do organismo. O colágeno é como se fosse o cimento da casa, é o que segura toda a estrutura. No meu caso, é como se o cimento fosse areia. As articulações e órgãos internos se deslocam, até meu crânio se desloca. O meu maior

deslocamento é no quadril. É como se eu fosse um saco de ossos boiando e quem segura é a pele. Então, considerando que todo o meu tecido conjuntivo é deficiente, eu sou praticamente inteira deficiente, muito embora quando me olhe, você não perceba.

Apesar de receber a notícia ser algo um tanto quanto assustador, logo em seguida é libertador, porque você passa a entender tudo o que aconteceu na sua vida e a se entender, compreender e se validar. Porque, até então, você passa a vida achando que é louca, que você é diferente, que você é inadequada, que você é preguiçosa, que você é incapaz. E aí, passa a entender que nada daquilo é culpa sua. Você nasceu daquele jeito, daquela maneira.

Eu sempre fui uma pessoa que se esforçou. Aliás, essa é uma das grandes questões: eu sempre vou no limite e eu não sei qual é o meu limite. Então, eu vou me esgotando, até um ponto em que eu quebro por completo. Hoje em dia tenho diagnóstico também de autismo. Em determinadas situações, eu tenho um *shut-down*. Literalmente, eu paro de responder a qualquer estímulo externo e, se você falar comigo, eu não consigo responder nem qual é o meu nome, porque é o meu organismo me protegendo como uma forma de autorregulação.

Por isso que, em geral, quem tem autismo precisa de uma pessoa de suporte, que vai perceber que você está entrando numa crise e diminuir os estímulos para que você não entre na crise, porque uma vez que entrou na crise, é muito mais difícil sair.

Mas voltando à Síndrome, não tem nenhuma estrutura minha – dos dentes aos olhos, aos órgãos internos, da pele... – nada que não seja alterado. Então, as dores são ortopédicas, mas também são viscerais. Porque as vísceras também saem do lugar. Às vezes, por exemplo, o meu pulmão vai estar esmagado por uma bexiga que saiu do lugar, ou o coração está espremido porque saiu do lugar, ou o intestino espremido pela bexiga. A síndrome tem muitas variações, mas no grau da minha, as mulheres não engravidam. Não porque têm dificuldade de engravidar, mas como é que vamos segurar uma criança dentro da gente? Quando vamos ao banheiro, pode acontecer prolapso de útero, ou quando sai a menstruação, pode até o útero sair para fora e ter que ser colocado de volta. As minhas costelas chegam a rolar uma por cima da outra. Imagina a dor.

Outra coisa da síndrome é que o tecido conjuntivo está presente em todos os receptores responsáveis por mandar mensagens para o nosso cérebro, para aumentar a pressão, diminuir a pressão, aumentar ou diminuir a temperatura corporal... Então, é muito frequente os pacientes também sofrerem uma outra doença secundária, a desautonomia, uma deficiência do sistema nervoso autônomo, que é, inclusive, responsável pelos batimentos do coração. Às vezes, o meu vai a 130, 135 batidas, comigo sentada. A temperatura também. Às vezes, eu sinto muito calor no frio ou muito frio no calor.

Só que não tem um exame para detectar a

síndrome. Aí, tudo é interpretado como ansiedade, pânico, mesmo que você fale “não estou ansiosa, não é ansiedade...”.

Fui pesquisar o diagnóstico do autismo, por conta da correlação que tem com a Síndrome de Ehlers-Danlos. Estima-se que 60% dos pacientes tenham alguma neurodivergência. E neurodivergência não é só autismo, né? É o TDAH, as altas habilidades de superdotação, de hipersensibilidades sensoriais. Aí, na pesquisa eu fui me identificando. Falei: “Caramba, será que é por isso que eu sempre me senti muito inadequada em todos os ambientes?”. Você tem aquela sensação de que está o tempo inteiro tentando fingir para os outros que é igual a eles, mas você sabe, no fundo, que você não é. Então, eu fiz a primeira avaliação neuropsicológica. O autismo às vezes fica mascarado. Nas mulheres, em especial, porque ele sempre foi muito visto e analisado do ponto de vista masculino. Só mais recentemente os estudos passaram a pesquisar o autismo em mulheres, porque ele se manifesta de forma muito diferente. Não se sabe ainda até que ponto isso se dá por influência social, da construção social, do feminino ou mesmo por diferenças hormonais.

Por incrível que pareça, eu tenho hipossensibilidade à dor, provavelmente, porque eu sinto muita dor o tempo inteiro, então para eu dizer que eu estou sentindo uma dor é porque é algo descomunal. Mas com relação a cheiros, a barulhos, eu tenho uma hipersensibilidade. Com relação à

luminosidade, eu tenho uma hipersensibilidade. É um negócio que me deixa louca. Eu vejo a luz piscando quando ninguém está vendo. E aí eu falo que a luz está piscando, as pessoas dizem, “não, você tá maluca...”. Aí, quando a luz pisca de verdade, porque está tendo flutuação de energia ou cai... aí, as pessoas falam que estava piscando mesmo. A gente sente o mundo de uma forma completamente diferente.

Fiz uma primeira e uma segunda avaliação do autismo e, na verdade, tenho a intenção de fazer uma terceira, ainda não certificada aqui no Brasil, mas é o protocolo considerado padrão ouro. A intenção é saber em que lugar eu estou no espectro e que outras neurodivergências são mais ou menos importantes, porque eu tenho altas habilidades e superdotação, que não é o que as pessoas imaginam que é: ser um gênio. Muito pelo contrário. Às vezes há uma série de dificuldades, porque, na verdade, você tem muitas facilidades em determinadas áreas. E muitas vezes isso causa uma deficiência enorme em outras. Então, por exemplo, você tem habilidades para detectar padrões, mas tem uma péssima habilidade social. Ter altas habilidades e superdotação muitas vezes causa mais transtornos.

Assim como minhas dores e sintomas físicos, que eu deixei de achar que eram coisas fabricadas na minha cabeça, com o diagnóstico de autismo, passei a entender algumas características minhas: o fato de eu nunca ter conseguido construir amizades muito duradouras, de ir numa festa e ser a pessoa que,

de repente, sumia. Hoje eu entendo, que é porque eu ficava sobrecarregada sensorialmente, eu não conseguia nem avisar para alguém que eu estava indo embora. Porque aquilo já seria um excesso de interação, que eu seria incapaz de fazer. Agora eu entendo, eu entendo todas essas coisas. Eu me preservo mais, me programo e já consigo falar com as pessoas que convivem comigo, para que elas entendam que não estou sendo dramática ou intolerante. Eu estou só sobrecarregada. Agora, quando eu preciso ir embora, eu consigo falar que preciso ir embora, em vez de ficar me violentando, me forçando, me obrigando, me sobrecarregando. Consigo fazer com que, pelo menos, as pessoas próximas entendam que aquilo não é uma agressão a elas, é só uma questão fisiológica que você chegou ali no seu limite. E se ultrapassar aquele limite, você vai ter consequências fisiológicas também, que vão ser difíceis de manejar para se recuperar.

Mas é muito difícil saber fazer as pessoas compreenderem isso na minha profissão. Por exemplo, a audiência é uma tempestade de estímulos e, muitas vezes, no final da audiência, eu fico catatônica de fato. Quando meu marido me vê, ele tenta falar comigo e eu não vejo ele. Eu me esqueço de comer e de beber água. Me lembro de ir ao banheiro quando já é inevitável. As pessoas não imaginam.

Eu sou também gestora do Programa de Combate ao Trabalho Infantil. Então, tenho outros compromissos. Eu dou palestra... Como é que as pessoas imaginam isso tudo? Elas passam a duvidar.

Mas é porque não convivem comigo no dia a dia, não sabem, não veem tudo. Eu tenho que fazer musculação. Aí, as pessoas acham que, porque eu vou à academia, não tenho nada, estou super bem... Eu me forço, porque se eu não tiver músculo, não vai ter nada para me segurar. Nada.

Se a gente não tivesse um mundo tão capacitista, eu teria buscado antes o diagnóstico, porque eu não teria tentado ficar me escondendo, disfarçando, fingindo que eu não sentia dificuldade em fazer as coisas como todo mundo faz. Porque você não quer ser diferente, é natural do ser humano querer ser aceito. Na verdade, o problema não é ser diferente, o problema é que as pessoas não aceitam o diferente. E para você ser aceito, você acaba passando por cima da sua própria essência, do que você é, para tentar se encaixar num padrão. No que é o esperado. Eu digo que, de certa forma, talvez eu estivesse presa numa caixinha. E a caixinha foi cada vez me esmagando mais, mais, mais... até que chegou um momento em que eu não tinha mais como caber dentro da caixinha. O diagnóstico é como um luto de si mesmo e uma fase de barganha. Você começa a pensar, “caramba a vida que eu pretendia, os planos que eu tinha, o que eu esperava, não vai ser nada daquele jeito. Vai ser tudo diferente, eu não vou conseguir fazer as coisas da maneira que eu tinha planejado”. E aí começa a aceitação... Já que é assim... Como que eu posso fazer para viver o máximo, usufruir o máximo possível dos recursos que eu tenho na vida, que eu tenho do tempo,

que eu tenho aqui do jeito que eu posso.

Depois que você já está um pouco mais conformada, você passa a dizer: bom, agora, então, eu quero ter o direito de ser quem eu sou, de fazer o que eu posso – e vou falar e reivindicar isso, porque não é nada demais. E não é culpa minha. Eu sempre falo que, quem não tem Ehlers-Danlos, eu duvido que aguentaria ficar um dia dentro do meu corpo. Iria pedir pelo amor de Deus para sair. Mas eu não tenho escolha, é o que eu tenho. É, então, vamos trabalhar com isso. E do mesmo jeito que eu tenho que respeitar e trabalhar com as diferenças dos outros, os outros também vão ter que trabalhar com as minhas.

Estou me esforçando há 40 anos, dos quais 38 eu fiquei me esforçando com vergonha de aceitar que eu era diferente. E fingindo, para não sobrecarregar os outros, porque eu não queria ser um fardo. Mas quem disse que eu sou um fardo? Só porque eu não sou igual a todo mundo? Eu tenho muito a oferecer.

Eu sofria *bullying* dentro de casa, porque meu nome é Joana Duhá Guerreiro e meu pai falava que era Joana Buá Guerreiro, porque eu chorava o tempo inteiro, eu era muito chorona. Mas hoje eu enxergo: eu chorava assim, porque a etiqueta da roupa estava me incomodando, porque o sapato estava me apertando...

Eu tive que amadurecer muito rápido, passei a ter chave de casa desde os 7 anos, porque a minha mãe saía de casa logo depois que a gente ia para escola e voltava tarde da noite. Durante um ano, eu tive um mutismo seletivo e só falava com o meu irmão – mas

só quando ninguém estava vendo. E uma vez, a minha mãe me viu falando com o meu irmão. Ela estava preocupada. Era década de 80, era outra maneira de ver a criança, não era como hoje, que vemos as crianças como um mini ser humano. Não se tinha um monte de conhecimentos. Então, ela me viu falando com ele e me deu uma surra. Eu levava muita surra... Ainda mais porque era essa criança que vive chorando. Eu não expressava de outra forma o que eu estava sentindo. Naquela época, isso era visto como falta de surra. Aos 19 anos, saí de casa para morar com meu primeiro namorado.

No vestibular, eu não sabia o que queria, então tentei vários cursos diferentes. Passei em primeiro em todos e decidi cursar Comunicação na UFRJ e Direito na UERS. Só que eu também queria fazer estágio e seria impossível conciliar tudo. Então larguei a Comunicação. Fui me apaixonando pelo Direito, talvez porque no Direito eu tenha visto uma combinação de um pouco das ciências humanas com alguma objetividade científica. Eu enxergo o Direito como um jogo de lógica, que, na verdade, é a maneira como os autistas enxergam as interações sociais.

E a minha origem no Direito é tributária, o que faz até muito sentido porque eu sempre gostei também de matemática, planilhas, coisas assim. Comecei a estagiar na Secretaria Estadual de Fazenda e cheguei depois a ficar um periodozinho num escritório pequeno, que lidava com terceiro setor, que era bem interessante. Ralei muito, mas a ideia é que eu estava

sendo sempre subaproveitada. Eu queria grandes desafios intelectuais. Depois, fui chamada para um grande escritório. Lá era excepcional. Mas era coisa de escritório. Não tinha limite. As coisas apareciam de uma hora pra outra para resolvermos. E a falta de previsibilidade, para o autista, desregula de uma maneira que dói fisicamente. A gente tem, de fato, uma dificuldade muito grande de lidar com imprevistos, porque a gente precisa recalcular tudo, porque tudo que se faz a gente precisa primeiro viver aquilo dentro da gente. Lá no escritório eu tinha conquistado tudo, um ótimo salário, muitas promessas de mundos e fundos... Lá eu era rainha. Mas comecei a pensar em prestar concurso em busca dessa estabilidade. Enquanto ainda estava lá no escritório, passei logo para técnico do Ministério Público Estadual. Não fiquei nem quatro meses lá. Fui chamada para técnico do TRT da 1ª Região, onde atualmente eu sou juíza. E como eu tinha feito as duas provas para técnico e para analista também, fiquei alguns meses só como técnico e em seguida fui chamada para analista.

Chegando lá, foi um choque. Porque eu saí de um escritório onde eu ficava elaborando altas teses jurídicas, podia ficar descalça, com os pés no carpete, chamar a copeira que trazia lanchinho... E, de repente, eu cheguei no TRT e era carregar processo para um lado e para o outro, numerar página, dobrar notificação. Mas eu entrava no hiperfoco e fazia tudo. Todo mundo falava: "Vai devagar, se não vai ficar chato aqui pra nós". Eu respondia: "Ué, vocês não falaram

que era pra fazer? Eu já fiz! E agora, o que tem mais pra fazer?”. Comecei a ser estigmatizada também, como pessoa não grata, porque eu ficava questionando os métodos, dizendo: “Mas isso daqui não faz o menor sentido, por que você faz isso dessa forma?”.

Finalmente, em algum momento eu consegui me tornar assistente de juiz e fazer o que eu gosto de fazer, que é Direito. É pegar a lei e aplicar no caso concreto. Interpretar, criar teses jurídicas, raciocinar, criar raciocínio. E passei a fazer minutas de sentença. Fiquei durante muito tempo fazendo isso, até abril de 2019, quando tomei posse na magistratura como juíza no TRT da 14ª região, que é Rondônia e Acre.

Eu estava confortável como analista. Analista no último degrauzinho da progressão da carreira, ganhando uma FC 5, 100% em teletrabalho, como assistente de juiz. Estava tudo maravilhoso, só que teve uma mudança na vara e eu ia ter que ir para outro lugar. Aí, eu falei: “Não vai dar para ser feliz aqui, porque acabaram com a minha estabilidade. Eu quero um trabalho em que eu tenha controle das coisas para poder prever”. Eu sinto sempre muito esses momentos, por conta dessa necessidade de previsibilidade. Aí, fiz o concurso e passei. Fui parar em Rondônia, por causa da minha classificação no concurso, que era nacional.

Foram muitas mudanças, que me tiraram da estabilidade necessária. Eu sou aquela pessoa que gosta de comer as mesmas coisas. Para mim, se a nutricionista diz: “Todos os dias você tem que comer isso aqui”, eu vou achar ótimo! Eu vou comer todo dia

a mesma coisa, inclusive os mesmos pedaços e na mesma ordem. Eu sempre morei no Rio de Janeiro. E então eu me vi em outra cidade, que não é a minha, onde conheço as ruas, cada pedra portuguesa, o mercado onde sempre faço as compras, que eu sempre compro a mesma coisa, no mesmo dia, no mesmo caixa, com a mesma pessoa que eu já estou confortável. Fui para o Norte, que é outro país.

Para mim, tudo foi altamente perturbador. Uma cidade diferente, com clima diferente, pessoas diferentes, uma função diferente. E eu tive sempre meu ex-marido, que hoje em dia eu enxergo, ele foi a pessoa de suporte durante anos, mas ele não quis nem tentar Rondônia.

Ao mesmo tempo eu estava fazendo aquilo que finalmente fazia sentido para mim, sentindo a satisfação que é o que os orientais chamam de Ikigai, que é quando você consegue conjugar uma coisa em que você é bom em fazer, que você gosta de fazer e que a sociedade te valoriza por fazer aquilo, te retribuindo proporcionalmente. Eu me sentia na função certa, mas no lugar errado. Talvez estivesse faltando o suporte familiar, emocional. Em termos de ambiente, de tratamento no trabalho, era tudo muito de acordo.

Todo mundo falando para eu voltar de lá. Ainda por cima, a diferença salarial não compensava, considerando o fato de eu ter todo um gasto de pagar aluguel lá, pagar todas as contas e ir todos os meses para o Rio, que era quando eu conseguia me calibrar, sentir o aconchego do conhecido, do meu lar, das

peessoas que conviviam comigo. Mas eu não queria perder a chance do cargo e tinha ido na esperança de conseguir a remoção de volta para o Rio. Planejei assim: eu tenho dois anos para reverter para o meu cargo anterior. Durante esse período, vou tentar. E se não der certo, eu volto a ser analista e volto para minha ostrazinha de conforto.

Quando estava batendo o meu prazo, eu consegui a remoção. Foi, literalmente, no último dia do prazo para poder reverter que saiu a portaria do TST, confirmando quem iria ser removido. Foi quando eu pude finalmente respirar aliviada, porque eu voltaria para casa como juíza. Eu não conseguiria ficar mais tempo, por causa da falta de suporte. Eu não tinha ainda o diagnóstico, mas percebia que não seria capaz de conseguir ficar lá.

Quando voltei, as coisas estavam ainda remotas por conta da pandemia. Então, fiquei tendo que lidar com a imprevisibilidade de estar sendo designada cada hora para um lado. Mas de uma forma um pouco mais estável. Na verdade, a gente tinha um déficit um pouco menor. A gente conseguia ter designações mais longas, pelo menos um mês. No ano passado, as designações ficaram um caos completo. Eu não sei mais onde eu vou estar, o que eu vou estar fazendo, que horas que eu vou estar livre. Não tenho controle absolutamente nenhum sobre a minha rotina, porque eu vou fazer uma pauta que um outro juiz marcou, num dia e numa vara que eu não sei qual é.

Por causa da doença crônica, eu precisaria fazer

diversas terapias, mas não consigo nem marcar as terapias. A fisioterapia, que eu deveria fazer duas vezes por semana, eu luto muito para fazer pelo menos uma vez por semana. É uma fisioterapia muito específica, porque a finalidade dela é justamente colocar as coisas no lugar, reduzir as luxações de todos os ossos e dos órgãos internos. Eu também deveria fazer psicoterapia e terapia ocupacional, mas não estou fazendo por falta de tempo, porque não tenho tempo, eu trabalho 12 horas por dia, inclusive aos finais de semana e feriados. A gente está submetido a uma sobrecarga de trabalho completamente absurda, por causa da carência do quadro. Eu faço agora o equivalente à atribuição de cinco juízes.

O simples fato de existir exige de mim muito mais esforço. Eu me sinto absolutamente perturbada, desregulada, surtada, infeliz, sofrendo. Meu hiperfoco é o trabalho, o Direito, ler o processo. Mas meu hiperfoco virou uma tortura. Então é um conflito dentro de mim, porque, ao mesmo tempo que é a coisa que eu mais amo fazer, que me faz esquecer de comer, é, literalmente, uma tortura.

Eu tenho uma certa dificuldade mesmo de equilibrar os pratinhos, os elementos da vida, tanto que eu não tenho muitos amigos. Não sou aquela pessoa que fala com todo mundo, que tem convívio social contínuo, eu tenho o meu marido, que é também super suporte hoje em dia. Ele está cada vez mais aprendendo. A gente está aprendendo junto a lidar com as coisas. Eu tenho também meu pai, que, hoje em dia,

a gente é super próximo, superamos todas as questões que aconteceram na minha primeira infância.

Além das questões do autismo, a minha doença não é bolinho, não é bolinho mesmo. Os médicos especialistas em dor, que fazem a escala de níveis de dor, colocam a Síndrome de Ehlers-Danlos no mesmo nível de pacientes de câncer terminal. Então, se compara a isso, com a diferença de que sentimos isso durante a vida toda. E a gente ainda tem um fenômeno que é a analgesia, ou seja, a anestesia não pega. Medicamentos analgésicos não fazem diferença.

Eu sei que muitas pessoas questionam as minhas queixas e acham que eu estou tentando levar alguma vantagem. Questionam se eu tenho de fato, até por conta de ser invisível. Em parte eu sei que é por não conhecerem a doença. Mas tem também o preconceito de acharem que eu estou roubando direito de outros PcDs que estão em cadeira de rodas. Não estou roubando nada de ninguém. E esses direitos não são privilégios. São direitos que, se eu tiver necessidade, eu vou utilizar; se eu não tiver, eu não vou utilizar. Talvez venha dessa cultura de todo mundo querer levar vantagem. Eu não estou querendo levar vantagem nenhuma.

Estou em desvantagem desde quando eu nasci. A minha vida poderia ter sido diferente com mudanças muito pequenas. Eu não tinha diagnóstico na época, então passei em todos os concursos sem nenhuma cota – tudo bem. Mas se eu tivesse tido a possibilidade de não ter que me medicar para conseguir escrever com

uma caneta, já teria feito toda a diferença, pois no dia seguinte eu tinha que me entupir de medicamentos e na semana seguinte estava toda desregulada, com problema gastrointestinal. Foram prejuízos que aconteceram sem a menor necessidade.

A barreira existe porque a deficiência não é vista, não é olhada, não é pensada. A estrutura da sociedade, das instituições, de tudo, ela não é pensada olhando para a deficiência. E uma vez que você reconhece, enxerga a barreira, aí você pode eliminá-la, criando adaptações razoáveis para que ela não exista mais.

E a gente precisa ocupar os espaços, ocupando mesmo. Você precisa ter representantes negros, mulheres, indígenas, porque você tem essa diversidade na base. E se essa diversidade não está representada nas instituições, as instituições não têm legitimidade para representar o todo. A gente precisa ser o reflexo do todo, se a gente não é reflexo do todo, a gente acaba sendo só um pedacinho, que vai continuar sendo o único pedacinho que tem acesso a tudo.





LINDICE CRISTINA PRATA DE OLIVEIRA

Data de Nascimento: 07/07/1985

Naturalidade: Manaus - AM

Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região - TRT11

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 27/07/2015

Cargo: Técnica Judiciária - Área Administrativa

Lotação: Divisão de Laboratório de Inovação dos
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - LIODS

Eu sou Lindice Cristina Prata de Oliveira. Sou uma mulher de 38 anos, quase 39, parda, tenho cabelos castanho-escuros e olhos também castanhos. Sou nascida em Manaus.

Minha mãe também é uma pessoa com deficiência, também sofreu muito preconceito por conta disso. Quando ela tinha oito anos de idade, a minha mãe passou por um acidente de barco em que ela perdeu o couro cabeludo, parte da orelha, teve fraturas no crânio e outras cicatrizes. Ela era tratada, de certa forma, sempre à margem, inclusive dentro da família. E esse mesmo preconceito ela sofreu no namoro com o meu pai, a família dele não aceitava que ele, podendo ter uma mulher perfeita, escolhesse a minha mãe, que era deficiente, que era, como as pessoas comentavam, uma aleijada. Então, esse peso foi se perpetuando.

Meu pai nos abandonou e voltou diversas vezes, até que minha mãe ficou sozinha com duas crianças para criar, eu e meu irmão. Foi um período muito difícil para ela porque a gente, no interior do Amazonas, vivia num tapiri, um barraco. Esse barraco era só um vão, o famoso quatro por quatro. E a gente não tinha condição praticamente de nada, foi uma vida muito difícil, uma infância muito difícil. Minha mãe fazia peças de crochê e dava para minha tia, que trabalhava na Zona Franca de Manaus, para vender. Essa era a renda que a minha mãe tinha, ao menos até meu tio ir morar com a gente, justamente para dar apoio financeiro em troca de ter onde morar. Ele ajudou no sustento da casa, no que pôde ajudar, ele ajudou. Minha mãe conseguiu,

com o apoio dele, trabalhar em casa de família, como cozinheira e faxineira.

Enquanto ela fazia esse serviço, a gente ficava na creche. Por esse motivo eu tive que atrasar praticamente um ano no colégio, porque a creche não tinha como me manter, eu tinha entre seis e sete anos, então teria que procurar já um colégio de primeiro ano do ensino fundamental, só que a minha mãe não tinha com quem me deixar. Eu fiquei ainda na creche, mas quando completasse sete anos tinha que sair da creche. E ficou um pouco mais difícil, porque, a partir desse momento, eu meio que virei a mãe do meu irmão, em seguida ele também saiu da creche e um tinha que cuidar do outro. Nós crescemos assim. Infelizmente essa é a realidade. Se fosse hoje, talvez minha mãe tivesse perdido a guarda. Minha mãe tinha que cuidar do filho dos outros e os filhos dela ficavam sem ninguém. E assim a gente passava a nossa vida esperando ela chegar, às vezes ela saía, a gente estava dormindo e, quando ela voltava, a gente também já estava na cama.

Na adolescência, a gente conseguiu mudar dessa antiga casa para um bairro mais próximo dos meus outros tios, então sempre tinha uma assistência. Minha mãe trabalhava durante a semana num colégio e, aos finais de semana, ela trabalhava para uma família como cozinheira.

Logo em seguida, com 17 anos, eu casei. Com 19, eu fui morar em outra cidade. E esse meu ex-marido, no caso, falava: "Poxa, você é inteligente. se você

estudar, você pode ajudar sua família, ajudar sua mãe, vamos fazer aqui um concurso”.

E foi aí que eu comecei a estudar para concurso público. Até então eu não tinha muita consciência da minha deficiência. Tinha algumas situações que aconteciam comigo que eu achava estranhas, que não eram comuns, as pessoas sempre me acharam um pouco mais lenta, eu tinha muita distração, esbarrava nas coisas, mas eu não sabia que eu era uma pessoa com deficiência. O diagnóstico veio quando eu passei no exame da Aeronáutica e fui reprovada na inspeção de saúde por ser cega, eu fui reprovada com esse diagnóstico.

O médico falou para mim: “O que que você tá fazendo aqui? Você é cega, você nunca vai ser militar”. Nesses termos. Isso me deixou muito impactada. Depois ele me chamou para conversar e disse: “Talvez isso seja um prêmio para você. Eu tenho alguns amigos que passaram pelo que você está passando, foram reprovados, mas depois fizeram concursos civis e ficaram muito bem, não desanima”. Tudo o que eu queria era passar naquele concurso, que eu achava que seria o ápice para mim, ser militar, acessar a gente da Aeronáutica. Mas não consegui.

Continuei estudando para outros concursos, fui aprovada num concurso no Paraná, na companhia de energia, e fiquei dois anos e meio nessa empresa. Foi uma experiência muito boa para mim, foi onde comecei a ter uma renda, não ficar dependendo do meu ex-marido. Então ele arrumou trabalho em Roraima e

eu pedi demissão, para ir com ele. Depois, passei no concurso da Infraero, em Manaus, e fiquei lá por quase dois anos. Mas, em razão de questão familiar, retornei para Roraima, houve muito conflito com o meu esposo, ele não aceitava meu trabalho na Infraero. Todos esses concursos em que eu passei, não foi como PcD, porque na época essa minha deficiência, a visão monocular, não era reconhecida.

Então entrei no Banco do Brasil. O concurso do Banco do Brasil foi o meu primeiro concurso como PcD. Fui funcionária lá por três anos e meio. Nesse período eu tinha classificado no concurso do TRT, mas não tinha expectativa de me chamarem, não tinha expectativa de vaga.

Quando o TRT chamou, foi uma realização. Ligaram para o meu ex-marido, dizendo para eu comparecer no Tribunal, e eu saí meio que com a roupa que eu estava, descabelada, para falar com o gestor. Ele explicou como que funcionava, e então disse: “Agora eu tenho que fazer a pergunta formal, se você realmente quer assumir essa vaga, se você tem interesse”. Eu comecei a chorar. Nessa hora passou um filme na minha cabeça. Porque quando você sai de uma situação como a minha, sem perspectiva nenhuma, e consegue adentrar as portas de um Tribunal, que é tão difícil, um concurso tão concorrido... Eu nunca vou esquecer, eu posso ir para qualquer outro órgão, em qualquer outro cargo, mas isso que eu vivi naquele dia, eu recebi como um presente de aniversário. Foi no dia dois de julho de 2015, e eu completava aniversário no dia 7.

O Tribunal não trouxe para mim só um cargo. Trouxe uma experiência profissional. Eu vivi alguns desafios nessa trajetória de quase nove anos. E me trouxe também amizades que eu levo para a vida.

Hoje, aqui em Manaus, estou lotada no laboratório de inovação, um setor novo, que tem sido uma experiência maravilhosa para mim. Porque eu tenho muita afinidade com as artes, gosto muito de fazer poesia, fotografar, fazer música. Eu tenho toda essa parte artística que, no decorrer da minha vida, por várias questões, eu tinha deixado de lado. E hoje, aqui, nesse ambiente que o laboratório proporciona – a parte de socioambiental, acessibilidade e inclusão, ela é vinculada ao Laboratório de Inovação –, eu caí no meu berço. É um ambiente colaborativo que me permitiu, por vezes, dar asas à criatividade, eu tive a possibilidade de criar algumas coisas, de participar de muitos eventos, de conhecer mais o Tribunal, a estrutura, como a presidência.

A minha deficiência é uma deficiência considerada invisível. Porque a visão monocular, a pessoa olha para mim e não identifica. Isso gerou esse comentário que eu recebi no Tribunal, que uma pessoa me perguntou: “Você é deficiente de quê?”. Eu fiquei meio assim, só que eu tinha que responder, então eu fiz uma brincadeira pra descontrair e depois expliquei que eu não tenho a visão do olho esquerdo, e no olho direito tenho quase três graus de miopia, mais astigmatismo e hipermetropia. Essa situação é bem corriqueira, no caso da deficiência invisível, tanto que eu consegui adquirir

aquele crachá de girassol, ele tornou-se obrigatório aqui, no TRT. Para identificar a questão das deficiências invisíveis.

Só você sabe as limitações que você passa. Eu tenho que ter toda uma cautela ao descer escadas, eu demoro porque eu tenho receio de me acidentar. Ao pegar as coisas, por exemplo, a deficiência afeta principalmente a visão de profundidade. Ou seja, a pessoa vai me dar uma folha, vai me dar um objeto na minha mão, eu já fico meio preocupada porque eu não sei a que profundidade aquilo está de mim, às vezes eu passo a mão por baixo da folha e a pessoa fica sem entender o que está acontecendo.

Eu tenho hoje a carteira de deficiente aqui do estado do Amazonas, que aqui substitui, inclusive, o laudo médico, apresentando essa minha carteira de PcD nos órgãos públicos, eu não preciso apresentar mais o laudo médico. Isso é uma dificuldade que a gente tem, às vezes a gente tem que apresentar o laudo e ele tem que estar atualizado até 12 meses anteriores ao da apresentação, então todos os anos eu tenho que pedir um laudo, sendo que a minha deficiência é permanente, que não tem perspectiva de melhora.

É importante que os gestores prestem atenção na lista e nas convocações das pessoas PcDs, porque, por vezes, nós somos esquecidos lá, numa lista separada. Eu fui convocada porque não conseguiram achar ninguém na lista geral, e então meu colega se lembrou da lista de PcDs. E não é porque a gente fez concurso na vaga na cota de PcD, que a gente vai ficar lá, sem

expectativa. Porque já é bem difícil, só são reservadas 5% das vagas. É uma crítica que eu tenho, porque, a exemplo do meu estado, do Amazonas, hoje a cota para PcDs aqui é de 20% das vagas, e isso já dá um reflexo muito grande na inserção de PcDs no serviço público. Isso faz muita diferença. Tem gente que fala que é fácil, mas não, é, inclusive, muito mais difícil, porque se você só se classificar nessa vaga de PcD, a chance de você entrar é muito remota. Hoje, aqui, de mais de mil servidores, são 25 PcDs no total. Isso é pouquíssimo.

Mas hoje eu também vejo muito mais a presença de ações de capacitação, a mobilização para levar essas ações para o interior, para o estado de Roraima. A gente também está mais em contato com parcerias, temos com o Instituto do Autismo, Priorização do trabalho da mulher, que tem várias comissões, hoje eu vejo que há muita atuação.

Eu atendi um senhor, por exemplo, que por duas vezes ele ia ser condenado, porque tentava chegar na audiência às 8 horas da manhã de Uber na cadeira de rodas e não conseguia. Só que aqui é um bairro distante. Eu sei como é a cidade de Manaus, eu sei a dificuldade que ele tem de pegar um ônibus ou um veículo. Diante de uma situação dessa, eu acredito que empatia é fundamental. Aqui, também, a gente tem muita dificuldade com intérprete de Libras, então gera uma preocupação de estar preparado.

Pessoas como eu em cargos de servidora e de gestora são portas abertas, porque tem gente que nem sabe que pode participar desse processo seletivo, de

um processo seletivo, de um concurso. Tem muitas pessoas que não sabem que existe reserva de vagas para PcDs no setor privado, e muitas outras até precisam de capacitação, a gente, enquanto Justiça do Trabalho, tem que estimular isso.

E não só isso, mas a questão da priorização da participação feminina no Tribunal é muito importante. A questão da prevenção ao assédio também. Porque a gente sabe que este ambiente já foi muito só dos homens. Hoje isso realmente está mudando, e os comitês e comissões são extremamente importantes para validar a voz feminina. Porque a gente ainda precisa muito de apoio. Eu já passei por situações de ter que defender um ponto de vista e sentir que ele não era ouvido por eu ser mulher. Eu me vejo muito no grupo vulnerável das mulheres que sofreram assédio, das mulheres que sofreram violência doméstica.

Por isso a gente precisa sempre ter empatia. E a cada dia reconhecemos que nós somos servidores públicos e que nós atuamos para que o serviço público funcione da melhor forma, com eficácia, porque nós estamos aqui para servir. E que a gente possa servir realmente com amor. Claro, a vida não é perfeita, há dias que a gente está em cima, dias que a gente está embaixo. Mas torço para que a gente possa ter resiliência e que a gente não se limite, não aceite o comodismo e procure evoluir e plantar boas sementes por onde a gente passar.



RODOLFO JOSE ANDRELLO

Data de Nascimento: 28/08/1985

Naturalidade: Santa Bárbara d'Oeste – SP

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – TRT15

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 21/03/2012

Cargo: Técnico Judiciário – Assessor de Desembargador

Lotação: Gabinete da Desembargadora Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza

Meu nome é Rodolfo, tenho 38 anos, faço 39 em agosto. Sou casado. Eu sou um homem branco, tenho cabelos pretos bem curtos, costumo fazer um corte rente com máquina zero e mantenho uma barba preta bastante expressiva. A definição clínica da minha deficiência é “cegueira legal”, mas eu tenho algo como 5% de visão em um dos olhos. O olho direito eu perdi totalmente e meu olho esquerdo é esse que eu tenho um resquício visual.

A minha família era uma família bem típica dos anos 1990, de pessoas de baixa renda, a minha mãe executava tarefas de diarista e o meu pai é do ramo da metalurgia. Ele se divorciou da minha mãe quando eu tinha uns 10 anos mais ou menos, então nosso convívio foi limitado, inclusive porque ele morava em outra cidade. Eu sou o mais velho de quatro filhos. A gente sempre estudou em escola pública e com poucos recursos educacionais.

Eu nasci em Santa Bárbara, já com catarata, miopia e estrabismo. Meu desenvolvimento foi um pouco conturbado, porque minha mãe demorou para constatar a minha deficiência visual, então eu demorei um pouco para andar. Ela consultou um neurologista e ele nos encaminhou para uma oftalmo. O problema mais sério que eu precisava enfrentar naquele momento era catarata. A médica me encaminhou para cirurgia aos três anos, mas ainda permanecia uma miopia bastante alta. Logo que eu fui para a pré-escola, eu precisei usar óculos de 13 graus. Ao longo do tempo esse valor variou um pouco para baixo, um pouco para

cima, mas sempre com risco de descolamento de retina em razão da alta miopia. A retina do meu olho direito descolou quando eu tinha 14 anos. Não consegui fazer a cirurgia a tempo, é uma cirurgia que precisa ser feita muito rápido e não havia vaga nem possibilidade de encaixe. Recomendaram que eu procurasse outros hospitais. Então fui para Sorocaba, para São Paulo, mas quando consegui, depois de uns três meses buscando, o quadro já era irreversível. Eu consegui acompanhar a escola normalmente até a sétima série. Na sétima série mesmo, ainda frequentando a escola e antes no descolamento de retina, o quadro da miopia se acelerou muito rápido. Então, eu perdi a condição de acompanhar a matéria na lousa. Não existia nenhum tipo de perspectiva de política, de programa dentro do setor de educação para crianças como eu. Porque tecnicamente eu não era cego, mas, ao mesmo tempo, eu não conseguia acompanhar de forma normal. A partir do descolamento eu tive ainda mais dificuldade, tentei fazer a sétima série mais uma vez, mas acabei desistindo. Quando perdi a visão do olho esquerdo, foi aquele baque, porque do dia para a noite eu estava no escuro. Eu já tinha passado por um descolamento de retina, eu sabia o drama que era. E foi praticamente um *dèja-vu*. A diferença foi que minha mãe fez um escândalo, falou: “Ele tem que fazer cirurgia, porque na outra vez não deu tempo de fazer porque nos mandaram procurar outros hospitais, então tem que fazer”. Ela bateu o pé e eles conseguiram um encaixe.

O detalhe da cirurgia de retina é que as células

vão morrendo no tempo que elas não vão recebendo irrigação sanguínea. Então, quanto antes for feita a cirurgia, você tem mais chance de recuperação. Dessa vez demorou 15 dias para a cirurgia, mas de todos os cenários, esse acabou sendo o menos pior.

Eu comecei a ficar em casa praticamente sem fazer nada, só ouvindo o rádio e sem muita perspectiva. Era uma fase de adaptação pós-cirurgia também. Então era de casa para o hospital, do hospital para casa. A gente precisava pegar o ônibus da prefeitura que levava os pacientes, então a gente fazia aquela cena: levantar 04h30 da manhã e pegar o ônibus para chegar no hospital em torno das 7 horas. Esperar o atendimento, que não tinha uma previsão certa. De toda forma, tinha que esperar até pelo menos às 5 horas da tarde para liberar todos os pacientes para você poder voltar. Na melhor das hipóteses, estava em casa às 7 horas da noite. Tinha que ir e voltar várias vezes, minha mãe junto comigo, inclusive.

Aí ela resolveu me levar numa assistente social na cidade para saber o que a gente poderia fazer, se tinha alguma escola especial. A assistente conhecia um outro morador na cidade que também era cego e que tinha frequentado um instituto em Campinas, o Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores. Ela nos colocou em contato com esse Marcelo, que foi lá em casa e explicou como seria a adaptação para andar sozinho de bengala, fazer terapia ocupacional, onde a gente ia ter AVD (atividades da vida diária), para ter autonomia. Eu fiquei morando praticamente dois anos nesse instituto.

No final de 2003, eu já estava bastante reabilitado. No final de semana, eu já cheguei em casa com uma bengala. Eu estava super feliz assim, todo mundo impressionado também de ver aquele resultado, que era uma nova vida se abrindo. Acho que precisei piorar para melhorar.

Outro salto significativo foi o curso de informática, já com o leitor de tela. E aquilo também foi fantástico, eu me lembro da primeira vez que eu entrei na internet, a primeira vez que usei um buscador, acho que era o Cadê, na época, não era nem o Google. Eu viciiei naquilo. Descobri o mundo.

Era um método muito precário, esse leitor de tela, a opção que a gente tinha era fazer um comando e ele ia lendo o conteúdo inteiro da tela. Então, se tinha vários menus ali que não eram importantes a gente ia ler do mesmo jeito até chegar no texto que a gente queria. Hoje é bem diferente.

Aprender a cozinhar foi bastante útil ao longo da minha vida em épocas que eu morei sozinho. Outro ponto que foi fundamental foi que eu conheci dois alunos lá que já eram veteranos, já tinham passado por todo o processo de reabilitação, e eles estavam morando no instituto para frequentar uma escola lá no centro de Campinas, que era o que hoje a gente chama de EJA. Um supletivo acelerado de seis meses para completar o ensino fundamental e seis meses para completar o ensino médio. E eles me falaram que lá eles estavam adaptados, porque vários cegos já tinham passado por lá. Falei, bom, para mim isso vai ser

muito melhor do que voltar para Capivari e enfrentar as escolas que eu já frequentei e que não deram certo. E o método que parecia um negócio revolucionário, era, na verdade, só uma questão de lógica. Era simplesmente que os professores liam o conteúdo da lousa e os alunos gravavam a aula num gravador de fita cassete.

E se fazia prova oral. Fiz os dois módulos, me formei, tinha feito o curso de informática, então resolvi tentar o mercado de trabalho. Passei bastante tempo procurando oportunidades no mercado privado. Foi bem complicado. Principalmente por conta de uma falha de comunicação, porque era muito difícil falar para o selecionador de que forma eu ia trabalhar na empresa dele. Um pouco desanimado com o mercado privado, eu voltei minha atenção para os concursos. Prestei concurso para a Defensoria em 2008 e comecei a trabalhar em janeiro de 2009. Durante os treinamentos, eu ia lá junto com os outros oficiais, todo mundo em início de carreira, aprendendo como trabalhar, mas chegando lá, não tinha nenhum conteúdo específico para mim. No fim, fiquei na função de distribuir as senhas do atendimento, mas sempre indo na sala do coordenador, pedindo pra receber alguma função, e ele sempre respondia: “Depois a gente vê”.

Isso serviu de motivação para prestar outro concurso. Não tinha como continuar ali. Ninguém tinha a menor noção de como adaptar o trabalho para um cego. Tanto que, ao longo desses três anos, eu nunca consegui uma licença de um software leitor de telas

para trabalhar. No mínimo, para a gente ver os e-mails da instituição, você tinha que ter um software instalado.

Em 2009, eu entrei no curso de Direito, prestei concurso para o Tribunal em 2010 e passei. Um dia, em 2012, me ligam do Tribunal falando: “A gente tá ligando aqui do setor de perícia para saber que dia que você vai marcar sua perícia, da sua nomeação”. Foi um choque, porque imagina que eu ia acompanhar o Diário Oficial. Passei em 2009 e fui nomeado em 2012.

Eu estava começando o terceiro ano de faculdade, então estava cru ainda. E foi uma experiência bastante diferente da Defensoria, porque logo na minha nomeação o Tribunal pediu para um outro deficiente visual, que já fazia parte do quadro, entrar em contato comigo. Uma iniciativa assim, “ó, tranquiliza o Rodolfo lá, conta para ele como que é a nossa rotina”. Então, já tive esse suporte, eu falei: “Bom, eu estou saindo do purgatório e entrando num lugar completamente diferente”.

Na primeira vez que eu fui na sede do Tribunal, eles já falaram que iam comprar o software para mim. Eu já entrei assim, numa empolgação que eu falei: “Cara, esse daqui vai ser completamente diferente”.

Aí eu fui trabalhar na Vara do Trabalho de Jales. Hoje estou em teletrabalho, lotado em Campinas, mas morando em Jales. Me mandaram para lá porque é uma vara de interior, onde os processos estavam em ordem, não tinha processos com prazo vencido. E a equipe sempre foi conhecida como uma equipe muito boa, muito receptiva. Então Jales foi justamente escolhida

porque eu não iria encontrar as barreiras atitudinais. Presencialmente, eu fui na Vara do Trabalho de Jales de 2012 até o começo de 2020. Com a pandemia, iniciei o teletrabalho.

Me formei em Direito em Araçatuba, tenho pós em Filosofia do Direito pela PUC, pós em Advocacia Trabalhista pela Ebradi e estou fazendo uma pós agora em Epistemologia e Ontologia, que na verdade é um campo de estudos não muito relacionado ao Direito e estou concluindo a segunda graduação, em Filosofia.

Mas, claro, apesar de ser realmente muito receptivo, tanto o trabalho como a equipe, a gente sempre encontrou dificuldades por causa do próprio sistema. Quando eu entrei, ainda não se usava o sistema PJe, a gente trabalhava com processo físico. Então, tinha um sistema que se chamava Sistema de Acompanhamento Processual. A gente conseguia lidar com ele, meio que na base da gambiarra. Mas eu fui tentando e me adaptando.

Um dia, eu fiquei sabendo que o mesmo servidor que tinha feito a integração comigo estava minutando. Eu não tenho uma predileção muito grande pelo Direito, acabei me encontrando mais na Filosofia, mas eu sabia o básico e achei uma boa ideia tentar também. Então, eu falei com a assistente do meu diretor, falei: “Que que você acha de eu começar a pegar umas sentenças básicas, só para ver como é que é?”. O pessoal gostou da ideia, e na época o Doutor Christophe, uma pessoa super gente boa, que estava aqui como juiz substituto, foi muito acessível. E eu fui

aprendendo, tropeçando um pouco, mas fui sendo corrigido no que era necessário, até começar a pegar o jeito. Sem uma função comissionada, só pelo interesse na tarefa. Com o tempo, o Doutor Christophe falou com o juiz que era titular da nossa vara: “Dr. José, o Rodolfo está minutando lá para mim”. Aí ele disse que precisava de alguém no próprio gabinete, que eles estavam com excesso de trabalho e pediu para eu ser cedido.

Agora eu estou trabalhando com o gabinete do João Batista Martins. Inclusive, ele ficou super feliz na época, porque ele é um jurista com um grande entusiasmo por essa causa de minorias. E ele veio do MP, ele era do quinto constitucional, então, ele sempre teve essa visão mais voltada para as minorias. E aí, a hora que ele descobriu que ia ter um assistente cego trabalhando para ele, parecia que tinha zerado a vida. Então ele facilitou meu trabalho, pedia para a secretária me mandar os arquivos em PDF. Até porque, ao longo do tempo, o PJe foi evoluindo, mas a gente encontrou já várias barreiras. Por exemplo, aquele campo onde a gente pode formatar um texto. A princípio, ele era bastante complicado, porque eu criava um documento e ele já criava com brasão, com cabeçalho e eu não conseguia me localizar ali dentro. Eu tinha que saber assim: “Vou fazer um ctrl-home para ir para o início, dar umas quatro setas para baixo para passar do cabeçalho e vou dar um ctrl-shift para selecionar tudo, apagar e colar o conteúdo que eu escrevi”. Então acaba envolvendo algumas peripécias.

Mas no fim, acho que principalmente essa

mudança, de fazer um trabalho burocrático na assessoria para fazer minutas de voto, eu comecei realmente a me sentir mais realizado. Eu sei que tem pessoas que não se adaptam, independentemente da deficiência. Já vi pessoas que eram assistentes falarem que não deu certo para elas e quiseram voltar para a secretaria. Acho que é justo. Mas, no meu caso, eu realmente gostei. Acho que eu tenho um problema com tarefas repetitivas. Eu não gosto, eu travo.

Então esse trabalho me traz um sentimento de realização.

Ainda hoje eu faço outros concursos, estou numa segunda formação e pretendo investir nisso. Mas do ponto de vista econômico, estrutural e social, vejo que eu realmente saí de um nível de adversidade muito grande, e ser pessoa com deficiência nesse nível de adversidade foi particularmente desafiador. As cotas, nesse sentido, foram fundamentais. No mercado privado, apesar da obrigação legal de existir o sistema de cotas, ele sempre vai dar preferência para aquela deficiência que não te torna muito diferente. Então, quanto menos ele precisar realizar uma adaptação ou reaprender processos de trabalho, ele vai realmente optar pelo caminho mais fácil. Ele vai usar da lei do menor esforço.

Já o Estado, como instituição, precisa se adequar de algum jeito. Ele não pode simplesmente te exonerar por não querer fazer a adaptação. Então, por isso, vindo de toda essa experiência que eu tive, eu não tenho como dimensionar a importância dessa política.

Porque talvez sem ela, apesar de toda essa formação, provavelmente eu não teria uma posição garantida no mercado de trabalho, se ainda hoje, em 2024, eu estivesse mandando currículo para a iniciativa privada.

Partindo do princípio que as pessoas são todas diferentes, eu posso dizer que entrei na Justiça do Trabalho num contexto muito positivo. Talvez não seja o caso de todo mundo. A gente sabe que existem diretores e diretores, existem juízes e juízes. Pode ser que, em alguns casos, o servidor vá encontrar barreiras que eu não encontrei. Mas a mensagem que precisa ser enfatizada é: a gente passou por tudo isso antes. E quando a gente chegou aqui, a situação era muito mais difícil. Os primeiros dias do PJe foram muito mais difíceis, a instituição Justiça do Trabalho precisou se engajar num projeto de melhoria para tornar o sistema acessível e possibilitar que eu e outras pessoas trabalhassem no PJe. Então o servidor que vai chegar agora, ele de repente não sabe exatamente como acessar os menus. São coisas que a gente pena um pouco para se adaptar. Mas a gente se adapta. Porque outras pessoas já conseguiram. A gente já abriu caminhos. A gente já enfrentou questões que essa pessoa não vai precisar enfrentar, porque o PJe evoluiu. Porque a administração está mais ciente das obrigações dela. Se a pessoa entrar hoje no TRT, ela vai ter um acolhimento diferente do que eu tive em 2009. Acho que enfatizar isso é importante. Um dia a gente vai olhar isso em retrospectiva, 10, 12, 15 anos atrás e falar: “Nossa, olha como era difícil quando eu entrei e olha

TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

como a coisa realmente funciona hoje”.

No meu caso, passar de um servidor que mal sabia se ele era capaz de fazer uma distribuição de senha, para um servidor que pode ser assessor de um desembargador e ajudar no processo de construção do Direito, é um negócio fantástico. Eu fico sem palavras para expressar realmente o quanto isso significa.





RENATA COVALSKI GERALDO

Data de Nascimento: 04/12/1985

Naturalidade: Jaguarão – RS

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – TRT4

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 13/11/2013

Cargo: Técnica Judiciária

Lotação: Gabinete do Desembargador Marcelo José
Ferlin D'Ambroso

Eu sou a Renata Covalski, servidora do TRT da 4ª região. Tenho 38 anos. Nasci em Jaguarão, que é na fronteira com Uruguai, numa cidade bem pequenininha, de 28 mil habitantes.

Naquela época os ultrassons não eram como hoje, então para os meus pais veio aquela surpresa: minha filha nasceu sem orelha. Só que a questão de nascer sem orelha foi só o início, no pacotinho tinha outros problemas.

Conforme eu ia crescendo, eu não melhorava nunca de resfriados e sempre com pneumonias. Na fronteira com o Uruguai é muito frio. Nos pampas, no inverno, parece que abriu a geladeira. E, ao mesmo tempo, um lado do meu rosto não crescia. Lado direito. E sim, eu sou surda, só que perto de todos os problemas que eu enfrento junto... eu sempre digo, deficiente às vezes vem com combo, quando é genética, é assim. Então, eu tenho as minhas limitações, tenho que conviver com zumbido constante que eu só lembro dele quando falo, tenho limitações de comunicação.

Só que eu era uma criança, criada com todo amor e carinho pelos pais, com dois irmãos mais velhos. Me olhava no espelho sem orelha e não via aquilo como diferente. Então me dei conta que eu realmente era diferente dos outros e que aquilo tinha um peso quando entrei para a escolinha, quando as crianças não me receberam bem e me apontavam. Interior todo mundo se conhece. Lembro que eu fazia balé, no balé as crianças me empurravam. Mas eu não via aquilo com mágoa ainda. Acho que eu comecei

a chorar mesmo por sofrer maus tratos só lá pelos sete anos. Naquela época não existia o termo *bullying*, então, desde pequena, minha infância no interior não foi muito fácil: era agressão constante na escola, eram os meus irmãos me defendendo e batendo. Não tinha politicamente correto. E aí eu achava que criando orelha meus problemas iam se resolver.

Ali pelos sete anos comecei a vir para Porto Alegre para começar a investigar o que eu tinha na verdade. No pulmão descobriram que eu tinha uma doença grave, assim, que não é impeditiva de vida, bronquiectasia junto com asma, então estava sempre com antibiótico, corticoide, enfim, e isso era um fator que atrapalharia um pouco as minhas cirurgias de face.

Com 8 anos, fiz a minha primeira cirurgia. Queria fazer ela logo, porque eu ia ter uma orelha: minha preocupação era a orelha. Eu não via que a cirurgia da face era importante para eu falar e comer. Era 1994. Era a copa do mundo, o Brasil ganhou. E eu estava na CTI, eu pedi uma televisão, aquela TV chuviscada. O Brasil comemorando e eu com a bandeirinha lá, toda operada, há uma semana na CTI.

Fiquei 40 dias com a boca lacrada sem poder comer nada. Era uma época em que as cirurgias eram muito diferentes de hoje, pra ter resultado tinha que fazer várias coisas. Eu fiz, ao longo da minha vida, 37 cirurgias.

Mas, quando criança, eu queria operar porque eu queria acabar com os maus tratos que eu sofria. Só que a questão da orelha ia devagar, né, primeiro tinha que

fazer a base do rosto, enfim. Daí a cada ano, nas férias de inverno, eu ia operando. Para dar uma ideia, eu tirei três ossos da costela, tirei ossos da cabeça, da bacia, tudo para botar no rosto. Tirei músculo da perna. Tirei gordura dos joelhos. O meu rosto é todo montado. Aí, quem olha assim, diz: “Ah, por que não arruma mais?”. Porque ele já está perfeito assim.

A orelha eu comecei a fazer em 1995, 1996. Eu nasci só com a pontinha. Comecei a fazer ela com enxerto de pele. Ali pelos meus 13 anos, o meu pai foi pego pela onda de privatização que começou a ter no país. E aí ele perdeu o emprego. Entrou numa profunda depressão e a gente não teve mais como manter as minhas cirurgias. Então, na adolescência, o meu rosto, que eu tinha arrumado e que deveria acompanhar até a vida adulta, ele começou a regredir, os ossos que eu botei não cresceram. Voltei a ter o mesmo problema que eu tinha na infância. Lá pelos 20 anos que eu comecei a ter condições de voltar a operar.

A última cirurgia foi um divisor de águas, porque era uma nova técnica onde já era 3D. Botaram em mim uma placa de hidroxiapatita. Infelizmente, nessa última cirurgia eu peguei duas bactérias hospitalares. Uma no pulmão, no meu pulmão que já tem problema, e uma que se instalou aqui na volta do pescoço. Eu tratei a do pulmão durante um mês no hospital. Era tanto remédio que perdi os movimentos das pernas, dos braços, eu ia escovar os dentes e não conseguia, comer também não. Perdi os movimentos.

Disseram que muito antibiótico afetou o sistema

nervoso. Tudo bem, vou tratar o pulmão, mas o rosto está aqui, né, o novo rosto. Agora não vou mexer mais. E aí eu voltei para casa e comecei a sentir muita dor no osso. E eu dizia para o médico: “Eu acho que eu estou com infecção”, e o doutor dizia: “Não, você não tem febre”. Eu acho que eu já tomei tanto antibiótico na minha vida, que quando eu tenho pneumonia, qualquer tipo de infecção, não dá febre. Só quando a coisa já está feia.

Daí, de repente eu acordei com o rosto inchado, vermelho, abaixei a cabeça e saía pus de tudo que é lado, a minha saliva já era pura infecção. Quando me levaram para o hospital, meu rosto já não aceitava mais anestesia.

Eles tiraram muito pus e, quando eu fui ao banheiro, abri a boca e enxerguei o osso dentro dela. A bactéria comeu minha bochecha por dentro. E, junto com isso, ela comeu também parte de tudo que eu fiz ao longo dos anos. A essa altura eu só queria ficar viva. Foi uma luta de seis meses.

No final deu certo, fiquei com cicatrizes, perdi algumas das coisas que eu tinha feito desde 1994. Mas desde então eu não quis terminar a orelha. Eu disse: “Vou me aceitar assim, vou ficar assim”.

Reaprendi a falar com esse rosto, a respirar, tudo. Eu mexi tanto, fiz tanta cirurgia, que afetou meu ouvido, o único que era bonzinho. Eu tenho saldo de mais de 60 parafusos, ossos diversos, músculo da coxa... Tem uns dois ou três tipos de materiais diferentes. Quando eu falo as pessoas não acreditam.

Durante a infância eu passava muito tempo aqui em Porto Alegre, porque no interior não tem estrutura, ficava muito tempo no hospital. Claro que o meu ensino não ficou lá muito bom. Acho que os professores iam me passando. Porque tinha época que ficava dois, três meses fora da escola. Depois que terminei o ensino médio, a gente veio morar em Porto Alegre. Era uma outra realidade, um outro Brasil, diferente de hoje, e essa base educacional mais fragilizada mais adiante me cobrou sim.

Então, já saí um pouco em desvantagem.

A gente tem diversos tipos de pessoas com deficiência, né, a gente está trabalhando, tentando demonstrar que não precisa de ajuda, não passar os problemas, mas eu vejo que as pessoas não têm muito conhecimento da história, não têm noção às vezes.

Eu não sei como é ter ampla audição. Quando me falam palavras que eu nunca escutei dá uma pane no cérebro. E tem outra coisa, além da audição: quando você reconstrói tudo, tem que reaprender a falar. Os trabalhos de fono são, sim, importantes, mas eu vejo que a gente vai se reconhecendo. Eu vejo que isso é de mim comigo mesma batalhando para conseguir. Isso eu acho legal.

Recuperei meu ensino quando comecei a ter mais consciência, assim, mais grandinha. Fiz três faculdades. Na faculdade foi tranquilo, acho que o preconceito maior é na escola. Mas na vida adulta a gente acaba se fechando mais. Sei lá, a gente vai se fechando. Na primeira, fiz Filosofia, fui bolsista do ProUni, eu estava

mais preocupada com a questão de cirurgias. E os meus colegas eram mais velhos, então eles eram muito receptivos. Depois eu fiz Contabilidade, também foi uma época de cirurgias, foi a época em que eu fiquei seis meses afastada porque deu o problema das bactérias.

No Direito, eu já estava no Tribunal. Porque só decidi fazer Direito quando entrei na Justiça do Trabalho. Meu primeiro serviço público foi num órgão do estado e eles me tratavam muito mal, muito mal mesmo, eu era uma deficiente invisível para eles e via que não ia ter oportunidade de crescer. Quando fui nomeada no TRT, o que me chamou atenção aqui na vara, foi que eu entrei e a juíza veio me abraçar. Aquilo me pegou assim, sabe, porque eu só conhecia um lado do Direito, o do órgão em que eu trabalhava no Estado, onde todo mundo era pedante comigo. Aos poucos eu fui conhecendo a Justiça do Trabalho e então conheci um Direito que tem esse lado humanizado que eu gosto, daí eu decidi terminar a faculdade de Direito.

E na Justiça fluiu, sabe. Preconceito tem em tudo que é lugar, mas me receberam de braços abertos. Eu sou feliz na Justiça do Trabalho. Mas a parte de preconceito pesa às vezes, sim. Eu já vi, por exemplo, uma diretora dizer que está precisando de servidores e falar com a gestão de pessoas que não queria deficiente. Na minha frente. Acho que ela esqueceu, sei lá. Então a gente acaba esbarrando, vendo algumas coisas e, às vezes, a gente na hora, ali, tem que abstrair. Mas é pesado.

A Justiça do Trabalho foi um crescimento para mim, foi importante, porque eu me tratei, me curei, fui nomeada em 2013 e me permiti viver uma outra vida. Daí casei, continuei estudando.

Então teve a pandemia. Durante a pandemia eu tive um tumor na tireoide. Aí disseram que, junto com o problema pulmonar, eu não ia poder engravidar. Depois que eu fiz o tratamento, eu pensei, “não, vamos ver se eu não vou engravidar mesmo”. E que bom que eu tive filho. Que bom que eu tive essa coragem, porque mudou a minha vida.

Para mim, o dia mais emocionante foi quando eu fiz a eco com 12 semanas. Eu fui num especialista que enxerga até o dente do nenê, e eu disse: “Doutor, meu filho vai nascer com o problema que eu tive de formação facial?”. Ele respondeu: “Não, teu bebê está normal, não tem nada nele”. Eu chorei tanto naquela maca lá, e o médico me falou uma coisa que me toca até hoje. Ele olhou para mim e disse: “Eu entendo o peso das tuas lágrimas quando eu digo que teu filho está bem. Eu imagino tudo o que você passou”. Então para mim a parte mais marcante da maternidade foi essa.

Meu cachorro sabe que eu tenho problema de audição, não sei como ele sabe e, desde quando meu bebê veio para casa, se ele chora, até hoje meu cachorro vem me avisar. E ele vai me acompanhando até o quarto. Isso é muito legal da natureza, como que ele sabe que eu tenho problema de audição e que meu filho precisa de mim?

São surpresas da vida, né. Imagina se eu tivesse desistido lá quando eu peguei as bactérias. E eu já estava: “Nossa, eu vou encerrar minha vida com 26 anos. Reconstruí o rosto, vou perder tudo e vou perder a vida junto”. Aí teve uma hora que eu entreguei para o universo. No final deu tudo certo, estou aqui hoje, com alguns traumas, perdi metade do pulmão, mas estou bem. Tive uma segunda chance.

A pandemia foi enlouquecedora. Tomei todas as vacinas possíveis, então não aconteceu nada, mas peguei covid em julho de 2022, com 6 meses de gravidez.

Até hoje para fazer prova eu levo máscara, isso é uma coisa que eu acabei adotando. Já peguei tantas pneumonias, pego pneumonia com repetição e eu quero criar meu filho. Então a gente começa a se dar conta que a vida é finita. E você quer viver bem, porque você quer criar o seu pacotinho, então eu acabei adotando mais a máscara agora, em avião, em provas de concurso.

Eu tenho muita curiosidade para ver como é que vai ser o meu filho notando, sabendo da minha história. Para o meu filho, hoje, eu sou a super mãe dele, é bem legal, porque, ao mesmo tempo que é um resgate da minha infância, vendo a infância dele, eu quero acompanhar de perto como é que ele vai ser. Quero criá-lo sem preconceito, sem nada, porque preconceito existe muito ainda, a sociedade tem preconceito com tudo, é um mistério.

Criança não tem maldade, mas ele já está

percebendo que a mãe é um pouquinho diferente, ele fala “orelha” e ele olha uma, olha a outra, aí eu digo: “A mãe tem uma orelhinha machucada”, mas sabe aquela coisa genuína, sem preconceito?

Acho que o que mais me marcou do meu filhinho foi quando eu levei ele na creche quando ele fez um ano. Eu estava com medo, porque eu tinha trauma de tudo que eu sofri na escola. Eu tenho trauma de colégio. Tenho trauma até hoje, eu passo por adolescentes, por crianças, eu ainda evito. Às vezes, eu estava na rua e do nada me empurravam, me batiam. Aí eu levei ele na adaptação e vi as crianças dando amor e carinho para ele. O mais impactante pra mim foi isso, deram amor pro meu filho e eu estou bem agora. Encerrei um ciclo, foi um resgate para mim. A gente não tem como voltar no passado e abraçar a criança que a gente foi.

As pessoas, às vezes, não sabem a história da pessoa com quem trabalham, ela está ali, está sorrindo, está bem. Ela está feliz, porque já passou por tanta coisa. Está com saúde, está viva. Ela comemora por estar vivendo uma rotina comum.

Eu hoje tenho uma pessoa que sabe das minhas limitações, tenta me inserir e trazer qualidade de vida para mim, como as melhoras dos aparelhos auditivos. São pequenos detalhes na sociedade que vão mudando também, a questão, por exemplo, de que agora a carteira de identidade tem o símbolo da deficiência que tu tens, eu acho isso ótimo. São pequenas conquistas que, talvez os outros não entendam, mas

para nós é assim, “cara, que legal tudo isso”. A gente vai ensinar nossos filhos a tentar viver num mundo mais isonômico, a tratar todo mundo com respeito.

Os meus colegas me elegeram para uma vaga no Comitê de Equidade aqui do Tribunal. O trabalho está bem interessante, porque a aproximação com outros colegas PcDs é difícil também, e eu explico isso para o comitê. São múltiplas deficiências, múltiplas histórias de vida. A gente tem que ter o cuidado, eu tenho respeito por eles, porque sei o quanto é difícil ser enxergado, ser visto, e a gente sabe que também tem a questão do capacitismo.

Hoje eu estou tentando me comunicar mais com meus colegas PcDs da Justiça do Trabalho. Escutar mais, ver o que eles querem de melhorias e trazer para o comitê. Porque a gente tem que ser visto mesmo, somos importantes para a Justiça do Trabalho. A gente precisa de um olhar mais cuidadoso para a nossa causa.

A questão do preconceito, ele é tão enraizado que as pessoas às vezes não enxergam que estão sendo maldosas, tratando alguém com inferioridade, sendo más. Isso eu percebo até hoje.

E tem o ciclo do PcD, a emancipação do PcD, que tem a fase da exclusão: eu na adolescência, excluída total. Aí vem a segregação, em que ele não é excluído, é separado, não tem aquela coisa tão forte, aí eu me vejo tentando chegar na capital, fazendo cirurgia, fazendo concurso. Nessa fase, não integrada, eu estou lá, mas deixa lá. E aí eu entendo que na Justiça do Trabalho

eu fui integrada, que é a terceira fase desse ciclo de emancipação da pessoa com deficiência.

Estou buscando hoje a minha inclusão social, porque a inclusão não é um ato só, ela é constante, é uma luta diária para ser incluída, ganhar o seu espaço de reconhecimento. Então eu vejo direitinho essa fase de emancipação do PcD na minha vida.

Por exemplo, eu só conheço a Ekaterini que tem um cargo, eu não conheço mulheres com deficiência com cargos de CJ, cargos com destaque. Você vê que a pessoa tem condições de ir além, sabe comandar um grupo. O serviço público em si já é dominado por homens na hierarquia, então ser mulher e PcD... parece ainda que é uma realidade distante. A sensação que às vezes dá é que não tem para todo mundo isso de ganhar o espaço, de reconhecimento.

Como qualquer outra pessoa, a gente tem capacidade. O que nos diferencia são as nossas peculiaridades, as nossas adaptações para viver no mundo. Como qualquer outro ser humano.

Eu sou muito inquieta, fiz três faculdades e sigo fazendo concursos. Eu acho que se eu fico parada pensando, parece que tudo é trauma. Ficar parada, ansiosa, me gera depressão. Acho que por todo meu histórico. Eu não posso ficar parada, é meu jeito, então sempre fui muito para os estudos. Ainda estudo, estudo para carreira de Ministério Público, só que para promotora. Enquanto eu fizer parte da Justiça do Trabalho eu vou vestir a camisa, isso é fato. Meu futuro é continuar fazendo concurso, o meu xodó

é o Ministério Público, porque eles têm muito essa temática de direitos sociais, coletivos, PcD, idoso. Do hipervulnerável. Então vou continuar estudando, para contribuir para a sociedade.

Eu me acostumei, eu não sei ser diferente. Eu só conheço isso.

Mas quando és deficiente, tu tens que ficar comprovando o tempo todo. Porque tem aquele estereótipo de que o deficiente é só quem é cego ou está na cadeira de rodas, ou então quem precisa sempre de ajuda. São várias nuances do capacitismo que a gente passa, e a gente só vai se dando conta conforme vai crescendo, amadurecendo e vendo a evolução da sociedade.

É muito importante que a sociedade mude, porque essa fase de exclusão que eu passei e muitos passaram, não pode existir. Não pode mesmo. Não cabe na sociedade de hoje, não é a sociedade que eu quero para o meu filho.





ELIS MAINARDI DE MEDEIROS

Data de Nascimento: 10/01/1986

Naturalidade: São Paulo – SP

Tribunal Superior do Trabalho – TST

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 09/12/2009

Cargo: Analista Judiciário

Lotação: Gabinete do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão

Meu nome é Elis, sou uma mulher branca, de cabelos longos castanho-escuros. Uso óculos e estou usando um cateter no nariz, porque preciso de oxigênio atualmente.

Nasci em São Paulo há 38 anos. Tenho dois pais vivos e uma irmã. Moro com meus pais atualmente. Já nasci com deficiência física. Apesar disso, meus pais sempre lutaram para que eu tivesse uma vida “normal”, como se falava então. Me colocaram na escola na época certa. Tentaram que fizesse tudo que eu queria fazer. Sempre me incentivaram, apesar de uma coisa ou outra, que não tem como evitar. Foi tudo até muito tranquilo, a caminhada toda até chegar na faculdade. A minha saúde sempre foi boa, então isso ajudou bastante também.

Eu e minha família somos muito próximos, todo mundo mora aqui em Brasília. Viemos para Brasília porque o trabalho do meu pai mandou. Estava todo mundo já encaminhado, mas a gente quis vir junto mesmo. Se a família te apoia tanto, para mim é meio caminho andado, né? Aí, a gente fica pronto para conseguir lutar pelos outros direitos.

Nasci com alguns problemas, como uma escoliose muito grave, muito acentuada. Também tive que fazer uma cirurgia logo no nascimento, que deu certo, por uma questão de esôfago. Só que a escoliose era muito séria. Há 38 anos se sabia pouco, se falava muito... Então, meus pais passaram por uns maus bocados. Cada médico queria ficar fazendo cirurgia, umas coisas que não tinham ainda nem respaldo. E meus pais

diziam: “Me mostra algo?”. E ninguém tinha algo certo para mostrar. Aí meus pais resolveram falar assim: “Não! Vamos deixar ela viver”, e resolveram não fazer nenhuma cirurgia. Deu certo. Foi a melhor escolha deles, eu tenho certeza. Porque eu cresci sem dores. Se eu fizesse as cirurgias, eu ia ter tido dores a vida toda. Teria que fazer cirurgias o tempo inteiro, a cada vez que crescesse um pouquinho. Eles me deixaram eu ser eu. Tive infância, adolescência e, agora, a vida toda da melhor forma possível.

Eu sou baixinha, claro. Tem problema? Tem! Atrapalha muita coisa, porque quase nada é feito para pessoas de estatura baixa. Tem que tomar certos cuidados com algumas coisas do corpo. Tem que ficar atento com as coisas. Mas no geral, eu acho que eu saí no lucro. Agora, depois de adulta, a gente começa a aceitar bem. Ver a vida com outros olhos.

Em 2019, tive um problema pulmonar sério durante uma viagem. A coisa foi muito, muito séria. Com a escoliose, o pulmão fica mais espremido. Apesar dos meus serem saudáveis, eles sofrem um pouquinho a mais. Então, depois disso, fiquei com algumas sequelas. A saturação fica muito baixa, oscila muito. De vez em quando tenho que ficar no oxigênio. Se for fazer muitas coisas, preciso do oxigênio, porque cansa.

Só que, ao mesmo tempo, eu falo que foi uma das melhores coisas que aconteceram comigo, porque já oscilava, só que ela era menor e ninguém sabia. E agora que ficou um pouco mais sério, eu comecei a

entender mais a questão da saturação, do pulmão, como cuidar. Foi a segunda vez que eu dei um salto em relação a mim. Foi quando eu percebi, que comecei a conhecer meu corpo mais ainda e a respeitar também. Se tem que usar o oxigênio, eu vou usar! Vou deixar de fazer o que eu gosto? Não vou! E faço tudo o que não é proibido para mim. Gosto bastante de viajar. Sou muito ativa, só não gosto de fazer nada à toa. Gosto de teatro, de show.

Eu não gostava de ir na praia muito, sabe? Porque ficava sem graça com relação às pessoas. Ninguém me discriminava não.

A acessibilidade das coisas é o pior. Pelo menos na minha vida. É pior do que as pessoas em si. Até mesmo sentar, por exemplo, no restaurante. São horríveis para sentar, eu não alcanço a mesa, meu pé fica voando. E quando o estabelecimento é legal com você, eles dão uma almofada. Só que quando isso acontece, o pé fica voando, a perna adormece. Então, eu não gosto de ficar em restaurante. São coisas assim, como ir numa loja também. Não tem como eu pagar, porque o balcão é gigante. É tudo muito ruim, é tudo não pensado. E isso me deixa irada.

E tem muita gente nessa condição. E tenho escoliose, tem gente com cadeira de rodas, tem gente com nanismo... e aí? É um grupo grande de gente que precisa. Mas ninguém pensa. Nossa, é muito chato isso. E quanto às pessoas, é claro que quando você está num lugar público, no shopping, às vezes alguém te olha. Criança, que é mais honesta, olha e às vezes até aponta.

Mas aí é falta de ver (de não estarem acostumadas). Eu achava que toda criança era assim, até ter uma afilhada, e agora, meu sobrinho. Ela nunca achou estranho, porque conviveu comigo.

Então, se você parar para pensar, se todo mundo assim começar a sair de casa, se tiver acessibilidade para sair de casa, isso vai mudar. Vai mudar o tratamento das pessoas também. As pessoas precisam ver para entender.

Antes eu ficava triste, agora eu só fico brava mesmo. Eu fico brava, porque tem muita coisa que poderia ser resolvida facilmente. Só que é falta de pensar, de considerar. E então, a gente tem que ouvir coisas, que a gente escuta mesmo: “Se não pode, não venha, não faça. Se não dá, desiste. Por que é que vai? Por que quer viajar, você vai precisar de concentrador no avião? Para que é que vai em show, se você não consegue, se precisa de uma área reservada. Assiste em casa”. Tem gente que escreve isso, que fala isso.

Eu sou capaz, só preciso de uma adequaçõzinha para provar que eu sou capaz. É igual no trabalho. A gente está trabalhando, mas precisa de pessoas pensando na diversidade para poder mostrar a nossa capacidade no trabalho. Eu consigo mostrar que eu sou capaz porque há uma abertura para isso. Há o básico, uma estrutura por trás.

Na trajetória até chegar aqui, eu queria muitas coisas, tinha muitas dúvidas, mas escolhi fazer Direito. Depois que me formei, eu tinha que fazer a prova da OAB, só que eu já estava estudando. No

penúltimo semestre da faculdade, eu fiz um concurso para estagiária do TRT da Bahia e passei. Eu estava estagiando já. E bem na época da formatura, abriu o edital de concurso para servidor – minha deixa para não ficar desempregada, né? Passei e fiquei só esperando me chamarem. Eu morava em Salvador e fiz o pedido para ser removida para o TST. Tomei posse em dezembro de 2009, fiquei uns seis meses lá e cheguei aqui em 2010.

Olha só como é essa questão de revezamento. No TRT5, fiquei pouco tempo, e todo mundo lá fazia um revezamento para atender ao público, mas eu não entrava no revezamento. Por quê? Porque a bancada era alta! Isso era o padrão. Eu não sei se já mudou.

Lembro de quando eu era estagiária, na época trabalhei num escritório, era ainda processo físico. Eu tinha que colocar para cima, no balcão... e para fazer isso, precisava de um servidor que me ajudasse – porque eu não alcançava.

Ah eu gosto mesmo de trabalhar aqui, me sinto muito bem. É uma estrutura boa e as pessoas são muito boas também, eu não sei se tive sorte, mas a todo lugar que fui, gostei muito do grupo. Agora então... Está muito bacana esse momento e respeitam muito minhas condições também.

Quando eu preciso de alguma coisa, eles sabem dosar. Por exemplo, estou fazendo teletrabalho agora, desde quando eu fiquei com esse negócio de oxigênio. Eu conversei com o Ministro sobre o teletrabalho, que seria melhor. Por conta do cansaço. Ficar pegando

o carro para ir e voltar é um desgaste muito grande. Para todo mundo, né? Aí, eu falei: “Olha eu tenho que fazer mais pausas”. Então, faço mais pausas, em vez de fazer o trabalho naquele horário direto. Eu dou mais resultado se fizer as minhas pausas. Então, eu trabalho muito fracionado, mas de um jeito que dá uma fração boa.

Eu faço fisioterapia também aqui em casa. Começo a trabalhar na parte da manhã, faço algumas pausas – depende, porque às vezes dói a coluna também. Se tiver dor na coluna eu faço uma pausa um pouco maior. A pausa pode ser de até de meia hora, às vezes esticando a coluna, ou fazendo alguns exercícios próprios da fisioterapia. Então, volto e continuo mais um pouco. Aí, faço outra pausa... E depende muito de como eu acordo no dia. Tem dias em que acordo muito mais disposta. Agora tenho cansado mais, pelo clima seco. Eu tô ficando um pouco fanhosa aqui, é porque o cateter resseca o oxigênio.

Eu estou contente porque faz um tempo também que o TST começou a se empenhar ainda mais na questão dos PcDs, fazendo mudanças na própria estrutura do Tribunal, para todos os tipos de deficiência. Eles tinham uns totens de direcionamento que atrapalhavam muito, as pessoas batiam neles. E aí, eles colocaram os totens para cima. Eles mudaram um monte de coisas assim. É aquilo que eu disse, os detalhes. Coisas que são simples. É só pensar. E eles pensaram, olha: algo simples que já está ajudando um monte de gente. Isso é muito bacana, ver que

o local está sempre tentando melhorar, sempre pensando mais na gente. E deixando a gente ter mais confiança de trabalhar e mostrar nosso potencial. Se você não vê as coisas sendo feitas, se você vê que não tem acessibilidade para você, você pode começar a interiorizar isso e não vai mostrar o seu potencial. Vai faltar aquela confiança, aquela centelha.

No TST tem acessibilidade para mim atualmente. É claro que tem questões. Porque, como todo lugar público, na época que foi construído, não foi pensando nisso. O prédio em si não é um prédio muito acessível. Então, o que está acontecendo, estão tentando fazer se tornar mais acessível, o que é ótimo. Por exemplo, os corredores do TST são imensos. Numa época, o gabinete em que eu estava trabalhando ficava no final de um corredor – no final de um corredor! Eu tentava esconder, porque na época eu ainda ficava meio assim de dizer... Mas o peito chegava a doer, quando eu chegava e quando eu voltava. Aí você quer se arrumar mais, calçar um salto... e você começa a não querer mais pôr, porque vai ficar mais cansada ainda de caminhar naquele corredor interminável. Só que isso não tem o que fazer. Ele é assim e vai ser sempre. Então, eu solicitei a cadeira de rodas. A melhor coisa que eu fiz na vida foi ter essa humildade de pedir a cadeira de rodas. Porque, se você está no gabinete, por exemplo, no bloco B, e você vai até o serviço médico, vai parecer a jornada do Frodo. Meu Deus do céu! Não vai chegar nunca... E agora sempre tem cadeira lá. Uma motorizada e tem umas duas que não são

motorizadas. Ficam lá com brigadistas e é só pedir. Eles te ajudam, é muito legal.

Então, eu não sei se para os outros tipos de deficiência está assim, mas já está ficando muito bom, essas coisas que eles ficam mudando. Mas para mim, eu achei que está ficando bacana. Por isso, que a gente não pode se calar também, né?

Quando for fazer um prédio novo, aí sim, eu ia chegar lá e dizer: “ Por favor, ou faz corredores menores, ou uma esteira rolante”. Aí, sim, eu ia reivindicar.

Trabalho no gabinete do Ministro. Ele é acessível, preocupado, atencioso. São qualidades que a gente busca em todo mundo, nessa nossa luta. Ele está lutando junto. Então, se você está trabalhando com alguém que está lutando junto, faz toda a diferença.

Eu acho que eu nunca me senti tão saudável. Estou num momento que eu estou achando o mais saudável da minha vida inteira. Muito bem. E eu acho que tudo isso é pelo conhecimento que eu tenho agora de mim. Pelo apoio que eu tenho, não só da família, como também do trabalho, dos amigos... Então, eu estou podendo cuidar de verdade, tanto no físico como no emocional.

A gente trabalha pelas duas coisas, porque gosta e porque precisa. Mas sabe quando a gente está fazendo e acha que está fazendo alguma coisa bem-feita? Nossa, eu estou fazendo algo importante! Não só para mim, mas para outras pessoas. Por exemplo, eu pego um processo e gosto de ler o nome do empregado. Ler

e pensar. Não só ler por ler. É uma pessoa, né? Então, eu estou fazendo isso por ela. Isso é importante, por mais que a gente esteja na correria, cansado. Mas você para pra pensar e vê que é uma coisa boa que você está fazendo. Então, não tem como não gostar do que faz, né? Por mais que seja cansativo.

Atualmente estou fazendo uma pós-graduação em Direito da Pessoa com Deficiência. É online, para mim fica muito mais fácil, porque eu não estou aguentando mais fazer cursos em que você tem que ficar muitas horas sentado nessas cadeiras que não são adaptadas, que acabam com a coluna da pessoa, que a pessoa fica voando. Então, eu estou gostando. Faz dois meses que eu comecei. As aulas são muito interessantes, eles dão dicas bibliográficas muito boas.

Entrar no concurso pela vaga reservada pela cota teve toda importância para mim. Tem gente que não aceita, mas é só ver as dificuldades que a gente tem. No geral, a gente sabe que muitas empresas empregam PcDs para trabalhar nas piores posições. Aí, parece que segrega mais do que ajuda.

Quando eu entrei no concurso, fui tomar posse no TRT, e todo mundo passa pela parte médica. E ela me perguntou: “Você está apta para o seu cargo de analista? Você consegue pensar, você pensa direitinho? Você tem algum atraso para pensar?”. Uma médica! Eu respondi que eu passei no concurso, conforme ela podia ver. Eu ainda falei que estagiava aqui, com o desembargador. Sabe o que ela respondeu? “Olha, eu vou encaminhar você para a junta médica, para eles

decidirem”. Na junta médica, os três médicos olharam para mim e disseram: “Eu não sei por que ela mandou você pra cá... A gente vai dar o seu ok”.

Outra situação, essa fora do trabalho, que marcou, foi quando fui tirar a carteira de motorista. De novo: um médico do Detran falou que eu não podia dirigir. Ele não ia me dar liberação para fazer as provas. Eu já estava fazendo as aulas com carro adaptado e tudo. “Eu não vou deixar. Não pode não”. E eu era novinha, né? Comecei a chorar no lugar. Aí minha mãe disse pra ele: “Olha o que você fez! Fez a minha filha chorar!”, eu acho que ela assustou o cara. E ele liberou rapidinho.

Tem gente que não te trata legal pelo medo do diferente. Então, para isso que a gente está aí, por isso que a gente não pode desistir. De continuar dando a cara à tapa, né? Porque no final vale a pena.





FLÁVIA PINHEIRO GUIMARÃES

Data de Nascimento: 28/02/1986

Naturalidade: Florianópolis – SC

Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região – TRT12

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 07/08/2015

Cargo: Técnica Judiciária – Área Administrativa

Lotação: COGEF – Coordenadoria de Gestão da Força de Trabalho

Me chamo Flávia Guimarães, sou uma mulher branca de 38 anos. Tenho cabelos castanhos com mechas claras. Sou uma mulher com deficiência física de membros motores inferiores. Eu caminho com auxílio de muletas e uso órteses nas duas pernas.

Nasci e passei minha vida inteira aqui em Florianópolis. Sou a caçula de cinco filhos. Filha de advogado e dona de casa, sou a única filha com deficiência que eles tiveram. Quando nasci a minha mãe estava próxima aos 40 anos, o que nos anos 1980 era considerado uma mulher mais velha para engravidar, e isso aumentava o risco de uma gestação com algum tipo de problema. Mas meus pais só souberam do meu problema no meu nascimento, porque na época também não existia todo o acompanhamento aprofundado que a gente tem hoje.

A minha deficiência é uma má formação fetal. No meu caso, ela atingiu a medula em níveis L3 e L4, mais em altura de lombar, que afeta a locomoção, os membros inferiores, afeta alguma coisa também internamente no sistema urinário, bexiga, controle de intestino. Nenhum tipo de afetação intelectual, o que, para mim, sempre foi mais importante.

Eu tive uma estrutura familiar muito forte e financeiramente adequada. Isso é um dos meus maiores privilégios e uma das maiores exceções também, em termos de pessoas com deficiência. Eu acho que isso é uma coisa extremamente importante de ser pontuada, eu insisto muito nisso, porque muda tudo, reconfigura todo o quadro de uma pessoa com

deficiência.

Meus pais me deram toda a estrutura de que eu precisei, sempre com o intuito e com foco na independência. Faça por você, vá estudar, trabalhar. Construir sua vida. Só que essa, infelizmente, não é a realidade da maioria. Boa parte das pessoas com deficiência nasce em contextos em que não tem pai e mãe deixando na porta da escola, buscando na porta da escola, brigando por sala de aula térrea.

Eu me formei no ensino médio e fiz meu primeiro vestibular para Jornalismo, mas não passei. Em seguida, prestei o primeiro concurso público, então com 18 anos eu já era servidora. Fui servidora da Universidade Federal Santa Catarina e fiquei lá durante 11 anos, saí da Universidade direto para o TRT, onde estou hoje. Então, tive uma trajetória também bastante diferente no sentido acadêmico. Eu demorei um pouco mais para me interessar e desejar fazer faculdade, fui fazer Direito com 20 e tantos anos, já com foco nos concursos públicos. Me formei em 2014, e em 2015 entrei como técnica judiciária do TRT2.

Em agosto de 2015 eu ingressei e iniciei meu trabalho em Videira, e retornei em seguida aqui para Florianópolis. Esse foi o período mais complicado, porque, infelizmente, Videira não é uma cidade com estrutura para pessoas com deficiência. E eu estou falando isso do ponto de vista de uma pessoa que tem bem poucas dificuldades em termos de locomoção, porque eu posso caminhar, o que diminui muito a barreira, e ainda assim era uma cidade difícil, pequena,

sem elevador em lugar nenhum, uma cidade cheia de morros. Era muito difícil sair sozinha. Eu fui criada para ser uma pessoa independente, tenho meu carro e dirijo desde os 18 anos, isso faz muita diferença no sentido de que você deixa de depender de qualquer outra pessoa para ir aonde você quiser. Já passei por alguns episódios de pessoas se surpreenderem com a ideia de uma PcD dirigindo o próprio carro e fazendo isso desacompanhada.

Acho que não entra na cabeça de ninguém essa imagem da pessoa com deficiência autossuficiente. Mas em Videira eu perdi um pouco dessa autossuficiência, porque era realmente uma cidade muito difícil, descer do carro era complicado pelo nível de inclinação das ruas, que me afetava.

Então logo voltei a Florianópolis. Aqui tem algumas facilidades, como o fato de ser uma cidade que não é violenta. Tem acessibilidade em grande parte dos lugares. O que te coloca num contexto de maior segurança para circular para lá e para cá.

Eu sinto falta de um pouco mais de acessibilidade em estabelecimentos dos locais de cultura. A gente ainda vê muito a questão do desrespeito aos estacionamentos, dos ambientes não saberem o que fazer em termos de acessibilidade, de não terem até essa liberdade de conversar e perguntar como a pessoa está, se precisa de ajuda. Já determinam que não têm o que fazer, se oferecem para te carregar no colo escada acima. Eu não quero ser carregada no colo, eu quero que tenha uma entrada adequada para mim.

A questão do banheiro também é outra coisa que eu acho que não entrou na cabeça das pessoas, o porquê de ter o banheiro adaptado e por que ele tem que ser de uso exclusivo da pessoa com deficiência. A gente está falando de higiene. De um lugar que precisa estar esterilizado, muito bem cuidado, porque uma pessoa com deficiência, dependendo, pode escorregar num chão molhado ou, por ter uma imunidade mais baixa, pegar alguma doença.

Mas não me vejo como uma pessoa com deficiência. Eu sou uma mulher, sei que tenho uma deficiência, sei que isso me traz limitações, mas todo mundo tem as suas. Não é que eu não tenha essa consciência, ou que tente fugir disso, apagar isso da minha vida. Só acho que isso não vem à frente de quem eu sou, isso é uma parte de quem eu sou. E acho que é uma parte bem pequena, levando em consideração tudo o que eu sou e conquistei. É mais ou menos assim que me enxergo enquanto pessoa com deficiência.

E acho que é a maior contribuição que eu trago dentro do meu ambiente de trabalho, mostrar as minhas potencialidades e aquilo que posso fazer e desenvolver, e que vem muito antes daquilo que me limita.

Mas cada pessoa é única, vai lidar com a sua deficiência de forma única. Só que se você não tem como mudar isso, precisa trabalhar de algum jeito para que ela se torne menos difícil. Agora, em momento nenhum você é obrigada a botar uma máscara de aceitação, “eu sou tão feliz assim”. Isso é romantizado

muito mais por quem não te conhece, que não sabe da sua trajetória, das suas dificuldades e possibilidades.

Para mim, a coisa com você é com você mesma. Deixa o terceiro lá pensar do jeito que ele quiser, te olhar do jeito que ele quiser. O olhar dos outros é o que menos me incomoda nesse sentido.

Eu acho que está mais que na hora da gente dizer: que bom que a indústria evoluiu. Que bom que a gente está sendo olhado. Que bom que as nossas necessidades são compreendidas e atendidas.

O serviço público é de extrema importância para as pessoas com deficiência também nesse sentido, porque ele garante muita coisa. Eu acho que, para uma pessoa com deficiência, ser servidor público muda tudo. Aqui eles são obrigados a te oferecer a estrutura, ao contrário de empresas privadas, que, a partir do momento que te recebem, começam a pensar no que fazer e, invariavelmente, não fazem, porque acham que não vale o investimento.

Essas empresas preferem não contratar o PcD, porque vão ter que fazer mudanças de estrutura, de adaptações físicas, de estrutura organizacional e de mentalidade das pessoas. Então eu acho que o serviço público, nesse sentido, e as cotas para concurso público são fundamentais na vida de um PcD, para adquirir uma estabilidade, ter o salário caindo na conta todo mês, independente do que aconteça.

E a nossa rede de apoio também está nesse lugar. Uma equipe que te compreende, que te conhece, sabe das suas possibilidades e das suas incapacidades.

Se você se afastar, a equipe está lá te esperando e torcendo para que você retorne, e quando você retorna, eles se preocupam com o que você precisa, o que precisa adequar, melhorar, para que de repente o que aconteceu e te afastou não aconteça de novo.

A não ser que uma situação te obrigue a fazer diferente, eu acho que é extremamente importante a gente ocupar os espaços físicos e presenciais. Eu sempre fiz muita questão disso. É disso que surge a maior troca, a maior quebra de preconceito, o maior aprendizado para todo mundo, então eu sempre gostei muito do trabalho presencial.

Tenho muito orgulho da minha trajetória enquanto servidora pública, eu comecei muito nova, trabalhei praticamente a vida inteira com a área de RH, gestão de pessoas. No TRT, eu fiquei um tempo em vara do trabalho, mas também já estou de novo há cinco anos na gestão de pessoas, gosto demais do que eu faço.

Eu realmente gosto de atender ao público e já tive alguns momentos assim de *feedbacks* em situações completamente aleatórias de pessoas que me olharam e disseram: “Nossa, eu lembro de você lá, você me prestou atendimento naquela situação. Eu precisei de um acolhimento naquele momento”. Porque no RH sempre são trazidas situações muito difíceis. E ouvir: “Você sempre me atendeu muito bem, extremamente competente”, como isso faz bem para gente, né? Escutar isso, saber que a gente tem essas qualidades, mas principalmente faz a gente sentir “eu tô fazendo a coisa certa”. Estou fazendo o que tenho que fazer, o

que é a minha obrigação enquanto servidora pública. Mas ao mesmo tempo em que é a minha obrigação, as pessoas estão vendo o porquê de eu estar fazendo, está refletido nas minhas ações, eu acho isso super importante. Eu realmente tenho um baita orgulho da minha trajetória.

É óbvio, a acessibilidade nunca é integral em lugar nenhum, sempre tem alguma coisa para mudar. A questão do banheiro é um problema cotidiano, eu já precisei, inclusive, ficar afastada do trabalho por conta do banheiro em reforma. Só tinha banheiro muito longe para mim. É péssimo ser retirada do ambiente de trabalho por uma situação dessas. Não encontrar vaga de estacionamento porque tem alguém usando a que está ali à tua disposição de maneira equivocada. Prédio sem acessibilidade infelizmente ainda é uma realidade.

Na hora de passar num detector de metal, no aeroporto, se eu estou acompanhada, às vezes, os funcionários da companhia olham para a pessoa que está comigo e fazem uma pergunta para ela ao invés de perguntar para mim.

É extremamente importante que o nosso entorno e nossa rede de apoio nos estimulem e nos coloquem à frente das situações e deem condições para isso. A acessibilidade só vai existir se a gente estiver lá, eu preciso dela e é sua obrigação cumprir com ela.

E essa obrigação só vai ficar evidente quando conversarmos abertamente a respeito disso, sem criar tabu ao redor. É recorrente a gente, andando na rua, ou num shopping, aonde for, passar por uma criança

e ela perguntar para o pai ou a mãe: “que aconteceu com aquela moça, ela tá dodói?”. E aí os pais criam uma situação diante daquilo, como se não fosse uma criança perguntando, com sua autenticidade, sua ingenuidade e curiosidade sobre o mundo, fazendo uma pergunta da mesma forma que ela faria qualquer outra, sobre qualquer coisa diferente com a qual ela se deparasse. E aí os pais puxam a criança pela mão dizendo: “Em casa a gente conversa”.

Gente, não conversa em casa, explica ali, você sabe o que aconteceu, explica ou levanta possibilidades. A criança vai entender do jeito dela e aprender a conviver com o diferente. E vai deixar de ser uma coisa estranha sobre a qual ela não pode falar porque está deixando um adulto envergonhado. Isso é diálogo.

Isso também impacta na forma como os outros presumem coisas. A gente não é vista como mulher no sentido afetivo, sexual, materno. Presumem que o rapaz que está com você é seu irmão, não seu namorado. Ou acham que você não pode ser mãe.

Por isso, a autoimagem de uma pessoa com deficiência estar em dia tem um peso muito grande. Isso impacta muito na nossa segurança, na maneira como a gente se coloca no mundo. Da gente saber quem a gente é, que a gente é bonita, conhecer as nossas potencialidades.

E disso, faz parte saber que é esse corpo que a gente vai carregar e que vai carregar a gente, é uma via de mão dupla, a gente carrega o corpo e o corpo nos carrega, e que ele tem que ser bem cuidado. Essa

é uma consciência que tenho hoje, de ser uma pessoa que se exercita, que se cuida, para continuar tendo essa autonomia que eu tenho e que é fundamental.

Sabe que eu já nem lembro o ano em que a nossa Comissão de Acessibilidade foi instituída, mas eu estou desde o começo dela. Eu recebi o convite da juíza coordenadora. E é uma equipe muito especial porque são pessoas que estão ali para olhar para o outro. Para lutar por uma coisa que pode já estar instituída e não estar sendo cumprida ou estar sendo cumprida, mas ainda não estar chegando o suficiente, chegando onde é para chegar, né? Precisa chegar em mais gente e é muito gratificante a gente abrir o horizonte também. A gente escutar a demanda do outro e entender que o outro é diferente de você. No mundo das pessoas com deficiência não é todo mundo igual. Eu acho que a gente amplia também a questão do lugar de fala e ter pessoas sem deficiência junto com a gente, compondo esse tipo de espaço, participando da luta de uma pessoa com deficiência, querendo entender esse mundo e de alguma maneira, fazer parte dele, para torná-lo melhor.

A mensagem que eu deixo para as pessoas com deficiência é, em primeiro lugar, a gente ser grato por onde a gente está, a gente ter consciência da importância do lugar que a gente ocupa. Da gente fazer por merecer a posição que ocupa, eu acho que se eu estou aqui hoje, o que a Justiça do Trabalho e o serviço público de uma maneira geral permitiram que eu me tornasse, quem eu me tornei, graças a essa trajetória

TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

de trabalho.

Tudo contribui para a gente ter consciência da importância do lugar que a gente ocupa. Nos estimula a fazer por merecer a posição que a gente ocupa, a construir esse espaço de pessoas com deficiência dentro da Justiça do Trabalho. Enfim, retribuir.



ROBSON FERNANDES ATHANÁSIO DE AGUIAR

Data de Nascimento: 21/03/1987

Naturalidade: Goiânia - GO

Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região - TRT24

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 14/12/2021

Cargo: Técnico Judiciário (Área Apoio Especializado -
Tecnologia da Informação)

Lotação: Secretaria de Tecnologia da Informação e
Comunicações - SETIC

Meu nome é Robson Fernandes Athanásio de Aguiar. Sou um homem branco, de olhos castanhos.

Sou de Goiânia, Goiás, e, desde que foram identificadas a minha deficiência e dificuldades, as minhas limitações, sempre tive o apoio da minha mãe e do meu pai – da minha mãe, principalmente. O meu irmão é mais novo e temos uma diferença de idade de seis anos, então sempre estávamos em períodos diferentes. Depois de mais velho que ele foi me ajudar. A minha família foi fundamental em toda a construção, em todos os desafios que eu tive na minha vida. Do período de alfabetização até a faculdade, mercado de trabalho, essas coisas todas. A família é essencial nesse processo. A minha, sempre querendo dar um apoio a mais, um suporte a mais, uma proteção. Aquela blindagem de uma realidade social que não é tão tranquila assim. Mas, de certa forma, é necessário enfrentar, para conseguir vencer mesmo, conseguir construir uma carga intelectual e social de convivência, que nos dê condições de sobreviver nesse mundo inacessível que a gente vive.

Sempre fui uma criança muito ativa, gostava de correr e eu sempre batia nas coisas, na parede, nos cantos, na mesa. Não que uma criança que não tem deficiência não faça isso, mas eu sempre tive essas coisas. Minha avó um dia conversou com a minha mãe: “Eu acho que ele corre e ele bate muito nas coisas, talvez seja interessante você levar ele no oftalmologista”. Minha mãe levou e, aos dois anos de idade, fui diagnosticado com a questão da retinose

pigmentar, uma doença degenerativa que atinge a retina. Fui me adaptando, fui bem até meus 12, 13, 14 anos. Aí é que eu fui me perceber mesmo com a perda acentuada de visão. Parei, tive que repensar minha vida, aceitar mais ajuda, também entender que meus materiais teriam que ser diferentes.

Até meus dez, doze anos, eu conseguia até copiar do quadro, resolver as atividades de uma forma natural. Depois, na adolescência é que a coisa pegou um pouco, com todos aqueles conflitos que qualquer pessoa tem na adolescência. Isso aliado à deficiência, às minhas dificuldades, à falta de acessibilidade na escola, de conhecimento dos professores, do pessoal que estava ali comigo e tal.

Foi um grande desafio, mas devido a essa proximidade da minha família e à paciência também que eu tive, entrei na juventude aceitando mais a questão da deficiência e me adaptando, aprendi a lidar com ela e soube quais eram as minhas limitações. Hoje eu vejo que, em muitos momentos, eu me freei para aceitar e enfrentar esses desafios. O que eu precisava era de apoio e de me organizar para que eu conseguisse me desenrolar ali no ensino médio, depois fui para a faculdade. De lá para cá, tenho conseguido me adaptar às situações, condições e ambientes.

Acredito que cada ser humano tem uma carga suficiente para aquilo que ele tem de força para carregar. A gente aprende que ninguém tem um fardo maior do que pode carregar. De certa forma, sei que a deficiência está aqui e eu preciso lidar com ela. Sempre

precisei e vou precisar, e amanhã vai ser diferente, eu vou estar em um desafio diferente, em um lugar diferente. Eu passei a identificar essa deficiência como algo normal, inerente a qualquer ambiente, qualquer coisa que eu vá fazer, então eu já olho para ela como uma coisa natural. Busco as minhas adaptações, formas de lidar com as questões e vou em frente, acho que é mais ou menos isso.

Na escola, entrei num projeto chamado Rádio Escola, um projeto que a USP trouxe para Goiás, em várias escolas estaduais, equipamentos de rádio, transmissores, microfones, mesas de som e a gente era capacitado a utilizar isso e a trabalhar com isso nos momentos de intervalo. Meu segundo e terceiro anos do ensino médio foram bem, bem intensos, eu estudava de manhã e ficava na rádio à tarde e à noite, na escola.

Tive grande interesse em fazer Jornalismo, foi meu primeiro curso superior. Fiz o Enem na época, acho que foi em 2005. Entrei em Jornalismo, e aí eu me envolvi mesmo. Fui trabalhar com rádio e com assessoria de comunicação, paralelamente à faculdade. Foi um momento muito bom de descobrir as dificuldades. Para onde dava para ir, o que não dava pra fazer... o que precisava de adaptação. De certa forma, passar a esses colegas também, porque eu sabia que aquilo era um processo rico de aprendizagem para eles e professores. Eu sempre tive isso, de não me preocupar só comigo, no que eu precisava de ajuda, de acesso, de facilidades de organizar, mas eu sabia também que aquilo era rico

para quem estava comigo.

Devido a isso, fui me envolvendo muito com tecnologia, porque eu percebi, no final do ensino médio, que a tecnologia para pessoa com deficiência visual – especificamente no meu caso – era essencial para a gente conseguir, não vou dizer se igualar, mas lidar com as questões da vida, com as dificuldades e desafios de igual para igual com uma pessoa que não tem deficiência visual. Cheguei a trabalhar com diagramação de jornais, fui me envolvendo com essa questão de tecnologia assistiva e adaptação de outros softwares também. Foi o que me direcionou, assim que terminei Jornalismo, já entrei no curso de Sistema de Informação, já entrei na área de TI. Mesmo trabalhando com jornalismo, fui me envolvendo. Quando comecei, já conseguia dar aulas de introdução à tecnologia para outras pessoas com deficiência, apoiar na Associação dos Deficientes Visuais de Goiás. Fui me envolvendo de uma forma muito grande com tecnologia e repassando para as outras pessoas.

Quando começa a dar aula, a ajudar outras pessoas, acaba que a gente é inserido em um ambiente mais profundo, nosso entendimento. Então abre bastante a mente.

Foi aí que eu vi que a tecnologia era bacana e que eu tinha que me aprofundar. Aprendendo como isso poderia impactar minha comunidade, vamos dizer assim, de pessoas com deficiência visual. Na faculdade em que eu estudava tinha mais cinco ou seis pessoas com deficiência visual. Notei que eles tinham muita

dificuldade com tecnologia. Eu ficava tentando passar (os conhecimentos de informática) para as pessoas e aproveitava para conversar com o diretor da faculdade na época. A gente conseguiu apoio para comprar alguns leitores de tela para instalar no laboratório de informática e aí a gente ficava por ali, passava as coisas para as pessoas e ajudando eles a fazer trabalho também.

No meu último ano de Jornalismo, eles me fizeram a proposta para entrar lá e trabalhar. Só que na época era como estagiário. E assim que eu entrei, coincidência ou não, eu comecei a mexer com a parte de identificar sites, pois o pessoal tinha muita dificuldade para acessar. No site da faculdade especificamente. Então eu decidi escrever um documento, conversar com a direção da faculdade para a gente fazer um teste de acessibilidade.

Foi muito impactante. Esse processo que eu fiz como estagiário me rendeu o Prêmio de Top Estagiário, para a Regional de Goiás. Eu ganhei o prêmio nacional também de estágio por conta dessa questão de sensibilidade e tudo envolvendo esse cuidado que eu tinha e tenho até hoje. Acho que é algo meu, que eu vou levar comigo para sempre, de estar ajudando as pessoas. Isso foi muito importante porque me deu um gás profissional. Desse prêmio – que foi em 2008 – para cá, minha vida mudou totalmente. Me envolvi bastante em muitas questões sociais e no âmbito de várias empresas, que me consultam para fazer adaptações em sites, testes em sistemas. Isso tudo me deu um

empurrão para entrar na área de tecnologia, porque logo a faculdade me efetivou no cargo e eu passei atuar em tempo integral, dentro de acessibilidade, para desenvolver esses projetos e trazer inovações. A gente conseguiu fazer o núcleo crescer bastante.

Sempre me envolvi, também, com a questão de empregabilidade da pessoa com deficiência. Eu acho que já era alinhado um pouco com a Justiça do Trabalho. Sempre fui bem próximo dessas questões trabalhistas, dessa questão de apoio mesmo. Apoiar as pessoas, tanto no ingresso quanto na manutenção delas no mercado de trabalho. Já fui em várias empresas. Depois que elas contratavam a pessoa com deficiência visual, fui de forma voluntária para ajudar e levar software, adaptar ambiente, apoiar para que essa pessoa com deficiência visual conseguisse atuar bem, produzir bem, entregar e conseguir crescer dentro daquelas empresas. Isso foi muito bom e importante.

Eu sempre fui de entrar mesmo, de passar por cima de tudo, de construir e de tornar esses ambientes acessíveis. Eu sei que é difícil ainda para muitas pessoas que, às vezes, não têm as mesmas habilidades que eu, mas eu sempre tentei passar para elas que era possível. Que o diretor de escola não precisava ter medo de aceitar uma pessoa com deficiência visual para trabalhar na secretaria, do professor trabalhar na sala de aula com alunos com deficiência. Era possível, existiam ferramentas que facilitavam esse processo. Que a gente, além de ter o conhecimento, hoje em dia tem muitas ferramentas que facilitam. Processo de

construção mesmo, sempre foi assim.

Antes do Tribunal, eu trabalhei na Universidade Federal de Goiás. E lá foi um dos ambientes de maior aprendizado. Creio que foi a minha preparação para entrar no Tribunal.

No final de 2021, fui nomeado no TRT da 24^a e foi uma surpresa muito boa. Já arrumei minhas coisas todas e fui para Campo Grande. Quero ressaltar que o secretário de TI e Comunicação, Alexandre Kami, foi uma pessoa que me deu um apoio muito grande, que se preocupou com questão de onde eu estaria, como é que eu estaria, com qual equipe eu estaria inserido... E a gente teve boas conversas. Até que ele me colocou na área onde eu estou hoje.

A questão da deficiência é algo que não traz nenhum privilégio, não faz diferença nenhuma. Por exemplo, hoje eu estou em trabalho em *home office*. E atuo com todo mundo no Tribunal, trabalho na área de contratações de TI. Então, eu tenho contato com todo mundo no Tribunal. Noventa por cento das pessoas com quem eu trabalho não sabe que eu tenho uma deficiência visual. E consigo fazer o meu trabalho de uma forma natural, tranquila, porque, justamente, a gente consegue construir com os colegas os sistemas que não têm acessibilidade. A gente conversa e vai indo e vai adaptando... Hoje temos também uma rede colaborativa entre vários colegas de várias regionais, o que permite apontar uma oportunidade de melhoria. A gente vai organizando.

Hoje eu vejo que, pelo menos no Tribunal, existem

poucos servidores com deficiência, um ambiente em que pessoas poderiam estar mais, atuar mais e influenciar mais. Temos um papel, não só de servir a comunidade com o nosso trabalho, com as nossas entregas, com o nosso comprometimento... cumprindo regras, legislação. A gente tem um papel de construir além de um ambiente inclusivo, acessível. Um papel de participar das ações que o Tribunal faz e constrói. Principalmente com relação à empregabilidade. Acesso e manutenção das pessoas ao mercado de trabalho. Eu sempre vou me envolvendo em coisas, embora eu seja de uma área de apoio de TI, bem específica dentro do Tribunal. Mas estou sempre envolvido com os outros, com os projetos, com eventos que têm para a gente poder mostrar que consegue, além de fazer isso tudo o que a gente faz no dia a dia, influenciar todo o ambiente, não só físico.

Claro que, quando o PcD entra, o que as pessoas mais se preocupam é com o elevador, as escadas... Esse local aqui tem acessibilidade para você conseguir andar? Mas, além de tudo, a gente consegue influenciar as atitudes das pessoas. Às vezes, uma pessoa que atua no Tribunal há vários anos, fica naquele ambiente e nunca vai ter a oportunidade de apoiar uma pessoa com deficiência a caminhar no corredor novo.

Eu tento sempre mostrar que existe uma transversalidade nas questões. Quando vamos inserir uma pessoa com deficiência, a gente não vai inserir para que a empresa cumpra uma cota. Aquela pessoa é um profissional que consegue produzir e

entregar. Consegue se desenvolver na carreira, crescer, desde que ela tenha condições mínimas, condições adequadas, condições de respeito, que a empresa olhe para ela como um profissional. A gente nunca pediu para ser segregado, nunca pediu para ser colocado na empresa de qualquer jeito.

A gente luta muito contra o capacitismo. Acho que é uma questão muito cultural. Eu falo do Brasil porque é de onde eu venho, onde eu vivo, onde eu vejo as coisas. Por onde a gente passa é difícil. Hoje mesmo, se eu vou ao shopping, por exemplo, sozinho comprar uma camisa, é um sem-número de dificuldades. Desde andar dentro do shopping, chegar até o shopping. Saber qual a loja que vende camisa, onde entrar na loja, conseguir um vendedor que nos atenda com mínimo de sensibilidade e paciência. Isso, pensando numa pessoa que não tem deficiência, é uma coisa trivial. Por exemplo, a pessoa está no trabalho e suja a roupa com alguma coisa, corre no shopping, compra outra, troca e vida que segue. Para a gente não; para o PcD é um desafio.

Então, a nossa atuação no mercado de trabalho, onde está nos ambientes, seja lá na igreja, na escola, na faculdade, no trabalho, dentro do Uber, num táxi, numa lanchonete, no restaurante, a gente o tempo todo está preocupado com essa questão de transmitir tranquilidade e, de certa forma, capacitar aquele profissional com quem a gente está lidando ali. Eu vejo que, enquanto pessoa com deficiência, nós entramos nessa vida para poder ensinar aos outros. Passamos o

nosso dia a dia, praticamente o dia inteiro, ensinando. Eu acho que, quando a pessoa com deficiência não encara a vida desse jeito, passa a exigir uma coisa que a sociedade não tem para entregar ainda.

Não sei se vai ter tempo o suficiente durante a nossa vida, chegar aos 90 anos e falar: “Nossa, missão cumprida! Hoje a sociedade é inclusiva”. Eu acho que não. Acho que o dia a dia é construir, é ensinar nossa família, ensinar as pessoas e eu acho que quando lidamos com a sociedade, chegamos a uma tranquilidade espiritual, vamos dizer assim, a gente consegue viver de uma forma mais leve... Enfrentar as dificuldades.

Eu não sei como é nos outros, mas no TRT24 existe uma preocupação muito grande com ambientes acessíveis, atitudes acessíveis, a preocupação com as questões... desde um e-mail... A gente vê que em tudo tem uma atmosfera voltada para isso. Sempre teve uma preocupação da equipe, de me inserir de uma forma completa na equipe, de não me deixar nem de fora das piadas. Acho que isso é muito importante, sabia? A gente vê que é uma construção do Tribunal, a construção do subcomitê, mas não só do subcomitê. Daquela atmosfera toda, de campanhas que são feitas, eu acho que TRT24 é excelente nesse ponto. Também com relação aos *feedbacks*. Sempre que tem algum detalhe, eles têm uma abertura muito grande. Por exemplo, quando mandam um e-mail sem uma descrição da imagem. Logo percebem, “Nossa, é mesmo... eu me esqueci”, e mandam uma

retificação descrevendo a imagem, que vai para o tribunal inteiro. Esse gesto é tão importante, para as outras pessoas verem. Esse tipo de ocorrência era mais rotineira quando eu entrei. Aí, a gente vai conversando, orientando, trocando ideia com a equipe, com equipes de outras áreas. É muito raro um e-mail hoje, de qualquer área, que venha com uma imagem sem descrição, por exemplo. Sabe, isso é muito importante, esse é o papel que temos dentro das equipes, dentro do Tribunal, dentro do trabalho, ir conversando...

Às vezes a pessoa deixaria passar algum detalhe que é importante, mas eu gosto de conversar, construir, incentivar, orientar as pessoas para que isso seja uma rotina delas na vida. As pessoas são profissionais, estão no Tribunal, dentro do ambiente de trabalho, mas têm uma vida fora também, que é o principal, que é o tempo em casa, tempo no condomínio, tempo na igreja, nos ambientes que elas estão. A preocupação com a acessibilidade vai ficando algo delas. É uma questão afirmativa que a gente tem. De mostrar isso para as pessoas, elas levarem para os ambientes delas.

A gente produz no nosso cantinho, no nosso ambiente, no nosso círculo de colegas, na nossa vida. Por mais que seja muito difícil e que tenhamos um monte de dificuldades, temos, pelo menos, que tentar. A vida é muito curta, passa muito rápido e nós temos o papel de influenciar, de impactar positivamente a nossa sociedade, nossa família, nosso círculo de amizades.



RAFAELA DE ALMEIDA MENEZES

Data de Nascimento: 21/11/1987

Naturalidade: Itabaiana – SE

Tribunal Superior do Trabalho – TST

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 21/11/2023

Cargo: Analista Judiciária

Lotação: Gabinete do Ministro Alexandre Luiz Ramos

Eu me chamo Rafaela, sou branca. Tenho cabelos castanhos e ondulados, um pouco abaixo do ombro, olhos castanhos também. Uso um cordão de girassol no meu crachá, que identifica as pessoas com deficiências não aparentes. Sou analista judiciária no Tribunal Superior do Trabalho.

A minha deficiência nasceu comigo, mas ela só foi diagnosticada muito tardiamente. Eu sempre tive baixa visão, na verdade é uma distrofia na retina, que se chama retinose pigmentar, uma doença degenerativa da retina, sem tratamento, quanto mais envelheço, mais eu vou perdendo a visão, as células que refletem a luz vão morrendo. Eu já perdi a visão periférica e tenho um campo visual bem restrito, o que a gente chama de visão tubular, só a minha visão focal de frente que ainda está preservada e eu espero que continue o máximo de tempo possível.

Isso me traz limitações durante o dia, mas à noite elas são gigantescas, para mim o dia termina quando o sol se põe. Por conta de já ter nascido com essa deficiência, eu me adaptei muito bem, porque eu não sei como é ter uma visão normal. Eu achava, na minha infância, que todo mundo enxergava como eu. Mas eu passei por vários acidentes, já fui atropelada por bicicleta, já caí de degraus milhares de vezes, bati em poste, chutei hidrante, lixeira. Eu era taxada como estabanada, desatenta, descuidada.

Tive uma infância, na medida do possível, tranquila, feliz, brincava bastante com meus primos. Nasci no interior do Sergipe, mas cresci em Minas. Fui

uma criança quieta e comportada, hoje eu penso se era minha personalidade ou se era a baixa visão. Tenho uma irmã nove anos mais nova.

Quando eu tinha 11 anos, meu pai foi assassinado por um cara, um comerciante, que achou que meu pai estava roubando os clientes dele. Uma banalidade dessa desestruturou toda a nossa família. Esse marco foi o momento mais difícil da nossa vida. Minha mãe ficou viúva aos 29 anos, e até então ela era dona de casa, meu pai era o provedor. E ela não tinha instrução, saiu da roça para casar com meu pai. Então a gente passou muita necessidade nessa época. Mas minha mãe decidiu permanecer em Minas, em vez de voltar lá para o interior de Sergipe, para que a gente pudesse estudar em um bom colégio. E isso fez a gente mudar de vida.

Quando meu pai faleceu, passamos muita dificuldade, nosso café da manhã durante muito tempo foi retalhos de biscoitos quebrados com café, porque era mais barato. E, no dia do meu aniversário, minha mãe perguntou: "Minha filha, o que você quer de aniversário?", e eu pensei: "Meu Deus, eu não posso pedir uma coisa muito cara!". Era meu aniversário de 12 anos. Eu pedi um pão de sal no café da manhã. Aí, ela chorou, e eu também choro hoje ao lembrar.

Na escola, por causa da miopia, sempre me colocavam para sentar na frente, então nunca se questionou muito minha dificuldade. Nas aulas de educação física, aí sim, eu não via a bola, eu acho que por causa da baixa visão, eu acabei sendo ruim nos esportes. Mas, na época, eu só me sentia

descoordenada, fora do padrão, porque eu não me encaixava nas atividades dos meus colegas.

Aí eu acabava sempre meio excluída dos times, e ainda era chamada de quatro olhos. Isso me marcou tanto que quando o médico falou da possibilidade de usar lente de contato eu fiquei doida, eu era doida para colocar. Até hoje eu me acho feia de óculos. Mas a lente corrige só a miopia, não corrige a deficiência.

Com a morte do meu pai, a minha mãe passou a trabalhar e eu tive que cuidar da minha irmã, então, não considero que tive uma fase de adolescente. Acho que eu pulei direto para a fase adulta, assumi algumas responsabilidades, naquela época, por necessidade, porque não tinha outra pessoa, era só eu, minha mãe e minha irmã, até hoje somos só nós três. E a minha mãe nem sabia o que era faculdade, eu também não, eu achava que ia terminar o colégio e trabalhar, não sabia bem no quê. Lá no colégio que eu fui descobrir que tinha vestibular, que tinha faculdade. Acho que escolhi o Direito muito por causa da morte do meu pai, que me fez perceber quanta injustiça tem nesse mundo, e eu queria entender o porquê. Até hoje isso é algo que me assusta.

Eu fiz Direito, me formei no interior de Minas, numa faculdade pública. Quando estava no último ano, passei num concurso. Então eu tive que trabalhar de dia e passei a faculdade para a noite. Inclusive, a primeira vez em que requeri a mudança de horário, ela foi negada porque a turma estava cheia. Aí resolvi falar com o coordenador do curso, o professor Luiz Alberto,

expliquei que precisava trabalhar e que teria de trancar a faculdade se não conseguisse a mudança de horário, e ele disse para solicitar de novo, que ele ia deferir.

Eu acho que ele nem faz ideia de como foi importante a fala dele nesse momento. Ele falou assim: “Mas eu tenho uma condição. Você vai para esse concurso da prefeitura? Mas você vai me prometer que você não vai parar lá, porque você tem potencial para muito mais”. Nunca tive oportunidade de agradecer por ele falar que eu tinha potencial para mais. Me ajudou a não desistir.

Na primeira semana de aulas à noite eu tive vários acidentes, muitos, muitos, muitos acidentes. Caí da escada, chutei o hidrante, dei com a cara num poste e quase quebrei o nariz. Eu simplesmente não enxerguei o poste.

Só que eu sempre tive miopia, sempre fui em oftalmologista, uso óculos desde os seis anos de idade. Eu perguntava a respeito da minha visão piorar à noite e ele me dizia que era normal em quem tinha miopia. Mas quando eu narrei os acidentes da faculdade, nessa hora ele entendeu que tinha alguma coisa errada e fez um exame de campo visual que é um exame muito simples. Eu tinha 24, 25 anos. Fico imaginando o tanto de risco que eu corri, porque o exame mostrou que meu campo de visão era inferior a 15 graus, e as pessoas enxergam normalmente um campo de quase 90 graus. O diagnóstico foi fundamental para eu tomar cuidado, evitar os acidentes que vinham acontecendo desde sempre. Eu tenho até carteira de

motorista, consegui tirar normalmente. Então, saber da deficiência me impediu de dirigir e acabar causando um atropelamento, por exemplo.

Como eu fiz o vestibular sem saber que eu era uma pessoa com deficiência, passei na Unimontes, que é uma faculdade pública lá em Montes Claros, pela classificação geral, não utilizei as cotas. Aí, quando veio o diagnóstico, no último ano do curso, o meu mundo caiu. Fiquei em choque. Tenho muito medo do futuro e do que pode acontecer. Eu, no momento, enxergo, pouco, mas enxergo. Isso me dá independência. Mas quando perder totalmente a visão, como é que vai ser isso?

Então, essa minha deficiência é complicada nesse sentido, porque tem coisas como pegar um avião, eu preciso de auxílio para embarcar. Em Montes Claros, a gente vai até o avião na pista, andando a pé até onde é mais iluminado lá no salão de desembarque, aí eu sempre peço auxílio, principalmente para descer e subir as escadas do avião, que é na pista, mais escuro do que o ambiente do aeroporto. Por isso, por ser uma pessoa com deficiência, eles dão prioridade para mim na hora do embarque, em seguida eu sento na poltrona do avião, pego o celular e começo a mexer, aí as pessoas me julgam, como que tem baixa visão se está mexendo no celular?

Mas eu juro que, de certa forma, vejo minha deficiência como uma bênção, no sentido de que me abriu oportunidades que não teria. No caso dos concursos foi uma coisa positiva eu poder tentar

com cota. Mas o que me incomoda um pouco é que as pessoas veem a nós, deficientes, como pessoas incapazes de exercer certas profissões. Eu já passei por situações no trabalho, não aqui, mas em outro órgão, como o dia que um colega falou assim: “Nossa, quando você chegou aqui, Rafaela, que me falaram que eu ia trabalhar com um deficiente visual, eu pensei que a pessoa só ia me dar trabalho que não ia me ajudar em nada”. Isso me magoa porque, por mais que a gente tenha as nossas limitações, nós trabalhamos de igual para igual, não tem essa diferença. É só a questão de adaptar um horário, uma luz ou um leitor, mas a gente trabalha muito. Parece que a deficiência chega antes da pessoa, antes dele te conhecer como pessoa, ele só enxerga em você a deficiência.

Graças a Deus, aqui no TST o pessoal me recebeu muito bem. O TST é recente, eu digo que ele foi um milagre de Deus. Porque na verdade eu não tentei a prova para o TST, eu tentei a prova para o TRF1, aqui da 1ª Região de Brasília, em 2018. Só que parece que esgotou a lista de analistas do TST, e começaram a chamar analistas de outros órgãos pela lista de aproveitamento. E a nomeação saiu faltando cinco dias para vencer o concurso, eu já não tinha mais esperança de passar, de ser nomeada. Comecei aqui no finalzinho de novembro, a nomeação saiu dia 10 de novembro e a posse foi no dia 21 de novembro, que é o dia do meu aniversário. Foi um presente de Deus para mim.

Não tenho nem um ano de TST. Ainda estou em adaptação aqui em Brasília. Eu pedi, quando entrei,

que eu começasse a trabalhar e terminasse meu trabalho de dia e o pessoal foi super flexível comigo. Eu programo meu dia todinho para fazer tudo antes do anoitecer, porque chega o pôr do sol e me bate aquele desespero de ter que estar em casa, porque eu não enxergo à noite. De dia eu também não enxergo direito, né? Mas como estou muito adaptada com esse pouco de visão que eu tenho de dia, eu sou independente, por mais que esbarre em alguma coisinha ou outra. Eu até vi uma escola aqui que ensina a usar bengala, eu estou pensando em começar a aprender, para tentar ter uma independência à noite, poder sair de casa, mas ainda não comecei.

Achei o TST diferente, porque eu já passei por outros órgãos, mas foi a primeira vez que vi um setor que cuida das pessoas com deficiência. Eles me receberam, me explicaram, se eu precisasse de adaptação ou se eu sofresse algum tipo de discriminação, o que eu poderia fazer. Foi a primeira vez que eu senti essa acolhida em um órgão. Acho que estou encantada ainda aqui, é tudo de vidro, muito iluminado, eu enxergo. Isso é ótimo. No momento eu não preciso de nenhum leitor, o que eu mais faço é aumentar as letras. É um recurso tranquilo de usar no computador. Só para facilitar mesmo, assim como o ponteiro do mouse é aumentado e de uma cor rosa destacada, diferente e com rastro, então, quando passo, eu consigo identificar onde ele está.

Essas foram as adaptações que eu fiz, mas foi muito tranquilo de fazer, mais uma prova de que

TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

não temos limitações. Espero que as pessoas com deficiência escolham suas profissões por amor, por vocação, porque quando você faz alguma coisa que gosta, vai dar certo, vai fluir. Eu amo o que eu faço, então eu estou muito feliz aqui no TST e vir trabalhar é um prazer. Tenho orgulho de falar que sou analista do TST.





MARCELO SANTOS DA SILVA

Data de Nascimento: 22/12/1993

Naturalidade: Manaus - AM

Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região - TRT11

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 12/05/2023

Cargo: Técnico Judiciário

Lotação: Seção de Servidores Ativos

Meu nome é Marcelo Santos da Silva, nasci na cidade de Manaus, em 1993. Sou pardo. Eu trabalho no TRT da 11ª Região, em Manaus, como técnico judiciário. Completei um ano de JT, passou bem rápido, está sendo uma experiência muito importante na minha vida.

Quando eu nasci, os meus pais tinham uma condição muito ruim financeiramente. Na hora do parto, foi feita uma cesariana de urgência que, por muito pouco, não matou a minha mãe e a mim. Minha mãe ficou bem, só que eu fiquei mais 7 dias no hospital, sob observações. Na época, a gente não tinha acesso às informações que possuí hoje, a única coisa que o médico falou para os meus pais foi que eu ia apresentar algumas dificuldades, mas não sabia quais, nem sabia quando iam acontecer. Então depois que saí do hospital, tive uma infância normal, como qualquer outra criança, ia pra escola, brincava, ia pra igreja, a minha vida sempre foi uma vida muito boa, sempre tive um bom convívio social.

Aos 5 anos de idade, eu comecei a apresentar dificuldades para escrever com a mão direita, a minha professora pediu para eu tentar escrever com a mão esquerda, e consegui escrever melhor. O primeiro obstáculo foi esse, mudar a minha mão, eu escrevia com a mão direita e passei a escrever com a mão esquerda por causa dos sintomas que começaram a aparecer. Com 8 anos eu já sabia ler e escrever, mas minha letra ficou cada vez pior, eu mesmo não conseguia entender o que eu escrevia, e a dificuldade

foi piorando com o passar do tempo.

Com 7, 8 anos de idade, eu apresentei contrações involuntárias nos meus braços, e ficou mais difícil de falar, ou seja, membros superiores e a voz foram afetados. O diagnóstico foi paralisia cerebral na forma coreoatetósica, cuja característica é a tensão no sistema muscular, se eu ficar muito tenso, a minha garganta fica tensa, o meu pescoço fica tenso... e aí as cordas vocais têm pouco espaço para trabalhar, por isso minha voz sai trêmula ou sai um pouco confusa. Desde criança eu sempre tive tratamento, fiz tratamento com uma fonoaudióloga durante 6 meses, fisioterapia, tudo a que tive acesso naquele momento. Depois com médico ortopedista, que me encaminhou para um neurologista. Daí comecei a fazer o uso de botox, aquele mesmo que é usado para o rosto, eu uso para musculatura, mas numa dose diferenciada. Então a cada 3, 4 meses eu passo por uma sessão de botox, em que ele aplica essa medicação no meu pescoço, no ombro e nos demais músculos que ficam contraídos.

Eu faço fisioterapia duas ou três vezes por semana. E faço natação, para a mobilidade do corpo. Combinando o botox, a natação e a fisioterapia, consigo manter a minha saúde estável.

Eu consegui ter acesso aos três, o botox, a fisioterapia e a natação, pelo SUS, até começar a trabalhar como servidor público, e aí eu tive direito ao plano de saúde, que facilitou bastante o meu tratamento, porque meus pais não tinham condições de arcar com médicos e terapias.

Por exemplo, durante a pandemia, o botox demorou para chegar porque como fechou tudo, o tratamento, que deveria ser a cada 3 meses, no máximo 4, eu demorei 1 ano e 2 meses para fazer, então a minha condição de saúde caiu significativamente. A luta agora é para voltar ao patamar em que eu estava e melhorar gradativamente. Na pandemia, como fiquei todo aquele tempo sem o tratamento específico, ela praticamente me derrubou, a voz piorou, tudo piorou um monte, inclusive apresentei sintomas como dores no pescoço, todo mundo que eu conheço me pergunta se eu tenho dor. Antes da pandemia eu não tinha dores, fazia as coisas, às vezes com dificuldade, mas fazia. Só que depois desse tempo todo sem tratamento apareceram as dores. Então a minha vigilância hoje é 24 horas, porque essas dores me obrigam a me afastar do trabalho, são muito fortes.

A sensação é de que eu não tinha o que fazer, porque só tinha esse tratamento, então eu tinha que esperar, com muita denúncia contra o plano de saúde. Sem contar que, se a minha saúde é afetada, toda a minha vida é afetada, eu preciso parar de trabalhar, parar de sair, parar de ir à igreja. Atualmente estou com um processo judicial porque o plano de saúde tem atrasado meu tratamento e acho isso injusto. Eu pago pelo meu plano de saúde, é do meu bolso que sai, então estou com duas ações judiciais, a primeira já foi a meu favor e estou entrando com a segunda ação judicial. O meu objetivo não é indenização ou coisa do tipo, o meu objetivo é o meu tratamento, que é um

direito, mas que é negado.

Para começar na escola, a minha família me preparou psicologicamente, mas, salvo raras exceções, eu nunca tive problemas. Nunca tive dificuldades em fazer amigos. Com o tempo as pessoas se acostumam comigo. No primeiro ou no segundo dia é difícil entender o que eu falo, mas a partir do terceiro, quarto dia, já se acostumam, já entendem tudo. Cresci com a minha avó também. Eu brincava na rua, jogava bola, empinava papagaio, fazia todas as brincadeiras que todo mundo faz, sem nenhuma distinção, porque, de alguma forma, consegui me adaptar às variações ambientais que poderiam ocorrer. Da minha infância eu não tenho o que reclamar, foi ótima, foi perfeita!

Uma pessoa com deficiência é olhada sob outro aspecto, um aspecto um pouco diferenciado. Quando fui para a faculdade percebi claramente isso. Tinham pessoas que me olhavam de forma normal e outras que não me olhavam de forma normal. A minha estratégia foi mostrar que eu conseguia fazer tudo o que todo mundo faz, mas no meu tempo e do meu jeito. A vida sentimental foi um pouquinho mais difícil, mas sempre teve um jeito de fazer as coisas acontecerem. Eu não me vitimizo, pelo contrário, eu vou demonstrar para as pessoas que eu posso fazer, que eu consigo fazer, exceto em situações perigosas, que aí não me arrisco.

Acho que as pessoas que me olhavam com um olhar diferente, depois que me conheciam de verdade, passavam a me olhar com igualdade, como todo mundo. Devagar eu vou ganhando espaço.

E, por incrível que pareça, às vezes a diferenciação vem de pessoas que não deveriam fazer essa diferenciação. Por exemplo, na época da escola, no ensino fundamental, teve dois professores que me sugeriram, sugeriram para minha mãe, que eu fosse para uma escola especial. A minha mãe se negou a me trocar de escola. Ano passado, no DETRAN, eu fui super mal atendido, perguntaram onde estava meu acompanhante, por que eu estava só, por que isso, por que aquilo. Aí em alguns momentos eu perco a paciência. Eu falei para o rapaz, “amigo, bom dia, você entende tudo que estou falando?”, “sim, senhor”, “você entende o que eu estou pedindo aqui?”, “sim, senhor”, “então qual é a dificuldade?”. O atendente também se recusou a me ajudar no preenchimento de um formulário. Aí eu pedi para outra pessoa de lá, que me ajudou a preencher e consegui finalizar o que fui fazer.

As minhas notas sempre foram muito boas, matemática era minha matéria preferida, só tirava nota alta, e aí as amizades começam a aparecer, porque o pessoal fala assim: “o cara ali só tira 10, todo mundo tirando 6, 5, 4, me ajuda?”. Isso contribuiu na minha inclusão. No ensino médio, não tive nenhum problema desse tipo, até porque estava mais maduro para lidar com as situações.

Na Universidade também. Eu fiz Biotecnologia pela Universidade Federal do Amazonas. A Biotecnologia tem uma característica principal que é a coordenação motora, tem que ser boa, mas eu quis entrar, entrei, conversei com o diretor do curso e ele falou: “Marcelo,

“você pode até ter alguma dificuldade, mas não vai te impedir de fazer o curso, se tiver alguma coisa perigosa, a gente vai adaptar para você ou você vai fazer de alguma outra forma”. Tanto que a minha adaptação ao curso foi excelente. E terminando a graduação, fiz uma prova para mestrado em Biotecnologia, fui aprovado em primeiro lugar, fiz o mestrado e concluí. Na metade do mestrado eu passei no concurso para técnico administrativo, fui aprovado e nomeado. Então começou uma nova etapa da minha vida. Eu não me arrependo do curso que fiz, mas ele me trouxe poucas oportunidades de trabalho, a maioria dos meus amigos está fora do Estado ou fora do país trabalhando. Aproveitei minha graduação e meu mestrado, porque eles acrescentam no salário do serviço público.

O concurso pro TRT11, onde hoje eu trabalho, foi a minha primeira prova grande, estudei bastante, fiquei na posição 20 para duas vagas, a probabilidade de ser chamado era mínima. Aí eu continuei estudando, em 4 anos eu passei em 6 concursos. Ano passado, na última lista de convocação do TRT11, no dia em que o prazo expirava, o último nome era o meu. Foi assim que fui parar na Justiça do Trabalho. Era para ser!

Foi muito emocionante, a minha melhor amiga estava morando em Curitiba, mas ela também tinha feito o concurso para o TRT, me lembro exatamente do momento, estava chegando em casa, trabalhava na Caixa, e ela me ligou, para ela me ligar tem que ser alguma coisa séria. Ela me ligou chorando e falou: “Mano, você passou, você foi nomeado no TRT, olha

aí a foto que eu te mandei!”. Aí eu abri a foto e tava lá, Marcelo Santos da Silva, o último nome. Chorei, liguei para os meus pais para avisar, liguei para minha tia, que é uma pessoa super importante para mim, que não me deixa desistir das coisas. Eu não sei qual é a palavra para descrever, mas foi muito bom, melhor do que esperava.

Me sinto feliz com a escolha de ser servidor público. O fator principal para a escolha foi a qualidade de vida, porque eu preciso ter uma qualidade de vida razoável para poder ter uma vida, vamos dizer assim, normal. O mestrado, por exemplo, eu tinha hora para ir, mas não tinha hora para voltar, porque quando envolvia experimentos podia demorar várias horas... eu sentia a necessidade de ter um trabalho com estabilidade, com horário, com tudo direitinho, senão poderia me prejudicar muito mais.

No TRT eu tive uma recepção muito especial, sob o ponto de vista assistencial. Quando meu nome saiu na lista, a assistente social me ligou, conversou comigo, fez algumas perguntas, desde o primeiro momento em que me ligaram até hoje eu recebo do Tribunal uma assistência muito boa, os médicos que avaliaram a minha deficiência foram muito atenciosos, competentes, a assistente social me acompanha, me falou todos os direitos que eu possuo. Estou lotado no setor de compras, mas pedi remoção, porque eu quero o teletrabalho, que é uma outra porta que o TRT abriu para mim. No setor de compras, se eu trabalhasse em casa, eu não iria conseguir ter a mesma eficiência.

Então pedi remoção para meus superiores, eles autorizaram, e, quando voltar das férias, provavelmente eu já vou para outro setor, vou aprender tudo que tenho que aprender e depois começo o regime de teletrabalho semipresencial.

Porque eu moro longe do trabalho, sem trânsito é 40 minutos. Então é por uma economia de energia. A energia para mim é muito importante.

Me sinto privilegiado por ter essas condições especiais de trabalho, confortável, também me sinto feliz e satisfeito.

Acho que todo lugar deveria ter, no mínimo, essas mesmas condições que o Tribunal do Trabalho proporciona, não só para o PcD, mas para todos os servidores. Eu não imaginava, até um ano atrás, que eu teria todas essas oportunidades, teria todos esses acessos e que ia conseguir utilizá-los com facilidade. Eu faço um pedido hoje, amanhã já tenho uma resposta dizendo prazo, data, como fazer. Nos outros lugares por onde passei o negócio era muito burocrático, não tinha essa celeridade. A produtividade está acompanhada da eficiência, porque a gente precisa ter um computador com câmera maior, preciso de um mouse adaptado, tenho horário reduzido, trabalho seis horas por dia, o meu horário é flexível, das 7h às 17h, se algum dia eu acordo e não estou muito bem, eu não preciso correr para chegar no trabalho, posso descansar mais um pouco, chegar um pouco mais tarde e sair um pouco mais tarde.

Tem dias em que você acorda bem, empolgado,

TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

motivado para trabalhar, estudar, fazer as coisas, mas tem dias que não. Tem dias em que eu estou muito bem e tem dias em que eu faço as coisas mais devagar. No entanto, eu consigo desenvolver a minha função e a vida pessoal dando o máximo que posso, de acordo com o dia. Essa é uma característica geral, mas para mim é um pouco mais perceptível.

E o TRT nunca me trouxe dificuldade, sempre me trouxe novas oportunidades, ou outros meios de fazer. No TRT eu tenho acesso a tudo que a legislação me permite.



MARIA EDUARDA HOJNACKI KOLOGESKI

Data de Nascimento: 07/06/1995

Naturalidade: Canoas - RS

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - TRT4

Data de Ingresso na Justiça do Trabalho: 21/02/2024

Cargo: Técnica Judiciária - Área Administrativa

Lotação: Vara do Trabalho de Frederico Westphalen

Sou Maria Eduarda Hojnacki, eu sou uma mulher autista, branca e de cabelos castanhos, mais abaixo do ombro. Trabalho no TRT da 4ª região. Nasci em Canoas, no Rio Grande do Sul, passei minha infância toda lá, até os 18 anos. A minha infância foi de classe média baixa. Os meus pais priorizavam o acesso a livros, que era uma coisa que eu gostava, então costumava ganhar mais livros do que brinquedos. Foi uma infância com muitos desafios na questão da comunicação. Meus pais procuraram ajuda de diversos profissionais, fonoaudiólogo, psicólogo, psiquiatra, todos sempre diziam que eu era uma menina saudável.

Na escola diziam que eu era uma pessoa muito avançada para minha idade, porque, além de autista, sou superdotada, mas que também era de difícil convivência e com bastante rigidez.

Uma professora disse para a gente investigar Asperger, que é como chamava na época, mas foi em vão, porque os profissionais continuaram dizendo que não era bem assim, que era só uma fase, que ia passar. No entanto, minha família entendia que eu funcionava diferente do meu irmão. Tenho um irmão um ano mais novo. Estimulavam aquilo que precisava de estímulo, eles eram bastante abertos para ouvir. Eles aprenderam sem saber o que precisava. Como algumas coisas de previsibilidade, então, às vezes, eu perguntava: “Mãe, quanto tempo eu tenho que ficar escovando os dentes?”. Ela calculava mais ou menos a média que ela levava, ou que meu irmão levava, e dizia: “Ah, filha, dois minutos, por aí, tá bom?”. Aí ela botava

no relógio para eu escovar os dentes em dois minutos. Também me deixava saber antes o que ia ter para a janta, avisava se tinha visita antes que eu voltasse para casa. É uma infância da qual eu tenho lembranças bem boas e de muito acolhimento.

A minha vivência na escola foi bem desafiadora, principalmente no ensino médio e com os professores. Mais com os professores do que com os colegas. Eu não tinha um diagnóstico na época, o diagnóstico veio aos 23 anos. E os professores julgavam que eu não tinha interesse pelas aulas, achavam que eu estava sempre dormindo nas aulas. E não era verdade, frequentemente eu estava de cabeça baixa, deitada na classe, era uma forma de me sentir bem. Acompanhava melhor os conteúdos nessa posição. Hoje, sei que eu estava diminuindo estímulos, mas na época eu não sabia. E isso era muito julgado como falta de respeito, como desinteresse.

Me formei no ensino médio com 16 anos e tive medo de começar a faculdade e ser tratada como eu era tratada pelos meus professores de novo. Então fiquei dois anos sem estudar.

Só que, na faculdade, os professores me entendiam melhor e os colegas não. Eles também julgavam que eu era uma pessoa desrespeitosa com os professores, que eu fazia perguntas inconvenientes, era antipática e fechada. Tive apenas dois professores que me consideravam desrespeitosa. Quando eu tinha disciplinas com eles, elas eram bem desafiadoras.

Ironicamente, uma das disciplinas era sobre

diversidade e inclusão. E foi na faculdade que comecei a me ver como autista e a achar que talvez eu tivesse muitas das características que eram dadas na aula. Mas elas eram superficiais e voltadas para homens e meninos. E tudo que eu procurava na internet também era. Não tinha muitos parâmetros para comparar, mas foi na faculdade que eu comecei a me interessar pelo assunto e a perceber que talvez eu me encaixasse naqueles critérios. Eu só não sabia bem como, porque eu não era um menino de 5 anos.

Terminei a faculdade em 2017, comecei a investigação do autismo em 2019 e recebi laudo em 2022.

Desde então, todos os cursos que fiz foram à distância. Estou pensando se, de repente, um mestrado presencial eu vou conseguir encarar, porque agora eu tenho o diagnóstico e acesso a acompanhamento e terapias.

Faço psicomotricidade, porque eu tenho dificuldade de equilíbrio e de habilidades manuais, de coordenação motora, de noção espacial. Inclusive a psicomotricista brinca: “Nossa com tantos sinais assim não te deram diagnóstico antes por falta de informação mesmo”, porque são bem visíveis as minhas dificuldades, principalmente motoras.

Conheci minha esposa logo que terminei a faculdade. Fui passar uns dias com uns amigos e fiquei sabendo que uma amiga ia aparecer no dia seguinte para tomar o café com eles. Aí marquei de fazer as unhas no horário desse café, para não estar ali. Mas,

quando voltei, ela ainda estava lá, eles ainda estavam tomando café, e era a Letícia, hoje minha esposa. Foi muito diferente a forma como ela me recebeu, porque ela é psicopedagoga, mas eu não sabia isso no dia. Geralmente, quando as pessoas conhecem outras pessoas, tem uma certa praxe, tipo: “Oi, tudo bem, eu sou fulano”, mas eu só sentei na mesa, como se eu já estivesse ali sempre, e dei um oi meio geral, sem olhar para ninguém, porque eu estava surpresa que tinha outra pessoa ali.

Aí ela me ofereceu um pão de alho e a gente começou a conversar sobre o pão de alho. Então foi uma conversa que fluiu mais naturalmente para mim do que esse roteiro de praxe. E desde ali a gente não desgrudou mais.

Eu trabalhava como professora em Florianópolis. Lá eu não era concursada. Eu fazia o processo seletivo todo ano para professora substituta. Fui para lá para fazer o mestrado, comecei o mestrado duas vezes presencialmente e, nas duas vezes, desisti. A primeira lá em Florianópolis. Mas chegou um momento em que, fisicamente, eu já não aguentava mais dar aula.

Às vezes eu me sentia muito desgastada. E além de muito desgastada, nunca conseguia ficar muito tempo no mesmo emprego. Aí a Letícia sugeriu que eu fizesse um concurso.

Alguns meses depois de um concurso do Banrisul, ela disse: “Olha, nesse eu acho que tu vais gostar de trabalhar”. Então comecei a ler. Eu sempre fui muito ligada às questões do Direito, desde a licenciatura,

em que eu tive várias disciplinas de Direito, Direito Ambiental, Direitos Humanos, as legislações do serviço público, enfim. Eu achava isso o máximo.

Foi uma tranquilidade muito grande que me deu, ter passado. Não sabia se ia ser chamada ou não. E aí, no emprego em que eu estava antes de assumir, eu tinha adoecido de um problema na coluna congênito. E ele estava afetando os meus nervos. Precisei ficar 30 dias afastada do trabalho e fazer uma cirurgia. Fiz a cirurgia no dia 6 de fevereiro e fui nomeada no dia 7 de fevereiro. Eu acordei da cirurgia com a nomeação.

Eu trabalho numa vara bem pequena, a vara de Frederico Westphalen. Nós somos em seis pessoas, mais o juiz, quando ele está em trabalho presencial. Acho que a gente tem mais uns seis ou sete colegas em teletrabalho.

A maior adaptação de que eu preciso é em relação a me comunicar com as pessoas, principalmente nas dúvidas, eu tenho muita dificuldade de começar as conversas. Eu gosto de responder perguntas, não de fazer perguntas, e eu também tenho dificuldade de quebrar o silêncio. Iniciar uma conversa, para mim, é muito difícil, então quando eu preciso de ajuda, ou perguntar alguma coisa, ou até começar algum assunto, inicio essa conversa por WhatsApp, mesmo que a pessoa esteja no mesmo ambiente que eu. Não são muitas as vezes em que isso acontece, mas quando acontece, essa adaptação é uma das mais importantes para mim e tem fluído muito bem.

E eu tenho muito calor, muito calor mesmo, às

vezes até em dias frios. Então tem um ar-condicionado bem em cima da minha mesa que não atrapalha as outras pessoas caso elas não estejam com tanto de calor quanto eu. Eles já deixaram aquela mesa ali para ser a minha mesa quando eu chegasse, desde antes de chegar. Também tiraram o relógio da sala para eu estar ali, porque o barulho me incomoda muito. Tem uns fones, que eu nem sempre uso, abafador de ruído, mas quando preciso, também coloco.

Na descrição das tarefas que me delegam vem todo o passo a passo que eu preciso fazer, porque para mim é mais fácil de acompanhar se vem escrito. E, caso não consiga fazer, eu peço ajuda, porque às vezes, quando tem uma pessoa me falando, eu não consigo executar enquanto a pessoa fala.

E tem o meu horário de trabalho que começa mais tarde, de manhã cedo eu não funciono muito bem. Dá tempo de tomar café da manhã e trabalhar, e consigo também almoçar em casa, porque eu tenho dificuldade de almoçar sem me sujar, então eu consigo vir em casa e se precisar trocar de roupa, eu troco.

E tem a adaptação que é do TRT, e não da vara, nos dois primeiros meses em que eu estava aqui, a psicóloga, a assistente social e a médica do trabalho me encontravam toda terceira semana do mês por videochamada para verificar como é que eu estava. Me senti muito acolhida com isso.

Eu entrei pela cota de pessoa com deficiência. Provavelmente foi por isso que passei por duas comissões, pedi para que eu passasse pela parte

da Medicina do Trabalho específica de pessoa com deficiência para que já ficasse tudo registrado desde o início e também para que eu tivesse acesso a esse tipo de atendimento.

Eu tinha uma visão um pouco distorcida das cotas, porque é o senso comum de que as cotas podem ser mais discriminatórias do que o contrário, eu acreditava um pouco nisso, de que está dizendo que aquela pessoa não tem a capacidade. Quando comecei a ver que não era sobre ter a capacidade, mas sobre ter oportunidade, aí mudou uma chave na minha mente.

Várias vezes que eu precisei faltar à escola, se for olhar o meu histórico escolar, teve vezes em que eu quase reprovei por frequência. Eram momentos em que eu estava doente, em crise. Inclusive, desde que eu descobri que sou autista, tive menos gripes e coisas assim, porque tenho uma dificuldade muito grande de perceber frio e calor, então, às vezes, só de não estar com a roupa adequada eu já me expunha.

A primeira vez que eu fiz a prova numa sala separada, eu saí da prova pensando “meu Deus, eu consegui responder todas as questões, eu consegui não ter pressa de sair dali”.

E, realmente, eu termino a prova um pouco mais rápido, não preciso do tempo inteiro da prova para fazer, mas eu saía mais rápido porque queria sair daquele ambiente. Então, só o fato de eu poder me inscrever pelas cotas e ter acessibilidade garantida para fazer a prova já foi uma coisa que mudou o meu mundo. Olhar só para a prova, ler a prova e não ter

barulho de caneta batendo, de gente mastigando, aquilo entrava na minha cabeça e era só aquilo.

Algumas pessoas falam que as cotas são um privilégio e não uma equiparação de direitos, eu só consegui entender que elas estavam erradas quando vi a dificuldade que eu realmente tinha.

O diagnóstico me trouxe muita qualidade de vida. Inclusive porque, antes, eu tomava muita medicação, voltava do trabalho às vezes sem comer, sem tomar banho, sem nada. E aí eu dormia até o dia seguinte. Eu só conseguia existir para trabalhar, parecia que todos aqueles remédios que eu tomava eram para que eu trabalhasse. E não vivia. Desde o diagnóstico eu estou menos medicada e com as terapias adequadas.

Agora consigo me planejar para fazer mestrado, para viagens, que também é uma coisa que eu sempre quis fazer, conhecer o Brasil. Quero participar mais dessas questões que eu sei que são propostas no TRT4, sempre me coloquei à disposição de comissões, comitês sobre as pessoas com deficiência e sobre as pessoas LGBT, sobre mulheres, então, pretendo fazer parte disso, porque também acredito que agora eu vá conseguir me dedicar mais efetivamente a essas coisas.

Agora também tenho um apartamento próprio, que era uma coisa que eu não imaginava ter tão cedo na minha vida, mas consegui ter um horizonte de organização financeira.

Para o futuro, eu pretendo ficar nesse cargo que estou agora por um tempo. Gostei muito da cidade, é tranquila. Tudo é perto. Consigo fazer mercado sozinha,

TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

eu consigo nesses horários de pouco movimento.

Talvez, um dia, eu possa ter carteira de motorista. Eu já fiz a prova 9 vezes e não consegui, mas, agora, com o diagnóstico, talvez eu consiga entender melhor como fazer a prova e como dirigir, lidar melhor com os estímulos. Se não conseguir, também, tudo bem, mas é uma coisa que eu gostaria de pelo menos tentar de novo, agora me conhecendo melhor.



POSFÁCIO

Márcio Aparecido da Cruz Germano da Silva
Juiz do Trabalho

Chegamos ao fim de “Tudo Sobre Nós por Nós! Trajetórias e vivências de pessoas com deficiência da Justiça do Trabalho”, uma jornada que revelou histórias de construção, resiliência e progresso. Este projeto, nascido do desejo de dar visibilidade e voz às pessoas com deficiência na Justiça do Trabalho do Brasil, transcendeu o simples ato de contar histórias. Foram abertas janelas para a compreensão profunda de uma realidade muitas vezes ignorada, mostrando que cada ser humano, com suas singularidades, atributos e desejos contribui para a construção de uma sociedade justa, inclusiva e solidária.

As narrativas aqui reunidas são testemunhos de como o trabalho, quando executado com dignidade e plenitude, pode e deve ser um instrumento para a lapidação dos direitos humanos, mediante a implementação efetiva de equidade e respeito. As vozes que ecoam nas páginas deste livro são de pessoas que, enfrentando desafios comuns e particulares, encontraram na Justiça do Trabalho não apenas um ambiente de busca pela implementação de direitos fundamentais e sociais, mas também um espaço para a quebra de paradigmas, estigmas e barreiras.

No ano de 2005, quando cursava o 4º ano da faculdade de Direito, ingressei como técnico judiciário nos quadros da Justiça Federal da 4ª Região. Naquele momento, em razão de minha deficiência visual total, em confronto com as barreiras substanciais impostas pelo processo físico e pela inexistência de uma visão clara da administração pública acerca da importância

do trabalho apoiado, fui designado para o desempenho de atribuições significativamente simples, como a cópia de documentos ou a respectiva perfuração para encadernamento nos autos.

Após muito diálogo e contínua demonstração de meu interesse em progredir, fui lentamente absorvendo outras funções executadas pelos colegas, até que em meados de 2010, com o advento do processo judicial eletrônico (EPROC), pude avançar de modo exponencial para trabalhos mais complexos.

Após aprovação em dois concursos públicos para o cargo de analista judiciário, optei pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, no qual atuo desde outubro de 2011 como assistente de gabinete do Des. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca. Durante esses mais de 12 anos, além do privilégio de desenvolver diariamente o conhecimento e o raciocínio jurídico nas conversas com o Des. Ricardo no processo de feitura das minutas de voto, compreendi a importância do trabalho apoiado complementar ao uso de softwares de leitura de telas para o exercício de minhas funções.

Neste cenário, pude ampliar a velocidade e a qualidade do meu trabalho, de modo a tornar possível dedicar tempo e energia para minha preparação para o concurso da magistratura do trabalho. Neste ano de 2024, por fim, logrei êxito no II Concurso Nacional Unificado para a Magistratura do Trabalho e, a partir de minha posse iminente junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pretendo fazer uso de todos os apoios tecnológicos e humanos necessários para

o desempenho da função judicante com dignidade, igualdade de condições e eficiência.

A igualdade substancial e não meramente formal no ambiente de trabalho, deste modo, demanda um olhar para a singularidade de cada pessoa com deficiência e, a partir de referida premissa, o fornecimento dos instrumentos específicos. Aludida lógica, ademais, coaduna-se com a perspectiva de Boa Ventura de Souza Santos, no sentido de que “temos o direito de ser iguais sempre que as diferenças nos inferiorizam. Temos o direito de ser diferentes sempre que a desigualdade nos descaracteriza”.

A partir das 36 histórias de pessoas com deficiência retratadas nesta obra, portanto, proporcionou-se ao leitor uma perspectiva privilegiada dos objetivos fundamentais de uma sociedade justa e solidária, galgada na dignidade inerente, no valor social do trabalho e na justiça social.

Agradeço a todos os que participaram deste projeto: aos narradores de suas próprias histórias, cuja coragem e generosidade em compartilhar experiências enriquecem nossa visão; aos organizadores e colaboradores que, com dedicação e empenho, tornaram este livro possível; e aos leitores, que agora carregam consigo um pedaço dessas histórias, ampliando o círculo de empatia e compreensão.

Que “Tudo Sobre Nós, por Nós” inspire reflexões, mudanças e, acima de tudo, ações concretas, para que a inclusão e a justiça sejam realidades inquestionáveis em todos os âmbitos da vida. Continuemos a

TUDO SOBRE NÓS, POR NÓS!

TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

contar nossas histórias, a lutar por nossos direitos e a construir, juntos, um futuro onde todos sejam verdadeiramente reconhecidos e valorizados.

Com gratidão.



As 36 entrevistas compiladas nesta obra mostram ao público um pouco da trajetória de magistrados, magistradas, servidores e servidoras com deficiência da Justiça do Trabalho. Trata-se de uma oportunidade única de compreendermos a instituição sob a perspectiva das pessoas com deficiência que nela trabalham. A cada nova entrevista, o leitor e a leitora irão se deparar com a riqueza humana contida em cada um dos relatos, que surpreendem por sua diversidade e potência. Além do imenso orgulho, a Justiça do Trabalho tem muito a agradecer pela generosidade e coragem das pessoas que aceitaram participar deste importante projeto.

Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte
Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca
Servidora Ekaterini Sofoulis Hadjirallis Morita

